



ANA MERCÊS BAHIA BOCK • MARIA DE LOURDES TRASSI TEIXEIRA
• ODAIR FURTADO

PSICOLOGIA

FÁCIL

 **Editora
Saraiva**
www.saraivauni.com.br

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.com



ANA MERCÊS BAHIA BOCK • MARIA DE LOURDES TRASSI TEIXEIRA
• ODAIR FURTADO

PSICOLOGIA

FÁCIL

 **Editora
Saraiva**
www.saraivauni.com.br

PSICOLOGIA FÁCIL

Ana Mercês Bahia Bock
Maria de Lourdes Trassi Teixeira
Odair Furtado





Rua Henrique Schaumann, 270
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP: 05413-010
Fone PABX: (11) 3613-3000 • Fax: (11) 3611-3308
Teleendas: (11) 3613-3344 • Fax vendas: (11) 3268-3268
Site: <http://www.saraivauni.com.br>

Filiais

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 – Centro
Fone/Fax: (92) 3633-4227 / 3633-4782 – Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dórea, 23 – Brotas
Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895 / 3381-0959 – Salvador

BAURU/SÃO PAULO (sala dos professores)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 – Centro
Fone: (14) 3234-5643 – 3234-7401 – Bauru

CAMPINAS/SÃO PAULO (sala dos professores)

Rua Camargo Pimentel, 660 – Jd. Guanabara
Fone: (19) 3243-8004 / 3243-8259 – Campinas

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 – Jacarecanga
Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1331 – Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2, Lote 850 – Setor de Indústria e Abastecimento
Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951 / 3344-1709 – Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto
Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806 / 3224-3016 – Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 – Centro
Fone: (67) 3382-3682 / 3382-0112 – Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 – Lagoinha
Fone: (31) 3429-8300 – Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 – Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038 / 3241-0499 – Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 – Prado Velho

Fone: (41) 3332-4894 – Curitiba

PERNAMBUCO/ ALAGOAS/ PARAÍBA/ R. G. DO NORTE

Rua Corredor do Bispo, 185 – Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 / 3421-4510 – Recife

RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO

Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro

Fone: (16) 3610-5843 / 3610-8284 – Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 / 2577-8867 / 2577-9565 – Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 – Farrapos

Fone: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567 – Porto Alegre

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SÃO PAULO (sala dos professores)

Av. Brig. Faria Lima, 6363 – Rio Preto Shopping Center – V. São José

Fone: (17) 3227-3819 / 3227-0982 / 3227-5249 – São José do Rio Preto

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SÃO PAULO (sala dos professores)

Rua Santa Luzia, 106 – Jd. Santa Madalena

Fone: (12) 3921-0732 – São José dos Campos

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 – Barra Funda

Fone PABX: (11) 3613-3666 – São Paulo

301.932.001.001

ISBN 978-85-02-14451-4

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

B648p

Bock, Ana Mercês Bahia

Psicologia fácil / Ana Mercês Bahia Bock, Maria de Lourdes Trassi
Teixeira, Odair Furtado. – São Paulo : Saraiva, 2011.

ISBN 978-85-02-14451-4

1. Psicologia. I. Teixeira, Maria de Lourdes T. (Maria de Lourdes Trassi). II.
Furtado, Odair III. Título.

11-7407.

CDD: 150
CDU: 159.9

Editado também como livro impresso em 2012.

Copyright © Ana Mercês Bahia Bock, Maria de Lourdes
Trassi Teixeira, Odair Furtado
2012 Editora Saraiva
Todos os direitos reservados.

Direção Editorial
Coordenação Editorial Borges
Ana Paula Matos
Gisele Folha Mós
Juliana Rodrigues de Queiroz
Rita de Cássia da Silva
Design Editorial Secondo
Rosana Peroni Fazolari
Marketing Editorial
Arte e Composição Editorial
Fotoinstock Brasil DC
(licença: 72497)
Everystockphoto
Capa de Idéia
Produção Gráfica Gomes

Contato com o editorial
editorialuniversitario@editorasaraiva.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na lei no 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.



SOBRE O AUTOR

Ana Mercês Bahia Bock é doutora e mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduada em Psicologia pela mesma instituição.

Atualmente, é professora titular da PUC-SP, onde ministra aulas no curso de graduação em Psicologia e no curso de pós-graduação em Psicologia da Educação.

Maria de Lourdes Trassi Teixeira é doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduada em Psicologia pela mesma instituição.

É supervisora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP; foi professora, pesquisadora e coordenadora do Programa de mestrado profissional adolescente em conflito com a lei, da Universidade Bandeirante de São Paulo.

Odair Furtado é doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Atualmente, é professor associado da PUC-SP, trabalhando no “Programa de estudos pós-graduado em Psicologia Social (PSO)” da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde e na graduação do curso de Psicologia desta mesma faculdade.

Contato com os autores:

psicologiafacil@editorasaraiva.com.br

INTRODUÇÃO

Este livro é uma introdução ao estudo da psicologia destinado a estudantes de outras áreas profissionais que têm essa disciplina em seu currículo, considerando a importância que ela pode ter em sua formação. Nesse sentido, o que se propõe aqui é a socialização de conteúdos produzidos no campo da psicologia, como ciência, para contribuir em uma formação que dialogue com outros campos e possa caminhar na direção da interdisciplinaridade, com vistas à transdisciplinaridade.

Este livro é um convite a uma conversa introdutória com a leitura que a psicologia tem feito de eventos e fenômenos da realidade de nosso tempo e lugar, com a convicção de que os estudantes das diferentes áreas, que aceitarem o nosso convite, poderão se beneficiar ampliando sua visão da realidade. Essa certeza que temos está baseada na ideia de que a psicologia contribui, com sua leitura, para dar visibilidade a uma dimensão do real muitas vezes pouco percebida ou considerada: a dimensão psicológica ou do sujeito.

O livro apresenta capítulos organizados em três partes:

Parte 1 • Apresentando a psicologia: são conteúdos teóricos da psicologia: seu objeto, sua história, a questão da saúde mental (tema central do campo) e a relação da Psicologia com outras áreas.

Parte 2 • Temas transversais: são conteúdos teóricos da psicologia que atravessam os saberes de muitas áreas do conhecimento: relações humanas e grupos, relação indivíduo e coletividade, razão e emoção, tempo e espaço e a relação dos humanos com o meio ambiente, motivação, ética e comunicação.

Parte 3 • Leitura do cotidiano a partir da psicologia, na intersecção com as demais profissões: são temas que têm se tornado importantes para todo profissional e que contribuem para uma formação mais ampla e complexa. Falamos aí de trabalho,

família, meios de comunicação, da busca da felicidade e dos novos fenômenos da contemporaneidade.

O livro é um começo de conversa, pois seus conteúdos estão expostos de forma introdutória; estão estruturados de forma a apresentar a temática a ser tratada, em seguida o corpo do capítulo desenvolve o tema e apresentam-se algumas conclusões. Ao final do capítulo há sugestões de atividades que podem ajudar na construção de dúvidas e no aprofundamento dos temas abordados a partir da psicologia. Uma bibliografia comentada também está indicada, considerando-se que a leitura e os debates em classe possam produzir questões que mereçam desenvolvimento.

O professor, orientador nessas conversas, poderá utilizar o livro da maneira que julgar mais adequada, sendo possível combinar capítulos das várias partes, reorganizando, de acordo com os interesses da disciplina, os conteúdos mais significativos.

Temos claro que um livro didático é um instrumento importante no processo de ensino-aprendizagem e deve facilitar e qualificar a relação que se estabelece entre professor e aluno. Há um diálogo, nessa relação, que se realiza com o conhecimento. Professores e alunos dialogam por meio do conhecimento. Nesse sentido, o livro, que é uma sistematização do saber, deve estar presente com a finalidade de contribuir para um diálogo crítico e de qualidade.

Nosso trabalho foi guiado por essa visão e pela certeza de que a psicologia pode ajudar na compreensão mais complexa e ampla da realidade, o que é um aspecto importante de qualquer formação profissional de qualidade.

Bom trabalho!

Os autores.

SUMÁRIO

PARTE 1 APRESENTANDO A PSICOLOGIA

Capítulo 1 • Apresentando a psicologia

Capítulo 2 • As psicologias

Capítulo 3 • Saúde mental

Capítulo 4 • A psicologia e outras áreas do conhecimento – o esforço de compreender o ser humano

PARTE 2 TEMAS TRANSVERSAIS

Capítulo 5 • Relações humanas e grupos

Capítulo 6 • O sujeito e a coletividade

Capítulo 7 • Razão e emoção

Capítulo 8 • O tempo e o espaço

Capítulo 9 • A relação dos humanos com o meio ambiente

Capítulo 10 • Motivação

Capítulo 11 • Ética

Capítulo 12 • Comunicação humana

Capítulo 13 • O mundo do trabalho e das organizações

PARTE 3 LEITURAS DO COTIDIANO A PARTIR DA PSICOLOGIA

Capítulo 14 • Família e suas mutações

Capítulo 15 • Meios de comunicação de massa

Capítulo 16 • Felicidade é...

**Capítulo 17 • Fenômenos da contemporaneidade e novas
subjetividades**

PARTE 1

APRESENTANDO A PSICOLOGIA

CAPÍTULO 1

APRESENTANDO A PSICOLOGIA

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Duas questões podem dar início à nossa conversa sobre a psicologia.

- ☐ A primeira é o fato de a psicologia ser uma ciência. O que quer dizer isso?
- ☐ A segunda é que, sendo uma ciência, precisamos definir o seu objeto, ou seja: qual a contribuição da psicologia para a compreensão mais ampla da realidade?

Essas são as duas questões que serão tratadas neste capítulo, e com isso pretendemos dar início à apresentação que faremos, em toda esta primeira parte do livro, da psicologia.

1.1 Introdução: a Psicologia é uma ciência

O ser humano, em seu desenvolvimento – ao longo da história da humanidade – conquistou a capacidade de reflexão e de sistematização dos aspectos da realidade. Ou seja, atualmente, nosso contato com o mundo material e social não é espontâneo e desorganizado, mas, ao contrário, aprendemos a organizá-lo e categorizá-lo por meio de um “esquema de pensamento”. Formulamos conceitos e teorias para poder atribuir-lhe sentido/significado e olhá-lo de modo “simplificado”. É interessante registrar aqui que essa organização que fazemos do mundo é “sofisticada” enquanto capacidade de um ser vivo, mas é exatamente ela que permite um contato mais “fácil” com o mundo. Quando conceituamos e teorizamos sobre o mundo, nós nos potencializamos para transformá-

lo, isso porque produzimos determinada compreensão dele. O mundo que apresentamos aos nossos filhotes humanos já está organizado, conceituado e teorizado, e isso facilita a sua apreensão e as respostas que darão de forma adaptada. A palavra “adaptada” aqui tem duplo significado, pois quer designar a possibilidade de sobreviver no mundo e refere-se também à aceitação social que as condutas e pensamentos promovem.

A ciência é a forma moderna e avançada de pensar o mundo. Compõe-se de um conjunto de conhecimentos (ou ideias sistematizadas e organizadas) que permitem determinada compreensão da realidade. O que caracteriza a ciência é o método com que essas ideias são produzidas: o método científico. Linguagem rigorosa, produção de conhecimento realizada de maneira programada, sistemática e controlada, permitindo a verificação de sua validade a qualquer momento, e o compromisso com o processo infinito de questionamento e busca de novo consenso.

A ciência se estabelece por consenso entre os membros de um coletivo social, podendo ser a qualquer momento revista em suas afirmações e conclusões. Poderíamos pensar que a ciência é um diálogo permanente entre o pensamento humano e a realidade; um diálogo que toma para si a tarefa de compreender o mundo, permitindo uma relação mais confortável de todos nós com a chamada realidade. É produzida por métodos que são controláveis e podem ser verificados, ou seja, a forma como os resultados são obtidos pode ser retomada por outras pessoas (pesquisadores ou estudiosos) e pode ser realizada novamente com outros métodos, obtendo-se resultados que comprovem ou contraditem os resultados anteriores. É assim que se constrói o conhecimento.

Na Wikipédia¹ podemos encontrar a seguinte definição de ciência:

No seu sentido mais amplo, **ciência** (do latim *scientia*, significando “conhecimento”) refere-se a qualquer conhecimento ou prática sistemáticos. Num sentido mais restrito, ciência refere-se a um sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico, assim como ao corpo organizado de conhecimento conseguido através de tal pesquisa. [...]

A ciência é o esforço para descobrir e aumentar o conhecimento humano de como a realidade funciona.

Ciência refere-se tanto:

- À investigação racional ou estudo da natureza direcionado à descoberta da verdade. Tal investigação é normalmente metódica, ou de acordo com o método científico — um processo de avaliar o conhecimento empírico.
- Ao corpo organizado de conhecimentos adquiridos por estudos e

pesquisas.

Cabe esclarecer que a concepção de ciência ou a visão de método científico não é unânime entre os cientistas. A questão da objetividade e da neutralidade da ciência é um desses pontos que podemos apontar como polêmicos, pois não há consenso. Para algumas posições na ciência, o método científico, quando rigoroso e rigorosamente utilizado, permite objetividade e neutralidade; mas, para outras posições, considera-se impossível que as concepções do pesquisador não estejam colocadas na produção, e o procedimento correto é tê-las em mente e explicitadas para que se possa considerá-las. Ou seja, não há neutralidade porque o pesquisador está no mesmo mundo em que o fenômeno é investigado e pode buscar a validade de seus resultados colocando-se também (o seu processo de pensamento) como objeto de reflexão. Aliás, vale a pena aproveitar o ensejo para falar da ciência como resposta da modernidade às questões da objetividade do conhecimento e/ou da busca da verdade.

Entre os elementos que compõem o pensamento da modernidade está o racionalismo como pilar. A ciência moderna é racional e empírica e o ser humano é reconhecido como sujeito epistêmico, ou seja, sujeito capaz de saber, mas para que seu conhecimento tivesse valor para a coletividade tornava-se necessário que fosse objetivo e neutro. O método científico garantia essa qualidade ao conhecimento e isso o tornava mais importante ou válido do que o conhecimento do senso comum, produzido sem rigor algum, visto como carregado de subjetividade – crenças, suposições e ideias pré-concebidas.

O pensamento moderno científico afirmou-se desde o início como objetivo e neutro. Isto distinguia a ciência do senso comum. Apostou-se então no método como forma de garantir a neutralidade e a objetividade, já que o cientista também era dotado de uma subjetividade. Sujeitos pesquisando sujeitos poderiam ser objetivos se se mantivessem rigorosamente presos a um método que garantisse a objetividade e afastasse as possibilidades de contaminação subjetiva, ou seja, de que o pesquisador se misturasse com seu objeto de estudo.²

Pode ser ainda interessante neste começo de conversa, e antes de voltarmos à questão da psicologia, pontuarmos que essa modernidade, que traz a ciência como um de seus componentes mais importantes, estava diretamente relacionada ao crescimento de uma nova ordem econômica, no final do século XIX: o capitalismo.

A sociedade feudal, que antecedeu o capitalismo, estava marcada por um modo de produção voltado à subsistência e se caracterizava

como uma sociedade estável, rígida, sem mobilidade social, em que servos e senhores se relacionavam de forma hierárquica. A razão estava submetida à fé e a autoridade era o critério da verdade. O capitalismo, forma de produção da sobrevivência que substituiu o feudalismo, revolucionou a ordem e o pensamento. O mundo foi posto em movimento. A produção se multiplicou e a natureza foi dessacralizada para poder surgir como fonte de matéria-prima para a produção incessante de novas mercadorias. A Terra deu lugar ao Sol como centro do universo; o servo se libertou da terra para poder vender sua força de trabalho, permitindo o surgimento da ideia do homem livre. O conhecimento tornou-se independente da fé e buscou-se a objetividade e a neutralidade como critérios de verdade. A hierarquia social foi questionada e a burguesia surgiu como nova classe social, buscando ocupar lugares de poder. Para que essa revolução pudesse acontecer de maneira concreta, ideias precisaram ser produzidas a fim de viabilizar a mudança: o homem livre, racional, epistêmico; a valorização da técnica como forma objetiva de interferir no mundo; o conhecimento rigoroso e objetivo como a verdade; e a decorrente necessidade de um método que viabilizasse e garantisse esse projeto. O método científico surge, então, como a tecnologia do pensamento rigoroso.

Um dos símbolos da modernidade é a máquina. Ela condensa os critérios da modernidade: funcionamento regular, possibilidade de conhecer e controlar esse funcionamento (leis), impessoalidade e objetividade na intervenção. O pensamento científico retratava essas características da máquina.

Voltemos, então, à nossa afirmação de que a psicologia é uma ciência.

A psicologia aparece como um conjunto de pensamentos que tinham o humano como sua preocupação central. Os caminhos desse conhecimento estavam traçados no campo da filosofia. Com a modernidade muitos dos conhecimentos serão produzidos também no campo da fisiologia, da neuroanatomia e da neurofisiologia.

Algumas descobertas dessas ciências no período vão permitir conhecimentos sobre a forma como vemos ou incorporamos em nossa consciência o mundo físico que nos rodeia. Em meados do século XIX, Fechner³ e Weber⁴ formulam a lei que recebe seus nomes, estabelecendo a relação entre o estímulo e a sensação, permitindo a sua mensuração. Segundo os autores, a percepção aumenta em progressão aritmética, enquanto o estímulo varia em progressão

geométrica. Essa lei permitiu que se tivesse como possibilidade a medição e o conhecimento objetivo do fenômeno psicológico da percepção.

Em 1879, Wundt⁵ cria na Universidade de Leipzig, na Alemanha, o primeiro laboratório de pesquisa na área da Psicofisiologia. A ideia de que aos fenômenos mentais correspondem fenômenos orgânicos é criada a partir dos trabalhos do laboratório e foi conhecida como “paralelismo psicofísico”. Exemplificando, experiências de colocar a mão em uma chapa quente ou olhar uma maçã sobre a mesa seriam experiências físicas que teriam uma correspondência na mente. Para conhecer o que ali se passava, Wundt propôs o método do introspeccionismo, em que a pessoa treinada para a auto-observação poderia reproduzir o caminho da estimulação sensorial.

A preocupação que estava posta para a nova ciência, hoje considerada “antigo conhecimento”, era a ideia da individualidade e da subjetividade.

Mencionamos que o capitalismo trouxe a ideia dos sujeitos pensados como livres; livres para vender a força de trabalho, para comprá-la e para consumir mercadorias com base em escolhas individuais. O mundo moderno se tornava um mundo cheio de objetos variados (para serem escolhidos e obtidos), cheio de ideias variadas (para serem escolhidas), várias religiões, várias opiniões, enfim, um mundo variado que colocou para os sujeitos a necessidade de escolher, permitindo a formação de um sujeito único e distinto. As construções e as mercadorias vão demonstrar esse processo. Os ambientes das casas vão se individualizando, reduzindo os espaços que eram coletivos; as mercadorias e a apropriação individual delas vão possibilitando o fortalecimento do valor da propriedade privada. O humano passa a ser pensado cada vez mais como indivíduo, como único. As experiências vividas são subjetivadas de forma individualizada. A noção de EU se fortalece. E a ciência que se propõe a cuidar, compreender e explicar esse EU é a psicologia.

Como vimos, Wundt pensava em compreender essa experiência conhecendo o “trajeto” da estimulação sensorial. Outros depois dele vão indicar outras formas de conhecer o sujeito, pelo inconsciente, pelo comportamento, pela cognição, afetos, etc. Mas podemos dizer que o que identifica a psicologia como ciência moderna é o estudo da SUBJETIVIDADE.

E aí podemos passar à nossa segunda questão: qual o objeto da psicologia? Que contribuição ela nos oferece para a compreensão e

explicação da subjetividade e, consequentemente, da realidade?

1.2 Psicologia é uma ciência que tem como objeto a subjetividade

A definição de um objeto para a psicologia não é algo tão simples quanto possa parecer, pois envolve a conceituação do que seja o humano e de como ele se constitui. Os caminhos percorridos pela ciência levaram a definições bastante distintas: alguns vão dizer que o objeto da psicologia é o inconsciente, enquanto para outros é a consciência, ou ainda o comportamento ou a personalidade. Enfim, são muitas as psicologias porque são muitas e diversas as visões de qual seja o seu objeto.

As duas correntes (filosófica e fisiológica) que deram origem à psicologia têm a ver com isso. A maneira como o humano está concebido nesses conhecimentos vai fazer diferença. O humano tratado como as experiências vividas e incorporadas; o humano tratado como um organismo que responde ao meio; o humano tratado como uma relação entre o mundo interno e o mundo externo. Cada perspectiva dessas vai definir diferentes objetos ou vai definir diferentemente o “mesmo” objeto.

Outro motivo que tem sido utilizado para explicar essas dificuldades na definição do objeto é o fato de o pesquisador ser alguém que se confunde com seu objeto.

Na busca de aglutinar as diversas visões no campo da psicologia e oferecer ao leitor uma perspectiva ampla para essa ciência, vamos trabalhar considerando o objeto da psicologia como a SUBJETIVIDADE.

Nossa matéria-prima, portanto, é o humano em todas as suas expressões, as visíveis (o comportamento) e as invisíveis (os sentimentos), as singulares (porque somos o que somos) e as genéricas (porque somos todos assim) – é o ser humano-corpo, ser humano-pensamento, ser humano-afeto, ser humano-ação e tudo isso está sintetizado no termo subjetividade.⁶

A subjetividade está aqui apresentada como uma síntese singular e individual que cada um vai constituindo em sua trajetória de vida. É uma síntese que nos identifica, por ser única, e nos iguala por acontecer em um cenário comum: a sociedade. Refere-se aos sentimentos, ideias, sonhos, projetos, formas de se comportar de cada

um. Somos 100% singulares. No entanto, essa singularidade se constitui em um espaço coletivo, social e cultural, em que as possibilidades de ser estão oferecidas e cada exemplar humano se inserirá de forma específica, aproveitando o mundo também de forma singular, a partir de suas atividades e formas de atuar e transformar o mundo onde esse sujeito “acontece”. Somos 100% sociais e 100% singulares, sem que isso resulte 200%. Ou seja, somos, ao mesmo tempo, sociais e singulares.

O sujeito e o mundo (social e cultural) se constituem no mesmo processo, mas sem que sejam a mesma coisa. **A subjetividade é um dos âmbitos da realidade.**

Essa ideia é importante, pois coloca o humano como parte da realidade e não mais como consequência dela. Muitas teorias na psicologia vão pensar o humano como consequência da realidade em que se insere o sujeito. Aqui, defendemos uma posição diferente, mas que também faz parte do campo das psicologias.

Entendemos que o que chamamos de ser humano se humanizou no decorrer da história de sua evolução sobre a face da Terra. Vamos explicar melhor isso. Entendemos que o trabalho – atividade instrumental de transformação do mundo para produzir a sobrevivência – foi a grande conquista dos humanos, pois é a partir dele que dão um enorme salto e se libertam de suas limitações e condições biológicas para estarem sob leis sócio-históricas. Passam a produzir as formas de satisfação de suas necessidades CRIANDO os objetos e ferramentas para isso. Veja que interessante: a ação transformadora sobre a realidade material modifica o mundo e, ao mesmo tempo, transforma os humanos. O processo de humanização também acontece no mundo objetivo, na medida em que os humanos se põem nele por meio do trabalho. Olhe à sua volta e veja como todos os objetos são *humanizados*, isto é, contêm as formas, as ideias, os planos dos humanos para satisfazer necessidades. Ao mesmo tempo, os humanos, ao trabalharem, vão produzindo e desenvolvendo capacidades que não possuíam até então. Não éramos capazes de ler e escrever, mas nossa intervenção sobre o mundo foi criando a capacidade de fazer registros, codificá-los e decodificá-los; ao mesmo tempo, fomos produzindo os objetos para essa atividade: penas, pincéis, lápis, canetas, papel, livros.

Esse processo é uma das maneiras de ver e entender o humano e seu surgimento. Claro que não é a única, mas é a que defendemos neste livro.

E a subjetividade? É o âmbito dos registros de memória, dos sentimentos, emoções, palavras e sentidos, imagens que vão sendo produzidas e vão produzindo o processo anteriormente descrito. Ou seja, ao atuar no mundo e dizer que esse processo transforma o humano, estamos querendo dizer que adquirimos capacidades/habilidades e também constituímos subjetividade. Quem é responsável por esse trabalho? Cada um de nós e todos nós. Ou seja, os sujeitos são os responsáveis pela sua subjetividade, mas não o fariam se não fosse a vida coletiva, as construções coletivas simbólicas que permitem que toda atividade sobre o mundo exterior tenha seu correspondente subjetivo. Cada um de nós participa ativamente de sua própria construção, mas sempre inserido em um mundo cultural e social. A palavra SEMPRE está utilizada aqui como modo de dizer que nos tornamos humanos da maneira como nos conhecemos porque temos estado com outros que são intermediários entre nós e o mundo já constituído. É desse trabalho conjunto que nossa subjetividade se constitui e é nesse mundo coletivo que temos possibilidade de contribuir para a sua transformação.

Assim, podemos dizer que estudar a subjetividade é buscar compreender e dar visibilidade ao processo de produção dos modos de ser e estar no mundo, processo esse que é movimento e transformação constantes. MOVIMENTO e TRANSFORMAÇÃO são aspectos fundamentais de toda história humana. A subjetividade não cessará de se modificar, pois as experiências cotidianas sempre trarão novos elementos para renová-la. O mundo objetivo também se transformará permanentemente, pois os humanos não cessarão de interferir, transformando-o. Veja que ao afirmar que a subjetividade é o objeto de estudo da psicologia estamos, na verdade, dizendo que a compreensão desse objeto se dá pelo estudo da relação subjetividade-objetividade. Podemos nos compreender conhecendo o mundo que temos e que construímos; e, por outro lado, podemos entender o mundo conhecendo seus artesãos. Subjetividade e objetividade são âmbitos diferentes de um mesmo processo; são dimensões de uma mesma realidade.

Vamos então retomar: a dimensão subjetiva da realidade é o objeto da psicologia. Com essa frase inserimos a psicologia no conjunto das ciências e demarcamos sua contribuição específica. Há uma realidade para ser conhecida e compreendida. A psicologia, ao lado de outras ciências, contribui estudando, pesquisando, entendendo, explicando e dando visibilidade a uma das dimensões do real: a dimensão

subjetiva.

1.3 A dimensão subjetiva da realidade

É a dimensão do sujeito. É o reconhecimento de que o sujeito faz parte da realidade. Não somos consequência da realidade, mas somos parte dela. Uma realidade que foi e é construída por nós, humanos. Portanto, uma realidade carregada de humanidade; uma realidade humanizada. Repare como os humanos estão “nas coisas” do mundo. O mundo está feito à nossa imagem e semelhança. Mas vamos adiante reparando que não estamos apenas nos objetos porque têm formato e finalidade que estão relacionados aos nossos projetos e necessidades. Estamos também na realidade nas formas simbólicas que caracterizam a realidade. O mundo tem SENTIDO para os humanos. Construímos significados e palavras, construímos ideias, teorias, explicações, atribuímos valores, julgamos e atuamos a partir de todas essas possibilidades em função do uso da linguagem (outro bem comum a uma coletividade e apropriado por todo sujeito dessa mesma coletividade).

Um fenômeno social qualquer, a violência, por exemplo, possui aspectos objetivos – como o Estado se organiza para responder ou controlar a violência (sua política de segurança pública); leis que existem para legitimar as ações do Estado (a Constituição Federal, por exemplo); as armas disponíveis para as ações violentas (a lucrativa indústria de armas); o cenário em que acontecem os atos violentos (regiões de fronteira ou determinados territórios das cidades, por exemplo), enfim, muitos são dados objetivos que podem ser vistos e reconhecidos por nós. Mas há um âmbito que é subjetivo. A violência como ação perpetrada por indivíduos concretos, responsáveis por seus atos, os planos e as finalidades por detrás de cada ato considerado violento, tudo isso é subjetividade. A Psicologia é a ciência que oferece conhecimentos teóricos para dar visibilidade à presença dos sujeitos na realidade. Os sujeitos são apresentados pela psicologia a partir da noção de subjetividade, que reúne todas as possibilidades e capacidades que integram um sujeito. Podemos então privilegiar as manifestações inconscientes, o comportamento, a consciência, mas sempre se estará falando do sujeito, dos aspectos “invisíveis” que compõem e criam a realidade: a subjetividade.

E agora poderíamos nos perguntar: como esse conhecimento pode

ser utilizado por outros profissionais que não são psicólogos? Afinal, estamos aqui apresentando a psicologia para quem quiser conhecê-la.

Considerações finais

Se tomarmos qualquer outra área de conhecimento, por exemplo, a economia, pode, à primeira vista, parecer que a psicologia não tem nada a dizer. Mas não é verdade. Se fomos claros no texto anterior, você já saberá que não é verdade, porque há em todas as áreas o estudo de alguma dimensão da realidade, e a dimensão subjetiva é uma delas, podendo ser utilizada para completar e complexificar a compreensão que se tem do mundo/realidade.

Vamos à economia. Uma área que estuda as formas e modos de produção da sobrevivência dos humanos em diferentes épocas. Como os humanos estão produzindo sua sobrevivência, como se relacionam nessa tarefa, como produzem, como distribuem e como consomem os produtos, resultado de toda a ação produtiva.

Os sujeitos envolvidos nesses processos pensam algo sobre esses processos; acreditam que seja a melhor forma de sobreviver ou não acreditam nisso e querem que tudo se passe de outra maneira. Essas diferenças são fundamentais quando se pensa em implantar uma política econômica em um país, pois pode-se prever ou não resistências. São sujeitos que apoiam ou resistem e fazem isso a partir de suas construções subjetivas – suas ideias sobre o mundo, suas convicções.

Há estudos modernos sobre a relação dos sujeitos com o dinheiro. O que as pessoas pensam sobre o dinheiro; que lugar tem esse objeto em suas vidas; como se relacionam com o dinheiro.

Se tomarmos outra área, como a de propaganda e marketing, podemos ir tendo cada vez mais clareza da importância de se considerar o sujeito em nossos estudos. O que queremos com a propaganda? Queremos atingir sujeitos; queremos mudar o pensamento ou os hábitos de alguns ou muitos sujeitos, sujeitos estes que já pensam alguma coisa sobre o assunto a ser tratado ou serão informados pela primeira vez, devendo formar uma opinião a esse respeito. Mas quem são esses sujeitos? Como vivem? Que necessidades eles têm? Quais são seus valores? Esse tipo de exercício pode nos ajudar a compreender algumas questões: por que a publicidade de cerveja usava mulheres como objetos de desejo e

consumo; por que a publicidade de carro usa a velocidade (visto que a lei estabelece limites de velocidade); por que foi tão eficiente criar um personagem para garantir altos índices de vacinação. Enfim, estamos falando que ao pensar a propaganda de um produto não poderemos fazer isso sem conhecer os aspectos subjetivos dos sujeitos a quem destinaremos nossas mensagens.

Na administração, poderíamos indicar a importância de reconhecer que nas relações de trabalho são sujeitos/subjetividades que se relacionam; que no processo de produção há sujeitos trabalhando, sujeitos que podem ou não estar motivados, podem ou não estar sofrendo, podem ou não saber com clareza o que se espera de seu esforço... Enfim, ao administrar processos de trabalho e produção, administramos também subjetividades.

É esta a contribuição da psicologia: produzir leituras mais complexas e completas da realidade, trazendo os aspectos de subjetividade que compõem qualquer realidade ou fenômeno. Para isso a psicologia estuda aspectos psicológicos ou subjetivos do humano e constrói um conjunto de teorias que leem esses aspectos de maneira distinta, priorizando ou enfatizando um ou outro elemento de subjetividade. Mas essas diversidades que compõem a psicologia ficam para o próximo capítulo.

Atividades complementares

1. Considerando que várias áreas do conhecimento têm como objeto de estudo e intervenção o SER HUMANO, elenque os aspectos estudados pela economia, sociologia, medicina e psicologia e depois compare essas áreas.
2. Faça um levantamento junto ao grupo de sala de aula quanto aos aspectos subjetivos que levaram à escolha deste curso; a partir da pergunta “Por que você escolheu este curso?”, compare o que é comum e o que é absolutamente singular. Procure compreender isso com base no texto lido sobre a psicologia.
3. Em grupo:
Afirmamos comumente que alguma coisa é psicológica, por exemplo, quando alguém tem medo de algo que parece inofensivo; alguém que não sabe dizer por que não gosta disso ou daquilo, ou ainda quando alguém tem uma dor de estômago aparentemente sem razão alguma. Levante, com o grupo, razões que possam nos

ajudar a entender por que essas situações são qualificadas como psicológicas.

4. Escolham, em grupo, um filme e debatam os comportamentos, as significações, os sofrimentos e alegrias que um dos personagens exhibe. Acompanhando os elementos que o filme apresenta, procure compreender esses fenômenos, considerando sempre o que você sabe do sujeito e do contexto sociocultural em que a história se passa.

Bibliografia comentada

Apresentar a psicologia como ciência, conhecer a definição de objeto de estudo e a perspectiva que caracterizam a psicologia não é algo completamente consensual. Assim, as leituras indicadas podem apresentar aspectos concordantes ou não, mas tenha a certeza de que todas estão apresentando a psicologia e constituem-se em leituras reconhecidas em nosso meio acadêmico e profissional.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias* – Uma introdução ao estudo da psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Nos Capítulos 1 e 2, podem ser encontradas informações que complementam essa apresentação da psicologia.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *Psicologia: uma (nova) introdução*. 3. ed. São Paulo: Educ, 2010. (Série Trilhas). Livro mais simples, é uma boa introdução ao estudo da psicologia.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 2002. Pode ajudar a aprofundar o estudo.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco, 1999.

Um livro de fácil leitura sobre a Psicologia no Brasil. Pode-se obter uma boa visão de seu desenvolvimento como ciência e como profissão.

O Conselho Federal de Psicologia possui algumas publicações que retomam a história e que valem a pena ser conhecidas. Para conhecê-las, acesse o site: < <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/videos/memoria> > .

Referências

BOCK, Ana M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias* – Uma introdução ao estudo da psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, Ana M. B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (orgs.) *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009.

CAPÍTULO 2

AS PSICOLOGIAS

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

A psicologia científica nasce de matrizes variadas produzindo vertentes de conhecimento que hoje são conhecidas como linhas de pensamento ou correntes de pensamento, as quais produziram muitas teorias, como a Psicanálise, o Behaviorismo (comportamentalismo), a Gestalt (psicologia da forma), o Psicodrama, o Humanismo, a Psicologia Histórico-Cultural, para citar apenas algumas. O fato é que podemos dizer que se trata de muitas psicologias e é dessa multiplicidade, no campo da psicologia, que vamos tratar neste capítulo.

2.1 Introdução: fundamentos das teorias em psicologia

Em função dessa história, é importante apresentarmos aos leitores os fundamentos das matrizes mais importantes da psicologia, seus métodos e teorias e as consequências de sua utilização do ponto de vista epistemológico, ou seja, como podemos utilizar uma referência e não ferir os seus princípios científicos. Essas considerações exigem um esclarecimento. Neste livro, estamos nos referindo à psicologia como ciência aplicada e, particularmente, aplicada a outro campo do saber; aplicada à economia, ao marketing, às comunicações, à administração, ao turismo, à propaganda, às artes, enfim, às ciências ou atividades que necessitam do conhecimento da psicologia como linha auxiliar de suas atividades centrais, como conhecimento que ajuda a aprofundar o conhecimento do seu próprio objeto. Como exemplo, podemos citar um psicólogo cognitivista, professor na universidade de Princeton (EUA), Daniel Kahneman, que foi laureado

juntamente com um economista (Vernon L. Smith) com o prêmio Nobel de economia de 2002, por estudar experimentalmente o comportamento de investidores com base na teoria da tomada de decisão e no julgamento humano. Para Kahneman, as pessoas são incapazes de analisar de modo completo situações em que se devem tomar decisões quando as consequências futuras são incertas (Kahneman's autobiography e *Folha Online*). São muitos os aspectos além do mencionado que auxiliam as mais diversas disciplinas que dependem do conhecimento do comportamento humano ou das formas de funcionamento do campo consciente/inconsciente, além das características sociais das diferentes expressões de subjetividade. Por isso, vale a pena conhecer as matrizes que direcionam a construção das teorias e sistemas em psicologia.

De modo geral, podemos dizer que são quatro os sistemas ou matrizes que, de uma forma ou de outra, estão presentes na psicologia moderna: a Gestalt ou Psicologia da forma; o Behaviorismo; a Psicanálise e a Psicologia Histórico-Cultural.

Antes de discutir cada uma dessas vertentes, vamos apresentá-las do ponto de vista de suas origens e de como se constituem como matrizes. Da mesma forma que a psicologia científica se desenvolve a partir dos novos paradigmas da ciência moderna, ela também é fortemente influenciada pelos novos conhecimentos da filosofia.

Na Alemanha do final do século XIX, a filosofia de Kant (1724-1804) e de Hegel (1770-1831), importantes filósofos alemães, é questionada, reformulada, reconsiderada, e desse debate surge um importante filósofo, Edmund Husserl (1859-1938), que elabora os fundamentos de uma corrente que ficou conhecida como Fenomenologia e que destaca uma importante discussão sobre os fundamentos da psicologia, como podemos notar nesta frase de Husserl: “A redução fenomenológica proporciona o acesso ao modo de consideração transcendental; possibilita o retorno à consciência. Vemos nela como é que os objetos se constituem...”.¹ Inspirada nessa vertente filosófica, nasce na Alemanha a psicologia da Gestalt ou psicologia da forma, que acentua o caráter dinâmico da consciência e a importância do ser humano.

Na Áustria, no mesmo período, inconformado com o naturalismo da medicina e sua incapacidade de desvendar os segredos da mente, na realidade inconformado com o desprezo da medicina por fenômenos que não fossem rigorosamente observáveis, Sigmund Freud lança as bases de uma nova disciplina: a Psicanálise.

Nos Estados Unidos, um importante filósofo chamado William James (1842-1910), que estudou as bases da psicologia com os professores alemães também no final do século XIX, lança as bases da filosofia pragmatista, que oferece os elementos tanto para a renovação da psicologia como da educação. É a partir da elaboração da crítica ao cientificismo idealista, em parte apontado por James, que nasce o behaviorismo de John Watson.

A perspectiva Histórico-Cultural tem origem na antiga União Soviética, exatamente no período pós-revolução (1917), e representou a busca de uma psicologia alternativa ao que os soviéticos consideravam a psicologia burguesa. Vigotski é o representante maior dessa empreitada, ao lado de outros cientistas importantes. A base marxista da produção marca sua epistemologia.

Como é possível notar, o final do século XIX e o início do século XX foram muito importantes para o desenvolvimento da psicologia que conhecemos hoje e foi um momento de muitas rupturas. Vamos agora analisar cada uma dessas correntes.

2.2 A Gestalt ou a psicologia da forma

A Psicologia da Gestalt é uma das tendências teóricas mais coerentes e coesas da história da Psicologia. Seus articuladores preocuparam-se em construir não só uma teoria consistente, mas também uma base metodológica forte, que garantisse a consistência teórica.

Gestalt é um termo alemão de difícil tradução. O termo mais próximo em português seria forma ou configuração, que não é utilizado por não corresponder exatamente ao seu real significado em Psicologia.

Max Wertheimer (1880-1943), Wolfgang Köhler (1887-1967) e Kurt Koffka (1886-1941), baseados nos estudos psicofísicos que relacionaram a forma e sua percepção, construíram a base de uma teoria eminentemente psicológica. Eles iniciaram seus estudos pela percepção e sensação do movimento. Os gestaltistas estavam preocupados em compreender os processos psicológicos envolvidos na ilusão de ótica, quando o estímulo físico é percebido pelo sujeito como uma forma diferente da que ele tem na realidade.

É o caso do cinema. Quem já viu uma fita cinematográfica sabe que ela é composta de fotogramas estáticos (*frames*). O movimento

que vemos na tela é uma ilusão de ótica causada pela pós-imagem retiniana (a imagem demora um pouco para se “apagar” em nossa retina). Como as imagens vão se sobrepondo na retina, temos a sensação de movimento. Mas o que de fato está na tela é uma fotografia estática.

A percepção é o ponto de partida e também um dos temas centrais dessa teoria. Os experimentos com a percepção levaram os teóricos da Gestalt ao questionamento de um princípio implícito na teoria behaviorista – o de que há relação de causa e efeito entre o estímulo e a resposta – porque, para os gestaltistas, entre o estímulo que o meio fornece e a resposta do indivíduo, encontra-se o processo de percepção. O que o indivíduo percebe e a maneira como percebe são dados importantes para a compreensão do comportamento humano.

Na visão dos gestaltistas, o comportamento deveria ser estudado nos seus aspectos mais globais, levando em consideração as condições que alteram a percepção do estímulo. Para justificar essa postura, eles se baseavam na teoria do **isomorfismo**, que supunha uma unidade no universo, em que a parte está sempre relacionada ao todo. Quando eu vejo uma parte de um objeto, ocorre uma tendência à restauração do equilíbrio da forma, garantindo o entendimento do que estou percebendo. Esse fenômeno da percepção é norteado pela busca de **fechamento**, **simetria** e **regularidade** dos pontos que compõem uma figura (objeto).

Rudolf Arnheim, autor que estuda a psicologia da arte, dá um bom exemplo da tendência à restauração do **equilíbrio** na relação parte-todo: “De que modo o sentido da visão se apodera da forma? Nenhuma pessoa dotada de um sistema nervoso perfeito apreende a forma alinhavando os retalhos da cópia de suas partes [...] o sentido normal da visão [...] apreende um padrão global”.²

Essa noção de relação *parte-todo* e os princípios da *boa forma* levam a importantes formulações que chegam à noção de espaço vital elaborada por Kurt Lewin (1890-1947), que foi o precursor dos estudos dos pequenos grupos, muito importantes para o desenvolvimento das técnicas de grupo. Assim, a Gestalt é matriz tanto para os estudos de psicologia da arte (quando se pensa a boa forma) quanto para os estudos sobre gestão de pessoas no campo da administração.

Hoje, o que temos são as teorias derivadas dessa vertente pioneira, e ela inspirou, em parte, os estudos do campo cognitivista, que é de muita importância para a psicologia social.

Os estudos experimentais em psicologia social cognitivista de Kurt Lewin são até hoje reconhecidos e aplicados e tiveram muitos seguidores. O estudo de pequenos grupos permitiu o surgimento da psicologia organizacional e produziu um considerável avanço do ponto de vista da gestão de pessoas nas organizações. O pioneiro dos estudos organizacionais, considerado o pai da administração científica, foi Frederick W. Taylor (1856-1915). Ele estabeleceu um método que priorizou a organização das tarefas no ambiente de trabalho, mas não levou em consideração as condições de trabalho do operário. O estudo de pequenos grupos e, principalmente, a definição do clima grupal por parte de Kurt Lewin na década de 1930, quando chegou aos Estados Unidos, permite que a voz do trabalhador seja ouvida.

O clima grupal previa que grupos com clima democrático (em que a ordem é discutida e a liderança é emergente) eram mais produtivos que os grupos de clima autoritário (um líder define o que o grupo deve fazer) e, também, mais produtivos que os grupos de clima *laissez-faire* (sem ordem ou liderança). Podemos dizer que somente nos dias de hoje, com a introdução dos princípios do toyotismo³ na linha de produção, a visão de Lewin está sendo aplicada de forma mais eficiente.

Outra vertente de aplicação dos conceitos da Gestalt é o campo das artes gráficas; seus princípios podem ser utilizados por muitos ramos profissionais que se utilizam das artes gráficas, como a publicidade, o jornalismo e as artes plásticas. Um desses princípios é o da boa forma, que permite ao artista gráfico definir mais claramente uma imagem ou, ao contrário, ocultá-la, conforme seus objetivos. Um conhecido artista plástico se notabilizou com obras que expressam muita ambiguidade, o holandês Maurits C. Escher (1898-1972). Trata-se de um mestre na utilização das relações figura-fundo, boa forma (ou o seu contrário) e na relação parte-todo, como podemos notar nas figuras a seguir:

Figura 2.1 • Ilusão de ótica e os limites da figura-fundo dos objetos segundo Escher.



Fonte: 1, 3 e 4 – <http://www.latinstock.com.br> e 2 – <http://www.everystockphoto.com/photo.php?imageId=2234334&searchId=bff3f9ea07445713fb3d3416d92fe4&npos=91>

No caso da publicidade, que procura manter com seu público a melhor e mais rápida comunicação, geralmente perfeitas relações de figura-fundo, de parte-todo e boa forma são vitais para uma boa comunicação e um resultado eficiente. Assim, o efeito será o contrário do obtido por Escher. Entretanto, em alguns casos, quando se busca um efeito diferenciado com o público, o publicitário recorrerá a esse artifício (deixar mais clara ou menos clara a relação figura-fundo) para chamar a atenção. O importante é que esse profissional saiba como aplicar esses princípios de acordo com seus objetivos estratégicos.

2.3 Psicanálise

A Psicanálise é um dos sistemas psicológicos mais conhecidos de toda a psicologia e, por isso mesmo, um dos mais vulgarizados. Todo mundo acha que entende um pouco desse assunto e acaba confundindo os conceitos. Essa vertente nasceu com a clínica e ao mesmo tempo criou a clínica psicológica. É uma forma de dizer que a psicanálise se prestou ao atendimento de pessoas que apresentavam um tipo de sintoma psíquico que poderia ser debelado em determinadas circunstâncias. Antes da psicanálise, sintomas como o da histeria eram desconsiderados pela medicina e as pessoas ficavam sem tratamento. Sigmund Freud (1856-1939), o criador da psicanálise, trabalhando com Josef Breuer, descobriu que era possível tratar sintomas psíquicos e debelá-los, oferecendo uma nova qualidade de vida aos portadores desse tipo de sintoma. Inicialmente a psicanálise era um instrumento clínico e nasceu de uma perspectiva médica (Freud era médico), mas logo seu desenvolvimento tomou outro rumo e a publicação de *A interpretação dos sonhos*, por Freud, em 1900, foi um marco dessa mudança.

A partir desse momento, Freud passa a se preocupar com os mistérios do psiquismo humano e a desenvolver uma teoria poderosa, que vai muito além de uma psicopatologia e de um instrumento clínico de superação do sintoma psicológico. Nesse sentido, ele desenvolve uma teoria que será utilizada – além, evidentemente, daquilo que é o seu foco central – para a compreensão da subjetividade humana e das formas dela derivada.

Uma importante contribuição foi a descoberta do inconsciente. Freud, nos estudos sobre a histeria, inicialmente por meio do recurso da hipnose, percebeu que um conteúdo importante do pensamento ficava oculto para a própria pessoa. A esse conteúdo ideacional que não ganhava a consciência ele deu o nome de inconsciente. Inicialmente, essa descoberta foi muito importante para tratar os casos de histeria e depois os demais casos, como os de obsessividade, de paranoia etc.

No entanto, a Psicanálise ganha expressão de um recurso que vai além do trabalho clínico, quando Freud generaliza sua teoria para situações que ele denomina inicialmente de patologia da vida cotidiana e depois para objetos que chamaremos de não clínicos, como a literatura, a obra de arte, as biografias e, por fim, o comportamento dos grupos e das multidões. A partir desse momento Freud constrói uma base antropológica para seus estudos psicanalíticos, interpretando o modo de vida atual e as raízes subjetivas presentes no desenvolvimento da nossa cultura.

A psicanálise, então, passa a se configurar como poderoso instrumento de análise para diversas situações. Foram muitos os autores que se dispuseram a seguir esse caminho de ampliar o escopo da psicanálise e utilizá-la para a compreensão de situações de organizações, grupos e instituições, como é o caso de René Lourau e Georges Lapassade, ou como forma de entender criticamente o funcionamento social, como Theodor Adorno e Max Horkheimer, elaboradores da teoria crítica no campo da sociologia e filosofia contemporâneas.

Nesse sentido, é possível compreender inúmeras manifestações dos grupos na situação de trabalho, na situação familiar, no lazer, enfim, nas situações cotidianas, e como se dá o jogo de ocultamento e de revelação que algumas vezes são produzidos coletivamente. Saber interpretar essas situações permite ao professor, ao administrador, ao comunicador e a tantos outros que trabalham, direta ou indiretamente, com os grupos, analisar seu potencial de forma mais

competente e compreender as vicissitudes da dinâmica e do funcionamento dos grupos.

Além disso, oferece a possibilidade de interpretar sinais da produção subjetiva humana para além das aparências e imediatividade dos fatos. Um publicitário poderá utilizar essa referência para compreender o uso da simbologia que ele expressará em uma peça publicitária, atento para não ferir suscetibilidades de seu público e não causar desconfortos desnecessários. Um artista plástico poderá trabalhar com conteúdos inconscientes, como fizeram os surrealistas e, particularmente, como o conhecido Salvador Dalí.

Nós, espectadores, teremos instrumentos para interpretar essa produção e saberemos discutir a produção de um artista como Dalí e os seus relógios derretendo.

Figura 2.2 • A persistência da memória (1934).



Fonte: <http://www.everystockphoto.com/photo.php?imageId=2234334&searchId=bff3f9ea07445713fb3d3416d92fe4&npos=91>

Obras de Freud como *Totem e tabu* (1913), que discute a própria origem da humanidade, ou *O futuro de uma ilusão* (1927), que analisa o fenômeno religioso, ou *O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen* (1906), que além de uma análise dos sonhos se trata de uma bela análise literária da obra do escritor alemão Wilhelm Jensen, são fundamentais para o entendimento da alma humana. Temos ainda o

importante *O mal-estar na civilização* (1929), que discute as formas de interdição da cultura e nos leva a compreender como a humanidade produz regras que adiam ou proíbem situações de prazer com o objetivo de garantir a vida coletiva e, por fim, *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921) que permitem desvendar as relações das pessoas nos grupos e sua produção inconsciente. Um bom administrador de empresas não pode abrir mão desse recurso para compreender a dinâmica dos grupos com os quais trabalha. A liderança, nos ensina Freud, não é apenas um atributo pessoal ou algo que se aprenda, mas representa intrincadas relações entre as pessoas e ao mesmo tempo depende da forma como intervém os alicerces da nossa cultura no cotidiano dos grupos.

2.4 Behaviorismo

O Behaviorismo dedica-se ao estudo das interações entre o indivíduo e o ambiente, entre as ações do indivíduo (suas respostas) e o ambiente (as estimulações). Os psicólogos dessa abordagem chegaram aos termos “resposta” e “estímulo” para se referirem àquilo que o organismo faz e às variáveis ambientais que interagem com o sujeito.

Comportamento, entendido como interação indivíduo-ambiente, é a unidade básica de descrição e o ponto de partida para uma ciência do comportamento. O homem começa a ser estudado a partir de sua interação com o ambiente, sendo tomado como produto e produtor dessas interações. O mais importante dos behavioristas foi B. F. Skinner (1904-1990), e a base da corrente skinneriana está na formulação do comportamento operante.

O comportamento reflexo ou respondente é o que usualmente chamamos de “não voluntário” e inclui as respostas que são eliciadas (“produzidas”) por estímulos antecedentes do ambiente. Como exemplo, podemos citar a contração das pupilas quando uma luz forte incide sobre os olhos, a salivação provocada por uma gota de limão colocada na ponta da língua, o arrepio da pele quando um ar frio nos atinge, as famosas “lágrimas de cebola”, etc.

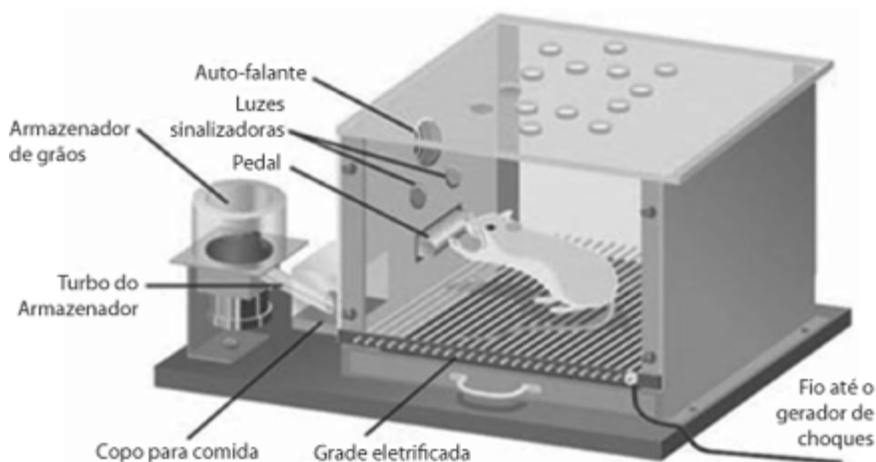
No início dos anos de 1930, na Universidade de Harvard (Estados Unidos), Skinner começou o estudo do comportamento justamente pelo comportamento respondente, que se tornara a unidade básica de análise, ou seja, o fundamento para a descrição das interações

indivíduo-ambiente. O desenvolvimento de seu trabalho levou-o a teorizar sobre outro tipo de relação do indivíduo com seu ambiente, a qual viria a ser nova unidade de análise de sua ciência: o comportamento operante. Esse tipo de comportamento caracteriza a maioria de nossas interações com o ambiente.

O comportamento operante abrange um leque amplo da atividade humana – como os comportamentos do bebê de balbuciar, de agarrar objetos e de olhar os enfeites do berço aos estímulos mais sofisticados, apresentados pelo adulto – de certa maneira, tudo o que fazemos nas ações efetivas no mundo.

Um ratinho, ao sentir sede em seu hábitat, certamente manifesta algum comportamento que lhe permita satisfazer sua necessidade orgânica. Esse comportamento foi aprendido por ele e se mantém pelo efeito proporcionado: saciar a sede. Um ratinho privado de água, portanto, com sede, foi colocado na “caixa de Skinner” – um recipiente fechado no qual encontrava apenas uma barra. Essa barra, ao ser pressionada pelo animal, acionava um mecanismo (camuflado) que lhe permitia obter uma gotinha de água, que chegava à caixa por meio de uma pequena haste.

Figura 2.3 • Diagrama da caixa de Skinner.



Fonte: < http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://4.bp.blogspot.com/_fgGT05cZasU/ > .

Durante a exploração da caixa, o ratinho pressionou a barra acidentalmente, o que lhe trouxe, pela primeira vez, uma gotinha de água, que, por causa da sede, foi rapidamente consumida. Por ter obtido água ao encostar na barra quando sentia sede, constatou-se a alta probabilidade de que, estando em situação semelhante, o ratinho a pressionasse novamente.

Nesse caso de comportamento operante, o que propicia a aprendizagem dos comportamentos é a ação do organismo sobre o meio e o efeito dela resultante – a satisfação de alguma necessidade, ou seja, a aprendizagem está na relação entre uma ação e seu efeito.

Esse estímulo de interesse é chamado de reforço. O comportamento operante refere-se à interação sujeito-ambiente. Nessa interação, chama-se de relação fundamental a relação entre a ação do indivíduo (a emissão da resposta) e as consequências. É considerada fundamental porque o organismo reage (emitindo essa ou aquela resposta) e sua ação produz uma alteração ambiental (uma consequência) que, por sua vez, retroage sobre o sujeito, alterando a probabilidade futura de ocorrência. Assim, agimos ou operamos sobre o mundo em função das consequências criadas pela nossa ação.

Na verdade, a Análise Experimental do Comportamento pode nos auxiliar a descrever nossos comportamentos em qualquer situação, ajudando-nos a modificá-los. É bastante conhecida uma prática de controle do comportamento utilizada pelo metrô de São Paulo (na verdade, por muitos outros metrôs mundo afora). Um estímulo discriminativo (uma campainha) é acionado quando a porta do vagão está prestes a se fechar e as pessoas se comportam da seguinte maneira: ou entram rapidamente ou param imediatamente. Os dois comportamentos garantem a segurança do usuário e evitam que pessoas fiquem presas durante o fechamento das portas. Publicitários e pessoas que trabalham desenvolvendo produtos nas empresas sabem exatamente qual é o fator reforçador de um produto (o sabor do achocolatado ou do creme dental), e prometer um reforço e não cumprir pode ser fatal para um produto. É conhecido o *case* de um xampu que prometia resolver o problema de pontas duplas dos cabelos longos. Apesar de uma intensa campanha, o produto foi retirado do mercado em razão das baixas vendas, depois de um sucesso imediato. O produto não cumpriu sua promessa, não garantiu o reforço prometido e o consumidor desistiu de seu consumo.

É muito conhecida a relação estabelecida por Skinner sobre a punição e o reforço, que inverte uma crença do senso comum de que

a punição é a melhor forma de evitar o comportamento indesejável. Por meio de inúmeras pesquisas Skinner comprova que a melhor forma de eliminar o comportamento indesejado é atribuir reforço (prêmio) ao desejado e não reforçar o indesejado. A falta de reforço tende a extinguir os comportamentos. Assim, um gerente muito severo, que pune os seus funcionários quando não cumprem suas ordens, irá produzir mais efeitos negativos que efeitos positivos. A punição tende a diminuir o comportamento indesejado, mas também diminui outros comportamentos que podem estar entre os desejados pelo gerente. Um comportamento que certamente será incluído no rol daqueles que terão sua frequência diminuída será o comportamento criativo. A punição induz o grupo a um temor e a uma tensão que serão prejudiciais ao desempenho geral do grupo.

São inúmeras as aplicações desse sistema psicológico no nosso cotidiano e nas relações de trabalho. Boa parte desses conceitos já caiu no domínio do senso comum, e podemos dizer, como ocorre com a psicanálise, que muita gente se apropriou desse campo de conhecimento e o utiliza corretamente. Pessoas que mantêm relação com grupos humanos (administradores de empresa, advogados, publicitários, jornalistas, etc.) não podem prescindir de um aporte científico do controle do comportamento.

2.5 Psicologia Histórico-Cultural

A Psicologia Histórico-Cultural surgiu na Rússia por volta de 1920, e um de seus criadores foi Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934). Vigotski formou-se em Direito em 1917 e logo depois voltou para sua cidade natal (Gomel). Apesar de sua formação em Direito, dedicou-se a ministrar aulas no Colégio Pedagógico e a preparar sua primeira publicação de peso, intitulada *Psicologia pedagógica*. É preciso considerar que o momento era propício a mudanças. O ano de 1917 marcou uma importante transformação na Rússia com a revolução soviética, que implantou o Estado socialista conhecido como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o qual se dissolveu em 1991. O período revolucionário, a partir de outubro de 1917, foi de uma explosão de criatividade nas artes e no comportamento, mesmo que depois disso tenha sido fortemente controlado com a ascensão de Josef Stalin ao poder. Certamente, o clima revolucionário afetou o jovem Vigotski e contribuiu para a mudança que o levou a ser um dos formuladores da psicologia soviética.

Vigotski é influenciado pelo importante pesquisador russo Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936), que estudou o reflexo condicionado e também influenciou o aparecimento do Behaviorismo. Pavlov era uma referência para a ciência russa; foi laureado com o prêmio Nobel de fisiologia e medicina em 1904. Após o período revolucionário, em que muitos autores foram proibidos na União Soviética (como foi o caso de Freud), Pavlov era considerado autor fundamental para as ciências soviéticas. Independente da ordem política, Pavlov era considerado referência para a elaboração de uma ciência materialista no mundo todo. Além de Pavlov, a escola alemã de Würzburg, onde se origina a discussão sobre a Fenomenologia e onde nasce a psicologia da Gestalt, também influencia Vigotski. Basta saber que ele foi um dos tradutores das obras dos teóricos da Gestalt para o russo.

Assim, podemos dizer que Vigotski se abastece em duas fontes importantes e distintas: a materialista, que fornece base ao behaviorismo e a idealista, que fornece base à fenomenologia. A forma de superar essa aparente contradição se deu por meio do método histórico-dialético de Marx & Engels e da base filosófica de Spinoza. Assim, no momento em que duas vertentes importantes da psicologia ocidental estão se estabelecendo, Vigotski oferece uma alternativa que vai para além das questões epistemológicas do período, oferecendo soluções que somente a partir da década de 1970 vêm a ser estudadas de forma sistemática.

Instalado no Instituto de Psicologia de Moscou, Vigotski contou com a colaboração de dois importantes nomes da psicologia soviética: Alexander R. Luria (1903-1977) e Alexei N. Leontiev (1902-1979). Juntos, esses três grandes pioneiros produziram a renovação da psicologia russa e, hoje, influenciam inúmeros psicólogos no mundo todo.

A psicologia Histórico-Cultural parte de duas premissas importantes: a filogenética e a ontogenética. No primeiro caso, baseada na visão marxista da constituição do ser humano, considera que o trabalho (como atividade produtiva) foi o elemento central na nossa humanização. Foi a partir da elaboração das primeiras e primitivas ferramentas de pedra lascada que foi possível gerar os primeiros elementos da consciência humana e os primeiros sinais com características simbólicas. Isso significa dizer que passamos a compreender uns aos outros, e para tanto nos utilizamos da linguagem. Essa premissa nos permite deduzir que a construção da consciência e da linguagem se dá de fora para dentro.

A condição filogenética, segundo Vigotski, irá se reproduzir ontogeneticamente, no desenvolvimento do indivíduo. Uma criança, ao nascer, irá se apropriar dos elementos da cultura humana, do ponto de vista da cultura particular do lugar onde nasceu (país, língua materna, costumes, etc.), na relação com os adultos e mesmo com outras crianças que a rodeiam. Assim, ela repetirá as condições da filogênese humana no seu próprio desenvolvimento. A apropriação da linguagem, por exemplo, se dará a partir do gesto aleatório caminhando para o gesto significativo. Quando um bebê balbucia o fonema “ma”, o faz porque se trata de uma vocalização simples que exige pouca movimentação do aparelho fonador (língua, cordas vocais, músculos da garganta e da boca). Se a expressão é realizada no momento da mamadeira, os pais certamente dirão: “Que lindo, o bebê está falando MAMÁ!” Com isso, atribuem significado ao objeto mamadeira. Se a expressão é dita quando o bebê está olhando para sua mãe, o significado atribuído será o de mamãe. Esse é o momento crucial de aquisição da linguagem, e é como se a criança reproduzisse o gesto que nossa espécie realizou na sua humanização: o gesto de reter o instrumento de pedra transformando-o em instrumento de trabalho.

Essa relação entre a base filogenética e a ontogenética permite a Vigotski considerar que o psiquismo humano está estruturado a partir da consciência e da atividade concreta no mundo. Que o pensamento (elemento básico do psiquismo) se expressa por meio da linguagem e que a linguagem é o elemento de mediação entre o ser humano e o mundo e a condição básica para a relação com outro ser humano. De acordo com Luria (1986), a linguagem é fator fundamental na constituição da consciência e garante a retenção dos objetos do mundo na memória. Desse modo, a linguagem “dobra” o mundo existente (o mundo percebido) criando um mundo interno. Mas esse mundo interno não é uma imagem espelhada do mundo, e sim um processo de abstração e generalização. Esse processo permite o trânsito do reflexo sensorial para a construção de um mundo racional e garante o controle do nosso comportamento, do nosso modo de agir no mundo e o próprio controle da natureza. É o que nos separa dos outros seres do mundo animal. É o que torna o ser humano um ser criativo.

Outro fator importante da Psicologia Histórico-Cultural é exatamente a sua característica histórica. O ser humano é visto a partir do seu processo de desenvolvimento e será um a cada momento

histórico e em uma dada cultura. Somos, fundamentalmente, seres sociais e históricos e não dependemos inevitavelmente de nossos instintos para a sobrevivência. Há uma grande plasticidade em nossas formas de adaptação e ela depende muito mais de nossa cultura (do que produzimos e do que aprendemos) que dos comportamentos inatos. Assim, pensar a psicologia do ser humano é pensar o momento e o lugar em que ele vive.

Trata-se de instrumento importante para se pensar relações humanas a partir da atividade que desempenhamos cotidianamente. Saber que a consciência se produz nas relações concretas de atividade no mundo e que ao mesmo tempo ela se descola dessa atividade (capacidade de abstração) e que a cultura congrega um importante repertório consolidado dessas abstrações, constituindo a memória coletiva de um povo, e que esse repertório é interpretado à luz da história desse povo – por exemplo, as relações de dominação de classes, as quais justificam as diferenças e naturalizam sua manutenção (diferença entre pobres e ricos) – é um importante instrumento de análise para compreender a subjetividade humana e instrumento de análise que pode ser utilizado por muitos profissionais em diferentes situações.

Considerações finais

Apresentamos aqui uma breve amostra de como a psicologia pode ser aproveitada como ciência aplicada a outras disciplinas. Esse conhecimento pertence à humanidade e não somente aos psicólogos, profissionais autorizados a trabalhar utilizando as técnicas e métodos psicológicos.⁴ Quando se trata de aplicação de recursos da psicologia, como pode ocorrer com recursos de qualquer outra disciplina, o profissional irá aplicar esse conhecimento no cotidiano de sua profissão para analisar, compreender e resolver problemas relativos ao campo da subjetividade.

Desenvolvemos aqui as matrizes da psicologia contemporânea, mas é preciso considerar que tanto o que foi apresentado como o conhecimento desenvolvido a partir dessas matrizes e que derivaram outras correntes da psicologia precisam ser conhecidos de maneira mais profunda para uma atuação eficiente do profissional. O que estamos discutindo e apresentando no decorrer da leitura deste livro representa o recurso necessário para uma melhor compreensão dos

caminhos e descaminhos do processo subjetivo que vivenciamos em situações de trabalho, nas várias situações grupais, na família, enfim, na nossa vida cotidiana.

Atividades complementares

1. Uma boa atividade complementar é a realização de um exercício que contemple a área de atuação do estudante (comunicações; administração; turismo, etc.) a partir das características de cada um dos sistemas de psicologia (Psicanálise; Gestalt; Behaviorismo; Histórico-Cultural). O professor deve preparar um exercício com situações que possam ser analisadas a partir de cada um dos sistemas, dividir a classe em grupos e atribuir um dos exercícios a cada grupo. Depois reúne a classe em uma roda de conversa e cada grupo expõe a sua solução. O professor faz o fechamento realizando uma síntese do trabalho.
2. Alguns filmes são bem adequados para um exercício utilizando o material deste capítulo. É o caso de *The Corporation (A Corporação)*, disponível na internet e legendado em português (<http://video.google.com/videoplay?docid=1536249927801582119#>). Trata-se de um documentário muito crítico sobre o mundo corporativo. Outro filme com a mesma temática é *Amor sem escalas (Up in the air)*, EUA, 2009, do diretor Jason Reitman, que retrata a vida de um assessor de desligamento de pessoas em grandes empresas. Muito interessante para avaliar comportamentos. *Gênio indomável (Good Will hunting)*, EUA, 1997, dirigido pelo excelente diretor Gus Van Sant, fala do conflito de um jovem pobre com inteligência acima do normal que não estuda, mas trabalha na universidade como faxineiro. São inúmeros os conflitos enfrentados pelo jovem, que é apoiado por um professor de física e por um psicólogo. Muito bom para um estudo apoiado na psicanálise. Por fim, seria interessante utilizar peças publicitárias veiculadas na televisão (facilmente encontradas no YouTube) para uma análise a partir da teoria da Gestalt.

Bibliografia comentada

O mal-estar na civilização, de Sigmund Freud, é um livro importante para quem quer entender a relação entre psicologia e cultura. É um

livro que transcende a psicologia e que é muito acessível aos não iniciados em psicanálise. É um texto de Freud que se encontra com certa facilidade, separado dos tomos da Obra Completa.

O mesmo se passa com outro grande nome da psicologia, Burrhus F. Skinner, que publicou um livro chamado *Walden II: uma sociedade do futuro* (EPU), em que aplica os conhecimentos do behaviorismo para planejar uma sociedade futura. O termo *walden* foi emprestado por Skinner do escritor utopista americano Henry David Thoreau (1817-1862), que escreve sobre a vida no campo com a mínima participação da sociedade industrial. Esse foi o primeiro “Walden”, e por isso Skinner dá o nome de Walden II à sua sociedade planejada.

Um livro citado neste capítulo e que ainda hoje faz parte da bibliografia dos cursos de arte é *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*, de Rudolf Arnheim (Thomson Pioneira), que discute os princípios da Gestalt aplicados às artes visuais. Um livro mais difícil, mas muito importante, é *Fenomenologia da percepção*, de Maurice Merleau-Ponty (Martins Fontes), uma filosófica viagem sobre o mundo da percepção humana feita por um dos mais importantes psicólogos fenomenológicos conhecidos.

Para conhecer um pouco mais da psicologia Histórico-Cultural, vale a pena consultar o livro de Bock, Gonçalves e Furtado, *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (editora Cortez), que faz uma apresentação geral da temática. Para se aprofundar no assunto, veja *Sujeito e subjetividade*, de Fernando González Rey (editora Cengage Learning).

Referências

ARNHEIM, Rudolf. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Pioneira, 1980.

EWALD, Ariane P. Fenomenologia e existencialismo: articulando nexos, costurando sentidos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, ago. de 2008.

Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812008000200002>. Acesso em: 2 de set. de 2010.

FOLHA ONLINE. Leia declaração que justifica Prêmio Nobel de Economia de 2002. Trad. Marcelo Vaz. *Folha de São Paulo*, 26 de nov. de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/>

[sinapse/ult1063u226.shtml](#) > . Acesso em: 22 de ago. de 2010.

HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.

KAHNEMAN, Daniel. Autobiography. Nobelprize Org. *The Official Web Site of the Nobel Prize*. Disponível em: < http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2002/kahneman-autobio.html > . Acesso em: 22 de ago. de 2010.

LURIA, A. R. *Pensamento e linguagem*: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artmed, 1986.

UNIVERSITÄT LEIPZIG. History of the Psychology in Leipzig, Germany. Disponível em: < <http://www.uni-leipzig.de/~psycho/hist.html> > . Acesso em: 22 de ago. de 2010.

VIGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas*. Madrid: Visor, 1991. v. I, II, III, IV e V.

CAPÍTULO 3

SAÚDE MENTAL

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Este capítulo pretende abordar e problematizar o conceito e as representações sociais sobre saúde e doença mental. Esse assunto remete necessariamente a outro: o que é normal e o que é patológico? Há muita polêmica entre os estudiosos e profissionais da área da saúde, que propõem diferentes modos de compreender e de lidar (tratar) com o fenômeno. O objetivo do capítulo é demonstrar a importância de problematizar as ideias circulantes sobre o tema e as concepções preconceituosas ou ultrapassadas sobre o assunto.

3.1 Introdução

Com frequência, quando observamos o comportamento dos outros e também o nosso, nos chamam a atenção determinadas condutas, reações e/ou sentimentos e nos perguntamos: “Isso é normal?”

Outro dia, em um programa da televisão norte-americana, o tema era “somos normais na intimidade?” O modo de averiguar isso era fazer perguntas para uma grande plateia, e aquilo que era respondido pela maioria era considerado normal, independente da qualidade da resposta. A pergunta “você já fingiu orgasmo?”, mais de 70% da plateia (feminina) respondeu afirmativamente, e então foi considerado normal. Outro comportamento “pesquisado” nessa plateia foi a frequência do ato sexual, o qual a maioria respondeu que ocorria uma vez por semana, e aqueles que responderam que “transavam” diariamente ou uma vez por mês foram considerados excepcionais, “fora do padrão”.

Nesse modo (não científico) de apresentar a “normalidade” para milhões de telespectadores de várias partes do mundo o que está em jogo é: o modo como a maioria se comporta ou pensa acaba por

estabelecer o padrão de normalidade – um padrão estatístico que interfere nas expectativas sociais: todos devem se comportar como a maioria! Portanto, o recado implícito é que os demais deveriam se adequar a esse padrão. O que é diferente, fora do esperado, causa estranheza, reprovação ou menosprezo.

O tema da normalidade é algo que ocupa desde sempre o ser humano. As perguntas a seguir foram feitas em vários tempos históricos e é possível adiantar que as respostas têm sido diferentes. O que é ser normal? É estar dentro dos padrões de conduta do meio de convivência da pessoa? E quando atender esse padrão é insatisfatório para o indivíduo? E quando, por algum motivo, é impossível dar conta dessa expectativa social? Esse comportamento deve ser considerado uma patologia? Ou apenas excentricidade, uma peculiaridade daquela pessoa? Onde cabe o diferente? Há tolerância para com as idiossincrasias pessoais, mesmo com aquelas que tornam o sujeito improdutivo do ponto de vista da sociedade de mercado e um péssimo consumidor?

Então, vamos começar este texto discutindo a questão do normal e do patológico.

Para isso, uma das referências é a Psicanálise, para a qual a diferença entre o normal e o patológico é uma questão de grau. Ou seja, a estrutura psíquica do indivíduo formada desde antes do nascimento é a mesma, qualquer que seja o diagnóstico de seu estado (“normal” ou “patológico”), e o que diferencia esses estados é a intensidade, a frequência do comportamento/sentimento/ideias e o grau de sofrimento que implica para o indivíduo ou de desconforto e preocupação que suscita em seus grupos de convivência.

Dois exemplos recorrentes para esclarecer isso: é comum, nos tempos atuais, a preocupação com a segurança pessoal e do patrimônio, portanto, espera-se que as pessoas, ao saírem de casa, verifiquem se trancaram a porta. Contudo, se alguém retorna três ou quatro vezes para verificar se a casa está fechada, já nos chama a atenção, e, se essa mesma pessoa é novamente atacada pela dúvida no meio do expediente de trabalho e não consegue realizar nenhuma outra atividade se não retornar a casa e verificar todas as trancas, começamos a pensar em alternativas para cessar esse comportamento exacerbado. Outro exemplo frequente é a “mania de limpeza”, algo valorizado pela importância atribuída à higiene que está relacionada à saúde, no mundo moderno; contudo, se a pessoa desenvolve um comportamento extremamente rígido e, por exemplo, lava as mãos

toda vez que toca um objeto ou se recusa a comer alimentos que não tenham sido preparados por ela sob rigoroso sistema de higienização pelo temor da contaminação, há sofrimento por parte dessa pessoa e é possível considerar que ela já não tem controle sobre suas ideias e comportamentos compulsivos, que esse comportamento atrapalha a sua vida e cria dificuldades para o seu convívio social.

Um terceiro exemplo, e próximo das novas gerações, é a questão da estética corporal e, particularmente, o peso. É consenso que a obesidade traz malefícios à saúde e que uma dieta alimentar equilibrada (e colorida, como dizem os nutricionistas!) produz benefícios, a curto e a longo prazos. Contudo, a ditadura da estética, e mais particularmente da “magreza” como padrão estético valorizado e desejado, pode levar a exageros – recusa a comer ou a ingestão insuficiente de alimentos. Há um nome para isso: anorexia, e revela um distúrbio psíquico e físico com risco de grave adoecimento e morte.

Portanto, a questão da normalidade está relacionada com vários aspectos: com aquilo que se destaca na conduta do próprio sujeito (pela intensidade, frequência, ausência, contraditoriedade) e lhe causa, em muitas situações, desconforto e sofrimento. E, principalmente, a questão da normalidade e da patologia está relacionada com o modo de ser e de se comportar que é ou não esperado do indivíduo em determinado grupo social, sociedade, cultura. O último exemplo citado é bastante revelador de como a cultura determina o que é normal e como isso varia ao longo da História e em diferentes contextos sociais: no período histórico em que Renoir, na segunda metade do século XVII, pintava suas musas, a magreza não era o padrão estético valorizado.

Nos tempos atuais, ao mesmo tempo em que há uma tolerância maior com a diferença – a homossexualidade não é mais considerada doença mental pela ciência –, há, também, intolerância quanto às diferentes expressões da singularidade humana como a agressão que estes mesmos sujeitos sofrem de outros cidadãos comuns. E também há intolerância quanto ao sofrimento: próprio e do outro. A medicalização surge, então, como uma solução para garantir o bem-estar, impedir que o estado psíquico alterado do sujeito interfira em sua produtividade no trabalho e em sua capacidade de consumo.

3.2 A História

Thomas S. Szasz, em seu livro *A fabricação da loucura*,¹ coloca já na introdução que “o conceito de doença mental é análogo ao de feitiçaria” (!!!). Uma afirmação baseada na compreensão da função social da feitiçaria no século XV e da doença mental no final do século XX: dar sentido para aquilo que é incompreensível. E o surgimento da Psiquiatria – a ciência médica que busca a compreensão do fenômeno – ocorre “à medida que a perseguição às feitiçarias declinou e desapareceu”. Ou seja, houve a substituição da explicação religiosa pela explicação científica para determinados comportamentos considerados inexplicáveis (fora do comum) e que causavam espanto, horror, temor.

O filósofo e estudioso do assunto Michel Foucault, em seu livro *História da loucura*,² também aborda a constituição histórica, nas sociedades ocidentais, do conceito de doença mental a partir do Renascimento, quando o louco vivia solto, era expulso das cidades e considerado detentor de um conhecimento cósmico sobre os homens e o mundo; ao mesmo tempo, a loucura era considerada ignorância, desvio moral, desregramento da conduta, e o louco, aquele que tomava a mentira como realidade e o erro como verdade. Nesse sentido, a loucura começa a ser vista, nesse período histórico, como *des-razão*, oposição à razão, à sede de moralidade e da verdade.

Nos séculos XVII e XVIII, a atribuição do “diagnóstico” de loucura aos membros da comunidade local era realizada pela igreja, pela justiça e pela família e os critérios eram relativos à transgressão das leis e do comportamento moral – o *desviante*. Ou seja, os loucos não eram vistos como doentes, mas o critério de internação/reclusão era a inadequação à vida social. É nesse século que os loucos começam a ser recolhidos aos hospitais gerais, que se caracterizam como instituições assistenciais de segregação dos excluídos da vida social. Ao mesmo tempo, busca-se a construção de um conhecimento médico sobre a loucura.

É na segunda metade do século XVIII que as reflexões médicas e filosóficas começam a localizar a loucura “dentro”, no interior da pessoa, como alienação e perda da natureza humana. E é no final desse século que se constrói, na França, a primeira instituição destinada exclusivamente aos loucos: o *asilo*, porque se considerava temerário para os demais usuários dos hospitais gerais a convivência com eles. O tratamento incluía a religião, a culpa, o medo e a vigilância; ao médico é atribuída a função de normatização do louco, que passa a ser considerado capaz de se recuperar, por meio da

medicação, em um ambiente isolado e vigiado. É assim que surge a Psiquiatria.

Para a Psiquiatria clássica, os comportamentos do portador de doença mental são sintomas de uma doença endógena, orgânica (cerebral), e cada um de seus quadros é exaustivamente descrito – distúrbios sensoriais, intelectuais, motores, afetivos – e usado como matriz para diagnóstico de cada novo paciente. Assim, considerada como doença orgânica, será tratada quimicamente (medicação) e, de modo cada vez mais raro, – pois esses métodos são vistos como métodos cruéis –, por meio de choques elétricos, insulínicos e, nos casos mais graves, com a internação psiquiátrica. Em nosso país, a lobotomia foi banida no século passado.

No século XX, particularmente na segunda metade do século, há movimentos de oposição em várias partes do mundo a essa psiquiatria clássica – Thomas Szasz a nomeava Psiquiatria institucional – em que são contestados:

- a explicação exclusivamente orgânica dada ao fenômeno. É necessário considerar as condições de vida do sujeito que promovem adoecimento;
- os métodos exclusivamente medicamentosos e, em especial, as práticas de segregação das pessoas em manicômios e hospitais psiquiátricos, de modo compulsório. Nesse aspecto, muitos estudiosos apontaram e ainda apontam que a internação era/é usada quase que exclusivamente para a segregação dos pobres, transformando essa prática médica em controle social;
- a exclusividade da autoridade do médico no diagnóstico e no tratamento da pessoa portadora de algum sofrimento psíquico.

É nesse contexto que se situam a psiquiatria social, a antipsiquiatria, as comunidades terapêuticas desenvolvidas por Maxwell Jones na Escócia, assim como o movimento de eliminação dos manicômios na Itália, coordenado por Franco Basaglia, e que está na origem do movimento antimanicomial que alcança grande repercussão no Brasil e já tem repercussões nas políticas públicas da área da saúde, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS –, com abrangência em todo o território nacional.

O psicólogo e pesquisador Marcus Vinicius de O. Silva, militante da luta antimanicomial, coloca em seu texto³ que “o debate antimanicomial afirma o pressuposto da complexidade

socioindividual da questão constituída pela doença mental e pelos doentes mentais (existências-sofrimento), colocando outro desafio: operar com ‘complexidade’ diante de uma situação definida como ‘complexa’. E para tal, lança mão, enquanto ‘controle’, da sua prática do objetivo político de garantia dos direitos de cidadania dos pacientes”. E, mais adiante, acrescenta: “Garantir a sua cidadania [...] não os abandonando ao seu próprio sofrimento e à sua própria sorte, [...] estabelecendo os limites obrigatórios de intervenção técnica, nos marcos de uma ética do ‘contrato social’ que organiza a vida dos homens, numa sociedade política”.

Ao mesmo tempo, observa-se desde o final da década passada um incremento nas pesquisas que buscam o mapeamento cerebral e a identificação de componentes bioquímicos do organismo responsáveis pela produção das condutas consideradas patológicas, bem como grande investimento da indústria farmacêutica na produção de novos e potentes medicamentos destinados ao controle dessas condutas. O ícone dessas novas medicações, pela repercussão mundial que alcançou, é o *Prozac*, chamado de *pílula da felicidade*. As descobertas da neurociência têm contribuído com a psiquiatria clínica no sentido do diagnóstico da fisiopatologia do comportamento e da doença mental.

É importante esclarecer que esse debate e suas polêmicas não negam a existência de fatos e acontecimentos que revelam o sofrimento psíquico do sujeito. No entanto, propõem sua discussão e a resistência a explicações simplistas que retiram a visibilidade dos seus portadores, trancando-os nos hospitais e clínicas, e atribuem ao fenômeno sua complexidade, em que fatores de ordem social, política, econômica e individuais estão implicados. Portanto, medidas preventivas e de promoção de saúde mental podem ser estabelecidas, como, por exemplo, na melhoria das condições do trânsito e transporte nas grandes cidades ou nas condições de trabalho.

3.3 O que a psicologia tem a dizer

Embora o fenômeno da doença mental tenha sido inicialmente uma área restrita à Psiquiatria, a Psicologia, como a ciência que busca a compreensão da subjetividade humana, tem contribuições importantes, particularmente nas últimas décadas, em que tem colaborado de modo produtivo para a polêmica e a contestação de

seu monopólio por um único saber, no caso o saber médico.

A abordagem psicológica encara os sintomas e, portanto, a doença mental como desorganização da vida subjetiva da pessoa. Essa desorganização pode ocorrer a partir da interdependência entre acontecimentos crônicos ou excepcionais (traumáticos) no mundo físico e social – precariedade de condições de vida, riscos iminentes de catástrofes, perda de um ente muito querido – e as condições de constituição de sua subjetividade. Nesse sentido, é importante considerar que a subjetividade refere-se ao sujeito em sua totalidade: seu corpo físico, seu funcionamento orgânico, psicológico e seu lugar social.

A contribuição da psicologia é não dissociar os diferentes aspectos que constituem a vida do sujeito, buscar estratégias de prevenção para situações de sofrimento psíquico, estimular alternativas de promoção de saúde mental e, naquelas situações em que os sintomas já se instalaram, buscar sua compreensão considerando a história do sujeito, que está sempre inscrita na história de seus grupos sociais em determinado momento histórico. Nesse sentido, a participação do psicólogo – ao lado de outros profissionais da saúde – busca alternativas de tratamento que não retirem a dignidade do portador de sofrimento psíquico e formas de participação social compatíveis com os limites de seu estado, que pode ser mais ou menos duradouro.

3.4 Saúde mental e trabalho

O humano se caracteriza pela criação do trabalho como forma consciente de transformação da natureza. A experiência do trabalho está fortemente ligada à vida de todos. Os estudantes universitários, por exemplo, preparam-se para ingressar no mundo do trabalho. E algo que exige tanto tempo de nossas vidas, dedicação de esforço e tempo, produz muitas consequências positivas, agradáveis ou muito desgastantes.

O maior problema enfrentado nas relações de trabalho é a maneira como elas se estruturam a partir do fator competitivo e de disputa. Esse clima competitivo produz distorções nas relações entre as pessoas que convivem nas organizações de trabalho. Mesmo quando há uma boa política de gestão de pessoas, dirigentes capacitados para lidar com os conflitos interpessoais e colegas cooperativos, não é fácil a convivência por meses e anos a fio. E, ao mesmo tempo, chefes

despóticos, colegas desleais e gerentes pouco preparados para a gestão de pessoas são, infelizmente, experiências frequentes.

O clima autoritário presente nas organizações de trabalho é um tema estudado desde o início do século passado pela psicologia social, bem como as vantagens do clima democrático na vida dos grupos e instituições. Atualmente, o clima autoritário e suas implicações nas organizações têm se revelado na intensa discussão sobre *assédio moral*.

O assédio moral, segundo Freitas e Barreto,⁴ é danoso para as relações interpessoais e pode prejudicar seriamente as pessoas a ele submetidas. Ele se expressa como terrorismo psicológico (ameaça, humilhação pública, comportamentos agressivos), subestimação, exigências excessivas. Isso pode ocorrer por inúmeros motivos, como, por exemplo, o intuito de demarcar o território organizacional, isto é, a demonstração para os demais de que “quem pode, manda e quem tem juízo, obedece!”

O assédio moral pode produzir, em suas vítimas, adoecimento – insônia, gastrite, hipertensão, ansiedade, depressão – e pode levar, nos quadros mais graves, ao que é nomeado pelos estudiosos do tema como Síndrome de Burnout. Essa síndrome pode ser bem traduzida como exaustão emocional. Mais uma vez, é importante ressaltar que cada conduta e também essa síndrome são determinadas por vários fatores; no caso, devem-se considerar os vários aspectos que constituem as condições de trabalho. A pesquisa realizada por Codo,⁵ Reis e Borges⁶ com professores sobre as consequências de condições de trabalho adversas demonstrou que o adoecimento desses profissionais ocorria em função de um conjunto de fatores: baixos salários, escolas deterioradas, alunos indisciplinados, plano de carreira frágil, falta de perspectiva profissional.

Nessa perspectiva, a garantia de saúde mental no ambiente de trabalho irá depender do controle das formas de adoecimento. Para garantir boas condições de trabalho, é fundamental – além de bons administradores – a mobilização e organização dos trabalhadores. Algumas dessas formas de organização estão garantidas por lei, como é o caso da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) ou do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); outras são negociadas por sindicatos, associações de trabalhadores ou comissões de fábrica.

Considerações finais

Os aspectos relevantes da contribuição da psicologia são: a problematização do diagnóstico de doença mental para condutas – como a tristeza e a timidez – constitutivas da vida humana; o questionamento do rótulo de doença a episódios de depressão e ansiedade, considerados reações esperadas em face de determinados episódios desagradáveis ou dolorosos da vida do sujeito; a denúncia do incentivo à cura química pela indústria farmacêutica, que, em um fenômeno bastante atual, atinge também as crianças cujo comportamento social ou produtividade escolar, por exemplo, são considerados inadequados ou problemáticos pelos adultos; ao mesmo tempo, trabalha com a concepção de que o sofrimento psíquico é um fenômeno multideterminado; a certeza de que aspectos culturais são importantes de serem considerados ao lado de aspectos de natureza psicológica, social e outros; a convicção de que é possível interferir nas causas desencadeadoras desse fenômeno; e a proposta de identificar e realizar práticas de tratamento que não impliquem segregação dos sujeitos.

Em síntese, os portadores de sofrimento mental têm direito a liberdade, a trabalho, a moradia e a convivência social.

Atividades complementares

1. Existem alguns filmes atuais e bem instigantes sobre o tema: *Estamira*, uma produção brasileira de 2006, que retrata a vida de uma senhora de 62 anos que encontra no lixão sua possibilidade de sobrevivência; é tachada como louca pelos médicos e pela família e, ao mesmo tempo, demonstra lucidez na sua compreensão do mundo e de si mesma; *Garota, interrompida*, filme germano-americano que aborda a história de uma adolescente diagnosticada como doente mental e sua internação por dois anos em um hospital psiquiátrico, com outras jovens; o filme americano *Uma mente brilhante* (2001), baseado na história verídica de John Nash, um dos mais brilhantes matemáticos do século XX (prêmio Nobel), que retrata a genialidade do intelectual e o drama da doença mental (diagnosticada como esquizofrenia) que afeta a sua vida cotidiana. Escolha um desses filmes e discuta o tema dos limites entre normal e patológico. A discussão pode ser mais interessante em grupo e,

posteriormente, cada um pode fazer, por escrito, uma breve conclusão pessoal.

2. Pesquise na internet informações sobre o movimento de luta antimanicomial no Brasil e faça uma rede de troca dessas informações com sua sala de aula e/ou com seus amigos.

Bibliografia comentada

A bibliografia sobre saúde mental e loucura é bastante extensa. Há livros introdutórios ao tema, como *O que é loucura*, de João Frayze-Pereira (editora Brasiliense), e *Doença mental e psicologia*, de Michel Foucault. Para essa abordagem inicial de um tema complexo, muitos artigos publicados em jornais (impressos e on-line) por Joel Birman, Maria Rita Kehl, Jurandir Freire Costa e no *site* da luta antimanicomial podem ser bastante úteis. O livro de Michel Foucault, *História da loucura* (editora Perspectiva), é um clássico na abordagem do tema e de leitura mais exigente. Especificamente sobre a questão de saúde mental e trabalho, há o livro coordenado por Wanderley Codo, *Educação: carinho e trabalho – Burnout*, a síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação (editora Vozes), que por meio da apresentação e discussão de dados de pesquisa aborda a questão das condições de trabalho e, particularmente, da exaustão emocional.

Referências

BASAGLIA, Franco. *A psiquiatria alternativa – contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática*. São Paulo: Brasil Debates, 1979.

BIRMAN, Joel. Os novos dependentes – confusão entre os conceitos de depressão e melancolia pode tornar o indivíduo “escravo” do mercado farmacêutico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 de out. de 2009. Caderno Mais.

CODO, Wanderley (coord.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout*, a síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes; Brasília: Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação, Universidade de Brasília, 1999.

CREWS, Frederick C. Ilusões e desacertos da era Prozac. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 de dez. de 2007. Caderno Aliás.

- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- FRAYZE-PEREIRA, João. *O que é loucura*. São Paulo: Brasiliense.
- FREITAS, M. E.; HELOANI, J. R.; BARRETO, M. *Assédio moral e trabalho*. São Paulo: Cengage, 2008. (Coleção Debates em Administração.)
- REIS, E.; BORGES, J. F. Docência e exaustão emocional. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, abr. de 2006.
- SILVA, Marcus V. de O. Saúde mental (com cidadania) e sistemas locais de saúde: um encontro no campo das utopias. Disponível em: <<http://www.compromissosocial.org.br/>>. Acesso em: set. de 2011.
- SZASZ, Thomas S. *A fabricação da loucura* – um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CAPÍTULO 4

A PSICOLOGIA E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO – O ESFORÇO DE COMPREENDER O SER HUMANO

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

O ser humano em suas várias expressões – pensamentos, sentimentos e condutas – é um desafio para a compreensão. Essa é uma tarefa/empreitada que, ao longo da história da humanidade, tem ocupado os pensadores, filósofos, escritores, antropólogos, historiadores, psicólogos e todos os que buscam compreender o outro para poder trabalhar ou conviver com ele.

Este capítulo pretende indicar as múltiplas determinações da constituição da subjetividade, no sentido de esclarecer a necessidade e a importância de uma compreensão mais ampla da realidade, ou seja, das condições objetivas de vida das pessoas que permitem nos aproximarmos da compreensão de seus modos de existir (ser e estar no mundo). E apresentamos, para enriquecer nossa reflexão, a articulação da psicologia com outras áreas do conhecimento – a construção da interdisciplinaridade – e a utilidade dessa produção teórica nos diferentes campos de atuação.

4.1 Introdução: o desafio de conhecer o humano

Um escritor famoso – Ortega y Gasset – afirmou: “O homem é ele e suas circunstâncias”.¹ Isso nos coloca a complexidade do desafio da compreensão do humano, porque a afirmação nos indica que

precisamos conhecer “aquilo” que engendra/produz o modo de ser-sentir-agir de cada um, que pode ter aspectos comuns ou diferentes para várias pessoas do planeta (religião), de um mesmo país (a língua) ou localidade (os bairros de uma megalópole) ou classe social (pobres e ricos) ou seita religiosa (com regras de conduta diferentes) e, ao mesmo tempo, nos lembra que “cada um é um” ou, como diz o autor citado, “o homem é ele...”

Os exemplos citados mostram que as circunstâncias ou condições – demográficas, econômicas, sociais, culturais, políticas etc. – em que o ser humano vive podem determinar modos de ser, pensar e agir característicos de grupos ou setores da população ou de todo um povo de um país – o que lhes dá uma identidade. Ao mesmo tempo, essas condições atingem cada pessoa de modo bastante peculiar, o que produz as singularidades, as diferenças entre elas. Um exemplo simples de condições semelhantes de vida que produzem diferenças são os irmãos de uma mesma família. E um exemplo de condições diferentes de vida que engendram modos de sentir, pensar e se comportar de modo semelhante é o desejo de consumo de dois adolescentes, com poder aquisitivo bastante diferente, diante da mesma propaganda de tênis ou celular.

Para compreender o ser humano nessas múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo, uma única especialidade de conhecimento – por exemplo, a psicologia ou a biologia ou a antropologia – não é suficiente. Uma única abordagem não dá conta da complexidade de fatores implicados no acontecimento/fenômeno. É necessário considerarmos a contribuição de várias áreas do conhecimento; e, mesmo assim, na atualidade, com o processo aceleradíssimo de transformações sociais e seus efeitos na produção da subjetividade, sempre ficamos “correndo atrás do prejuízo”. Ficamos perplexos diante de novos acontecimentos e fenômenos (por exemplo, a erotização da infância) e com poucas pistas para uma compreensão em profundidade da criança, do adolescente, do jovem, do adulto ou das gerações mais velhas.

Isso significa que a produção de conhecimento existente não é suficiente para conhecermos todos os fatores e determinações que engendram o humano e as muitas e novas subjetividades.

4.2 O mundo em que vivemos – um

exercício de decodificação

A complexidade do mundo contemporâneo exige que possamos considerar inúmeras ordens de fatores quando nos propomos a compreender situações do cotidiano: por que os adolescentes estão fazendo cirurgias plásticas estéticas? Por que aumenta (e preocupa) o índice de obesidade da população? Por que as crianças são cada vez mais (precocemente) educadas para a autonomia? Por que os adolescentes são considerados bons consumidores? Por que a família se organiza de modos tão diferentes? Por que há o preconceito em relação aos homossexuais? Por que há intolerância religiosa? Por que a felicidade está associada com a capacidade de consumo? Por que os interesses individuais prevalecem sobre os coletivos? Por que o crime organizado se tornou uma alternativa de trabalho para determinados setores da juventude? Por que nos sentimos permanentemente insatisfeitos ou desatualizados? Por que a guerra?

O aspecto que, com mais frequência, elencamos para nos aproximarmos de um fenômeno humano e das respostas a inúmeras perguntas que formulamos é o **econômico**. A base material da sociedade, como ela se organiza enquanto produção e distribuição de riquezas entre os seus membros, constitui importante aspecto quanto às condições objetivas de vida das pessoas, seu acesso e usufruto dos bens materiais, culturais e espirituais que essa mesma sociedade produz. O lugar de origem das pessoas na pirâmide econômica da sociedade determina seu presente e pode interferir de modo importante em seu futuro. Hoje, o ganho financeiro da família permite que uma criança estude em uma escola pública e “amanhã” isso poderá produzir um grau de dificuldade maior no ingresso na universidade, com repercussões na sua entrada no mercado de trabalho. Uma questão importante associada ao aspecto econômico que interfere de modo radical na vida das pessoas é a distribuição da riqueza em uma mesma sociedade, que, no caso da brasileira, é geradora da desigualdade social, com muitas repercussões/efeitos sociais e psicossociais. Importante notar que os jovens são aqueles que menos se conformam com isso, particularmente em sociedades nas quais, cada vez mais, o *status* (seu reconhecimento social) e a autoestima (o valor que o indivíduo atribui a si mesmo), por exemplo, estão associados ao consumo de objetos e bens.

Outro aspecto é o **político**, que envolve a decisão de implementação de um ou outro modelo econômico (com maior ou

menor distributividade da riqueza), decisão que afeta a vida de todos os cidadãos e determina o padrão de vida e estilos de viver. A essa base material da sociedade se associa outro fator importante: a **cultura**. A cultura “... é um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas inúmeras gerações anteriores. A manipulação criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, a ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade”.² A cultura dá a marca da identidade de todos os grupos humanos mais ou menos extensos. Ela pode estar associada a um país, a uma nacionalidade, a um território (zona rural ou zona urbana), a um grupo que se identifica por uma língua (ou dialeto ou repertório), por hábitos e valores típicos, padrões de conduta e consumo (alimentação, vestuário, arte) e legislações específicas que regulam a vida social e as relações entre os cidadãos e membros daquela comunidade. Neste momento da História, é necessário considerar que as fronteiras entre povos e grupos estão se alterando, porque as novas tecnologias de comunicação ultrapassam as fronteiras geográficas, ou seja, alguns ícones de identidade atravessam o planeta e se constituem em referência – matriz de identidade cultural – para pessoas de diferentes partes do mundo. O exemplo disso é o consumo de determinadas marcas de vestuário e acessórios valorizadas pelos adolescentes e jovens que se constituem em ícones (sinal) de pertencimento a uma comunidade, no caso, virtual.

Então, para compreender esse novo fenômeno – e seus efeitos na produção da subjetividade – é necessário empreender um percurso histórico. Aliás, sempre é necessário compreender a história, quer seja de um comportamento (bem ou malsucedido), dos acontecimentos familiares, da produção da intolerância religiosa ou da guerra entre povos ou entre tribos de um mesmo país.

Então, já sabemos que aspectos econômicos, políticos, antropológicos e históricos constroem condições de vida que vão produzindo seres humanos peculiares. Poderíamos ir tecendo muitas outras considerações sobre a interferência de aspectos demográficos e geográficos que interferem no modo de viver, nos hábitos de grupos sociais e de cada pessoa em particular. A influência da biologia (as novas descobertas da genética), do direito (as novas jurisprudências, por exemplo, é proibido fumar), as invenções dos meios de comunicação de massa (novas e irresistíveis campanhas publicitárias) também deveriam ser consideradas. Com certeza, nesses exemplos

não esgotamos todas as áreas da vida de uma pessoa, neste início do século XXI, que podem ter importância na constituição da subjetividade de uma pessoa. Contudo, o raciocínio/objetivo pretendido é estabelecer que para compreender o sujeito é necessário compreender/considerar suas circunstâncias de vida.

E, se isso significava, anteriormente, que era suficiente considerar o pertencimento à sua família, seus grupos de pertencimento próximos (amigos, igreja, por exemplo) e as instituições às quais pertencia (escola, empresa, sindicato, por exemplo), atualmente, o pertencimento do indivíduo a grupos não ocorre só por proximidade física; é necessário considerar seu pertencimento a uma comunidade universal, planetária, em que os fenômenos – por exemplo, da natureza – interferem na vida de todos os cidadãos do mundo: o degelo das calotas polares, as inundações, os terremotos, a baixa umidade do ar.

Nesse sentido, vai ficando evidente que são necessárias as contribuições de várias áreas do conhecimento para darmos conta dessa empreitada. Como já anteriormente indicado, a economia, a geografia, a história, a antropologia, a biologia, a demografia e outras especialidades do conhecimento são imprescindíveis se pretendemos chegar mais perto de quem é o sujeito, por que se comporta “deste” modo e não de outro, por que pensa tão diferente de seu grupo familiar ou de pares (amigos) ou não se solidariza com o sofrimento alheio.

Ao mesmo tempo, precisamos considerar que se colocarmos essas diferentes contribuições “uma ao lado da outra” teremos uma justaposição de contribuições/explicações e ficaremos quase no mesmo lugar quanto à apreensão do sujeito na complexidade de seu modo de ser e existir no mundo; ou seja, esses conhecimentos sobre o humano precisam dialogar entre si. Esse é o esforço da **interdisciplinaridade**. Essa disposição para o diálogo entre disciplinas parte da concepção de que nenhuma delas, isoladamente, é suficiente para dar conta dessa empreitada. E exige como condição que os estudiosos, pesquisadores, profissionais de cada uma dessas disciplinas se coloquem em equipes multiprofissionais com disposição para compreender a linguagem da outra especialidade e para tornar acessível a linguagem específica da sua. Essa é a pretensão ao fazermos este livro, no sentido de que seja útil para todos os profissionais que desejam e necessitam dos subsídios desta área – a psicologia – para compreender muitos dos fenômenos de seu tempo e

circunstâncias de vida e para uma atuação profissional qualificada.

4.3 Interdisciplinaridade – a construção de outro modo de compreender

Em algumas áreas de atuação profissional há, sem atribuir este nome – interdisciplinaridade –, uma prática de diálogo entre disciplinas. Por exemplo, quando, para realizar uma campanha publicitária, comunicadores ou publicitários contratam o psicólogo para realizar uma pesquisa junto ao público-alvo no sentido de investigar hábitos de consumo e outros aspectos que irão ser utilizados na elaboração das próprias peças publicitárias (a figura masculina ou feminina, uma criança ou um adulto, um leão ou uma borboleta, etc.) e na divulgação (por exemplo, uma segmentação do público-alvo – jovens universitários). Está aí um exemplo de subsídios de uma área – no caso, a psicologia – fornecendo informações relevantes para a ação/trabalho de outra área profissional. E, assim como esse exemplo, existem muitos outros que podem ilustrar uma prática que já existe de interprofissionalidade ou, como se denomina em muitas instituições, equipes multiprofissionais.

Em muitas áreas em que o trabalho conjunto de profissionais de diferentes especialidades já ocorre – por exemplo, na saúde mental, em que a equipe profissional é constituída por psiquiatras, terapeutas ocupacionais, psicólogos, assistentes sociais –, há algum tempo é possível constatar os avanços no trabalho (alcance de suas metas) e o reconhecimento mútuo quanto às vantagens desse diálogo e à repercussão na qualificação do trabalho dos diferentes profissionais envolvidos.

A interdisciplinaridade é uma condição para esse trabalho multiprofissional e, ao mesmo tempo, é uma decorrência desse exercício da prática de profissionais de diferentes especialidades em uma mesma situação/instituição (por exemplo, na educação, nos esportes).

A interdisciplinaridade se contrapõe à abordagem unidisciplinar/unidimensional ou especializada por ser esta bastante limitada; e se coloca enquanto proposta de pesquisa, estudo e uma possibilidade de compreender determinado fenômeno – no caso, o comportamento humano – em sua complexidade, múltiplas facetas, muitas determinações que se imbricam de modo a produzir semelhanças e

diferenças entre as pessoas, a produzir fenômenos grupais, coletivos iguais e diferentes nas várias partes do mundo.

Considerações finais

A angústia de não saber.

Cada vez mais é impossível saber tudo. A produção de conhecimento é inesgotável e acelerada e as novas descobertas, em muitas situações, problematizam ou mesmo contradizem descobertas anteriores. Isso produz insegurança, pois precisamos compreender e ter explicações sobre as coisas para saber como agir. As pessoas constroem, no cotidiano da vida, explicações (senso comum) mais ou menos fantasiosas ou próximas do real a partir de suas crenças, convicções, preconceitos, experiências pessoais com situações semelhantes ou de que “ouviram falar”, e isso pode até ser bem-sucedido ou levar a equívocos, mas a vida no cotidiano exige uma urgência de respostas que não permite, com frequência, uma reflexão mais cuidadosa.

Contudo, a prática profissional é regulada por outros critérios. A atuação de um profissional exige preparação e, portanto, reflexão; exige a aquisição de conhecimentos teóricos e técnicos e, portanto, é nessa etapa que o futuro profissional deverá se dedicar a um esforço de compreensão. A atuação profissional é planejada, é regida pela racionalidade das atribuições e responsabilidades e, portanto, em sua prática não servem as respostas do senso comum, por serem simples e superficiais, podendo ser contaminadas por credices e preconceitos.

Então, é necessário saber. Saber, inclusive, que não se sabe tudo: o profissional não sabe e, em muitas circunstâncias, a ciência, a produção de conhecimento na área, ainda não respondeu as perguntas que a prática profissional coloca.

Então, resta ao profissional suportar a angústia de não saber e permanecer com a(s) pergunta(s) que poderão orientá-lo quanto a novos percursos de estudo e formação em sua especialidade ou em uma área de conhecimento afim. Mas, sem dúvida, é uma maneira bastante adequada de realizar o diálogo interdisciplinar.

O filósofo Hilton Japiassu afirma:

Os cientistas humanos frequentemente pensam que, de um lado, situa-se uma realidade estritamente econômica, de outro, outra tipicamente psicológica, uma terceira fundamentalmente sociológica, geográfica, etc. Claro que todas estas categorias

constituem realidades. Mas não devemos esquecer: até mesmo no econômico *stricto sensu* há necessidades e desejos humanos. Cada um de nós pode testemunhar que, por detrás do dinheiro, há todo um mundo de símbolos, paixões e uma inegável psicologia humana. Donde a importância de privilegiarmos e desenvolvermos, em todo fenômeno humano-social, a clara consciência de sua inegável multidimensionalidade. Metodologicamente, é imprescindível que se articulem e converjam os pontos de vista objetivo e subjetivo, a explicação e a compreensão, o rigor da demonstração e a arte do diagnóstico.

A psicologia quer e deve trabalhar dessa maneira. Sua disposição pode ser desenhada em duas direções: uma que oferece às outras áreas o conhecimento da subjetividade; e outra que recolhe, no diálogo, os conhecimentos das outras áreas para completar e melhor compreender o sujeito e sua subjetividade.

Atividades complementares

1. Proposta de atividade de pesquisa: o filósofo Hilton Japiassu, em seu livro *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*, fornece, na introdução, dois exemplos ilustrativos de uma “visão unidisciplinar ou especializada que se revela pobre e limitada”:

Há cientistas que consideram o homem apenas um ser biológico. Outros o pensam como um ser cultural, dotado de linguagem, ideias, consciência e liberdade. O paradigma da simplificação nos obriga a confundir a realidade biológica e a realidade cultural ou a reduzir uma à outra, o homem biológico sendo estudado nos departamentos de biologia (seu cérebro é tratado como um órgão biológico), enquanto o cultural nos de ciências sociais, seu espírito (mind) passando a ser considerado uma função ou realidade psicológica... (JAPIASSU, 2006).

A partir das considerações de Hilton Japiassu, faça um exercício de reflexão sobre as relações da sua área de formação com a psicologia. Este exercício pode ser mais produtivo se você focar um fenômeno/fato ou dado de pesquisa da sua área. Por exemplo, para a área de administração, o tema pode ser “a gestão de recursos humanos em uma empresa de prestação de serviços” ou, para o curso de propaganda, a elaboração de uma campanha de lançamento de determinado produto.

2. Proposta de atividade reflexiva: procure elencar os diferentes motivos – objetivos e subjetivos – que o levaram a frequentar esse curso de formação profissional. Compare com os motivos arrolados

pelos colegas e identifique as diferentes determinações, embora vocês façam parte de um grupo mais ou menos homogêneo da população.

Bibliografia comentada

Os conteúdos deste capítulo remetem a uma bibliografia extremamente vasta e variada: desde textos técnicos de economia, administração, psicologia e de outras áreas citadas no capítulo, como direito, medicina (em suas várias especialidades: genética, neurologia, para assinalar as mais óbvias), até antropologia, sociologia, filosofia etc. Além desses conhecimentos teóricos e técnicos, não é possível esquecer que a literatura e as artes em geral também são, desde os primórdios da humanidade, uma fonte de pesquisa e de conhecimento sobre o humano e suas diferentes expressões em vários momentos da História e de diferentes regiões do planeta. Então, este é um capítulo que propõe que você possa resgatar suas experiências de leituras diversas, possa colocá-las sob reflexão no sentido de retirar delas aquilo que é útil para compreender o outro e se desvencilhar daquilo que obstaculiza essa compreensão porque contaminada por preconceitos ou falsas representações (ideias) sobre o outro, parceiro ou foco do trabalho.

No entanto, há algumas referências que podem ser úteis.

O livro *Cultura – um conceito antropológico*, de Roque de Barros Laraia, em sua 24ª edição (2009), da editora Jorge Zahar (Rio de Janeiro), apresenta em uma linguagem acessível o conceito de cultura e os equívocos mais frequentes quando se adota uma leitura determinista (unidimensional) para compreender o ser humano, quer seja o determinismo biológico ou geográfico ou...

A visão histórica e também multicultural pode ser apreendida nos livros de historiadores como Eric Hobsbawm, que produz uma obra reconhecida internacionalmente sobre a história do século XX: *O breve século XX*, editora Companhia das Letras (São Paulo).

Uma leitura interessante, porque o autor utiliza os conhecimentos de várias áreas e especialidades em sua análise de fenômenos contemporâneos, são os vários livros de Zygmunt Bauman. Entre eles, destacam-se *Amor líquido* e *O mal-estar da pós-modernidade*.

A literatura sobre interdisciplinaridade é mais reduzida e requer um esforço maior de leitura, também porque vai apontar para outra

perspectiva não abordada neste capítulo, que é a transdisciplinaridade. Nesse tópico, temos o livro de Sommerman, *Inter ou transdisciplinaridade: da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre saberes*, da editora Paulus (SP), de 2006; e o livro de Hilton Japiassu, *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*, da editora Imago (RJ), 2006, é uma obra excelente que nos coloca diante das questões cada vez mais complexas que a sociedade coloca para a ciência e a ineficácia/inutilidade de respostas simplistas que não buscam um sentido para a condição humana.

Referências

JAPIASSU, Hilton. *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ORTEGA Y GASSET, J. *Meditações do Quixote*. São Paulo: Iberoamericana, 1967. p. 52.

PARTE 2

TEMAS TRANSVERSAIS

CAPÍTULO 5

RELAÇÕES HUMANAS E GRUPOS

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Você já imaginou viver em um lugar sem se relacionar com nenhuma outra pessoa? Já pensou se isso é possível? Tarzan e Robinson Crusoe talvez sejam exercícios culturais dessa possibilidade, ou melhor, dessa impossibilidade. É exatamente esta a questão deste capítulo: vivemos em sociedade, convivemos com muitos “sócios”, e talvez tenhamos parado para pensar se poderíamos viver sem eles, mas poucas vezes pensamos por que é tão importante viver com eles. Este capítulo irá tratar das vivências e processos que ocorrem nas relações de convivência mais ou menos duradouras, mais ou menos íntimas: os grupos sociais.

5.1 Introdução

Leontiev, um autor soviético que viveu durante quase todo o século XX, escreveu: “[...] cada indivíduo *aprende* a ser um homem”,¹ considerando que o desenvolvimento da humanidade ultrapassou as possibilidades que eram dadas pela “natureza humana”, exigindo novos aprendizados. Segundo o autor, nossa natureza é social; nossas atividades e nosso desenvolvimento foram conquistados, no decorrer do tempo, por gerações e gerações de humanos. “A criança não está de modo algum sozinha em face do mundo que a rodeia. [...] a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles.”² Portanto, viver com outros humanos é visto aqui como condição para se humanizar, já que essa condição implica o aprendizado de muitas coisas para além do que poderíamos fazer sozinhos (se é que há alguma coisa que poderíamos fazer sozinhos!).

Está posta, portanto, a importância da convivência social, das

relações e da comunicação entre os humanos.

Outra consequência fundamental nessa construção teórica é a ideia de sociedade. Em muitas teorias no campo da psicologia nós encontramos uma visão de que a sociedade é algo contrário ao que o humano seria naturalmente; tem sido vista como algo que impede e dificulta o desenvolvimento humano, exigindo dos indivíduos negociações que os levam a abrir mão de desejos, impulsos e instintos naturais. Aqui, defendemos a visão de que a sociedade é a possibilidade de nos tornarmos humanos. É vivendo imerso em relações sociais e em contato com os objetos da cultura que contém o desenvolvimento histórico da humanidade que vamos nos tornando sujeitos humanos.

Fica assim afirmada a importância das relações sociais entre os humanos. Relações que vão oferecendo aos sujeitos elementos de identidade, o desenvolvimento de aptidões, aprendizado do uso de toda e qualquer ferramenta ou objeto cultural, enfim, é pela via das relações sociais que vamos criando nosso pertencimento à sociedade.

5.2 Os grupos: a turma da rua e o grupo na internet

Com certeza, no início do século XX, quando Kurt Lewin chegou aos Estados Unidos, vindo da Alemanha, e começou a estudar os grupos, ele estava falando de pessoas que se juntam em algum espaço e se relacionam diretamente. Os grupos apareciam como possibilidade de compreender a influência das pessoas umas sobre as outras, permitindo compreender o porquê de a sociedade surgir como um lugar de pessoas muito parecidas quanto ao que pensavam, quanto ao vestuário, aos hábitos e outros aspectos comuns. Em 1953, Cartwright e Zander, também nos Estados Unidos, publicam um compêndio com os estudos existentes, desde Lewin, sobre a dinâmica dos grupos. O interesse pelo pequeno grupo surgia forte e com muitas contribuições porque os americanos entendiam que esse conhecimento permitiria intervenções vantajosas em processos de produção, em que o pequeno grupo era uma célula importante e um lugar adequado e possível de se atuar. É importante registrar aqui que a ciência americana do século XX foi guiada, por um lado, por uma alta credibilidade nas produções científicas e, por outro, pelo pragmatismo que orientou toda essa produção. Hoje, quando falamos em grupo, já não estamos

mais incluindo apenas a possibilidade de relações diretas entre pessoas. Falamos de pessoas que se relacionam, por exemplo, pela internet, mediadas pelo computador, e que formam também um grupo. O que interessa aos estudiosos dos grupos, sejam eles de convivência diária (relações face a face), de rua ou pela internet, são os processos grupais, ou seja, tudo aquilo que acontece quando os sujeitos se sentem pertencendo a um conjunto de pessoas de forma a partilhar objetivos, tarefas, resultados, hábitos, costumes e valores. Por essas características, os grupos passam a ser importantes na vida das pessoas e, do ponto de vista da Psicologia, passam a ser muito importantes, pois são pontos de constituição da subjetividade. A força que o grupo pode exercer sobre os sujeitos, oferecendo matéria-prima para sua identidade e sua maneira de estar e pensar o mundo, faz dele um tema importante em todo o campo da Psicologia. Há, no entanto, uma área da Psicologia que se dedicou ao estudo dos grupos: a Psicologia social. Para ela importa compreender como a sociedade aglutina e inclui seus sócios, e os pequenos grupos foram compreendidos como o lugar da construção do pertencimento social.

5.3 Os grupos da perspectiva da Psicologia social

Aroldo Rodrigues, em seu livro *Psicologia social*, apresenta um capítulo sobre comportamento grupal. Indica ali, como uma das mais claras definições de grupo, a de Paulus (1989), que diz: “Um grupo consiste de duas ou mais pessoas que interagem e partilham objetivos comuns, possuem uma relação estável, são mais ou menos independentes e percebem que fazem, de fato, parte de um grupo”.³ Com essa definição é possível perceber que fazemos parte de muitos grupos: a família, o grupo do trabalho, o grupo de amigos, de torcedores do time, da escola, de fãs, da academia, do mangai, das redes sociais... Enfim, difícil seria pensar em não estarmos em nenhum grupo.

A partir desse pertencimento, Aroldo Rodrigues e outros autores passam a estudar os processos que acontecem quando as pessoas estão em grupo. Coesão social, liderança, normas, tomada de decisão, identificação grupal são alguns conceitos produzidos para dar visibilidade e compreensão ao que acontece quando se está em grupo, visando, também, como finalidade pragmática, a possibilidade de

controle e intervenção.

A coesão grupal é definida por Rodrigues *et al.* como “[...] a quantidade de pressão exercida sobre os membros de um grupo a fim de que nele permaneçam”.⁴ As fontes de coesão são variadas: atração pessoal entre os componentes, atração pela tarefa do grupo e/ou pela positividade de seus resultados, tempo de permanência junto dos membros do grupo, possibilidade de proteção oferecida pelo grupo ou, ainda, atração pelo prestígio que adquirem os seus membros por fazerem parte dele. Qualquer que seja a fonte, a coesão permite que o grupo se mantenha, e grupos coesos têm demonstrado, em variados resultados de pesquisas, índices altos de satisfação dos membros, maior quantidade de comunicação, maior produtividade do grupo e maior quantidade de influência do grupo sobre seus membros. A coesão grupal também tem sido vista como aspecto que facilita a produção de uma cultura própria para o grupo. São linguagens próprias, formas de conduta ou vestimentas e hábitos comuns aos membros do grupo que acabam por gerar uma identidade grupal. Por exemplo, os *emos*, os *hackers*, os militantes de um grupo ecológico.

A coesão de um grupo tem sido tomada como meta nas intervenções em que se busca produtividade do grupo. São as empresas que passam a denominar seu conjunto de trabalhadores por “família”, na busca da produção de fontes de atração que garantam a permanência das pessoas e, ao mesmo tempo, sua dedicação à tarefa do grupo.

Normas grupais: Rodrigues *et al.* definem as normas do grupo como “[...] padrões ou expectativas de comportamento compartilhados pelos membros de um grupo”.⁵ Esses padrões são utilizados pelos membros como referências para seus comportamentos, sentimentos e suas percepções e julgamentos. Há grupos em que as normas são partilhadas e aceitas de forma introjetada pelos membros; há grupos em que se tornam necessários a fiscalização e o controle, seguidos, muitas vezes, de punições. Tudo dependerá do vínculo que os membros mantêm com o grupo e da importância, para o grupo, da norma/regra que está sendo transgredida por seu membro. As normas podem dizer respeito à maneira de se vestir, à linguagem, às condutas em espaços e lugares especiais ou não, à forma de se inserir na sociedade mais ampla; oferecem referências para o julgamento valorativo das situações da vida cotidiana; indicam formas de se comportar; apresentam, muitas vezes, verdadeiros rituais para seus membros, facilitando e permitindo a construção de uma identidade

grupar. Reconhecemos membros de seitas ou de gangues pelas suas vestimentas, formas de se comportar, pela presença ou não de linguagem especial (gírias, por exemplo). Se olharmos ao redor vamos poder discriminar muitos padrões de identificação de grupos sociais, como os médicos, que se vestem de branco, ou os *emos* que pintam os olhos de preto-e-branco; ou mulheres árabes que usam a burca ou o lenço na cabeça; ou vegetarianos. São muitos os sinais que os membros de grupos utilizam para marcar e evidenciar seu pertencimento. Alguns desses sinais são referidos em normas do grupo. Adesivos em automóveis com “palavras de ordem” sobre a preservação de animais em extinção são sinais de identificação e são normas, pois só poderá fazer parte daquele grupo uma pessoa que considere necessário defender sua bandeira.

Assim, as normas do grupo são também critérios para o pertencimento a ele. Quem pode fazer parte do grupo? Quem deve ser retirado ou expulso? Quem deve ser alertado, orientado ou punido? As normas dizem respeito, portanto, ao funcionamento e à manutenção do grupo, na medida em que garantem a continuidade de sua tarefa ou aspecto identificatório.

Liderança: tem sido consensual entre autores no campo da Psicologia social dos grupos que a liderança é “[...] um fenômeno emergente, fruto da interação entre os membros do grupo e dependente da atmosfera e das finalidades do grupo, embora isso não signifique deixar inteiramente de lado a influência de algumas características de personalidade presentes naqueles que exercem papéis de liderança”.⁶

Fica esclarecido, pela conceituação de Rodrigues, que a liderança é vista, hoje, como um papel social no grupo. A liderança é a capacidade de levar o grupo a realizar seus objetivos e metas; manter-se coeso, criar regras que sejam aceitas pelos membros, enfim, é um papel exercido por um ou mais membros do grupo que garante sua existência e efetividade.

Lewin e colaboradores (1939) apontaram, em seus estudos, três tipos de atmosfera grupal que justificavam a existência de tipos distintos de liderança: a atmosfera autocrática, que produz líderes que se utilizam de poder coercitivo sobre seus membros e tomam decisões de forma centralizada; a atmosfera democrática, cujos líderes têm a função de organizar a forma democrática de tomar decisões e se colocam mais no papel de orientadores do grupo; e, ainda, as atmosferas *laissez-faire*, que se caracterizam por não terem líderes e

apresentarem uma “frouxidão” nas regras, embora formalmente possa haver alguém que assumiu ou foi designado para esse papel.

Com essa perspectiva se pode afirmar que o líder emerge do grupo (sem desconsiderar características pessoais) a partir de sua atmosfera. Por isso se afirma que liderança é um fenômeno emergente no grupo. Isso implica a possibilidade de mais de uma pessoa desempenhar o papel de líder; haver mudança frequente de líder; ou, ainda, haver mais de um líder, relacionando-se cada um deles a etapas, objetivos, atividades, tarefas ou funções do grupo. Há liderança de quem ajuda o grupo a atingir sua meta porque domina o tema ou a técnica necessários; há liderança de quem ajuda no clima do grupo, auxiliando a superar conflitos ou retomando a organização necessária à continuidade do grupo; há liderança porque é porta-voz do grupo ou quem faz a “diplomacia” do grupo com outros grupos. Enfim, podem ser muitas as fontes de liderança. O que é consenso é que as lideranças cumprem sempre a função de manutenção e desenvolvimento dos grupos.

Papéis: acreditamos ter ficado esclarecido, com o debate da liderança, que os grupos são organizados por papéis ou funções. Os membros de um grupo podem cumprir papéis distintos no interior do grupo. Esses papéis podem estar mais evidenciados, constituindo-se funções ou posições no grupo; ou mais ocultos e pouco definidos, emergindo conforme se tornam necessários.

Tomada de decisão: os grupos sempre apresentam uma forma de tomada de decisão. Podem ser mais autocráticos ou mais democráticos, mas as decisões são sempre tomadas por formas (processos, procedimentos) que podem satisfazer ou não os membros do grupo. A tomada de decisão está relacionada com a estrutura e o funcionamento do grupo e é uma das fontes mais importantes de satisfação ou insatisfação dos membros. Conhecer um grupo implica conhecer sua organização e, nela, a maneira como são tomadas as decisões.

Identificação grupal: é um tema relacionado à coesão e ao pertencimento nos grupos. Interessa conhecer as fontes do grupo que permitem identificação de seus membros. A tarefa do grupo, sua meta e objetivo, sua identidade social, seus membros, seu funcionamento, suas atividades, suas regras, seu papel social, enfim, muitos são os fatores que permitem que alguém deseje, em algum momento, fazer parte de determinado grupo e/ou permanecer nele (fatores de atração e manutenção no grupo). É interessante registrar aqui que essas

fontes podem ser diferentes para diferentes membros do grupo. Alguém pode estar lá porque gosta das atividades que o grupo desenvolve; outro pode estar lá porque gosta das pessoas que compõem o grupo; outros pelos objetivos e outros, ainda, pelo *status* que o grupo promove. São vínculos psicológicos que se estabelecem entre o indivíduo e o grupo; são, portanto, muito pessoais, mas isso não quer dizer que não seja tarefa do grupo pensar essas fontes e esses vínculos, pois muitos grupos sofrem (não são produtivos) exatamente porque os indivíduos que ali estão não partilham do pensamento ou das metas que são definidoras do grupo.

Perceba que esses conceitos podem ser aplicados a qualquer grupo, mesmo que ele seja composto por poucos ou por muitos membros; que ele seja de contato direto ou não. Há uma dinâmica que se forma e pode ser estudada e visibilizada quando indivíduos se reúnem para alcançar um objetivo comum, criando vínculos (relação de interdependência) e desenvolvendo atividades compartilhadas.

5.4 Críticas a essa concepção

Sílvia Lane, ao buscar construir uma Psicologia social alternativa àquela que era hegemônica no Brasil nos anos de 1970 e 1980, fez críticas contundentes à concepção e aos estudos sobre grupo. Trazemos suas próprias palavras:

[...] Pudemos observar que os estudos sobre pequenos grupos nesta abordagem têm implícitos valores que visam reproduzir os de individualismo, de harmonia e de manutenção. A função do grupo é definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos; é garantir a sua produtividade social. O grupo coeso, estruturado, é um grupo ideal, acabado, como se os indivíduos envolvidos estacionassem e os processos de interação pudessem se tornar circulares...⁷

Outras perspectivas são então valorizadas e desenvolvidas. São perspectivas marcadas pelas análises históricas que estudam os grupos na sua inserção social mais ampla; estudam os grupos como “[...] mediação necessária entre o indivíduo e a sociedade e cuja estrutura assume formas historicamente variáveis”.⁸ Horkheimer e Adorno (1973), Loureau (1975), Lapassade (1977), Barembliitt (1982), Pichon-Rivière (1980) e muitos outros, inclusive Sílvia Lane, vão estudar os grupos com novas metodologias e objetivos mais críticos, que não visavam o controle ou a intervenção para a

produtividade, mas a compreensão dos processos de mediação entre os indivíduos e a sociedade. O grupo social visto como “[...] condição de conscientização do indivíduo e, por outro [lado], a sua potência através de mediações institucionais, na produção de relações sociais historicamente engendradas para que sejam mantidas as relações sociais de produção em uma dada sociedade”.⁹

Heliana Conde Rodrigues afirma: “Não existe o objeto grupo, mas múltiplas práticas de grupalização [...]”.¹⁰ Essas novas visões buscam um novo papel para a ciência e não apenas uma nova definição de grupo. São perspectivas que entenderam os estudos anteriores como formas reducionistas e pragmáticas de olhar a experiência da grupalização. Preocuparam-se em estudar e compreender essas experiências inserindo-as em seus espaços mais amplos, institucionais e sociais. A experiência de grupalização se refere àquela em que o indivíduo está de “corpo e alma”, ou seja, a que é vivenciada diretamente por ele como relações humanas. Mas é preciso percebê-la como uma mediação da estrutura e do funcionamento social. Poderíamos exagerar dizendo que nada no grupo é original, ou seja, que não tenha estado disponível como possibilidade oferecida pela sociedade dos sócios. Mas poderíamos também, sem abandonar essa afirmação, mas complementando-a com seu aspecto contraditório, dizer que tudo que está na sociedade está ali porque indivíduos produziram de forma original, tendo como base as relações sociais.

Nos novos estudos da experiência grupal, um aspecto importante é que não se veem os grupos como algo fixo, com membros, regras e mesmo dinâmica. Os grupos são processos grupais. Outro aspecto é a necessidade de compreendê-los na sua inserção social. Enfatiza-se aqui o caráter mediador do grupo entre indivíduo e sociedade, tornando importante nos estudos compreender os determinantes sócio-históricos que se (re)apresentam nas relações grupais. Agnes Heller, em seu livro *O cotidiano e a história*, aborda a importância do grupo FAMÍLIA nessa mediação, ou seja, na preparação do indivíduo (linguagem, costumes) para o pertencimento e o trânsito em outros grupos e instituições sociais.

Considerações finais

Lane estudou grupos e buscou conhecer o significado da existência e da ação grupal não em si mesmo, mas na inserção social do grupo,

considerando determinantes econômicos, institucionais e ideológicos. Entendeu ainda que o grupo “[...] só poderá ser conhecido enquanto um processo histórico e, neste sentido, talvez fosse mais correto falarmos em processo grupal em vez de grupo”.¹¹ A ideia de processo vem demonstrar o movimento dos grupos e isso permite capturar seu movimento de constante mudança, em ser vinculado e contraditoriamente ser lugar da originalidade, produzir acordos mais do que reproduzir a ideologia e ser capaz de um esforço coletivo para superá-la, ser marcado pelos vínculos afetivos e estar formado por sujeitos que são históricos e sociais. A experiência grupal é a forma que os humanos criaram para se produzirem como tal. Ser humano é experienciar o mundo por meio das relações sociais e vivências grupais.

Os grupos (voltando a chamá-los assim para terminar o capítulo, mas guardando todo o esforço da superação da visão estanque) são importantes para a Psicologia porque ajudam a compreender o processo de construção da subjetividade. Sem pretender fazer aqui uma redução ou simplificação, sem deixar de considerar todos os aspectos e fatores que nos constituem, poderíamos afirmar que cada um de nós é alguém à imagem e semelhança das experiências grupais que vivemos, ou porque as internalizamos, ou porque as negamos produzindo o novo.

Atividades complementares

1. Há um estudo bastante interessante de Gustavo Andrada Bandeira, publicado na *Revista Brasileira de Educação*¹² (Rev. Bras. Educ. vol. 15 n. 44, Rio de Janeiro, maio/ago. de 2010), “Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol”, que analisou a experiência dos sujeitos no campo de futebol. Bandeira analisa a constituição do masculino nesses espaços. Reproduzimos aqui um pequeno trecho do estudo para que vocês o conheçam e esperamos que ao final possam, em grupo (desenvolvendo uma experiência de grupalização), discutir e encontrar em nossa sociedade outros exemplos de grupalização em que seja visível a imbricação entre valores culturais da nossa sociedade e dos grupos em que esses valores são reproduzidos e desenvolvidos. Depois encontrem experiências em que esses valores são negados ou criticados. Com essas experiências em mãos, conversem sobre essas experiências de

grupalização, avaliando sua eficiência na tarefa a que se propõem.

Procurei verificar as ações dos torcedores durante os jogos, observá-los enquanto grupo, ver quais ações realizam coletivamente. Olhar esses dois atores sociais: *torcida do Internacional* e *torcida do Grêmio* em dias de jogos em seus respectivos estádios. Optei também por não fazer entrevistas pela dificuldade de escolher atores privilegiados e, principalmente, por meu interesse em observá-los como multidão, ou seja, interessava-me conhecer quais comportamentos são permitidos e autorizados nesse contexto específico, em grupo.

Nos estádios de futebol, as participações em gritos coletivos ou individuais obedecem a indicativos do grupo, do local que se frequenta, onde

“ritos orais [...] põem em ação somente sentimentos e ideias coletivas
e

têm até a vantagem de nos deixar entrever o grupo, a coletividade
em ação ou mesmo interação.¹³

Permito-me pensar que os torcedores, ao gritar, estariam ligados a uma espécie de doutrina, como entendida por Michel Foucault, ou seja, algo que liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; [...] ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros.¹⁴

Essa doutrina ligaria os torcedores entre si, pois nessas práticas “aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados”.¹⁵

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200010&lng=pt&nrm=iso)

[script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200010&lng=pt&nrm=iso)

2. Conte para seus pares os grupos dos quais você já participou ou participa indicando aspectos da sua subjetividade e forma de ser e estar no mundo que tenham a ver com essas experiências vividas. Faça a “linha da vida”, ou seja, um histórico dos grupos dos quais participou desde o nascimento até agora. E, em grupo, conte para os colegas quais foram as suas “aquisições” mais importantes em cada um desses grupos. Verifique as semelhanças e diferenças.
3. O filme *A onda* é bom para a juventude discutir a questão e a força da grupalização sobre os sujeitos. Fala sobre a experiência de um professor em incentivar seus alunos a formarem um grupo como

recurso pedagógico para falar do nazismo. *A Onda* é um filme da Alemanha, produzido em 2008, com 101 minutos. É dirigido por Dennis Gansel.

4. Na revista *O olhar adolescente*, n° 2 (editorial Duetto), há, nas páginas 24 e 25, uma busca por caracterizar as tribos urbanas – os jovens e suas manifestações culturais – em: *hip-hop*, *punks*, *góticos*, *clubbers* e *ravers*, *hippies*, *skatistas*. A qual dessas tribos você pertence? E seus colegas de sala de aula? O que os caracteriza como pertencentes a um ou outro grupo?

Bibliografia comentada

O texto indicado de Aroldo Rodrigues *et al.*, *Psicologia social* (Editora Vozes, 2000), é bom para compreender melhor os estudos de grupo e os conceitos aqui apresentados e posteriormente criticados. É um livro reeditado com frequência.

O texto de Sílvia Lane também é excelente para entender a crítica e conhecer uma das possibilidades mais críticas de estudo dos grupos: LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.) *Psicologia social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1994. Também apresenta muitas edições. O texto traz a crítica a formas positivistas e pragmáticas de estudar os grupos e apresenta um estudo realizado por alunos do programa de pós-graduação na PUC-SP em diversos grupos.

É clássico o livro de Pichon-Rivière, *O processo grupal*, da Editora Martins Fontes, 2005.

Grupos: teoria e técnica, de Gregorio Barembliitt (Graal/Ibrapsi, 1986), também é um clássico e vale a pena ser conferido.

Referências

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

LANE, Sílvia T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004.

MAUSS, Marcel. *Sociology and psychology: essays*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

RODRIGUES, A. *et al. Psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, H. B. C. Sobre as histórias das práticas grupais: explorações quanto a um intrincado problema. In: JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. (orgs.) *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

CAPÍTULO 6

O SUJEITO E A COLETIVIDADE

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

6.1 Introdução

Este capítulo apresenta uma discussão, sempre atual, sobre a relação dos indivíduos com a sociedade. Compreendida a partir de uma visão dicotômica, que separou o indivíduo da sociedade, essa concepção teve reflexos nas várias áreas do conhecimento – sociologia, medicina, economia, psicologia e outras – e na vida cotidiana, em que muitos equívocos foram produzidos. Os acontecimentos sociais foram pensados descolados de cada um dos indivíduos e estes (os sujeitos) como constituídos de forma independente das sociedades às quais pertencem. O objetivo deste capítulo é demonstrar como essa dicotomia é falsa, como “nenhum dos dois existe sem o outro” e as múltiplas possibilidades de articulação entre ambos os polos; pretende abordar as transformações desses conceitos, que se metamorfoseiam para dar conta de um modo de compreender o humano como singularidade no coletivo e como produtor da história, da cultura, dos acontecimentos. Ou seja, poder pensar em uma sociedade composta de indivíduos/singularidades e a pessoa como um eu constituído de um nós, a partir das relações que se estabelecem para a convivência e a produção coletiva da vida.

6.2 Indivíduo e sociedade – uma dicotomia a ser superada

Na vida social de hoje, somos incessantemente confrontados pela questão de se e como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e

inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social.¹

Norbert Elias escreveu isso em 1939,² e aponta que os dois aspectos – satisfação pessoal e eficiência social – são interdependentes. Só é possível uma vida coletiva livre de tensões e conflitos se os sujeitos que fizerem parte dela tiverem satisfação suficiente, e só é possível essa satisfação de cada um dos membros da coletividade se esta for livre de perturbações e conflitos.

É ainda Norbert Elias que nos ajuda a continuar:

A relação de pluralidade de pessoas com a pessoa singular a que chamamos “indivíduo”, bem como da pessoa singular com a pluralidade (que chamamos de “sociedade”), não é nada clara em nossos dias [o autor se refere ao ano de 1987] [...] dispomos dos conhecidos conceitos de indivíduo e sociedade, o primeiro dos quais se refere ao ser humano singular como se fora uma entidade existindo em completo isolamento, enquanto o segundo (sociedade) [...] é entendido, quer como mera acumulação, coletânea, somatório desestruturado de muitas pessoas individuais, quer como objeto que existe para além dos indivíduos e não é passível de maior explicação [...] neste último caso [...] o ser humano, rotulado de indivíduo, e a pluralidade de pessoas, concebida como sociedade, parecem ser duas entidades ontologicamente diferentes.³

6.3 A dicotomia

A visão dicotômica que separou os sujeitos (sócios) e a sociedade foi produzida no pensamento moderno que acompanhou a instalação e o desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental. São vários os aspectos que podem ser trazidos para a análise para que se possa compreender melhor a relação indivíduo-sociedade que se estabeleceu como pensamento hegemônico.

O capitalismo, diferente do modo de produção feudal, libertou os humanos das formas de escravidão e de servidão, compreendendo os homens como seres livres e autônomos. O capitalismo precisava dessas ideias, pois a burguesia precisava conquistar o poder político (o econômico ela já havia conquistado quando surgiu como classe), e para isso precisava romper com as ideias e valores que estavam instalados na sociedade e que legitimavam o modo de produção e as relações dominantes. Era preciso deixar de acreditar na hierarquia social cristalizada para acreditar na possibilidade de ascensão e

mudanças sociais; era preciso criar o indivíduo para ser o consumidor das mercadorias produzidas, incluindo a liberdade de escolha em um mundo que passava a produzir uma diversidade de produtos que deveriam encontrar diferentes pessoas interessadas; era preciso comprar a mão de obra trabalhadora sem que se necessitasse sustentá-la permanentemente. Assim, aqueles conjuntos de sujeitos que formavam a classe dos servos ou dos nobres foram “esfacelados” para surgir o indivíduo. E, também, o capitalismo precisava da “permissão” social para explorar a natureza de forma a enriquecer suas possibilidades de produção infindável de mercadorias. Era necessário separar o humano da natureza.

A nova ordem social exigia novas ideias e concepções para legitimá-la. A ciência moderna surge atendendo a essas necessidades. Afirma o sujeito como sujeito do conhecimento e indivíduo livre e racional e afirma, ao mesmo tempo,

[...] o objeto de conhecimento como sendo a natureza independente do homem e submetida às suas próprias leis. Afirma-se, então, sujeito e objeto como independentes e exteriores um ao outro. O sujeito é capaz de conhecer e transformar a natureza por suas próprias características e possibilidades (uso da razão soberana e dos órgãos dos sentidos). E o objeto é passível de conhecimento, porque tem qualidades que podem ser apreendidas e obedece a determinações naturais.⁴

Assim, os sujeitos se separaram do mundo dos objetos. Sujeitos são os que conhecem e objetos aqueles que são conhecidos. O conhecimento científico (inclusive o da Psicologia, que precisou enfrentar o fato de ter seu objeto como o próprio sujeito) vai seguir sendo construído sem avançar em uma compreensão da relação entre o sujeito e o mundo dos objetos. Há uma naturalização desses polos: sujeito que se constitui independentemente de sua ação transformadora que cria o mundo dos objetos e objeto que se constitui sem que se faça referência à força humana que está depositada nele. A dicotomia, como referido na introdução, vai se refletir na construção de campos da ciência que cuidam e estudam, em separado, esses dois polos.

A sociedade e seus sócios (indivíduos) vão aparecer como aspectos que convivem e se relacionam, mas não como âmbitos de um mesmo processo: o da ação transformadora do sujeito sobre o mundo na busca de sua sobrevivência e do coletivo, em que o mundo material é produzido e, ao produzir essa transformação, o humano produz-se a si próprio.

Nas tentativas de compreensão dos indivíduos e da sociedade, vão surgir visões que ora penderão para um lado da balança (o indivíduo) da dicotomia, ora para o outro lado (a sociedade). As sociedades serão pensadas como se sempre tivessem estado lá; os sujeitos serão pensados como naturais, tendo na biologia ou mesmo em suas constituições psíquicas as forças para sua existência. A redução das análises (tanto da sociedade quanto dos indivíduos) a elas próprias, buscando as explicações para sua existência em suas próprias forças ou características (tidas, portanto, como naturais) é o que denominamos, na análise crítica, de *naturalização*. São, na verdade, absolutizações, na medida em que a explicação dos fenômenos está neles mesmos ou em outro aspecto tomado como única explicação. Há teorizações que, com base dicotômica, naturalizam o indivíduo e o psicológico e outras que naturalizam o social.

Em uma concepção da sociedade oposta, as ações individuais são o centro de qualquer fenômeno, ou seja, todos eles são explicados pela criação e planejamento humano, contudo, é impossível compreender a sociedade da qual fazemos parte como algo que cada um (e todos juntos) planeja. Elias defende que a sociedade “[...] só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular”.⁵ A comparação, feita pelo próprio Norbert Elias, é esclarecedora, quando diz que cada uma das notas de uma música não é a música pois não a revela, mas quando juntas constituem o que chamamos e reconhecemos como música.

Em uma concepção de indivíduo oposta, as relações vividas em sociedade, o trabalho coletivo, os objetos que circulam nessas relações, desde a linguagem, são fundamentais para se compreender os humanos da forma como se apresentam. O humano é um ser ativo que transforma o mundo material e natural de acordo com suas necessidades e faz isso com os outros humanos (é um ser social). É nessa trajetória que a sociedade e o indivíduo que conhecemos são constituídos e permanentemente reconstituídos.

O nós (o coletivo) se constitui no sujeito (singularidade) por meio das RELAÇÕES (de complementaridade, oposição, conflito). O foco nas relações surge, para autores críticos, como um novo modelo capaz de contribuir para a superação da dicotomia. A relação entre indivíduo e coletivo deve ser tomada como eixo das reflexões, e o

indivíduo e a sociedade como âmbitos distintos do mesmo processo.

[...] só é possível alcançá-lo [a superação da oposição] quando se ultrapassa a mera crítica negativa à utilização de ambos como opostos e se estabelece um novo modelo da maneira como, para o bem ou para o mal, os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade [...] Isso se expressa no conceito fundamental da balança nós-eu, o qual indica que a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas. Em tribos pequenas e relativamente simples, essa relação é diferente da observada nos Estados industrializados contemporâneos, e diferente, na paz, da que se observa nas guerras contemporâneas. Esse conceito (nós-eu) faz com que se abram à discussão e à investigação algumas questões da relação entre indivíduo e sociedade que permaneceriam inacessíveis se continuássemos a conceber a pessoa, e portanto a nós mesmos, como um eu destituído de um nós.⁶

O humano cria o mundo à sua semelhança. Olhe em volta e verá como tudo que ali se encontra possui humanidade. Agora olhe uma pessoa e veja como ela possui como marcas de identidade aspectos do coletivo e da cultura. São âmbitos que não se confundem, pois não são a mesma coisa. Quando falamos de sociedade e quando falamos de indivíduos, sabemos que nos referimos a objetos distintos. A questão está em entender a constituição desses objetos como realizada em um mesmo processo marcado pela relação entre eles.

Leontiev afirma em seu texto *O homem e a cultura* que as aptidões humanas não são transmitidas por hereditariedade biológica, mas são adquiridas na vida coletiva em que se inserem e as aprendem por um processo de apropriação da cultura. “[...] cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana.”⁷ E, além de adquirir a herança social da humanidade, os humanos continuam a produzir o mundo cultural e social onde estão. As crianças que nascem encontram sempre um mundo novo e deixarão sempre um mundo transformado. A sociedade estará sempre, como os humanos, em permanente modificação, e essas transformações se dão e se darão pela relação que existe entre indivíduo e coletividade/sociedade. Somos sócios no empreendimento de transformar o mundo e a nós mesmos.

6.4 A singularidade do sujeito

Na sociedade, há uma ordem invisível: nas grandes cidades ninguém se conhece e todos caminham apressados, em uma liberdade de movimento (ir e vir), com seus pensamentos e intenções, mas há uma ordem oculta. Ou seja, cada pessoa vista em sua singularidade tem uma história, tem uma função e não é possível abdicar disso – o médico não é carpinteiro e o professor não é policial –, e para cada função há certos padrões de comportamento esperados que são diferentes daqueles de uma comunidade indígena, por exemplo. A ordem invisível da sociedade dá a cada um dos indivíduos, dependendo de sua origem social, certa gama de alternativas (mais ou menos restritas) para sua conduta.

Ao nascer, cada indivíduo traz sua constituição peculiar e já o aguarda um lugar social (na rede de relações sociais); é diferente ser menino ou menina na China, ser o filho mais velho ou caçula, nascer em uma família rica ou pobre, de pais heterossexuais ou homossexuais. E, dependendo das condições/características desse grupo social (e dos demais que se seguirão em sua história pessoal), alguma(s) das inúmeras possibilidades de se constituir como jovem e adulto X ou Y irão se definindo: será operário ou diplomata, será agricultor/camponês ou administrador de uma empresa agroindustrial. Para ir se apropriando do mundo do qual o recém-nascido já faz parte, a **LINGUAGEM** é o instrumento privilegiado. É em seu primeiro grupo de pertencimento (a família ou seu substituto) que o bebê e depois a criança irá se deparar com as normas sociais e costumes, e isso ocorre por meio da linguagem. A criança “entra em um filme que já começou”. Por isso, também, que é possível compreender que uma criança do século XIX é diferente de uma criança do século XXI. Um exemplo: lá não existia o computador, e agora há programas para “brincar” no computador para crianças de 2 e 3 anos de idade.

Assim, fala-se aqui de um sujeito que está constituído em uma sociedade, que vive relações determinadas e que possui uma cultura também específica. Mas essa inserção não anula a singularidade do sujeito, ao contrário, a afirma. “No indivíduo está sintetizada a particularidade (as mediações sociais) e a universalidade (a generacidade) que foi possível ao indivíduo apropriar-se.”⁸ A singularidade do sujeito é exatamente a sua apropriação do que é característica do seu tempo e lugar, mas que está posto como algo

singular, próprio e configurado em um indivíduo específico.

Indivíduo e sociedade aparecem como âmbitos de um mesmo processo, como já afirmado. “[...] o sujeito é uma unidade múltipla, que se realiza na relação eu-outro, sendo constituído e constituinte do processo sócio-histórico e a subjetividade é a interface desse processo.”⁹

Afirmamos com Charlot que “todos nós somos 100% singular e 100% social e o interessante é que o total não é 200%. O total ainda é 100%”.¹⁰ As formas sociais estão nos sujeitos, constituem-nos e lhes possibilitam a existência. A sociedade não é uma contraposição do indivíduo, mas a possibilidade de sua existência, tanto física quanto psicológica. Não há um sujeito *a priori*, pois ele se constitui e encarna as formas sociais de existência. González Rey nos diz: “As dimensões da subjetividade social aparecem de forma implícita e diferenciada nas expressões do sujeito e nos sentidos subjetivos que configuram sua subjetividade individual”.¹¹

6.5 Comunidade ou sociedade

Neste início de século, constatamos – novamente – a emergência de pequenos grupos, que buscam instituir um estilo de vida e organização das relações, pautados pela proximidade, pelas trocas e, principalmente, pelo compartilhamento de ideias e crenças comuns. Um exemplo é a comunidade do Daime. Ao mesmo tempo, os jovens que se conectam virtualmente com vários pontos do planeta a partir de determinado interesse (seguidores de um artista) também se nomeiam comunidade. E, também, quando as forças de segurança ingressam em um território da cidade para tentar erradicar a criminalidade (polícia pacificadora no Rio de Janeiro, polícia comunitária em São Paulo ou em Salvador), afirmam que estão entrando na comunidade e seus moradores também se referem ao seu território de convivência como tal.

São situações bastante diferentes às quais o termo/conceito se refere na atualidade. Em sua origem, a comunidade se caracteriza por ser pequena, pela proximidade física/geográfica, pelas relações de ajuda mútua e segurança dos cidadãos e, ao mesmo tempo, por uma vigilância maior e maior homogeneidade entre seus membros, por um ritmo de vida regulado pela natureza, como nas comunidades camponesas ou de artesãos. A garantia de segurança com seu preço de

“menor liberdade”, mas as pessoas querem ambas!

O desenvolvimento do capitalismo moderno levou à substituição do entendimento natural da comunidade de outrora (dos camponeses, artesãos), seu ritmo regulado pela natureza e pela tradição, por outra rotina, planejada artificialmente e coercitivamente imposta e monitorada. O melhor exemplo é a linha de montagem, da “organização científica do trabalho”. Taylor pretendia separar o desempenho produtivo dos motivos e sentimentos dos trabalhadores; é a máquina que determina o movimento e não sobra espaço para a escolha pessoal, iniciativas, cooperação. O resultado que visa a produtividade é a rotinização do processo de produção, a impessoalidade da relação trabalhador-máquina, a homogeneidade das ações, o que se caracteriza como OPOSTO ao ambiente comunitário, conforme destaca Bauman.¹²

Posteriormente, na linha do tempo, o sucesso industrial passou a ser associado ao “sentir-se bem” dos trabalhadores. Em lugar de confiar plenamente nos poderes coercitivos da máquina, apostava-se nos padrões morais dos trabalhadores, em sua piedade religiosa, na generosidade de sua vida familiar e na relação de confiança patrão-empregado. As cidades-modelo construídas em torno das fábricas tinham a finalidade de recompor, reproduzir esse ambiente e mentalidade, considerando seus efeitos positivos na produtividade do trabalhador. Essas “cidades” ou vilas estavam equipadas com moradias decentes, com capelas, escolas primárias, hospitais e confortos sociais básicos – todos projetados pelos donos das fábricas. A aposta era na recriação da comunidade em torno do lugar de trabalho e, assim, na transformação do emprego na fábrica numa tarefa para “toda a vida”. Essa proposta visava retirar o caráter desumanizante da máquina e recuperar/preservar algo da relação paternal (entre aprendiz e mestre) e do espírito de comunidade. Uma ideia que não prosperou, embora essa tendência tenha sido novamente proposta por Mayo; ou seja, fatores como atmosfera amigável, atenção do gerente e principalmente a ideia/sentimento de que “estamos todos no mesmo barco” (lealdade à empresa) são importantes na produtividade. A fábrica fordista tentou uma síntese entre essas duas tendências.

Bauman afirma que guardamos – no senso comum – o termo **comunidade** para situações positivas/“coisa boa”; seu significado e as sensações associadas à palavra são “um lugar confortável, aconchegante” que envolve a vida da pessoa. E **sociedade** (o modo

como está organizada e funciona) é um termo usado para quando queremos atribuir as origens e determinações de situações precárias, difíceis que a pessoa vive. Em síntese, “para quem vive em tempos implacáveis – competição, desprezo pelo outro... – a palavra comunidade evoca tudo aquilo do que sentimos falta”.¹³

Considerar os diferentes modos de organização que as pessoas “escolhem” e/ou de que participam – no caso, sociedade e comunidade – revela as mudanças ao longo da História e, ao mesmo tempo, a coexistência dessas diferenças no momento atual. Ou, desde a década de 1960, no modo como os jovens propunham uma organização social mais “libertária” (a comunidade *hippie*) ou desde antes, como as comunidades indígenas e as tribos africanas. Essa discussão permite tornar mais óbvio como a construção de um modo de organização da coletividade – comunidade ou sociedade – produz diferentes estilos de vida, rotinas, expectativas quanto ao comportamento do outro e referências para o próprio comportamento e crenças.

No caso dos diferentes usos do conceito de comunidade na atualidade, o que é comum em sua diversidade são os traços identitários – uma crença, um ritual, uma região de moradia, um interesse comum. E essa identidade-nós se revela na identidade-eu de cada membro da coletividade, independente da proximidade física. No caso da polícia, sua proposta comunitária significa a permanência em um território no sentido de que a população local a assimile como parte desse território e estabeleça relações de proximidade e confiança.

Considerações finais

Para concluir, voltamos a Norbert Elias, que no capítulo “Mudanças na balança nós-eu”, escrito em 1987, afirma que:

[...] é um erro aceitar sem questionamento a natureza antitética dos conceitos “indivíduo” e “sociedade” [...] estas palavras não existiram sempre (pelo menos não com a conotação que lhes damos hoje) [...] no caso do conceito INDIVÍDUO [...] atualmente, a função principal do termo “indivíduo” é expressar a ideia que todo ser humano do mundo é ou deve ser uma entidade autônoma e, ao mesmo tempo, que cada ser humano é, em certos aspectos, diferente de todos os demais, e talvez deva sê-lo [...] é característico da estrutura das sociedades de nossa época que as diferenças entre as pessoas, sua identidade-eu,

sejam mais altamente valorizadas do que aquilo que elas têm em comum, sua identidade-nós. A primeira suplanta a segunda.¹⁴

Elias analisa as mudanças históricas que permitiram que saíssemos de uma condição social de identidade-nós para uma identidade-eu. A formação do Estado-nação, como o grande organizador, centralizando cada vez mais o poder e o controle da vida de todos e, ao mesmo tempo, relacionando-se de forma indireta com eles (por meio de instituições e organizações sociais), vai individualizando a sociedade e fortalecendo a identidade-eu.

E esse é um tema para um próximo capítulo.

Atividades complementares

1. Imagine que você está sozinho(a) na frente do espelho de seu quarto se arrumando para um encontro muito desejado. Aproveite essa situação para refletir sobre a influência do OUTRO em suas escolhas.
2. Em que medida o que lhe contaram sobre o processo de seleção profissional em uma empresa na qual você quer muito trabalhar interfere no seu modo de se apresentar (linguagem, padrão de vestuário)? Como você faz para manter seu estilo pessoal e, ao mesmo tempo, atender as expectativas da empresa? Reflita sobre isso, pensando e relatando suas experiências pessoais com essa questão.
3. Algumas histórias que conhecemos trazem a questão do indivíduo e da sociedade ou do coletivo. Entre elas estão *Robinson Crusoe*, *Mogli – o menino lobo*, *O enigma de Kaspar Hauser* e *A guerra do fogo*. Escolham um desses filmes, assistam e debatam na classe, em uma espécie de pinga-fogo, a importância da sociedade/coletivo na constituição do sujeito. Na técnica do pinga-fogo a turma se divide em duas partes e uma delas arrola argumentos para defender uma posição, enquanto a outra parte arrola os argumentos para a defesa da posição contrária. Estando os grupos preparados, inicia-se o debate, em que cada grupo tenta fazer valer sua posição.

Bibliografia comentada

O livro *A sociedade dos indivíduos*, de Norbert Elias, aqui utilizado por nós como referência, é excelente para o debate da relação

indivíduo-sociedade. Publicado em 1994, pela editora Zahar, teve seu primeiro capítulo escrito em 1939. A distância no tempo não retirou a lucidez da reflexão de Elias. Vale a pena conferir.

Na primeira série de vídeos *Não é o que parece*, realizada pela TV Futura em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, há um programa, “Indivíduo e Coletivo”, que pode ser bastante interessante para o debate em questão. O vídeo problematiza a questão e afirma posições, aqui defendidas, de olhar a sociedade e o indivíduo superando a dicotomia existente em nosso pensamento.

Alguns filmes como *O enigma de Kaspar Hauser*, de Werner Herzog (1974), e *A guerra do fogo*, de Jean-Jacques Annaud (1981), também podem ser importantes auxiliares do debate.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHARLOT, B. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, p. 17-34, jul./dez. de 2002. Número especial.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 1 e 2.

GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, A. M. B. Indivíduo-sociedade: uma relação importante na psicologia social. In: BOCK, A. M. B. *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GONZÁLEZ Rey, F. L. O emocional na constituição da subjetividade. In: LANE, S. T. M.; ARAÚJO, Y. (orgs.) *Arqueologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004.

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais e sociedade complexa. In: *Revista Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, n. 2, PUC-SP, 1997.

MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vigotski*.
Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. C. Vigotski e as complexas relações entre cognição e afeto. In: ARANTES, V. A. (org.) *Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 2003.

CAPÍTULO 7

RAZÃO E EMOÇÃO

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Seria muito interessante se nosso capítulo se intitulasse *razão emocionada* ou *emoção racional*, mas esses dois aspectos humanos estiveram (e ainda estão) separados um do outro, compondo mesmo aspectos contraditórios do humano. Este capítulo pretende analisar esses aspectos humanos e sua histórica separação. Quem sabe, em um futuro próximo, não precisemos de dois nomes para designar o que, nos humanos, é um mesmo processo; para isso, precisamos refletir sobre a separação com a finalidade de superá-la.

7.1 Razão e emoção: uma separação teórica e histórica

Algumas frases de nosso cotidiano dizem muito sobre a valoração que atribuímos à razão e à emoção. Vejamos:

Você está com a razão quer dizer que alguém está certo, enquanto que dizer *você está louco, perdeu a razão*, é o seu contrário.

Às vezes dizemos que alguém *é verdadeiro porque expressou seus sentimentos*. Então estar certo não é a mesma coisa que ser verdadeiro?

Quais são as *razões para você fazer isto*? Referimo-nos aos motivos. *Fazer algo sem razão* é fazer algo sem sentido ou sem motivos que o justifiquem.

Dizemos que os artistas *trabalham com a emoção*; os engenheiros, cirurgiões e outros profissionais trabalham com a *razão*. Receamos que alguém que nos oferece um serviço *se deixe tomar pelas emoções*, acreditando que quando isso acontece eles podem *perder a razão*.

Quando nos apaixonamos temos a certeza de que estamos tomados

pela *emoção*; mas será que a paixão não tem nada de *razão*? Quando um artista faz uma escultura, será que não há nada em seu trabalho de *razão*? Como ele escolhe os materiais? Como idealiza a obra? Como a formata, dá acabamento ou polimento? Não há *racionalidade* nesse trabalho?

No trabalho dos engenheiros, cirurgiões e juízes será que não há *emoção*? Alguém que faz algo puramente racional é alguém frio, calculista e objetivo; alguém que faz algo com *emoção* é alguém emotivo, sensível, verdadeiro.

Veja como valorizamos e desvalorizamos em nosso cotidiano a razão e a emoção, vistas de forma separada, como duas possibilidades do humano. Serão mesmos dois aspectos separados?

7.2 Razão: a meta humana da racionalidade e do conhecimento objetivo

A razão e a emoção como objetos de discussão estão, como tópicos, em várias áreas do conhecimento, e a filosofia é, sem dúvida, a que tomou a razão como seu objeto privilegiado de reflexão. Por isso escolhemos essa área para nos ajudar no debate e caminhamos com Chaui no percurso que faz em seu livro *Convite à Filosofia*.¹

Os humanos, em seu longo processo de existência, foram expandindo seus territórios e produzindo uma vida cultural cada vez mais diversificada. As viagens marítimas, a criação da moeda de troca, o calendário para calcular o tempo, a invenção da escrita, a vida urbana e a invenção da política são apontados por Chaui² como conquistas que possibilitaram o surgimento da filosofia, na Grécia, no final do século VII e início do século VI antes de Cristo.

A filosofia nascente, que antecede todos os conhecimentos científicos (e racionais), nasce com uma ênfase na racionalidade. Procurando se distanciar dos mitos, a filosofia privilegiava a busca de respostas para os enigmas e questões que a sociedade possuía e que, até então, eram respondidos pelos mitos; buscavam-se também regras que pudessem explicitar e esclarecer as ideias que eram produzidas: havia que ter razões.

Nos séculos XVII e XVIII, o racionalismo clássico, como ficou conhecido, produziu o “sujeito do conhecimento”. O pensamento

volta-se para si mesmo para conhecer sua capacidade de conhecer. É nesse período que surge a experimentação como prática e é quando a razão é vista como a possibilidade de se conhecer inclusive as emoções que marcam o humano. A razão vai se desenvolvendo, até nossos tempos, como capacidade de dominar aspectos humanos que pareciam sem controle. O Iluminismo (domínio da racionalidade) trará as ciências como modo racional de conhecer e controlar a realidade. Associada à tecnologia, que se expande e desenvolve rapidamente, a razão, tanto na filosofia quanto nas outras ciências, passa a dominar como aspecto humano responsável e capaz de garantir a sobrevivência da espécie e produzir um mundo de recursos e objetos que garantiram uma comodidade maior.

Separada das emoções, que estavam mais relacionadas ao conhecimento produzido nos mitos, a razão tornou-se a possibilidade de alcançar a verdade. O pensamento moderno reforçou essa possibilidade e valorizou e incentivou a racionalidade humana, sempre pensada como distinta das emoções.

As mulheres, como “sexo frágil”, tornaram-se a expressão da sensibilidade e das emoções; os homens, ao contrário, passaram a ter o domínio da racionalidade, que lhes garantiria, por muito tempo, o poder.

Pascal (1623-1662), filósofo francês, afirmou: “O coração tem razões que a razão desconhece”. Chauí traduz a frase para nós: “Nossa vida emocional possui causas e motivos [as “razões do coração”], que são as paixões ou os sentimentos, e é diferente de nossa atividade consciente, seja como atividade intelectual, seja como atividade moral”.³

Assim, quando alguém tem razão, está guiado pela consciência, e quando a perde está guiado pelas razões “do coração”. Repare que essa frase é do século XVII. Isso para enfatizar que a separação conceitual/teórica entre razão e emoção é histórica e tem muitos séculos.

Razão vem do latim *ratio* ou, no grego, *logos*, que têm a mesma significação e querem dizer pensamento ordenado; um pensar que mede, categoriza, separa, calcula, enfim, um pensamento que enfrenta o real com determinada capacidade: a de pensá-lo de modo organizado. Um pensamento que investe no real para compreendê-lo e poder tornar os humanos mais potentes e capazes diante da realidade. Opõe-se às emoções, às ilusões e às crenças religiosas.

É importante destacar aqui que estamos falando de um pensamento racional que se desenvolveu na Europa Ocidental. Foi Descartes (1596-1658) que inaugurou o racionalismo moderno, do qual falamos e fazemos uso como humanos deste tempo e lugar. “Penso, logo existo” é a afirmação que embasa esse sistema filosófico. Pensamos e sabemos que pensamos, eis o começo de tudo, que marcou o chamado *inatismo* na filosofia, ou seja, a racionalidade e seus princípios seriam algo próprio dos humanos; nascemos com eles.

Por outro lado, os empiristas “[...] afirmam que a razão, a verdade e as ideias racionais são adquiridas por nós através da experiência. Antes da experiência, dizem eles, nossa razão é como uma ‘folha em branco’, onde nada foi escrito: uma ‘tábula rasa’, onde nada foi gravado”.⁴

É Hegel (1770-1831), filósofo alemão, que nos ajudará a ultrapassar o impasse do inatismo e do empirismo. Cabe apenas ressaltar que, antes dele, Kant fez a primeira tentativa de superação, afirmando que a questão estava em colocar como objeto de investigação a própria razão, em vez de tomar a realidade como centro. Para Kant o conhecimento racional depende exclusivamente do sujeito que conhece. Hegel vai discordar de Kant e afirmar que a razão é histórica.

Ao afirmar que a razão é histórica, Hegel não está, de modo algum, dizendo que a razão é algo relativo, que vale hoje e não vale amanhã, que serve aqui e não serve ali, que cada época alcança e não alcança verdades universais. Não. O que Hegel está dizendo é que a mudança, a transformação da razão e de seus conteúdos é obra racional da própria razão. A razão não é uma vítima do tempo... ela é o tempo. Ela dá sentido ao tempo.⁵

Em cada tempo histórico, a razão produziu um pensamento (ou uma razão) sobre si mesma. Mas a história continua e Husserl, outro filósofo alemão, retomou Kant para criar a fenomenologia que considera a razão uma estrutura da consciência, que produz seus próprios conteúdos (distinguindo-se de Kant). Enfatizou a ideia de significações como o conjunto que cria o real.

Segundo Pontes, “[...] para Hegel, o pensamento é o criador do mundo, não apenas um simples ‘legislador’...”,⁶ e é com base nessa assertiva que os filósofos de Frankfurt (Adorno, Marcuse, Horkheimer), com formação de base marxista, vão recusar a ideia hegeliana de que “[...] a História é obra da própria razão, ou que as transformações históricas da razão são realizadas pela própria razão,

sem que esta seja condicionada ou determinada pelas condições sociais, econômicas e políticas”.⁷

A razão tem, assim, um lugar importante na história ocidental do pensamento. É a razão que nos permite, hoje, avaliar os conhecimentos que são produzidos, tanto na sua coerência interna quanto na sua importância e em seu valor social de permitir visibilidade a aspectos da realidade que nem sempre são evidentes. É a razão que buscamos quando pretendemos conhecer nosso inconsciente; é a razão que valorizamos quando acreditamos na loucura como “outra razão”; é a razão que queremos quando buscamos conhecer as significações constituídas pelos humanos; é a razão que está na base de todos os métodos científicos, sejam eles empiristas, positivistas ou dialéticos.

Mas e as emoções?

7.3 A emoção: um complemento humano da razão

*Por tanto amor
Por tanta emoção
A vida me fez assim
Doce ou atroz
Manso ou feroz
Eu, caçador de mim.*⁸

A emoção, na teorização que separa razão e emoção, é tomada como o colorido, a singularidade, a vida de cada um. Se podemos construir uma razão comum, não podemos fazer isso com as emoções. Elas são vividas de modo singular e individual. Isso não quer dizer que não sejam aprendidas e relacionadas ao mundo social e cultural (exemplo: são os adultos que auxiliam a criança a aprender a **nomear** os sentimentos), mas ao falar de emoção falamos de sentimentos e afetos que são vividos por todos.

A vida afetiva é parte integrante de nossa subjetividade. Nossas expressões não podem ser compreendidas se não considerarmos os afetos que as acompanham.

Marx afirmou “que o homem se define no mundo objetivo não somente em pensamento, senão com todos os sentidos [...]. Sentidos

que se afirmam, como forças essenciais humanas [...]. Não só os cinco sentidos, mas os sentidos espirituais (amor, vontade...)”.

As emoções são expressões da vida afetiva e são acompanhadas por reações intensas e breves do organismo. Elas expressam um momento de tensão do organismo, e as reações corporais ou orgânicas são descargas emocionais que buscam a adaptação dos indivíduos.

Assim, cabem algumas palavras sobre os afetos, conceito mais amplo que abarca as emoções.

Os afetos podem ter sua origem em eventos externos ou internos ao sujeito. São comunicáveis (e aqui já percebemos a sua integração com a razão por meio do uso da linguagem). São imagens e palavras que formam com os afetos o complexo psíquico inteligível. Prazer e dor podem ser apontados como afetos básicos, e entre eles inúmeras possibilidades, às vezes difíceis de nomear ou discriminar. Os poetas colocam isso como finalidade: discriminar, nomear as sutilezas dos afetos!

Os afetos compõem a nossa relação com o mundo. Ajudam-nos a avaliar as situações como positivas ou negativas (depende de como fomos *afetados* por elas). Os afetos preparam nossas ações, participam de nossas percepções e de nossos planos de vida. Fazem parte de todas as nossas escolhas.

Quando escolhemos uma profissão (atividade aparentemente racional), formulamos um projeto de vida futura: quem queremos ser? Que atividade queremos realizar? Como queremos contribuir com a sociedade? Todas essas questões (racionalis) serão atravessadas por aspectos afetivos. Sabemos que nossas escolhas profissionais têm a ver com as disciplinas de que gostávamos na escola, com os professores que nos ensinaram, com as pessoas que conhecemos, com a imagem que temos de nós no futuro (pessoas bem remuneradas, ou realizadas com seu trabalho, ou reconhecidas socialmente?). Esses aspectos que atravessam e permitem a escolha são eminentemente afetivos. Quando escolhemos um parceiro, um namorado, alguém para casar, parece-nos uma atividade eminentemente afetiva, mas sabemos que um padrão estético, uma afinidade intelectual ou uma condição cultural serão aspectos presentes nessa escolha... e são racionais!

Mas falemos, ainda, dos afetos. Muitas vezes eles nos são enigmáticos. Há motivos dos afetos que estão fora do campo da consciência. São experiências que nos afetam, mas que não têm

palavra para sua representação na consciência. Ou seja, afeto e consciência são parte de um mesmo processo.

*Eu queria ficar triste
Mas não consigo parar de rir...*

Contudo, muitas vezes os afetos são enigmáticos para quem os sente. Exemplos: quando temos muitos motivos para não gostar de alguém de quem gostamos; ou quando deveríamos ser gratos a alguém de quem temos raiva. Há motivos dos afetos que estão fora do campo da consciência; nem mesmo quem os vivencia consegue explicar – só sente a estranheza daquele sentimento que parece “fora do lugar”.

*Eu queria ficar triste
Mas não consigo parar de rir...⁹*

Os afetos também podem ser de difícil compreensão pelos outros com quem convivemos. Mas é importante entender que os afetos, ou a forma como o mundo chega a mim e eu o recebo (afeto) e compreendo (razão) é uma forma aprendida. Vivemos experiências, desde pequenos, que são intermediadas pelos adultos ou pelo que chamamos de “os outros”. São esses parceiros que vão nos apresentando o mundo e o fazem a partir de suas representações e afetos; são eles que vão permitindo nossas constituições como sujeitos racionais e afetivos. Aprendemos a chorar e a sorrir como maneira de expressar algo que sentimos quando somos afetados.

7.4 As emoções

Como já anunciamos, as emoções são expressões afetivas acompanhadas de reações intensas e breves do organismo, em resposta a um acontecimento. Nosso corpo vive as emoções, ou melhor, faz parte delas, por isso reage. Batimentos cardíacos fortes, suor, tremor, dificuldade para respirar são algumas das reações que temos e que compõem nossas emoções.

*Meu coração
Não sei por quê
Bate feliz
Quando te vê.¹⁰*

Talvez pelo fato de apresentar fortes batimentos cardíacos como forma frequente de manifestação de emoções, tenhamos, em algum momento, localizado a sede das emoções no coração. Também temos o hábito (cultural) de desenhar um coração quando queremos dizer que estamos apaixonados. Hoje, os carros exibem corações para afirmar que gostamos de ler, de Nova York, ou o que for.

Outras reações corporais acompanham outras emoções, revelando o estado emocionado do sujeito. A televisão, ao dar a notícia de uma tragédia e entrevistar alguém, espera e divulga a pessoa chorando. Essas reações são imediatamente compreendidas pelos outros e ajudam a compor a notícia, que exigiria muitas palavras para refletir o que se viveu.

As reações das quais falamos muitas vezes estão fora de nosso controle. Falamos em segurar o choro ou o riso, falamos em fazer cara de paisagem, procurando disfarçar uma emoção, mas ela será sentida e vivida e o choro ou o riso ou a cara de interesse serão vividos “por dentro”.

Todas essas reações são importantes descargas de tensão do organismo emocionado, pois as emoções são momentos de tensão em um organismo, e as reações são descargas emocionais.

*Se eu chorasse
Talvez desabafasse
O que sinto no peito
E não posso dizer
Só porque não sei chorar
Eu vivo triste a sofrer.¹¹*

Talvez caiba aqui, antes de finalizarmos esta etapa de conceituação, trazer Damásio com a distinção que faz entre emoção e sentimentos. Nossa intenção não é aprofundar essas conceituações, mas vale a pena apresentá-las.

À medida que ocorrem alterações no seu corpo, você fica sabendo da sua existência e pode acompanhar continuamente sua evolução. Apercebe-se de mudanças no estado corporal e segue seu desenrolar durante segundos ou minutos. Esse processo de acompanhamento contínuo, essa experiência do que o corpo está fazendo enquanto pensamentos sobre conteúdos específicos continuam a desenrolar-se, é a essência daquilo que chamo de um sentimento [...] Se uma emoção é um conjunto das alterações no estado do corpo associadas a certas imagens mentais que ativaram um sistema cerebral específico, a essência

do sentir de uma emoção é a experiência destas alterações em justaposição com as imagens mentais que iniciaram o ciclo.¹²

Com isso Damásio integra emoções e sentimentos na nossa vida afetiva. Voltaremos a ele para que nos ajude na integração razão e emoção, finalidade deste capítulo.

7.5 As emoções e a cultura

As reações emocionais são, como já indicamos, até certo ponto, aprendidas, ou seja, nosso organismo pode responder de diversas maneiras a uma situação, mas a cultura oferece algumas formas como sendo mais adequadas a determinadas situações ou tipos de pessoa (por exemplo, de acordo com a idade, o sexo ou a posição social). Durante nossa socialização, aprendemos essas formas de expressão das emoções aceitas pelo grupo a que pertencemos. Isso permite que se compreenda o outro em suas expressões e permite que nos apresentemos aos outros garantindo certa impressão.

A história de cada padrão emocional é algo a se buscar. Por que choramos quando estamos tristes e choramos também quando nos alegamos? Sabemos que o conjunto da expressão do rosto compõe uma ou outra emoção. Estamos afirmando que aprendemos as formas de expressão das emoções e sabemos muito sobre elas. O fato de serem aprendidas não nos tira a possibilidade real de conhecê-las e discriminá-las. Também é o fato de aprendermos que torna possíveis nossas emoções e vivências.

A vida afetiva e as emoções compõem o humano e constituem aspecto essencial de nossa subjetividade. São singulares, nos diferenciam porque permitem falar das vivências pessoais, mas são, ao mesmo tempo, produções ou possibilidades de ser e estar no mundo que nossos antepassados construíram e que nós continuamos inovando e reconstruindo cotidianamente, cada vez que nos emocionamos.

As emoções estão presentes em todas as manifestações de nossa vida. Necessitamos delas porque dão cor à nossa vida, orientam-nos e nos ajudam nas decisões. Enfim, são elementos importantes para nós, que não podemos nos compreender sem as emoções.

Além disso, as emoções são importantes nas relações sociais. Um estudo atual, publicado em matéria de jornal¹³ pesquisou a função das lágrimas do choro e constatou que elas são capazes de reduzir a

produção de testosterona na saliva, o que diminui a ativação das áreas cerebrais relacionadas à excitação sexual. Nas lágrimas femininas (o estudo das lágrimas masculinas está em andamento) há um componente volátil capaz de inibir o impulso sexual dos homens. Esse estudo é importante para nós, aqui nesta discussão, para podermos compreender que as formas de expressão das emoções têm uma história cultural que não desprezou o aspecto biológico ou fisiológico da conduta, e por isso não devemos esquecê-lo.

7.6 Por uma nova leitura

As emoções e a razão são parte da totalidade humana e não deveriam ser pensadas separadamente, como se constituíssem aspectos opostos no humano.

No entanto, não será nossa simples vontade que nos permitirá superar a separação histórica entre razão e emoção, mas é importante que tenhamos essa vontade, pois a ideia de que nossa razão é emocionada permite uma integração do humano que enriquece nossas leituras e nossa compreensão sobre nós mesmos.

Uma música para ser composta precisa de emocionalidade, mas precisa de harmonia, melodia, timbre, enfim, são nossas capacidades racionais e emotivas que nos permitem compor. Uma escolha de trabalho precisa de informação, conhecimentos específicos, mas precisa que tenhamos algum tipo de ligação com as alternativas que se apresentam. Neste exemplo, razão e emoção estão juntas, se integram. Razão e emoção devem formar um par inseparável para, no futuro, serem vistas como aspectos de um mesmo processo: o da relação do humano com seu mundo físico e social.

Na área de gestão de recursos humanos, muitos autores e/ou pesquisadores já vêm indicando a importância de se considerar em todas as situações as emoções que estão presentes no trabalho. Verifica-se ainda que essas contribuições se prendem a uma tradição cartesiana, de separação razão e emoção, mas, sem dúvida, avançam porque propõem que os dois aspectos sejam considerados no trabalho e na gestão do trabalho.

Gondim e outros estudaram a atribuição de emoções em ambiente de trabalho. Justificam seu estudo pela

[...] importância das emoções e dos sentimentos na qualidade das interações humanas nos diversos contextos sociais e de trabalho, e também da aceitação da premissa de que há

variedade na maneira como as emoções e sentimentos alheios são interpretados, torna-se relevante estudar as atribuições de estados afetivos (emoções e sentimentos). Em outras palavras, a maneira como as emoções são interpretadas interfere na qualidade dos relacionamentos que estabelecemos socialmente com nítidas consequências para a emergência de conflitos, principalmente no ambiente de trabalho, o que torna oportuno estudar os processos de atribuição de emoções.¹⁴

O estudo é um entre vários que apresenta como uma discussão necessária na área do trabalho e da gestão de pessoas a questão das emoções. Em muitas delas a dualidade mente-corpo ainda se apresenta (instalada em nosso pensamento desde Descartes, no século XVII), mas é inequívoco que a questão está posta e a superação dessas visões começa a se apresentar.

António Damásio escreveu *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*¹⁵ e trouxe uma contribuição significativa para o avanço, nessa direção, ao afirmar que as emoções são indispensáveis à nossa vida racional. O autor analisa a separação mente-corpo feita por Descartes (dualismo cartesiano) e indica a superação definitiva dessa visão. Sem dúvida, Damásio sabe que Descartes não poderia ter pensado como ele, pois não estava disponível o conjunto de recursos técnicos que hoje lhe permitem, na área das neurociências, avançar nas formulações sobre a relação razão e emoção.

Através da análise sistemática de casos clínicos e da experimentação neuropsicológica com animais de laboratório, António e sua esposa Hanna nos mostram como as emoções são indispensáveis na gênese e na expressão do comportamento. De acordo com Damásio, a inter-relação entre as emoções e a razão remonta à história evolutiva dos seres vivos. Durante a evolução natural o estabelecimento de respostas comportamentais adaptativas é moldado por processos emocionais e a escolha de respostas em determinadas situações reflete o uso da razão. Ou seja, o estabelecimento de repertórios adaptativos é moldado pelas emoções e a seleção de comportamentos no futuro determinados pela razão.¹⁶

Damásio, em seus estudos, indica que um déficit no aspecto emocional das pessoas pode criar dificuldades para a tomada de decisões racionais. A razão não “sabe” sozinha avaliar as condições e as opções existentes; ela precisa das emoções para selecionar uma opção. E destaca:

Tampouco se pretende afirmar que, quando têm uma ação positiva, as emoções tomam as decisões por nós ou que não somos seres racionais. Limito-me a sugerir que certos aspectos

do processo da emoção e do sentimento são indispensáveis para a racionalidade [...] As emoções e os sentimentos, juntamente com a oculta maquinaria fisiológica que lhes está subjacente, auxiliam-nos na assustadora tarefa de fazer previsões relativamente a um futuro incerto e planejar as nossas ações de acordo com essas previsões.¹⁷

E encerramos com as ideias de Damásio de que “a razão pode não ser tão pura quanto a maioria de nós pensa que é ou desejaria que fosse, e que as emoções e os sentimentos podem não ser de todo uns intrusos no bastião da razão [...]”.¹⁸

Atividades complementares

1. Conte aos colegas situações em que você achava que deveria ter “se mantido racional e a emoção tomou conta” e situações em que não conseguiu se emocionar apesar de o evento “pedir” isso. Debatam o que nos faz estarmos mais emocionados ou mais racionais nas situações e o que nos faz perder esse controle. Indiquem aspectos da situação, das relações ou de sua condição naquele momento para compreender melhor o que se passou.
2. Busquem na internet estudos que mostrem outras culturas e as formas diferentes que possuem de expressar suas emoções.
3. Formulem questões do tipo:
 - Onde está a emoção em... (escolham aqui condutas que pareçam exclusivamente racionais).
 - Onde está a racionalidade em... (escolham aqui condutas que pareçam exclusivamente emocionais).E procurem dar visibilidade à presença da emoção e da razão em todas as nossas atividades e experiências.
4. Escolham filmes que possam ajudar a compreender nossas formas culturais ocidentais de expressão das emoções e da racionalidade. Há muitos filmes que podem ajudar. Há um “clássico” no debate deste assunto, mas que não é tão novo, que é *Corações e mentes*, sobre a visão americana da Guerra do Vietnã. Um filme brasileiro que pode ser útil também, neste debate, é *Se eu fosse você*, dirigido por Daniel Filho (2006), em que o marido se transforma na mulher e a mulher no marido, destacando suas formas de sentir e pensar o mundo, dada a diferença de gênero. Outro filme também brasileiro é *A grande família – o filme*, dirigido por Maurício Farias (2007), no

qual se podem ver as diferentes expressões e formas de expressão das emoções e de pensamento. Procure nesses debates integrar razão e emoção, relacionando-as à cultura.

Bibliografia comentada

O livro que utilizamos como referência, *Convite à Filosofia*, de Marilena Chaui, editora Ática, 1995, tem em sua Unidade 2, capítulo 1 até o 5, um excelente e introdutório texto que traz a questão da razão como tema da filosofia. Vale a pena conferir para aprofundar a questão, ajudando a compreender o caminho histórico do tema.

Um livro escrito em 1996, mas atualíssimo, dado o avanço das neurociências, é *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*, de António Damásio, publicado pela Companhia das Letras. Damásio nos apresenta casos interessantes de acidentes que atingem o cérebro para embasar e referenciar a discussão que se segue sobre as emoções, a razão e o cérebro humano. Interessante; deve ser lido.

A série de vídeos *Não é o que parece*, da TV Futura em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, em sua primeira série possui um programa intitulado *Razão e emoção*. Claro, interessante, didático, constitui-se em excelente material para ser assistido e debatido na classe. Acesso pelo www.cfp.org.br.

Referências

CHAU, M. *Convite à Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONDIM, S. Emoções e trabalho: estudo sobre a influência do *status* e do sexo na atribuição de afetos. In: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 241-258, 2010.

PONTES, R. N. *Mediação e serviço social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TOMAZ, C.; GIUGLIANO, L. G. A razão das emoções: um ensaio sobre “O erro de Descartes”. In: *Estudos de Psicologia Resenha*, v. 2, n. 2, p. 407-411, 1997.

CAPÍTULO 8

O TEMPO E O ESPAÇO

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Muitos instrumentos e muitas expressões têm o tempo e o espaço como seus objetos, demonstrando a relação íntima e forte que temos mantido com eles. “Você está fora do tempo”; “estou desnordeada” ou “estou desorientado”; “perdemos tempo”; “o tempo passa”; relógios de variadas formas: de sol, ampulhetas, cucos, carrilhões, relógios de pulso, digitais, de ponteiro; réguas, metros, pés, trenas, enfim, todo esse aparato simbólico tem a ver com a necessidade dos humanos, no decorrer da História, de registrarem e se referirem ao que chamaram de tempo e espaço. Mas a que se referem essas duas palavras? O tempo e o espaço existem mesmo ou são apenas fenômenos psicológicos? Esse é o tema deste capítulo.

8.1 Introdução

Nossa proposta é desenvolver a discussão sobre o tempo e depois relacioná-la à subjetividade e, em seguida, ao trabalho. Ou seja, o que tem a ver a Psicologia com o tempo? Depois faremos a discussão sobre o espaço. Tempo e espaço serão tratados como símbolos de uma relação do humano com seu mundo.

8.2 O tempo

Quantos anos você tem? Se você sabe responder com exatidão a essa pergunta, está pronto para percorrer o texto deste capítulo, pois o objetivo que está colocado é, exatamente, o de saber por que sabemos nossa idade.

Imagine agora que, em nosso planeta, vivem muitas pessoas que

não sabem dizer quantos anos têm. Não sabem que horas são, que dia é hoje ou em que mês estamos; mas sabem, de outras formas, se referir à mesma coisa. Sabem se a maré está subindo ou descendo; sabem do pôr do sol, da fase da Lua, se é hora de plantar ou de colher. Ou seja, a vida, inclusive em seus aspectos mais simples (biológicos) como acordar, alimentar-se, dormir, acontece a partir de outra referência de tempo.

Nós nos acostumamos tanto às nossas formas de medir o tempo que passamos a olhar como menos civilizadas ou incultas as pessoas que se relacionam com ele de outra maneira.

Há, ainda, um tempo de todos e um tempo de cada um. Quando comemoramos o ano-novo, estamos marcando a passagem do tempo para uma comunidade social específica, pois sabemos, por exemplo, que cristãos e judeus não o marcam da mesma maneira; quando fazemos aniversário estamos marcando a passagem do tempo para cada um de nós.

Nesses exemplos há alguns aspectos importantes a serem destacados para produzirmos uma reflexão e uma compreensão do que chamamos tempo. Note que em todos eles falamos, de alguma maneira, de repetições cíclicas e periódicas. “A repetição cíclica e periódica do tempo parece constituir nossa maneira de vivenciar o tempo.”¹ Note, ainda, que em todos os exemplos há uma relação direta com exigências da vida comunitária, de sua organização – saber a hora de ir trabalhar, de plantar e de colher, de descansar, ou ainda de reconhecer nossas crianças, jovens ou velhos. As demarcações do tempo se inserem em uma vida coletiva, servindo “[...] para harmonizar os comportamentos de uns para com os outros, assim como para adaptá-los a fenômenos naturais, ou seja, não elaborados pelos homens”.²

Mas ainda cabe nos perguntarmos: o tempo é um dado objetivo do mundo?

Isaac Newton (1643-1727), no campo da física, tinha uma concepção objetivista, acreditando que o tempo se constitui como um dado objetivo, porém não perceptível. Outros afirmam que o tempo é uma maneira “[...] de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana, ou, conforme o caso, da razão ou do espírito humanos, e que, como tal, precede qualquer experiência humana”.³ Neste segundo grupo encontramos, entre outros, Kant. Para ele, os homens só podem apreender o que percebem a partir de uma intuição espaço-temporal. “[...] eles não

podem perceber o próprio espaço ou o próprio tempo, mas nada podem perceber fora do quadro de uma intuição prévia do espaço e do tempo.”⁴ Bergson e Heidegger se seguiram a Kant e, em “tempos” mais modernos, deram novas formas às concepções subjetivistas.

Para esses autores o tempo é um dado natural: objetivo e independente do homem ou subjetivo, enraizado na natureza humana. Aqui pretendemos afirmar outra posição: histórica. Interessa-nos refletir a partir da pergunta: que necessidades ou com que objetivos os homens passaram a determinar o tempo? E a leitura que trazemos afirma uma relação íntima e indissolúvel entre os humanos e o mundo natural; entre a natureza e a sociedade/cultura. É nesse emaranhado de aspectos físicos e sociais que devemos entender a necessidade e a importância de determinar o tempo.

Os acontecimentos e as experiências humanas fluem ininterruptamente e não se deixam, por isso, comparar diretamente. Quando os humanos quiseram definir posições ou trajetórias que se apresentavam sucessivamente, necessitaram criar referências padronizadas que eram uma segunda sucessão, permitindo a comparação e a medida dos acontecimentos da primeira. Assim, foi possível comparar a velocidade de meios de transporte que percorrem a mesma distância mas em lugares diferentes; comparar a duração de dois eventos que se sucedem, estabelecer o tempo que levamos lendo este capítulo do livro. Todos os acontecimentos estão referenciados em outra sucessão que serve de medida. Traduza, agora, tudo isso por um relógio.

“Os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em sequências-modelo de recorrência regular, como as horas ou os minutos.”⁵ Iniciar a empreitada de medir o tempo permitiu e, ao mesmo tempo, revelou o desenvolvimento de um conjunto humano. “... a noção de tempo representa uma síntese de nível altíssimo, uma vez que relaciona posições que se situam, respectivamente, na sucessão dos eventos físicos, no movimento da sociedade e no curso de uma vida individual.”⁶ Calendários e relógios nos permitem organizar e perceber a sucessão de eventos físicos (como o nascer cotidiano do Sol, as estações), eventos de uma sociedade (comemorar a fundação da cidade ou eleger periodicamente nossos governantes) e, ainda, eventos da vida individual (saber nossa idade e poder cumprimentar um amigo pelos anos de casamento). O tempo é uma “síntese do sucessivo”, como afirma Elias.

Podemos, então, afirmar o tempo como um símbolo. O tempo “[...] designa simbolicamente a relação que um grupo humano, ou qualquer grupo de seres vivos dotados de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida”.⁷

E agora podemos perceber o “contínuo evolutivo”, como designa Elias, entre os movimentos da maré, o “aparente” movimento do Sol e o relógio e o calendário. Todas essas formas são criadas como convenções (acordos, combinações), em um conjunto social, para organizar a relação que os humanos mantêm com a sucessão de eventos da vida cotidiana. O tempo nasce conjuntamente com suas próprias medidas. Nasce, como uma dimensão da realidade, quando as comunidades colocam questões que exigem uma sincronização da vida e quando seus conhecimentos permitem a utilização de referências.

Vamos agora olhar nosso cotidiano; esta vida vivida em pleno início do que chamamos “século” XXI. Inicialmente, esclareça-se que não são todos os humanos, no planeta, que acreditam estar no século XXI. O calendário judaico diz que estamos no ano de 5772 ou mais. Suas referências são outras: o calendário judaico começa em 7 de outubro do ano 3760 a.C., que para os judeus é a data da criação do mundo. Nossos empregos e trabalhos estabelecem horários de entrada e saída, sendo que alguns trabalhadores “batem ponto” para registrar o horário em que chegaram ou saíram. Podemos calcular o número de horas que trabalhamos. Podemos mesmo ter argumentos e fortalecer a luta sindical de redução da jornada de trabalho. Dormimos, não quando temos sono, mas quando é noite. Aprendemos a ter sono, desde bebês, quando é noite; ou seja, há uma adequação do ritmo biológico a uma convenção. Acordamos porque é de manhã, hora de estudar e trabalhar; comemos na hora do almoço, do lanche e do jantar; a sessão do cinema começa e termina em horários previstos no jornal; podemos retardar o início do plantio ou da colheita porque a previsão do tempo diz que é hora; vamos festejar juntos a passagem para o ano-novo e saberemos escrever em nossos textos escolares que dia é hoje. A partir desses exemplos, veja que não é somente o movimento da natureza que nos impõe um ritmo, mas há uma forma ativa de lidarmos com os acontecimentos. Muitos deles, ao contrário, depois de estabelecidos como convenção, nos levam a um tipo de vida ou atividade, independentemente do movimento do Sol ou das marés.

Nosso relógio é social.

Indo adiante em nossa reflexão, pensemos um aspecto importante de tudo isso: nossas crianças aprendem o “tempo”. Desde bebês, aprendem a ter um ritmo biológico (fome, por exemplo) de acordo com os horários que a mãe ou o pediatra estipulam (de 3 em 3 ou de 4 em 4 horas, por exemplo). Aos poucos, vão desenvolvendo uma noção de passado e futuro, e no exemplo frequente (“ontem, eu vou na casa da vovó”) em que se atrapalham com o uso dos verbos é possível observar que essa noção – do tempo – está se estabelecendo. E, por volta dos 4, 5 anos começam a conseguir sequenciar eventos (o que acontece antes e depois). Nossa sociedade tem uma regulação temporal intensa e exige que seus membros aprendam a lidar e a viver com o “tempo”. Serão quatro ou cinco anos para aprender a ver as horas e saber que faltam alguns minutos (ou um pouco) para assistirem ao programa de TV de que gostam; ou se está na hora do avô chegar; se está na hora de sair da escola e voltar para casa; se é hora de comer ou de dormir. Fica quase impossível pensar nossas vidas no dia a dia sem os relógios (ou algo que tenha sua função: a sirene da fábrica, o programa de TV que começa sempre no mesmo horário). Temos uma sociedade altamente disciplinada no tempo. Ensinar nossos hábitos e nossa cultura para as gerações que chegam implica ensinar sobre o “tempo” e seu uso. Nós vivemos no curso do “tempo”, mas um tempo que não estava aí antes de nós, humanos, o inventarmos.

Um alerta: nosso tempo não é o mesmo que o de outras sociedades, como nossos grupos tribais, mas não devemos pensar que somente nossa forma de medir e viver o tempo é a correta ou verdadeira. Cada grupo social, de acordo com suas necessidades e possibilidades técnicas, desenvolve suas formas de viver no curso de “um tempo”. E o próprio tempo pode ser algo distinto para grupos diferentes. Com certeza nossos pescadores, que se guiam pelas marés, ou nossos agricultores, que se guiam pelas estações e pela Lua, nossos bancários, que se guiam por diferentes relógios, dada a internacionalização do dinheiro, todos esses vivem o tempo de formas distintas. Nem melhor nem pior, mas diferente. Em cada grupo social, os humanos aprendem a viver o tempo de sua comunidade e, depois de aprendido, deixam de perceber que aprenderam e o tempo parece algo existente independente de nós. Não é.

O fato de essa regulação social do tempo começar a assumir um aspecto individual, desde uma etapa muito precoce da vida,

contribui em larga escala, certamente, para consolidar nossa consciência pessoal do tempo e torná-la inabalável. Os homens dotados dessa estrutura de personalidade tendem a apreender todas as seqüências de acontecimentos – físicos, sociais ou pessoais – em função dos símbolos reguladores temporais utilizados em sua sociedade, como se isso fosse uma característica de sua própria natureza e, em última análise, da natureza humana em geral.⁸

8.2.1 Tempo e subjetividade

Essas últimas afirmações nos permitem entender que a noção de tempo, constituída pelo nosso grupo social e a qual aprendemos, é um fator de determinação de nossa subjetividade, na forma de autodisciplina, de consciência do tempo e de características singulares do sujeito.

Nossas novas gerações vivem uma condição de existência em que “tudo” parece acontecer “ao mesmo tempo”. É um mundo de excessos e transformações aceleradas. A superabundância de fatos e informações na era da comunicação das novas tecnologias (internet) leva à sensação de aceleração do tempo. Frases como “estou na correria”, “o tempo hoje escorre pelas mãos”, “nem vi este ano passar” revelam a impressão que os contemporâneos têm de um mundo em que, cada vez mais, “o sólido se evapora no ar” (Marx).⁹

Essas novas condições de existência estão relacionadas a novas formas de subjetividade. Sujeitos flexíveis, com grande capacidade de adaptação, abertos às mudanças, com pequena capacidade de tolerar frustrações e intolerantes ao sofrimento são alguns dos aspectos indicados pelos autores que estudam a juventude atual brasileira. Tempo e subjetividade estão, assim, intimamente relacionados. Essa relação não é unidirecional, pois se nos constituímos a partir das noções de tempo existentes em nossa comunidade, é verdade, também, que fazemos o tempo. Einstein acreditava que nossos corpos funcionam como máquinas do tempo. Quanto maior sua velocidade, mais longe se vai para o futuro. Esse pensamento nos ajuda a pensar nosso papel ativo na construção do tempo. Superamos a ideia de que o tempo existe independente de nós; superamos a ideia de que nós criamos espontaneamente o tempo, para pensar que nós e o tempo nos constituímos em um processo histórico, em que aspectos da natureza, de nosso corpo biológico, do desenvolvimento da humanidade e de seus instrumentos, de nossas necessidades e de nossos antepassados, tudo isso constitui um único processo, uma

realidade, em que se pode identificar uma dimensão do tempo e uma dimensão do sujeito.

Pode-se ainda indicar o aspecto singular dos sujeitos na percepção que desenvolvem sobre o tempo. Cada um percebe o tempo de acordo com sua história pessoal, sua inserção em classes sociais, a atividade em desenvolvimento com suas propriedades, o interesse e motivação para a atividade, enfim, vários elementos compõem a percepção que cada um terá do tempo, sem esquecer, no entanto, que o padrão de medida, base dessa percepção, é coletivo. Assim, nossas percepções estarão referidas ao tempo do relógio e do calendário. Assistir a um programa quando não há interesse pode parecer uma atividade que dura “uma eternidade”; namorar pode parecer algo em que o “tempo passou e nem percebemos”. Cada experiência dessas vai construindo subjetividade na sua relação com o tempo social aprendido em sua comunidade. Paciência e impaciência, pontualidade e atraso, apressado e “desencanado”, rápido e lento podem ser traços singulares dessas subjetividades possibilitados pela vivência e pelo aprendizado do tempo.

8.2.2 O tempo e o trabalho

É evidente que as exposições anteriores já permitiriam compreender que a medição do tempo se relaciona com o trabalho, atividade fundamental nos agrupamentos humanos. Os exemplos que utilizamos mostram que os humanos tomaram as marés como importantes porque dependiam delas para pescar; as estações porque dependiam delas para plantar ou colher, obtendo rendimento maior e efetivo do trabalho empregado. Na sociedade industrial essa relação se aprofundou e o capital aprendeu a controlar o tempo do trabalho, necessário para produzir lucro. O tempo se torna dinheiro! Bater ponto, trabalhar dez horas ou oito horas diárias, organizar turnos, descontar horas não trabalhadas, tudo se tornou forma de desenvolvimento e controle do trabalho.

O “taylorismo” e o “fordismo”, como formas de organização do trabalho, nos dão uma excelente demonstração da apropriação do tempo como medida e aspecto do trabalho. A velocidade das esteiras na produção em série só pôde existir porque havia um domínio das formas de controle e medição do tempo que haviam se sofisticado. De quanto em quanto tempo deve passar na esteira o objeto para ser parafusado? Isso imprimia o ritmo do trabalho e da produção. O filme

Tempos modernos, de Charles Chaplin, traz essa imagem como simbólica por expressar o que mais caracterizava o trabalho dos séculos XIX e XX: o operário com ferramentas e apertando os parafusos do objeto que passava de *tempo em tempo* na esteira. E a crítica, no filme, pode ser feita exatamente por trazer a impossibilidade de o trabalhador acompanhar o *tempo* da esteira.

Hoje, temos formas de produção mais flexibilizadas. O que será que aconteceu com a relação com o tempo? Estaria ele já tão introjetado que não necessita mais de tanto controle? Ou as formas de controle são outras? Trabalhar voltado para a produção/produto e não tanto pelo tempo modificou a relação com o tempo, que se tornou mais flexível. Mas talvez a divisão trabalho e descanso tenha se diluído nessa nova relação e nós estejamos trabalhando muito mais... o tempo todo! É algo a se pensar.

Uma pesquisa realizada por Frezza, Grisci e Kessler, em 2009, e publicada na *Revista de Administração Contemporânea – RAC*,¹⁰ investigou o tempo e o espaço na contemporaneidade e fez isso analisando artigos de uma revista popular de negócios. As tecnologias de informação – TI, o espaço de trabalho, o mundo da vida e o mundo do trabalho e as relações funcionários-empresa foram as categorias de análise construídas pelos autores. Algumas conclusões são importantes para nós: as tecnologias de informação proporcionam comunicação imediata e esse contexto intensifica a lista de requisições impostas ao trabalhador. Os autores seguem ainda afirmando que

Os tempos e espaços de trabalho flexibilizados propiciam o prolongamento das horas trabalhadas, seja onde se estiver. Os resultados mostraram quanto a nova ordem do mundo do trabalho afeta os direcionamentos do mundo da vida. Dá-se um processo de indiferenciação entre esses dois mundos. Pode-se, ainda, inferir que a flexibilização do mundo do trabalho engendra a flexibilização do mundo da vida. Desse modo, produz-se a noção de que seja possível trabalhar, ser pai/mãe, se divertir, descansar, produzir, tudo ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Porém a impressão é de que sempre se está atrasado ou deslocado, fora do tempo ou do espaço, seja no ambiente doméstico ou do trabalho; é preciso adaptar-se.¹¹

Um exemplo interessante dessa “indiferenciação” (de tempo e espaço) que se coloca de modo “natural” para as novas gerações: três jovens empresários/executivos (na faixa dos 35 anos) – um alemão, uma brasileira e um brasileiro que gerenciam empresas de uma

multinacional na Ásia. Os três viajam bastante pelo mundo “a lazer”: duas ou três vezes por ano em viagens longas, e afirmam que isso não impede nem atrapalha o trabalho: fazem reuniões diariamente (uma ou duas) com sua equipe local e com seus clientes por meio de Skype, e-mails, iPad, *laptop* e telefone de qualquer lugar do mundo, ou seja, continuam trabalhando quando estão na Ásia – a moça acabou de chegar de uma viagem de quarenta dias por lá e os outros dois faziam isso no Carnaval do Rio e de Salvador (foram aos dois, em sequência!): assinavam contratos, demitiam e contratavam pessoas. O relato é de algo prazeroso e bem-sucedido, e eles querem aperfeiçoar (por meio de equipamentos, etc.) essa modalidade de trabalho. A questão do fuso horário, por exemplo, não é vista como um problema. Se estão na Tailândia, acordam às 3 horas da madrugada para fazer uma reunião com Nova York... Novos tempos!

Outro artigo, na RAC, apresentando trabalho de Vergara e Vieira, já apresentava a importância da dimensão tempo-espaço na análise organizacional.

O presente ensaio buscou responder a seguinte questão: a dimensão tempo-espaço é uma categoria útil para a compreensão das organizações? Argumentou ser uma categoria bastante útil, pois é no tempo-espaço que estruturas, processos, tomadas de decisão, modelos de gestão, tecnologias, poder, enfim, as tradicionais categorias de análise ocorrem.

Se a semiologia do tempo permite assinalar as diversas temporalidades do *habitus* social, pode-se considerar que o processo evolutivo das organizações que dá suporte à sociedade tem relação direta com a concepção de tempo-espaço. Essa assertiva conduz à consideração de que a noção de tempo-espaço nas organizações muda com a evolução do pensamento e do que ele produz, sejam tecnologias, sejam relações.¹²

8.3 O espaço

Outra dimensão importante da vida humana é a do espaço. Ele se constitui também como um símbolo, representando, em um nível alto de abstração e síntese, relações de ordem posicional entre acontecimentos, como indicado por Elias.

A percepção e a determinação de posições espaciais e temporais só se tornam possíveis como tais, portanto, num estágio da evolução social em que os homens tenham aprendido a tratar os acontecimentos e a refletir sobre eles com a ajuda de instrumentos de orientação de nível relativamente elevado de generalização e síntese.¹³

Compreender o conceito nos permite um conjunto de indagações sobre o espaço. Quem determina os espaços? Como são determinados? Como se estabelecem fronteiras? De quem são os espaços? As mudanças em um espaço ficam registradas na memória. Que relação a memória tem com a determinação dos espaços? De quais espaços precisamos? Quanto mede um quarto de empregada em um apartamento? E quanto mede o apartamento? Espaço tem proprietário? De quem são os espaços? Espaço é poder? O que é espaço público? E uma propriedade privada?

*Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a parte que te cabe deste latifúndio
Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida
É a terra que querias ver dividida
É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo
estarás mais ancho que estavas no mundo*

Belíssimo poema (“Funeral de um lavrador”) de João Cabral de Melo Neto, musicado por Chico Buarque de Hollanda para a peça teatral *Morte e vida Severina*. A questão do espaço de vida e de morte está posta no poema, denunciando a desigualdade social em nosso Brasil. Que espaço cada um de nós tem para si?

Na geografia, Milton Santos propôs que “o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.¹⁴ Santos pensou o espaço como uma totalidade de relações e produtos, como um lugar onde a vida acontece com todas as suas características sociais. Um espaço que se divide desigualmente em sociedades desiguais. O espaço, para Santos, “reúne a materialidade e a vida que a anima”.¹⁵

Com essas contribuições de Santos, o espaço pode ser pensado a partir das relações sociais e da produção da vida. É no espaço que essas cenas se passam. O espaço determina as formas de vida e a maneira como os indivíduos ocupam esses espaços configura-os como lugar, como território, como espaço social.

Podemos conhecer uma sociedade se observarmos cuidadosamente como são divididos seus espaços. Quem ocupa os espaços? A diferença entre os espaços das casas, prédios e hotéis luxuosos e as modestas casas da cidade mostra as relações sociais que se estabelecem; mostra a divisão da riqueza e a desigualdade social.

*São casas simples
Com cadeiras na calçada
e na fachada
Escrito em cima que é um lar*

Espaço é um instrumento de orientação e Elias o definiu como referindo-se a “[...] relações posicionais entre acontecimentos móveis, os quais procuramos determinar mediante a abstração de seus movimentos e mudanças efetivas”.¹⁶ Assim como o tempo, o espaço é constituído pelas ações e relações humanas.

Jerônimo e Gonçalves¹⁷ estudaram o espaço de Ibiraquera, no sul de Santa Catarina, um espaço litorâneo ocupado tradicionalmente por pescadores que por muitos anos fizeram dali seu espaço de vida e de produção da sobrevivência. O lugar de vida dá a seus moradores identidade. Com relações de vizinhança e trabalho amistosas, solidárias, viram-se de repente “invadidos” pelos turistas. Um movimento que exigiu revisão, resignificação e mudanças de identidade; readaptação nas formas de trabalho; agora os habitantes vivem o medo da destruição de seu lugar.

Vargas¹⁸ analisou o *apartheid* brasileiro a partir de um episódio de instalação de portões e câmeras, ao modelo dos condomínios de luxo, na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, em 2001. Seu estudo mostrou como as notícias de jornal do período desumanizaram os moradores do “condomínio-favela” e como a questão racial se apresenta na construção da segregação no uso e apropriação do espaço.

A referência à periferia (das grandes cidades) como o lugar/ espaço/território destinado aos trabalhadores, aos pobres; e objeto de preconceito/estigma porque há uma representação social que associa esses espaços com a violência, a criminalidade, etc. Há um documentário sobre Cidade Tiradentes em que uma adolescente diz que para conseguir emprego ou namorado omite que mora lá porque é uma região da cidade de São Paulo associada a altos índices de violência. As leis de zoneamento das cidades estipulam o quê e quem

vai ocupar quais espaços urbanos.

Há ainda a experiência registrada pelas televisões sobre o “passeio” de moradores da favela em um shopping de luxo no Rio de Janeiro. Lojas que fecharam suas portas, vendedores que se recusaram a atender, policiais mobilizados em estado de alerta para conter a população que ousava ocupar um espaço-território que não lhe pertencia. A segregação nos espaços da cidade. Os jovens não se conformam com isso e em seus percursos para além de sua “comunidade de origem”, a periferia, a favela, são alvos de preconceito e intolerância por parte das forças de segurança.

Loïc Wacquant, no livro *Os condenados da cidade*, afirma, na apresentação:

Favela no Brasil, *poblacione* no Chile, *villa miséria* na Argentina, *cantegrill* no Uruguai, rancho na Venezuela, *banlieue* na França, gueto nos Estados Unidos: as sociedades da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social...¹⁹

O autor faz em outro livro, *As duas faces do gueto*, (2008) uma análise de dois “guetos”: “os conjuntos habitacionais da periferia urbana da França e o gueto negro norte-americano, a partir da reconstrução do conceito de gueto como aparelho socioespacial de segmentação e de controle etnorracial” [...]

Ele critica o uso indiscriminado e “importado” de uma realidade (país) para outra do(s) conceito(s) demonstrando que têm construções históricas e especificidades locais... o que há de comum é a segregação dos “pobres”, migrantes, trabalhadores, negros ou turcos... mas a finalidade do “confinamento espacial” é sempre o “enclausuramento e controle” – controle do espaço para “garantir a exploração econômica e o ostracismo social”.

O gueto [...] cumpre missões contrárias para as duas coletividades que une: serve como meio eficiente de subordinação ao lucro material e simbólico do grupo dominante;

mas também oferece ao grupo subordinado o escudo protetor, baseado na construção de alternativas organizacionais e na autonomia cultural. A articulação do conceito de gueto permite desatar os nós entre guetoização, pobreza e segregação, além de elucidar a oposição estrutural e funcional entre guetos e grupos étnicos. Também torna possível esclarecer o papel do gueto como motor cultural para a produção de uma identidade marcada e ambivalente, além de mostrar que deve ser estudado por analogia com outras instituições de confinamento forçado de categorias despossuídas e estigmatizadas como reservas indígenas, campos de refugiados e prisões.²⁰

Outro aspecto ainda merece nossa atenção: os espaços virtuais.

Nicolaci-da-Costa estudou os espaços gerados pela internet: espaços de fluxo e ciberespaço, assim como os espaços gerados pela telefonia celular.

... não precisamos mais estar em algum lugar conhecido para que possamos ser alcançados e também não precisamos saber onde estão nossos parentes, amigos ou conhecidos para que com eles possamos entrar em contato. Podemos nos movimentar sem o receio de não sermos alcançados. Podemos fluir por um espaço híbrido, um espaço físico que pode a qualquer momento ser interrompido por comunicações virtuais. Sem que disso muitos de nós tenhamos nos dado conta, tornamo-nos nômades e o espaço físico que habitamos e pelo qual transitamos se tornou fluido em virtude da comunicação virtual.²¹

O trabalho de Nicolaci-da-Costa pode ser comparado aos estudos que investigaram as consequências para a subjetividade da criação dos espaços das grandes metrópoles, decorrente do desenvolvimento industrial. Hoje, Nicolaci estuda a subjetividade a partir da criação dos espaços virtuais. Novas demandas, nova sociabilidade, novas regras de convivência, redefinição dos espaços público e privado, enfim, “como consequência de tudo isso, emergem novas formas de agir e viver que dão visibilidade aos processos de transformação das formas de ser”.²²

A intimidade, tão cara à modernidade, parece invadir e se tornar visível nos espaços públicos. Trabalho, namoro, conversas intelectuais e bate-papos informais, sedução, paquera, solidariedade acontecem agora também de forma amplificada em espaços virtuais. Os horários dos compromissos e encontros se tornaram fluidos, na medida em que as pessoas estão “sempre” em contato com as outras; como indica Nicolaci-da-Costa,²³ os jovens vão “se falando”. Emergiu também um novo tipo de nomadismo e foi criada uma rede social móvel.

Como no debate do tempo, o espaço foi sendo reestruturado e

ressignificado conforme as relações foram permitindo, conforme a tecnologia foi se desenvolvendo e as necessidades sociais foram também se transformando. E, de novo, as noções de espaço têm seus elementos ou aspectos subjetivos que vão sendo constituídos nesse processo e vão, ao mesmo tempo, permitindo os novos espaços.

Atividades complementares

1. Em grupo, arrolem expressões populares e cotidianas que têm o tempo como aspecto central da frase. Discutam que concepção de tempo está presente nessas frases; quais “equívocos”, do ponto de vista dos debates feitos neste capítulo, estão presentes nessas frases.
2. Espaço físico e espaço virtual: debatam as semelhanças e diferenças existentes entre esses espaços. Reflitam, coletivamente, sobre as implicações para as relações sociais da criação e uso do espaço virtual.
3. A partir do texto de Bauman, discutam a presença das novas tecnologias em nossas vidas e sua influência nas relações sociais.

Aos que se mantêm à parte, os celulares permitem permanecer em contato. Aos que permanecem em contato, os celulares permitem manter-se à parte... Jonathan Rove nos lembra: “No final da década de 1990, em meio ao boom da alta tecnologia, passei algumas horas num café na área de teatros de São Francisco... Observei uma cena recorrente lá fora. A mãe está amamentando o bebê. Os garotos estão beliscando seus bolinhos, em suas cadeiras, com os pés balançando. E lá está o pai, ligeiramente reclinado sobre a mesa, falando ao celular... Deveria ser uma ‘revolução nas comunicações’, e no entanto, aqui, no epicentro tecnológico, os membros dessa família estavam evitando os olhares uns dos outros”. Dois anos depois, Rowe provavelmente veria quatro celulares em operação em torno da mesa. Os aparelhos não impediriam que a mãe amamentasse o bebê nem que os garotos beliscassem seus bolinhos. Mas tornariam desnecessário que eles evitassem olhar-se nos olhos: àquela altura, de qualquer forma, os olhos já se teriam tornado paredes em branco – e uma parede em branco não pode sofrer danos por encarar uma outra. Com tempo suficiente, os celulares treinariam os olhos a olhar sem ver. Como aponta John Urry, “as relações de copresença sempre envolvem contiguidade e afastamento, proximidade e distância, sensatez e imaginação”. É verdade; mas a presença ubíqua e contínua da terceira – da “proximidade virtual”, universal e permanentemente disponível graças à rede eletrônica – faz a

balança pender decididamente em favor do afastamento, da distância e da imaginação... A distância não é obstáculo para se entrar em contato – mas entrar em contato não é obstáculo para se permanecer à parte... A realização mais importante da proximidade virtual parece ser a separação entre comunicação e relacionamento. (BAUMAN, 2004, p. 80)

Bibliografia comentada

Sobre o tempo, de Norbert Elias, é um excelente livro. Escrito em 1984, publicado no Brasil em 1998 pela editora Zahar, o livro apresenta a questão a partir de uma perspectiva sociológica. A introdução do livro contém uma boa síntese dos elementos do texto em sua totalidade e pode ser lido e debatido em grupo e com o professor. Os textos de Elias estão sempre conectados à sua preocupação teórica com o processo civilizador. O tempo é apresentado como ferramenta desse processo que amplia a autodisciplina dos indivíduos e a organização do conjunto social.

Em uma linha mais filosófica, Fernando Puente, em uma coleção dirigida por Marilena Chaui e Juvenal Savian Filho, traz o livro *O tempo*. A editora Martins Fontes é responsável pela publicação atualíssima (2010). O autor retoma as abordagens filosóficas da questão do conhecimento e da compreensão do tempo. O livro está em linguagem simples, permitindo sua leitura e fácil compreensão.

As obras de Castells são importantes referências para a leitura sobre os espaços virtuais e as novas formas de vida em sociedade. *A sociedade em rede* (2000), pela editora Paz e Terra, e “Internet e sociedade em rede” (2003), publicado pela Record no livro *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*, organizado por D. de Moraes, são obras interessantes para debater a questão.

Há ainda dois vídeos produzidos pela TV Futura em parceria com o Conselho Federal de Psicologia que podem ser de grande valia para esquentar as discussões sobre o tempo e o espaço. “A invenção do tempo” e “Lugar comum” fazem parte da série *Não é o que parece*, segunda série.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido* – sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. São Paulo: Jorge Zahar, 1998.

FREZZA, M.; GRISCI, C. L. I.; KESSLER, C. K. Tempo e espaço na contemporaneidade: uma análise a partir de uma revista popular de negócios. *Revista RAC*, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 8, p. 487-503, jul./ago. de 2009.

JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 24, n. 2, p. 195-200, 2008.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. O cotidiano nos múltiplos espaços contemporâneos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 365-373, set./dez. de 2005.

PUENTE, F. R. *O tempo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção Filosofias: o Prazer do Pensar.)

SANTOS, M. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. *Violentamente pacíficos – desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia.)

VARGAS, J. H. C. Apartheid brasileiro – raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, jan./jun. de 2005.

VERGARA, S. C.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. *Revista RAC*, v. 9, n. 2, p. 103-119, abr./jun. de 2005.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

CAPÍTULO 9

A RELAÇÃO DOS HUMANOS COM O MEIO AMBIENTE

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

O meio ambiente decididamente entrou na pauta de discussões de todos os países do planeta, dos políticos, do cidadão comum; trata-se, atualmente, de um dos sérios desafios enfrentados pela humanidade. As notícias sobre aquecimento global começaram como preocupação acadêmica ou de “militantes verdes” para se transformar em assunto obrigatório da mídia e das reuniões dos países mais ricos do planeta (os *summits* ou reuniões de cúpula), como foi o acordo de Kyoto.

9.1 Introdução

Desastres naturais de grandes proporções passaram a ser a tônica do século XXI. Tivemos o furacão Katrina na costa americana, os terremotos no Chile e no Japão, com o enorme *tsunami* que assolou a costa oriental japonesa. O derretimento da calota polar interfere na temperatura dos mares, no fluxo dos ventos, no regime de chuvas. Os filmes sobre desastres naturais propalam teorias catastróficas e impressionam multidões. Diria o compositor Caetano Veloso: “Alguma coisa está fora da ordem, da nova ordem mundial”.

Os desastres naturais e eventos climáticos como o aquecimento global não têm exclusivamente causas naturais. O ser humano também tem sua responsabilidade sobre o meio ambiente pelo modo como trata o planeta. A industrialização cresceu de forma exponencial e a emissão de poluentes produz um escudo sobre diversas regiões do planeta, principalmente nos grandes centros urbanos, alterando níveis de insolação e aumentando o calor.

Países de grande produtividade como Estados Unidos e China

resistem em assinar acordos que visem o controle da emissão de poluentes ou produzem acordos pouco efetivos e que não alteram essas emissões em função de seus interesses econômicos e estratégicos.

A questão toda é saber para onde caminha o planeta, quão irreversíveis são suas atuais mudanças e que ações o homem, que até o momento somente explorou a natureza, poderá neste momento realizar que minimizem o impacto dessas mudanças e mantenham as condições de vida do ser humano e de outras espécies.

São muitas as áreas do conhecimento humano que estão envolvidas com o estudo do meio ambiente, e a psicologia é uma delas. De acordo com Bassani e Alves,¹ a Psicologia ambiental é uma subárea da Psicologia que tem como objeto de estudo as inter-relações entre o homem e suas ações com o meio ambiente, considerando que os estudos ambientais são necessariamente interdisciplinares.

Por fim, Ferreira² deixa claro que a preocupação da psicologia com o meio ambiente não é ocasional, mas determinada historicamente em função da importância que o assunto ganhou a partir dos anos de 1970 e que, genericamente, a discussão sobre o meio (hoje claramente meio ambiente) vem desde os anos de 1930 – particularmente os estudos realizados por Kurt Lewin sobre espaço vital podem ser considerados uma expressão antecipada da psicologia ambiental.

9.2 A relação entre o ser humano e o meio ambiente

Pensar uma psicologia ambiental significa pensar a relação dos seres humanos com o lugar em que vivem, e hoje o ser humano habita todo o planeta. Ao mesmo tempo, cada um de nós mora em um país, num lugar desse país, um Estado, uma cidade, um bairro, um povoado ou centro urbano, numa pequena cidade das muitas existentes no Brasil ou numa zona rural. O lugar em que vivemos determina o tipo de problema ambiental que vamos enfrentar, das mais variadas ordens. Quem vive na zona rural, deve estar preocupado com a frequência das chuvas, vital para a manutenção de um solo fértil e produtivo, e ao mesmo tempo enfrenta problemas relacionados ao tipo de exploração econômica realizada com a terra, como o caso da contaminação por meio de pesticidas e outros

produtos tóxicos utilizados para aumentar a produção agrária, com a perda da biodiversidade e com a erosão do solo.

Os que vivem nos centros urbanos muito populosos enfrentam outro tipo de problema, como a dificuldade com o transporte e a emissão de poluentes. Chuva nesses grandes centros serve para dissipar poluentes, mas acaba em transtorno quando provoca enchentes e desmoronamentos ou quando induz os congestionamentos que impedem nossa chegada ao emprego, à escola ou a volta para casa.

Não há como pensar meio ambiente sem pensar sua relação com o ser humano, e esse ser humano não é uma abstração. Tanto o ser humano quanto o espaço em que vive são historicamente determinados e estão em completa sintonia e relação permanente.

Para Lúcia C. F. Cidade, “a imagem ambiental pode ser construída com fins ideológicos, promovendo uma falsa consciência sobre ações de gestão do território cujas intenções não sejam visíveis de imediato”.³ Isso significa dizer que não há neutralidade e que os interesses políticos, sociais, econômicos estarão em jogo nas decisões que afetam o ambiente em que vivemos e nossas vidas.

De uma maneira geral, a lógica do argumento é que tudo passa a ser um problema ambiental, já que nossa vida social, biológica e psicológica depende do lugar em que vivemos. Mas para não perder o foco e o interesse pelos problemas suscitados pela relação entre ser humano e ambiente é preciso considerar que se trata de como nós, seres humanos, exploramos e sofremos com as intervenções ambientais.

O caminho escolhido pela humanidade (ao menos por uma parte dela) foi o da intensa exploração dos recursos naturais do planeta como forma de garantir a acumulação de riquezas. O modelo atual e mais acabado dessa exploração é a sociedade industrial e o consumo. O que mantém a sociedade industrial funcionando é a exploração da mão de obra e o acúmulo de riqueza pelos conglomerados industriais, os quais dependem de uma ampla rede de produção de matéria-prima, de comercialização e de manutenção do sistema por meio dos serviços. Além disso, um grande campo administrativo que trabalha para o Estado garante a infraestrutura necessária ao funcionamento do sistema (serviço público e segurança). Quem trabalha, o faz para ter recursos financeiros para consumir; os donos dos meios de produção, para acumular riquezas para manter o sistema produtivo funcionando e para acumular riquezas para também consumir. São

consumos de ordem diferente, em que os primeiros consomem para sobreviver e para garantir algum bem-estar, e os últimos, para obter o que quiserem.

O fato é que esse modelo de produção e consumo produz um círculo vicioso cujo limite é o esgotamento dos recursos naturais, que são finitos. É o que ocorre com a exploração do petróleo e dos minerais em geral. O petróleo existente no subsolo do planeta está todo mapeado e há previsão do seu esgotamento no prazo de décadas. O mesmo é possível pensar sobre o ferro, o manganês, a bauxita e todos os minérios existentes no planeta. Nosso modelo, até aqui, é o de resolver problemas para solucionar problemas que criamos anteriormente. As formas desorganizadas de exploração baseadas num sistema produtivo irracional exigem, no momento em que o esgotamento das reservas naturais se mostra evidente, um novo rumo, que reflita os destinos de nossa presença neste planeta.

Para Calderoni,⁴ o pensamento crítico caminha em duas direções. Uma pela definição de um *ambientalismo* que busca repensar formas de ocupação e exploração do ambiente e outra por meio do *ecologismo*, que procura relacionar a demanda humana e a preservação do ambiente. Entretanto, pela proximidade das duas correntes e pela forma como a própria mídia passou a se interessar pelo assunto, a corrente ambientalista passou a predominar nos últimos anos. De acordo com o autor, o debate atual sobre o tema gera ao menos três posições distintas: a dos que defendem a preservação do meio ambiente sem considerar as questões políticas e econômicas que envolvem o fenômeno (o culto ao silvestre); a dos *preservacionistas*, que são “preocupados com a gestão sustentável ou ‘uso racional’ dos recursos naturais e com o controle da poluição, não só em contextos industriais, mas também na agricultura, pesca e silvicultura, confiando em novas tecnologias e na ‘internalização das externalidades’ como instrumentos de modernização ecológica apoiados por uma ecologia industrial e pela economia ambiental”;⁵ e, por fim, a *ecopolítica*, que busca uma análise radical do termo “natureza” buscando reduzir a interferência humana nos ecossistemas e criticando o caráter da intervenção humana na natureza no capitalismo. É o que Martínez Alier⁶ chama de movimento pela justiça ambiental, ambientalismo popular, ou ambientalismo dos pobres, ecologia de subsistência, ecologia da libertação e que cresce a partir de conflitos ecológicos distributivos locais, regionais, nacionais e globais causados pelo crescimento econômico e das desigualdades

sociais.

Essas posições apontadas por Calderoni estão presentes no Brasil e são constantemente divulgadas pelos meios de comunicação. A polêmica em torno da construção da barragem e hidrelétrica de Belo Monte e a transposição das águas do Rio São Francisco passou por intenso debate que coloca as três visões em choque. Os que queriam a preservação ambiental a todo custo e não admitiam a intervenção humana na natureza, garantindo que existem outras formas menos intervencionistas de geração de energia limpa e de apoio às zonas áridas do Nordeste brasileiro. Os adeptos da concepção do desenvolvimento sustentável admitem a realização das obras, mas querem garantias de que os princípios de preservação do ambiente serão respeitados, com o estudo sério e consequente do impacto ambiental visando a proteção da população atingida e das consequências para a flora e fauna da região (o nome dessa ação é desenvolvimento sustentável). A terceira vertente questiona as obras, por levar em conta que comunidades tradicionais, pobres e não capitalistas serão destruídas e lançadas a posições subalternas e marginalizadas nas periferias capitalistas em prol de benefícios para os grandes consumidores estrangeiros de produtos de base eletrointensivos (que utilizam muita energia elétrica, como é o caso da indústria de alumínio, aço, petroquímica, etc.). Questiona o direito dos povos indígenas que habitam a região antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil, do impacto desnecessário que será causado em função do crescimento industrial que não privilegia a população em geral, mas sim a maior concentração de riqueza na mão dos mais ricos.

9.3 Ambientalismo e participação

A discussão sobre meio ambiente e sociedade não pode estar apartada das condições de vida da população e, por isso, pensar o ambientalismo é pensar o tipo de vida que levamos e qual é o nosso lugar na escala social. A nossa vida, principalmente quando falamos do espaço urbano das grandes cidades, que, inclusive, exportam seu meio de vida para todas as demais regiões do país – e alguns países para todo o mundo (globalização) – está muito artificializada. Tudo o que consumimos e tudo o que fazemos está mediatizado pelo produto industrializado. O leite e o suco de fruta vêm de uma caixinha, a água, da torneira ou de um vasilhame plástico, o arroz e o feijão em

pacotes e assim por diante. Essa relação nos distancia da preocupação com a maneira como as coisas são produzidas. Há agrotóxico no alimento *in natura*? O frango que comemos é alimentado de forma adequada? Os conservantes fazem mal à saúde? Qual o benefício ou malefício de todos os itens que compõem a fórmula de um xampu? Como podemos garantir uma vida mais saudável e um controle do que consumimos?

Essas perguntas todas estão na base do que Tassara chama de ambientalismo e movimento social. Diz a autora:

A vinculação conceitual da ideia de ambientalismo com a ideia de movimento social, de um ponto de vista sociológico, explica-se por uma alusão ao desejo de transformação da realidade social, da realidade do convívio humano, que reflete formas de relação do homem com a natureza. E aí ela se remete à ideia de utopia [...].⁷

O que Tassara aponta é fundamental para a transformação social e ao mesmo tempo tarefa muito difícil. Pensar o meio ambiente significa pensar as causas de sua degradação e de sua apropriação. Não é possível dizer que toda a humanidade é responsável pela degradação do meio ambiente. Moramos em apartamentos que mais parecem caixotes uns sobre os outros porque não temos outra opção. Precisamos trabalhar, precisamos de local para morar que seja compatível com o tipo de vida que levamos, precisamos viver numa cidade que ofereça oportunidades, e a decorrência disso é um tipo de vida que exige praticidade e economia de esforços. Mas almejamos viver bem! Essa é a contradição apontada por Tassara e que a leva a apontar a saída na crença da utopia e na organização social.

Essa organização está em curso e a utopia (um mundo melhor é possível!) está sendo construída. O movimento das pessoas atingidas pelas construções de barragens cresce em importância e os estudos de impacto ambiental e o Ministério Público, hoje, consideram essa variável ao aprovar ou acompanhar a implantação de um novo projeto de construção de usina hidrelétrica. Os grupos atingidos exigem alternativa para o tipo de vida que levavam e a garantia de poder viver da maneira a que estão acostumados, com o tipo de produção que realizavam no local que será ocupado pelas águas da represa. São pequenos agricultores, pescadores, apicultores etc. Nos grandes centros urbanos, o problema do lixo mobiliza a população, que exige reciclagem e colabora na coleta seletiva. Os projetos de reciclagem de plástico, papel/papelão e alumínio estão sendo

realizados por cooperativas (de catadores em um projeto de economia solidária) que ajudam a garantir um meio ambiente mais saudável e ao mesmo tempo garantem melhoria de vida e inserção cidadã para pessoas em situação de risco social. Moradores da periferia de grandes cidades e das regiões metropolitanas se organizam contra os aterros sanitários, alternativa para o despejo do lixo produzido pela sociedade industrial.

No entanto, a questão central não é como corrigir o mal produzido, e sim como alterar radicalmente o modo como são utilizados os recursos do planeta. Tais recursos são patrimônio da vida e não patrimônio dos conglomerados industriais, dos governos dos países ricos, dos consumidores em geral. Dizer que eles pertencem à vida significa dizer que quem tem consciência disso, os seres humanos, é responsável pela manutenção da vida no planeta, e essa vida é completamente interligada. A manutenção de nascentes é vital para a vida de um rio, cuja manutenção é vital para a vida aquática animal e vegetal. O desmatamento e a ocupação irregular do solo (moradia nas margens de rios e represas) afetam essas nascentes, contaminam a água, destroem a vida. O desaparecimento de espécies vegetais e animais em função da exploração humana descontrolada é um crime não só ambiental, mas contra a vida no planeta. E contra a nossa própria existência.

Tassara propõe, apoiada no sociólogo português Boaventura de Sousa Santos:

A visualização de uma utopia delineando a construção de um futuro na direção de uma reformulação crítica do presente, objetivo de sua transformação, passa necessariamente pela crítica política da forma de ocupação do planeta que vem se desenvolvendo nesse processo de mundialização e, dentro desse contexto, só há uma possibilidade de cumprimento dessa utopia emancipatória [...] É a consideração de que o respeito ao direito de ser passa pelo respeito ao direito da possibilidade de conviver sendo-se o que se é, os quais sustentam-se na necessidade de participação ampla na definição das regras de convivência que vão se comprometer com essa existência plural.⁸

Considerações finais

A preservação do meio ambiente está diretamente ligada à possibilidade de emancipação humana e a emancipação humana é tarefa da própria humanidade. Não existe a possibilidade de

preservação do meio ambiente sem uma democracia radical e sem a garantia de participação coletiva ampla e generalizada. É essa demanda que leva Sawaia a dizer que o ser da participação é imanente à subjetividade. Isso porque, segundo a autora, o contexto da participação passa pelo debate ético-político e pelas mediações sociais considerando o ser humano como ser concreto. Para Sawaia,

O sujeito de carne e osso é uma força psicológica, que é afetado por outros corpos, é o sujeito do afeto e da paixão, que sente e interpreta o mundo nas diferentes formas de participação. O ato de participação desse sujeito é determinado pelos modelos dominantes de participação social, mas é organizado num contexto de subjetividade como experiência existencial, impregnada de emotividade.⁹

Sawaia aponta a contradição produzida pelas formas de controle da subjetividade (ideologias, meios de comunicação de massa, crenças e valores em geral) e as formas objetivas de ocupação do mundo pelas pessoas (que também produz em conteúdos subjetivos que se chocam com os de controle). Vejamos um exemplo para deixar mais claro essa contradição. A pobreza não é uma condição natural, as pessoas são pobres porque não lhes propiciaram condições adequadas de desenvolvimento social, econômico, pessoal. Faltou presença do Estado (educação, saúde, lazer, habitação, etc.) e a sua força de trabalho foi explorada (exploração da mais-valia), gerando instabilidade para essas pessoas administrarem adequadamente suas vidas. A precariedade implica mais precariedade, e no momento de buscar lugar para morar a alternativa que resta é a encosta do morro e próximo a mananciais. Todos conhecem as características de ocupação dos morros cariocas, e são as pessoas pobres que ficam literalmente penduradas em barracos e casinhas precárias nas encostas.

Em todas as temporadas de chuvas acompanhamos as notícias de deslizamento de encosta e soterramento de pessoas, com perdas pessoais e materiais irreparáveis. Ninguém obriga essas pessoas a esse comportamento de ocupação, e ao mesmo tempo é o único recurso que lhes resta. Não há recursos econômicos para outra opção e o Estado não se preocupou em planejar uma alternativa. É impressionante acompanhar o depoimento dos atingidos pelo desastre ambiental nas reportagens pela TV. É de um conformismo avassalador e de uma autoculpabilização de quem se considera responsável pelo que aconteceu e ao mesmo tempo não vê outra saída. Só resta ao indivíduo pensar que era esse o seu destino.

Sawaia, ao referir-se à dimensão ético-política, está apontando para o que impossibilita essas pessoas de compreender o que determina a situação de tragédia que estão vivendo, e com isso não encontram os elementos necessários para reivindicar uma condição melhor de vida. A ordem do vivido se impõe como dimensão subjetiva de sofrimento que é inevitável e que não tem saída.

Nessa condição, como seria possível a constituição de uma consciência ecológica radical, como espera Calderoni? Como o ocupante da encosta do morro carioca poderia pensar que aquele local deve ser preservado e que não é local de moradia se é o único espaço na cidade que lhe restou para garantir um direito inalienável do ser humano, que é o direito à moradia? Sem ter a quem recorrer, a ocupação passa por condição natural para quem luta pela sobrevivência, e o discurso ambientalista que exige a proteção da encosta é compreendido como discurso de segmento privilegiado que não quer a profusão de barracos pendurados no morro em detrimento da beleza da paisagem. A resposta de Calderoni é a radicalização do movimento, que deve partir da própria tomada de consciência dos moradores da favela (a ecologia dos pobres), que são os que mais lucrarão com a preservação ambiental se ela for realizada nos padrões de uma dimensão ético-política que leve em consideração as reais necessidades dessas pessoas e equacione primeiro o problema de moradia, de emprego, de saúde, de educação etc. Ao equacioná-los também estará equacionando o problema ambiental. Por isso, a solução está na maior participação, na radicalização da democracia, na dimensão subjetiva ético-política.

Atividades complementares

1. Veja o filme *O dia depois de amanhã*, dirigido por Roland Emmerich (2004). Trata-se de um desastre climático que atinge todo o planeta. Discuta a teoria que justifica o desastre no filme e relacione com o capítulo lido.
2. Outro filme interessante é *Cinco vezes favela*, dirigido por importantes diretores brasileiros, como Cacá Diegues e Joaquim Pedro de Andrade. Analise a vida dos personagens e os problemas que enfrentam e discuta a dimensão ético-política envolvida e sua relação com problemas ambientais.
3. Faça uma relação em seu grupo dos problemas ambientais que

vocês identificam no dia a dia. Quais as possibilidades de solução e quais as dificuldades para resolvê-los? Como o grupo poderia contribuir para melhorar esses problemas a partir da leitura do capítulo?

4. Para vocês, o que é uma vida saudável? Discuta um critério no seu grupo e os itens que o grupo considera fundamental para definir qualidade de vida e meio ambiente.

Bibliografia comentada

Para uma leitura introdutória e definições básicas recomendamos o artigo “A psicologia ambiental como área de investigação da inter-relação pessoa-ambiente”, de Marlise Bassani e Maria C. L. Alves, que pode ser baixado de: <<http://unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Marlise%20e%20Maria%20Cherubina.pdf>> .

Outras duas obras, também citadas, são boas referências para aprofundar a leitura sobre o tema: *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*, de Marcos Sorrentino (Educ/Fapesp, 2001), e a tese de doutorado de Eric Calderoni, “O sofrimento e a luta do trabalhador contaminado: os caminhos da consciência política e ambiental após a contaminação por substâncias tóxicas no ambiente de trabalho”. Essa tese está disponível no endereço www.pucsp.br, no link da biblioteca. Nesse mesmo endereço, consulte a tese de doutorado de Marcos Ribeiro Ferreira, “Produção e conhecimento sobre degradação ambiental: uma incursão na psicologia ambiental”.

O pesquisador brasileiro da UFRJ Henri Acselrad é uma grande referência sobre as questões ambientais; veja: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs.) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Por fim, vale a pena consultar o livro *Introdução à crítica da ecologia política*, do francês Jean-Pierre Dupuy, editado pela Civilização Brasileira, 1980.

Referências

BASSANI, Marlise A.; ALVES, Maria C. L. A psicologia ambiental como área de investigação da inter-relação pessoa-ambiente. Disponível em: <<http://unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Marlise%20e%20Maria%20Cherubina.pdf>> . Acesso em: 9 de abr. de 2011.

CALDERONI, Eric. O sofrimento e a luta do trabalhador contaminado: os caminhos da consciência política e ambiental após a contaminação por substâncias tóxicas no ambiente de trabalho. 2008. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

CIDADE, Lúcia C. F. Qualidade ambiental, imagens de cidade e práticas socioespaciais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto C. *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Ed. UnB, 2003.

FERREIRA, Marcos R. Produção e conhecimento sobre degradação ambiental: uma incursão na Psicologia Ambiental. 1997. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

SAWAIA, Bader B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.

TASSARA, Eda T. O. Ambientalismo e participação na contemporaneidade: reflexões sobre o Ciclo de Seminários (posfácio). In: SORRENTINO, Marcos. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.

CAPÍTULO 10

MOTIVAÇÃO

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

A motivação é um conceito antigo que vem sendo retomado nos tempos atuais. Aparece relacionada às questões do trabalho e do consumo, principalmente. Esta retomada do conceito não tem sido acompanhada por uma leitura crítica que permita ultrapassar as leituras simplistas que foram produzidas na metade do século XX. Nosso capítulo pretende apresentar a motivação como um processo psicológico que se constitui na relação do sujeito com a sua realidade social.

10.1 Introdução

Motivação é um conceito que diz respeito ao interesse das pessoas em relação a alguma coisa. É o que a gíria denominou de forma clara e inequívoca como “estar a fim de”. É um processo que está presente em todas as esferas da vida: no trabalho, no estudo, no lazer, nas relações sociais, enfim, em todas as atividades que desenvolvemos, mesmo aquelas que nos parecem básicas e relacionadas a necessidades. O termo “motivação” vem do latim *motivare*, que quer dizer mover-se. O que move as pessoas em direção a determinadas coisas e não a outras? Essa questão tem sido estudada no campo da Psicologia como motivação.

10.2 Motivação como um processo psicológico

A diversidade de interesses percebida entre os indivíduos permite aceitar, de maneira razoavelmente clara, a crença

segundo a qual as pessoas não fazem as mesmas coisas pelas mesmas razões. É dentro desta diversidade que se encontra a mais importante fonte de compreensão a respeito de um fenômeno que apresenta aspectos aparentemente paradoxais: a **motivação humana**.¹

A Psicologia é uma ciência da subjetividade ou dos processos psicológicos que compõem a realidade humana e social. Muitos esforços teóricos são feitos, na Psicologia, para que possamos valorizar o humano como “um animal” dotado de vontades e autônomo. Ou seja, nenhuma explicação que reduza a realidade humana a estímulos, ou forças sociais, ou forças naturais, ou impulsos, ou instintos, como responsáveis pela conduta humana será aceita com tranquilidade. Sem que todos esses fatores sejam deixados de lado ou ignorados, a Psicologia busca compreender os processos que movem os sujeitos a se comportarem, sonharem, desejarem e pensarem, enfatizando ou privilegiando as razões consideradas eminentemente humanas. Claro que o peso e a qualidade dessas razões humanas variam de uma teoria para outra. Algumas dão mais força ao ambiente percebido pelo sujeito; outras dão mais força aos aspectos não conscientes do sujeito; outras às relações sociais vividas, outras ao que o sujeito sabe e pensa sobre o mundo, enfim, as Psicologias têm em comum esse esforço de compreender a realidade humana compreendendo os indivíduos como sujeitos de vontade. Aparece então a questão: o que faz com que os sujeitos queiram alguma coisa e outros não? O que faz com que se interessem ou não por algum objeto, pessoa ou atividade?

Talvez a área da Psicologia da educação tenha sido uma das que mais precisaram de conceitos como o da motivação. Como motivar o aluno para aprender o que se julga necessário? As pesquisas mostram que os alunos, quando estão motivados, aprendem melhor e mais depressa. O que faz com que se motivem?

A motivação é o título (é um conceito!) que a Psicologia deu a um estado psicológico que é caracterizado pelo fato de o sujeito se encontrar energizado e interessado por um objeto o qual tem grande peso/valor/significado no sentido de dirigir o comportamento para sua obtenção. O indivíduo motivado tenderá a se aproximar do objeto que percebe como potencialmente capaz de satisfazer seu interesse. Quando falamos em motivação estamos, claramente, nos referindo a um estado subjetivo: o indivíduo tem “aquele” objeto como capaz de satisfazer suas necessidades ou interesses.

Portanto, utilizamos o termo motivação para designar esse processo e o caracterizamos quando conhecemos o estado de interesse do sujeito e conhecemos também o objeto de satisfação dele, podendo prever que seu comportamento será em direção ao objeto. Motivação é também uma relação entre o mundo psicológico e os objetos do mundo social. Falamos em motivação como um envolvimento do sujeito, o que nos permite afirmar que na base da motivação está um processo afetivo em relação a esse objeto que poderá satisfazer suas necessidades ou interesses.

Podem-se resumir essas ideias no seguinte: na vida cotidiana os sujeitos vão apresentando necessidades e sentem falta de algo. A necessidade é um estado psicológico que põe os sujeitos em movimento para buscar qual objeto do mundo que nos rodeia pode parecer satisfatório para solucionar a necessidade. Ao encontrar esse objeto podemos dizer que o sujeito apresenta agora um motivo: uma relação entre uma necessidade e um objeto. A disposição para se pôr em movimento (comportamento) na direção da obtenção do objeto é que chamamos de motivação.

Um motivo pode implicar diferentes condutas (preparar um alimento, roubar um pacote de biscoitos) e uma conduta (andar rápido, querer chegar rapidamente em casa) pode responder a diferentes motivos (fome, necessidade de ir ao banheiro ou consultar a correspondência eletrônica). Um motivo pode também corresponder a uma classe de objetos, por exemplo, se estou com fome posso comer uma fruta, um sanduíche ou um bife.

A motivação implica aspectos e processos que são de várias ordens. Há aspectos biológicos que estão na base das necessidades; há aspectos aprendidos (relações entre necessidade e objetos que são aprendidas no processo de socialização) e, ainda, aspectos cognitivos (informações que possuímos sobre um determinado objeto). Eles se mesclam na motivação fazendo que, por exemplo, a fome (biológico) possa encontrar em batatas fritas seu objeto de satisfação (aprendido), mas saber que não devemos comer frituras em excesso pode nos levar a um copo de leite (cognitivo). Se queremos compreender o comportamento de aproximação de um indivíduo de determinado objeto, deveremos considerar todos esses aspectos.

Os fatores culturais são muito importantes na construção do processo de motivação, pois os objetos que poderão surgir como respostas às nossas necessidades estão disponíveis na cultura, e nós, durante nosso processo de socialização, aprendemos exatamente isto:

a relacionar necessidades a objetos. Podemos ser mais incisivos e afirmar que a maior parte de nossas necessidades é aprendida na cultura. A fome, por exemplo, que é uma necessidade básica, ou seja, não aprendida, recebe da cultura um conjunto de elementos que a completam, deixando de ser apenas uma necessidade básica. Temos fome de determinada comida, e isso está além da necessidade básica. Temos necessidade de receber rapidamente as informações do que está acontecendo no mundo ou de ter contato com um amigo que está residindo do outro lado do planeta: são necessidades que são aprendidas na cultura e que surgem, ao mesmo tempo que o telefone ou o computador com internet, como necessidade.

A necessidade sexual é outra necessidade aprendida. Claro que sabemos da necessidade de preservar a espécie e da procriação, que cumpre essa função, mas a relação sexual se tornou independente da reprodução; a postura ereta dos humanos retirou do olfato o lugar de principal sentido para a atração sexual, que ficou com a visão. Além disso, hoje, há novas possibilidades de reprodução, o que deixou a sexualidade mais livre para a busca do prazer. As diferentes culturas e épocas apresentaram diferentes padrões de beleza e, portanto, de atração física. Também, ao se separar a vida sexual da preservação da espécie, pode-se acreditar que novas formas de amor passaram a valer a pena. Nosso mundo cultural ocidental aceita com maior facilidade relações homoeróticas, que, com certeza, não se estabelecem para preservar a espécie. Mesmo as relações heteroeróticas não estão relacionadas, para a maior parte das pessoas, à procriação. Fazemos sexo para ter prazer. Essas mudanças culturais vão afetar diretamente a constituição do que estamos aqui chamando de motivação.

Esses exemplos do apetite e da atração sexual nos serviram para afirmar que não se pode pensar a motivação se não a inserirmos na cultura em que o indivíduo vive. Pode-se reconhecer uma base fisiológica na motivação, pois se fala de energia que impulsiona na direção de um objeto de satisfação, falamos, ainda, de organismo afetado pela realidade circundante, mas a relação que se estabelece entre necessidade e objeto é de natureza cultural, e ela é parte integrante da motivação. Assim, os outros humanos com os quais convivemos são importantes como fonte de “apresentação” do mundo dos objetos. Em nossa socialização aprendemos que determinados objetos podem estar relacionados com determinadas necessidades. Famílias preconceituosas em relação a árabes, por exemplo, desvinculam as necessidades sexuais e afetivas de seus filhos de

pessoas com essa origem e buscam interferir no sentido de que seus filhos não coloquem a pessoa dessa origem como objeto de seu interesse sexual. O mesmo pode ocorrer com alimentos: os vegetarianos não colocam as carnes como objeto que pode satisfazer sua necessidade de alimento.

Um aspecto é importante em toda esta teorização sobre motivação: é uma tarefa difícil motivar os indivíduos, pois, mesmo considerando todos os aspectos culturais, ambientais, biológicos do processo, não há como garantir o seu resultado. Handy, citado por Bergamini, diz:

[...] Os primeiros trabalhos acerca da motivação demonstraram preocupação em encontrar os modos pelos quais o indivíduo poderia ser **motivado** e aplicar mais do seu esforço e talento a serviço do seu empregador. É uma questão de justiça acrescentarmos que muitos desses teóricos também se preocupavam em encontrar uma resposta que fosse coerente com a dignidade e independência essenciais do indivíduo. Talvez devêssemos sentir alívio quanto ao fato de que não foi encontrada qualquer fórmula garantida de **motivação**.²

Além disso, é também um aspecto importante reconhecer (pois é um dos fatores que explicam a conclusão anterior) que motivação tem um caráter individual. Esse segundo aspecto faz com que nos perguntemos se em projetos motivacionais não se estariam atribuindo objetivos para as pessoas que são, na realidade, os das pessoas que planejam. Bergamini afirma que “[...] cada pessoa é portadora de um estilo de comportamento motivacional”.

Em estudos sobre a motivação em organizações, muitas sugestões para motivar os trabalhadores têm sido oferecidas, mas, na prática, muitas delas fracassam à medida que o tempo passa. Em geral, o que se passa nesses casos é o fato de se tomar como motivador algo que parece motivador para quem planeja ou é pensado como algo motivador para os sujeitos, mas pode não ser. Além disso, motivação é um processo sem fim, e, muitas vezes, nesses planejamentos, se quer como fim “um sujeito motivado”, como se fosse um estado final. “[...] a motivação é bem mais que um processo estático. Trata-se de um processo que é ao mesmo tempo função dos indivíduos e das atividades específicas que eles desenvolvem.”³

Cabe ainda, antes de estudar mais especificamente a motivação para o trabalho, afirmarmos que a Psicologia, ao estudar a motivação, pode contribuir com a apresentação de muitos aspectos irreduzivelmente individuais que compõem um conhecimento menos superficial da questão. A psicanálise, por exemplo, ao trazer o

inconsciente como tema humano e psicológico, ofereceu uma nova visão dos humanos e da motivação. A etologia no campo da Psicologia também merece seu destaque. A ideia da presença necessária de três aspectos – o estado de carência, a conduta de busca e o ambiente – permitiu entender que a motivação não é um estado em si. Atos motivacionais e fatores de satisfação passaram a compor um novo conceito de motivação, segundo Lorenz (1963). Estudos de Seligman (1967), citados por Otta (1986), permitiram também compreender que um estado de desamparo é “um estado produzido por repetidas tentativas malsucedidas para controlar os resultados de eventos” (OTTA, 1986, p. 107). As consequências incontornáveis de alguns eventos resultam em “déficit motivacional”, que seria um “retardamento do início de respostas voluntárias e é consequência da expectativa de que é inútil responder” (OTTA, 1986, p. 106). Esses últimos estudos puderam embasar as análises sobre o fracasso escolar.

10.3 Motivação para o trabalho

Em nossa sociedade capitalista, o trabalho – como inserção produtiva na coletividade – tem sido uma das atividades mais importantes. Todas as áreas do conhecimento se relacionam de alguma forma com o trabalho. A Psicologia não foge à regra, e uma das suas contribuições tem sido a discussão da *motivação para o trabalho*.

Elton Mayo, cientista social, no início do século XX, nos Estados Unidos, chefiou uma experiência na Western Electric Company que se tornou referência sobre a motivação para o trabalho e desencadeou, no campo da Psicologia, estudos e experiências importantes. As conclusões do estudo de Mayo traziam com propriedade aspectos psicológicos para a compreensão da motivação dos trabalhadores: importância de aspectos afetivos e de relacionamento social, as recompensas e sanções, a ênfase em aspectos emocionais, o reconhecimento e a aprovação social, todos aspectos que influenciam a motivação para o trabalho. Assim, a Psicologia passa a contribuir com seus estudos para o campo e desenvolve a área da Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Podemos começar então compreendendo o que a Psicologia quer designar com o termo motivação para o trabalho. Vamos repetir o que anteriormente sistematizamos:

A necessidade é um estado psicológico que põe os sujeitos em movimento para buscar qual objeto do mundo que nos rodeia pode parecer satisfatório para solucionar a necessidade. Ao encontrar esse objeto podemos dizer que o sujeito apresenta agora um motivo: uma relação entre uma necessidade e um objeto. A disposição para se pôr em movimento (comportamento) na direção da obtenção do objeto é que chamamos de motivação.

O trabalho aparece, então, como o objeto capaz de solucionar alguma(s) necessidade(s), como, por exemplo, a obtenção do salário (que permite a satisfação de muitas outras necessidades). Essa relação necessidade-objeto é o motivo e a disposição para a obtenção do objeto trabalho que chamamos motivação. Parece simples, e nos perguntaríamos, então: por que a motivação para o trabalho se tornou um tema tão específico?

Na verdade, o trabalho se configura, em nossa sociedade, como um meio indireto de obter objetos que satisfazem necessidades, pois é ele que, em nossa sociedade, traz a remuneração, o dinheiro, objeto que se pode trocar por muitos objetos capazes de satisfazer nossas mais diversas necessidades, mesmo as básicas.

Vamos entender um pouco melhor isto:

O trabalho, no desenvolvimento da humanidade, tem sido visto como a atividade capaz de fazer saltar o homem de seu estágio mais primitivo para seu estágio humanizado. O trabalho é a intervenção humana transformadora da natureza que possibilitou a constituição de inúmeras habilidades que passaram a caracterizar o que chamamos de humano. Tudo foi trabalho: energia empregada em uma direção para transformar a natureza em objetos necessários à sobrevivência.

E o que aconteceu com o trabalho?

Foi sendo absorvido e organizado na sociedade. Esta é que sofreu grandes alterações que poderíamos resumir aqui como relações de produção: uma teia de relações em que o trabalho se inseriu. Ao longo da história da humanidade, assumiu diferentes formas: trabalho escravo, trabalho servil, trabalho assalariado, trabalho autônomo. Enfim, os humanos foram construindo a sociedade a partir da organização do mundo do trabalho. São modos de produção da sobrevivência que vão caracterizar diferentes momentos do desenvolvimento da humanidade ou do processo de humanização do homem.

O que fica claro é que, em nossa sociedade, para obter o dinheiro a

fim de comprar os objetos de nossas necessidades, temos de vender ou empregar nossa força de trabalho. Veja como o caminho para chegar ao motivo ficou indireto: necessidade de algo que surge como motivo real; trabalho; dinheiro; compra do objeto. Talvez tenha ficado já imediatamente claro por que a Psicologia foi convocada a pensar como motivar os indivíduos para o trabalho. O salário é, sem dúvida, a relação mais direta, mas aqueles que compram a força de trabalho ou a remuneram querem mais: querem que os trabalhadores realizem suas atividades com interesse, competência, eficiência – em síntese, motivados. O que se deseja, portanto, é motivar o indivíduo para o trabalho, ou seja, para a execução da tarefa/atividade.

São vários os exemplos que podemos dar aqui dos esforços que se têm empreendido para conseguir essa meta: organizar o horário de trabalho; permitir o descanso necessário; remunerar justa e pontualmente; dar autonomia aos trabalhadores na gestão de seu próprio trabalho; formar equipes de trabalho; oferecer compensações além do salário; garantir a possibilidade da aposentadoria remunerada; oferecer espaços de lazer e de relacionamento social entre os trabalhadores, fortalecendo vínculos de amizade; produzir um sentimento de pertencimento e fidelidade constituindo as empresas como “famílias”; estimular formas solidárias de trabalho e produção de renda; regulamentar as relações de trabalho (legislação específica); estimular com prêmios a produção de qualidade; estimular competições de produtividade; distribuir lucro; oferecer qualificação e treinamento; enfim, com certeza, você também conhece muitas das formas que o capitalismo foi produzindo para garantir a motivação para o trabalho, no sentido de garantir e aumentar a produtividade – quantidade e qualidade.

É oportuno dizer que alguns trabalhos são motivadores para quem os realiza porque permitem que as pessoas os vejam como espaço de desenvolvimento pessoal ou mesmo de prazer imediato ou porque propiciam uma remuneração que elas valorizam. Algumas pessoas chegam a dizer: “Não me importo com o que ganho, pois gosto do que faço”. Outras pessoas, ao contrário, estão presas à alta remuneração que recebem, apesar de não gostarem do que fazem. Outras, ainda, não estão satisfeitas com o que fazem nem com o que recebem. Isso para dizer que a motivação para o trabalho vem de diversas fontes e não apenas da remuneração. É essa “brecha” que pode ser utilizada para gerar a motivação para o trabalho sem que o único recurso para isto seja a remuneração.

Uma pesquisa realizada por profissionais em Alagoas sobre os “Fatores de motivação e insatisfação no trabalho do enfermeiro”, publicada em 2005, mostrou que

[...] a remuneração se apresenta como um fator de motivação no trabalho, não sendo, entretanto, o principal motivador. Os enfermeiros pesquisados referem outros fatores motivacionais em seu trabalho atual, e entre eles destacam-se o gostar do que faz, o relacionamento satisfatório com a equipe multiprofissional, a possibilidade de obter crescimento profissional, entre outros.⁴

Vejamos um pouco do que tem sido publicado sobre o assunto, demonstrando uma visão superficial e ideológica da questão da motivação para o trabalho:

Não é incomum algumas vezes não se estar motivado como deveria no trabalho. A cabeça começa a viajar durante o expediente, o tempo não passa, o final de semana não chega... e a segunda-feira, então, que nunca acaba? Pois bem, se você está sentindo isso atualmente, alguma coisa precisa ser feita, especialmente porque primeiro essa “doença” da desmotivação afeta você e, de forma progressiva, afeta sua carreira, seu emprego e sua família.

Agora, tenho uma notícia boa e uma ruim pra você. A ruim: o problema de falta de motivação é todo seu, é interno a cada um de nós e seu chefe não tem culpa. Agora a boa: é possível tomarmos algumas ações que podem contribuir bastante para uma melhora em nosso nível de motivação.

Então, vão aí cinco atitudes que você pode tomar para virar esse jogo:

Busque novos desafios... internamente

Isso mesmo, muitas vezes achamos que a solução somente pode estar em arrumar um novo emprego, quando uma conversa franca com seus superiores pode resolver o problema. Peça ao seu chefe novos desafios como a oportunidade de participar de um novo projeto, mas, quando fizer isso, estude de antemão como você seria útil para esse projeto, pois certamente você será perguntado sobre isso.

Envolve-se nos projetos de seus colegas

Ajude-os, isso o fará desenvolver novas habilidades. Deixe de lado vaidades quanto a receber ou não o reconhecimento do seu trabalho em projetos alheios. Nesse caso vale muito mais o aprendizado, que servirá como

justificativa para seu futuro reconhecimento. Lembre-se: o que você aprende primeiramente é seu e levará consigo, embora seja utilizado para benefício de seu empregador.

Estude novas tecnologias

Esteja atento àquelas que poderão fazer a diferença em sua carreira, além, é claro, de buscar entender o negócio da empresa (que tal olhar um pouco para o futuro para se inspirar?). Isso é um grande diferencial para um profissional de tecnologia, pois a maioria ainda prefere mergulhar na tecnologia em si, deixando de lado os processos de negócio e consequentemente muitas oportunidades de crescimento.

Otimize processos

Entenda como seus usuários trabalham e veja se há algo que pode ser melhorado na rotina que aumente a produtividade. Isso envolve, é claro, um amplo conhecimento de negócios, que você deve buscar para se diferenciar. Além de elogios por todos os lados, você será visto com outros olhos quando se falar em quem deve assumir novas responsabilidades na empresa.

Já se formou? Que tal uma especialização focada nos objetivos de sua carreira?

As faculdades e universidades têm evoluído bastante na preparação de seus cursos de especialização, de modo que hoje encontramos especializações voltadas para as mais específicas necessidades do mercado de trabalho. Então, está esperando o quê? Mãos à obra!!

E você, como tem driblado esse sentimento? As atitudes que você tem tomado têm surtido efeito? Há alguma outra ação que você tem tomado e gostaria de compartilhar conosco?

(Retirado do site: <http://carreiradeti.com.br/5-atitudes-falta-motivacao-trabalho/> em 13/2/2011.)

São várias as sugestões para que alguém possa ter, descobrir ou desenvolver motivação para o trabalho. Muita coisa se publica, hoje, com esse tema. O maior problema dessas publicações está em responsabilizar o trabalhador pela sua falta de motivação. Sabemos que a motivação é um processo psicológico e, portanto, acontece no

âmbito do sujeito. Mas toda a nossa discussão visou alertar para a necessidade de compreendermos a motivação como uma relação do sujeito com seu contexto e suas condições de vida. Não estar motivado para o trabalho não pode ser entendido como algo de responsabilidade exclusiva do sujeito. As medidas para reverter a situação não podem ser vistas como de responsabilidade apenas do trabalhador. Se fizermos uma enquete entre as pessoas de nossa sociedade, vamos nos surpreender, pois grande parte delas não gosta do trabalho que realiza. Essas sugestões, como as que anteriormente vimos, podem camuflar a realidade e produzem a ocultação dos reais problemas que enfrentamos em relação à motivação para o trabalho, que podem estar ligados às condições de trabalho: insalubridade, competitividade exacerbada (com frequência considerada equivocadamente como “motivação para o trabalho”), pressão excessiva para aumento de produtividade, disciplina rígida e, eventualmente, situações mais graves como humilhação, atividades repetitivas e outras.

O trabalho em nossa sociedade é um trabalho alienado. O que isso quer dizer? Que o trabalho e o trabalhador estão distanciados pelo modo de produção e de apropriação da riqueza, de modo que o trabalhador tem dificuldade de se ver no produto que ele mesmo faz. Seu trabalho é desvalorizado socialmente, pouco remunerado, de modo que não possa obter nem mesmo o objeto que produz, e ainda é um trabalho parcelarizado, de modo a dificultar a visão de todo o processo de produção e de sua inserção nele.

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu*

Viu afogados gritar por seus escravos.

Trecho do poema “Perguntas de um operário letrado”, de Bertolt Brecht (1898-1956)

O desafio da sociedade atual é grande, quando se trata de motivar para o trabalho. As formas encontradas desviam o tema de seu eixo principal: ter o trabalho como um objeto real de satisfação de necessidades. (No Capítulo 16, que trata da felicidade, há uma citação sobre isso: o trabalho também como fonte de felicidade, de satisfação/realização pessoal, e a contribuição para a coletividade que o trabalho significa. Em *O mal-estar na civilização* há uma citação bastante interessante exatamente sobre isso!) Essas necessidades podem ser de várias ordens, mas envolvem sempre a possibilidade do desenvolvimento pessoal, da satisfação com o que se realiza percebendo o resultado como obra do trabalho aplicado; apropriação adequada e justa do resultado e da riqueza produzida; reconhecimento pela produção... Mas, claro, para que tudo isso possa acontecer, muitas coisas precisam mudar em nossa sociedade e isso exige paciência histórica!

Talvez, antes de terminarmos, valha a pena citar alguns trabalhos que têm sido realizados, na maioria das vezes, com muita motivação: são os trabalhos artísticos, intelectuais, de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia. É interessante notar que esses trabalhos podem também se transformar em trabalhos enfadonhos e de difícil realização. Mas, em geral, seus autores são interessados, realizam atividades que são resultado de muito interesse e de dedicação de muitos anos; são reconhecidos pelo que fazem e se reconhecem no produto. Nem sempre são bem remunerados, mas isso tem surgido como fator secundário para a motivação.

Por enquanto seguimos pensando como realizar um trabalho que não adoeça seu agente, que remunere permitindo condições dignas de vida, seja algo em que o trabalhador possa ter um real envolvimento e que a sociedade reconheça sua importância para a vida coletiva.

Considerações finais

Antes de terminarmos, valem a pena algumas palavras sobre outras motivações que têm sido tema em nossa sociedade. Uma delas é a motivação para o consumo. Nossa sociedade vive do trabalho e do consumo dos produtos do trabalho. Se o trabalho se tornou questão

central, o consumo é o outro lado da mesma moeda.

A publicidade, por exemplo, é uma área dedicada à produção de motivação para o consumo. O desafio dos publicitários é a informação sobre um objeto que pode ser o motivo para a satisfação de alguma necessidade. Como já vimos, as necessidades são aprendidas e os objetos que as satisfazem também. Portanto, caracteriza nossa sociedade a produção de necessidades que não são básicas, mas que se tornam importantes, se tornam “necessidades necessárias”. O debate no campo da publicidade se tornará fundamentalmente ético, ou seja, é justo produzir ou incentivar essa necessidade no coletivo social? É esse objeto um motivo real para a necessidade? Para instalar esse objeto como motivo, quais os recursos utilizados? São justos? Corretos? Adequados? Verdadeiros?

A propaganda enganosa é aquela que diz algo sobre o objeto que não é verdadeiro: na sua composição, fabricação, data, valor para os indivíduos ou, ainda, a informação sobre uma relação com a satisfação de uma necessidade, relação esta que não é verdadeira. A defesa do consumidor é uma forma que a sociedade encontrou de se defender também das propagandas enganosas.

Esperamos ter demonstrado como a motivação pode ser um tema importante. Nossa contribuição pretende ajudar a ampliar a compreensão da motivação, levando a crítica às visões que a reduzem a um processo interno e fechado no indivíduo, de responsabilidade inteira dele mesmo. A motivação é um processo psicológico constituído na relação do sujeito com o seu mundo social.

Atividades complementares

1. **Exercício em grupo:** escolham uma propaganda e descrevam todos os seus aspectos. Façam uma discussão de qual motivo se está instalando; qual a necessidade que se procura atender ou instalar? Qual a conduta esperada ao final? Que aspectos estão apresentados para produzir a motivação? Discutam procurando compreender a inserção de cada um desses aspectos na sua relação com a meta da propaganda.
2. **O trabalho como motivo:** analisem o trabalho em nossa sociedade.
 - Apontem aspectos que dificultam a motivação para o trabalho.
 - Exemplifiquem um trabalho que seja motivador. Justifiquem.

- Imaginem-se com a tarefa de motivar trabalhadores de uma fábrica para o trabalho. O que proporiais? Justifiquem cada proposta.
3. Busquem textos na internet que indiquem a produção de motivação para o trabalho. Escolham um deles e analisem-no à luz do conceito das discussões sobre motivação.

Bibliografia comentada

Cecília Bergamini tem alguns artigos sobre motivação e sobre motivação e trabalho. Vale conferir. Um deles utilizamos como referência em nosso capítulo: “Motivação: mitos, crenças e mal-entendidos”. Está publicado na *Revista de Administração Contemporânea – RAC*, abr./jun. de 1990, p. 23-34. Disponível em: <<http://www16.fgv.br/rae/artigos/862.pdf>>.

Há ainda relatos de pesquisa que podem ser bastante úteis como complemento da leitura. Dois deles foram utilizados por nós e se referem a estudos sobre a motivação na categoria profissional dos enfermeiros: “Fatores de motivação e insatisfação no trabalho do enfermeiro”, de um grupo de pesquisadores de Alagoas (Batista, Vieira, Cardoso e Carvalho) e publicado na *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 39, n. 1, p. 85-91, 2005. Pode ser encontrado no endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v39n1/a11v39n1.pdf>. O outro é intitulado “Motivação e resistência ao uso da tecnologia da informação: um estudo entre gerentes”, de autoria de Donaldo de Souza Dias, e publicado na *RAC*, v. 4, n. 2, p. 51-66, maio/ago. de 2000. Pode ser encontrado no endereço <http://www.scielo.br/pdf/rac/v4n2/v4n2a04.pdf>.

Referências

BATISTA, A. A. V.; VIEIRA, M. J.; CARDOSO, N. C. S.; CARVALHO, G. R. P. Fatores de motivação e insatisfação no trabalho do enfermeiro. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 39, n. 1, p. 85-91, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/usp/v39n1/a11v39n1.pdf>>. Acesso: 29 out. 2011.

BERGAMINI, Cecília. Motivação: mitos, crenças e mal-entendidos. *Revista de Administração Contemporânea – RAC* – p. 23-24 abr./jun. de 1990. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/>>

[artigos/10.1590_S0034-75901990000200003.pdf](#)>. Acesso: 29 out. 2011.

CAPÍTULO 11

ÉTICA

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Em tempos de violência e intolerância, em um país – o nosso Brasil – que se destaca no cenário internacional pelos seus indicadores de desigualdade social, embora seja uma das economias mais pródigas do planeta e a miséria esteja em processo de erradicação, a discussão do tema pelas novas gerações de universitários e jovens profissionais se mostra necessária porque irá estabelecer as diretrizes de sua conduta na intimidade e em sua vida pública, e o debate de ideias se constitui em experiência de prática democrática, o ponto de partida da liberdade – questão central de qualquer estudo de ética.

11.1 Introdução

A ética é um tema caro à filosofia e relevante para todas as ciências, áreas de conhecimento e para a vida cotidiana de todos os cidadãos do planeta. Ela regula a relação das pessoas com o mundo físico, social, com as outras pessoas e consigo mesmas; portanto, diz respeito, necessariamente, à Psicologia. É um aspecto constitutivo da subjetividade humana, pois interfere e revela o modo como o indivíduo se coloca no mundo (suas ações), os valores característicos de seus grupos de pertencimento – a escola, a família, a igreja, amigos e outros – os aspectos dos costumes, das leis, em cada momento histórico, na sociedade em que vive. Portanto, a ética de cada cidadão diz dele, de seus grupos sociais de pertencimento, principalmente aqueles mais próximos e formadores de sua subjetividade, e do tempo e espaço histórico em que vive.

Esta reflexão sobre a ética tem como pressuposto que há uma relação entre ela – sua origem e desenvolvimento – e a história da civilização. Nem todos os estudiosos e filósofos contextualizam a ética

no espaço-tempo da história das civilizações. Alguns a tomam como natural, outros como divina (advinda de algum poder superior), e há aqueles, como Vásquez,¹ que consideram as doutrinas éticas fundamentais como tendo sua origem e desenvolvimento como respostas aos problemas básicos que a sociedade de cada tempo coloca para reflexão. É nessa última perspectiva que este capítulo se situa: os coletivos humanos vão ininterruptamente se (re)organizando e transformando suas formas de vida e de pensar: são valores morais, sistemas morais que vão se transformando. A ética também se modifica, pois está referida diretamente a esses valores e pensamentos do coletivo sobre a vida e o mundo em geral.

Para justificar a presença deste tema neste livro é possível lembrar os ensinamentos do filósofo grego, Aristóteles, que afirmou em seu livro sobre a ética – *Ética a Nicômaco*: “Este estudo não é teórico como os outros [...] pois estudamos não para saber o que é a virtude, mas para sermos bons, já que de outra maneira não tiraríamos nenhum benefício dela”. Ou, ainda, usando a referência de um filósofo da atualidade – Fernando Savater – que retoma a tradição grega: “A finalidade da ética é ter uma vida *boa*”.

11.2 Por que o tema é (mais) relevante na atualidade?

No século XX havia uma propaganda de televisão que suscitou muita polêmica e manifestações de grupos “a favor” e “contra” a mensagem/mentalidade que ela revelava e/ou induzia: um jogador de futebol famoso dizia que “o importante na vida é levar vantagem!” Uma ode ao narcisismo,² ou seja, a valorização da prevalência de valores e dos interesses pessoais sobre os coletivos. Essa propaganda – que lançou a expressão “a lei de Gerson” – foi/é usada como um “bom” exemplo do esgarçamento dos valores éticos nas relações interpessoais em nossa sociedade, particularmente, porque associada ao “jeitinho brasileiro”, cuja conotação sugere, também, alguma transgressão na obtenção dos fins desejados em detrimento do outro, próximo ou distante.

Esse exemplo, revelador da mentalidade de uma época, é o sintoma social de uma crise moral identificada em nossa sociedade no final do século XX que suscitou muita reflexão em vários setores da sociedade, no sentido de compreendê-la, articulada com os novos fenômenos da

cultura e novos modos de ser e existir (as novas subjetividades). Essas reflexões buscavam – e ainda buscam! – a compreensão do fenômeno, das mudanças no sistema moral naquelas circunstâncias sociopolíticas e, também, a possibilidade de interferir, por meio de instituições como a família, a escola, os meios de comunicação, na formação das novas gerações – crianças, adolescentes, jovens – no sentido de retomar a ideia do *bem comum*, dos interesses coletivos e, portanto, o restabelecimento de valores agregadores de nossa coletividade, como a tolerância, a solidariedade, a justiça. Um exemplo importante dessa reação foi a mobilização de vários setores da sociedade no movimento “ética na política”, nos últimos anos do século XX, e que repercute até hoje.

Atualmente, as mudanças sociais e culturais aceleradas propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico e pela transnacionalização das referências identitárias vão definindo novos padrões de conduta e uma multiplicidade de modos de ser e de estar no mundo. E, nesse contexto que muda ininterruptamente, as referências morais – derivadas de princípios éticos fundamentais – se multiplicam e se diversificam, oferecendo aos sujeitos um conjunto muito amplo de possibilidades de julgamento. Chegamos mesmo a pensar que se estabeleceu uma confusão entre os valores de bem e mal e temos a impressão (será somente uma impressão?) de que “tudo pode”. Pode?

11.3 A distinção entre os termos: ética, moral e valor

Há muitas conceituações de ética, pois é tema antigo e estudado na civilização ocidental, desde os filósofos gregos. Contudo, como o conteúdo deste texto pretende ser instrumental, fornecer subsídios para uma reflexão no mundo de hoje, as referências serão, predominantemente, de teóricos e estudiosos atuais – que, com certeza, beberam nas fontes de outros filósofos –, particularmente aqueles autores que consideram que a ética não é domínio exclusivo dos filósofos, mas de todos os cidadãos, e está presente em todas as áreas da vida.

A ética, como nos ensina Vásquez, refere-se a princípios fundamentais reguladores da vida coletiva. Em suas palavras: “A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral,

considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade”.³

Terezinha Rios, em seu livro *Ética e competência*, conceitua a ética como o “espaço de reflexão filosófica que se define como a reflexão crítica, sistemática, sobre a presença dos valores na ação humana”.⁴ Essa definição introduz a ideia de *valor*, que se refere às escolhas e preferências individuais, no interior de um sistema moral; é o atributo valorativo (bem, mal, verdadeiro, falso) de algo – coisa, pessoa, acontecimento. Por exemplo, um objeto útil pode ter um valor maior do que um objeto belo; ou seja, em um contexto pragmático, a utilidade se sobrepõe à beleza. O valor substitui a ideia/conceito de *bem*, dos antigos filósofos, que orienta a conduta humana.

Yves de La Taille, psicólogo, pesquisador brasileiro da área da psicologia moral e com vários livros publicados sobre o tema, afirma na apresentação de seu livro *Formação ética – do tédio ao respeito de si*,⁵ publicado em 2009, que a ética refere-se à vida boa e a moral refere-se aos deveres, e que ambos os planos se relacionam. Em outras palavras, citando o mesmo autor em seu diálogo com Mario Sergio Cortella no livro *Nos labirintos da moral*, “[...] costumo reservar a palavra ética para as questões relativas à vida boa, à felicidade... portanto dizem respeito à coletividade, à universalidade, e a moral diz respeito aos deveres, à interiorização das normas que regem as condutas [...]”,⁶ por exemplo, os códigos de ética das profissões, importantes reguladores das práticas profissionais. Não há conduta moral sem formação ética.

Portanto, a ética refere-se a princípios gerais e fundamentais de onde derivam os sistemas morais ou a moral, que, introjetada por meio da aprendizagem social, regula a vida das pessoas em seu cotidiano.

Os sistemas morais (a moral) têm como matriz valores fundamentais (liberdade, por exemplo), agregadores da coletividade humana (a solidariedade, por exemplo), quer seja em uma comunidade de parentesco, de vizinhança, um país ou a humanidade. Em todas as diferentes concepções, a ideia que está implícita – como ideal ou como determinação da conduta humana – é a do *bem*.

O valor implica uma avaliação (bom, mau) e uma escolha entre, por exemplo, dois comportamentos, em que um deles é considerado digno de apreço e outro considerado reprovável ou no significado positivo ou negativo atribuído a determinado fato, comportamento, objeto. Conforme Abbagnano,⁷ os filósofos da Antiguidade falavam de virtudes e as identificavam como coragem, temperança,

liberalidade, magnanimidade, mansidão, franqueza e justiça, sendo a justiça a maior de todas as virtudes. Quais são as virtudes valorizadas atualmente?

Os sistemas morais, assim como os princípios éticos fundamentais, são peculiares a determinados momentos históricos, culturas, sofrem a influência de concepções religiosas e políticas e podem apresentar diversidade em uma mesma sociedade. Os exemplos são inúmeros: em nosso país, causou estranheza a notícia sobre uma tribo indígena da região Centro-oeste onde estava ocorrendo a morte de muitas crianças por subnutrição, e a descoberta de que em tempos de escassez de alimentos os homens da tribo comiam primeiro e o que sobrava (muito pouco) era destinado às mulheres e crianças; ou o fato de que adeptos de determinadas religiões, em função de suas crenças (um valor moral), proíbem algumas intervenções médicas que podem assegurar a vida dos doentes, como a transfusão de sangue.

O exemplo mais ilustrativo vem da área da sexualidade; é só observarmos – nos meios de comunicação (novelas), em nossos grupos de convivência – os inúmeros padrões de conduta relativos à diferença de valor atribuído ao corpo. Ou seja, em um tempo em que as relações homoeróticas ainda causam certa intolerância em alguns setores da sociedade, já podemos observar nas novas gerações de adolescentes e jovens um padrão de conduta amorosa bissexual e de relações sexuais virtuais não consideradas como excepcionais por eles. Assistimos, então, à produção de um novo sistema moral – no caso, a moral sexual – referido ao mesmo princípio fundamental, a liberdade.

11.4 A formação ética das novas gerações

A primeira moral da criança é *a moral da obediência*. Desse modo, Jean Piaget, psicólogo suíço, explicava que os primeiros valores da criança são aqueles transmitidos pelos pais ou por seus cuidadores (educadores, substitutos das figuras parentais), e ela vai, aos poucos, depois dos 6, 7 anos – em função do desenvolvimento cognitivo, inclusive –, começando a confrontá-los com valores de outros grupos sociais e pode vir a questionar as diferenças, por exemplo, em casa e na escola; só um pouco mais tarde – na passagem para a adolescência – é que começa a desenvolver o seu próprio quadro de valores. Na

adolescência, tem autonomia, capacidade de julgamento baseada em princípios superiores, da coletividade.

Para melhor compreensão disso, vamos verificar com mais detalhes um aspecto do que ocorre: a criança é regida pelo princípio da satisfação imediata de suas necessidades (em um primeiro momento são básicas: fome, desconforto, sono, dor). O adulto cuidador (mãe ou seu substituto) é quem satisfaz essas necessidades. Como a criança nasce/entra em um cenário que já existe (com hábitos, rotinas, etc.), então se inicia a regulação da satisfação dessas necessidades, porque o cuidador não está disponível imediatamente o tempo todo. Então, o bebê começa a aprender a esperar. São as primeiras regras de convivência. Algo que se inicia aí e irá durar a vida toda, embora os primeiros anos de vida sejam os mais significativos para essa aprendizagem: a criança aprende a esperar, a lidar com sua frustração porque a satisfação/o prazer não é imediato; ao mesmo tempo, há um adulto atento às suas necessidades que irá ponderar sobre as urgências do bebê/criança; sobre o seu conforto/desconforto. Ou seja, um adulto que tem clareza de que o bebê depende dele para o seu bem-estar físico e psíquico e, ao mesmo tempo, de que não será possível atendê-lo na sua imediatividade.

Essa aprendizagem social dos primeiros anos de vida está contaminada (no bom sentido) de valores que os adultos irão passar para a criança: como ela deve se dirigir aos demais (o respeito), como irá expressar seu afeto (com ternura, com agressividade), como irá conviver com os colegas (cooperar, trocar, “passar a perna”, ser esperto). Ou seja, os pais (ou seus substitutos) e, posteriormente, a escola, os meios de comunicação estão ensinando ininterruptamente. As crianças observam a conduta dos adultos o tempo todo (a linguagem, o modo como se relacionam), e a aprendizagem não ocorre só quando nos dirigimos diretamente à criança.

A questão dos valores refere-se também aos atributos que o adulto vai dando à criança e com isso ela vai formando a imagem de si, o respeito a si própria, e o sentimento de respeito ao outro é decorrente disso, segundo Yves de La Taille.⁸

Ainda em relação à formação moral das novas gerações, é importante considerar que há um novo valor na educação atual das crianças: a autonomia. Um valor revelador dos novos tempos, em que as famílias apresentam diversas formas de estrutura e dinâmica familiar com novos padrões de relação entre gerações; ou seja, a relação adulto – criança se altera, a independência cada vez mais

precoce é valorizada e isso é visto, também, como um modo de prepará-la para uma sociedade competitiva.

Autonomia significa “propriedade pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem sua conduta; faculdade de se governar por si mesmo; direito ou faculdade de se reger por leis próprias; liberdade ou independência moral ou intelectual”. Considerando que é um lugar a ser conquistado pela criança na adolescência (ainda sob a responsabilidade dos pais) e na vida adulta, os educadores insistem em *educar PARA a autonomia*. A grande questão que a educação para a autonomia envolve – se não queremos adolescentes e adultos autocentrados, narcísicos, egoístas nestes tempos em que tudo favorece isso – é a sua conjuminância com a educação de valores que desenvolvam o valor positivo atribuído ao outro a partir de princípios fundamentais como a ética do cuidado, a ética da solidariedade, para que o outro (próximo, anônimo) seja considerado na constituição de seu código pessoal de conduta.

11.5 Ética e direitos humanos

Os direitos humanos são uma conquista da humanidade em seu processo civilizatório, ao longo dos séculos.

A história começa na Grécia, onde os cidadãos não tinham direitos, só deveres; e a importância de cada um estava associada à sua contribuição para o sucesso e desenvolvimento da pólis (cidade). Em Roma, há o desenvolvimento do direito privado (aquele que cuida dos negócios particulares), mas os soberanos continuavam a mandar em seus súditos, sem que estes pudessem reagir contra a violência dos governantes. Na Idade Média, a filosofia cristã – ao conceber o ser humano como um produto de Deus – admite que os súditos devem obediência ao rei, mas, quando sua natureza humana (considerada divina) é atingida pela arbitrariedade do governante, a Igreja autorizava o cidadão a reagir, pois acima do direito dos homens havia o direito divino, um direito protetor; portanto, se alguns direitos – como à vida, à propriedade, à liberdade – fossem atingidos, o cidadão tinha o **direito natural** de reagir. Essa posição da Igreja deflagrou muitas guerras entre os partidários do rei e da Igreja.

O filósofo John Locke contribui, nessa história, com sua obra – *Segundo tratado sobre o governo civil* – em que afirma que os poderes do soberano ou governante são limitados e que os cidadãos têm o

direito subjetivo de reagir contra o abuso e, o mais importante, esse direito (do cidadão) deve estar contido no próprio direito positivo que se refere ao conjunto de normas estabelecidas pelo Estado – constituição, leis, decretos – também chamado de direito objetivo.

Nessa nova concepção, o Estado de Direito (um conceito de Locke) se caracteriza pela submissão de todos os órgãos do poder – executivo, legislativo – às mesmas normas que se impõem a todos os cidadãos. A lei vale para todos. Essa é a diferença em relação aos Estados autocráticos, em que o governante está “fora da lei” que governa a todos. E, nessa nova concepção, o Estado pode ser “cobrado”, mediante seus responsáveis, pela distribuição igualitária desses direitos.

Então, há até aqui duas ideias importantes: a primeira é que o direito de cada cidadão (direito subjetivo) deve estar contido, previsto no direito objetivo; portanto, se está previsto, na Constituição Federal de nosso país, que toda criança tem direito à educação, esse é o direito subjetivo de cada criança que nasce em nosso território, e o poder público (representante do Estado) poderá ser acionado caso esse direito não seja garantido. A segunda ideia relevante é que há uma interdependência entre direitos e deveres, e o exemplo anterior esclarece isso; ou seja, onde há um direito (à escola) há, em contrapartida, relacionado a ele, um dever (no caso, o poder público deve garantir esse direito). Isso vale também para cada cidadão: aos seus direitos correspondem deveres. Por exemplo, o direito à educação exige o cumprimento de determinadas regras, normas (frequência, documentação) que regulam o exercício desse direito.

É só no século XVIII, com a independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789) e em função de uma mobilização de setores da sociedade (a burguesia, a “classe média” da época), que se iniciaram movimentos para garantir a vida, a propriedade, a liberdade, a partir do princípio de que todos os homens e mulheres nascem com tais direitos, considerados anteriores à existência do Estado – portanto, não se justificava o poder ilimitado dos governantes sobre os cidadãos e cabia ao direito positivo (às leis) apenas protegê-los. Eram direitos naturais. Portanto, não se criavam direitos, mas, como sempre existiram, eram declarados. Nasce aí a Declaração dos Direitos Humanos.

É importante esclarecer que essa história não aconteceu sem conflitos, retrocessos, resistências daqueles que perderam privilégios.

E, em uma síntese, é possível indicar que há várias etapas (nomeadas também de geração) na conquista dos direitos humanos:

- 1ª geração (século XVIII) – direitos individuais: civis e políticos. A eles correspondem: direito à vida, liberdade de ir e vir, propriedade, segurança, igualdade de tratamento perante a lei, votar e ser votado, de pensamento e outros.
- 2ª geração (século XIX) – direitos sociais: culturais e econômicos. A eles correspondem: condições dignas de trabalho, proteção ao trabalho da mulher e do adolescente, assistência à saúde, amparo à velhice, educação, acesso ao lazer e à cultura e outros.
- 3ª geração (século XX) – direitos de solidariedade. A eles correspondem: viver em ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, viver em paz, propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e outros.

Esses direitos constam da constituição (leis) de quase todos os países do mundo que assinam os tratados internacionais – gerenciados pela Organização das Nações Unidas (ONU). O primeiro deles, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, foi publicado pela ONU em 1948, e todos os países que compõem esse organismo internacional comprometeram-se a respeitá-lo. A essa declaração, um pacto da humanidade, seguiram-se outras, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da qual o Brasil é, também, signatário e a qual consta nos fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Essa extensa exposição sobre direitos humanos deve ter deixado evidente que os fundamentos desses direitos são princípios gerais, de caráter universal, ou seja, princípios éticos nos quais os valores da liberdade, da justiça, da solidariedade são fundantes.

11.6 Ética e compromisso social

Outro aspecto relacionado ao tema deste capítulo e que diz respeito à vida de todos os cidadãos é o compromisso social. Essa expressão refere-se à conduta de cada um dos sujeitos de uma coletividade na sua relação com o outro e com o seu meio ambiente (físico e social) no sentido de contribuir com essa coletividade, ser útil, produtivo, colaborar para o desenvolvimento de sua

comunidade, coletividade, no sentido de alcançar o bem-estar de todos, a equidade na distribuição dos direitos que garantem o pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento de cada um dos membros da coletividade.

É nesse contexto que se inserem as discussões sobre a ética das profissões e dos profissionais. O compromisso social – que deriva do valor *solidariedade* – é a base dessa discussão, pois as profissões são mecanismos sociais de contribuição de um coletivo especializado para o desenvolvimento da sociedade. Um exemplo é a mobilização dos profissionais de engenharia para auxiliar a reconstrução das cidades serranas do Rio de Janeiro após o desastre ambiental de janeiro de 2011.

A contribuição social das profissões pode estar organizada em princípios norteadores da conduta profissional que se expressam em códigos de ética de cada profissão, os quais são importantes reguladores da conduta profissional. O código de ética profissional, melhor nomeado de código normativo de conduta profissional, funda-se em princípios éticos, e, na medida em que regula a conduta de cada um dos seus signatários, transforma-se em um código moral, pois sua finalidade última é ser incorporado à prática cotidiana do exercício profissional. O que melhor explicita que se trata de um “código moral” é o fato de ser regulamentado (ter o valor de lei) e servir de referência para as punições dos profissionais quando da transgressão de suas recomendações e determinações.

11.7 A ética planetária

“Como construir uma plataforma comum sobre a qual todos possamos nos assentar e nos entender? Para viver como humanos, os homens e as mulheres precisam criar certos consensos, coordenar certas ações, coibir certas práticas e elaborar expectativas e projetos coletivos.” É desse modo que o filósofo e teólogo Leonardo Boff nos apresenta seu livro *Ethos Mundial – um consenso mínimo entre os humanos*.⁹

O autor parte de uma concepção de vida planetária que considera que vivemos, neste momento da história da humanidade, a globalização econômica, cultural, a internacionalização e a ausência de fronteiras geográficas, em função, particularmente, das inovações tecnológicas e da permanência da desigualdade entre povos e entre os

habitantes de um país ou nação. Seu diagnóstico é que nesta nova ordem mundial altamente complexa, “os níveis de solidariedade entre os humanos decaíram aos tempos da barbárie mais cruel”.¹⁰ Segundo Boff, os três grandes dilemas da contemporaneidade são: uma população opulenta que se beneficia dos avanços científicos e tecnológicos coexistindo com uma população deserdada desses benefícios, a crise no sistema de trabalho, porque as novas formas de produção estão cada vez mais automatizadas e dispensam grandes contingentes de mão de obra no mundo todo, e a crise ecológica, que deixa a humanidade sob grave ameaça de desequilíbrio ecológico, que poderá afetar a Terra e seus habitantes.

Nessas circunstâncias, o autor propõe que para superar esses três desafios globais é necessário encontrar uma nova base de mudança. Essa base deve ser ética. Um pacto ético da humanidade em torno de um conjunto de valores e princípios que orientarão as relações humanas para com a natureza, para com a sociedade, para com as alteridades, para com o próprio homem. Os princípios mínimos de uma ética global, segundo o autor, contemplam: a ética do cuidado, a ética da solidariedade, a ética da responsabilidade, a ética do diálogo.

A partir desses novos fundamentos os sistemas morais irão se instituir, considerando a diversidade cultural dos diferentes povos da Terra, todos identificados com os valores da preservação do planeta e da raça humana.

Considerações finais

A exacerbação de situações críticas nas relações humanas em termos planetários (as guerras) ou locais (a segregação de grupos: os migrantes, os homossexuais) faz que muitos autores se dediquem a compreender as raízes desse fenômeno que é multideterminado. Muitos deles – no mundo todo – situam como determinante o esgarçamento dos princípios éticos, e, como decorrência, os códigos morais perdem a referência de valores agregadores da coletividade e passam a ter exclusivamente um caráter pragmático e no limite da legalidade, no sentido de evitar as punições previstas nos códigos legais que regem aquela sociedade ou grupo.

Autores e estudiosos de várias áreas do conhecimento e em várias partes do mundo, atualmente, abordam o mal-estar na contemporaneidade e colocam como possibilidade de superação desse

mal-estar nas relações entre os homens e entre eles e a natureza (o planeta Terra) o fortalecimento dos vínculos sociais que se originam dos princípios éticos da justiça, da solidariedade, da responsabilidade. No Brasil, autores e psicanalistas como Maria Rita Kehl, Joel Birman e Jurandir Freire Costa têm contribuído para essa reflexão, abordando aspectos do cotidiano que revelam essa crise moral e a urgência de uma mudança radical de mentalidade, consciência e postura quanto ao papel de cada cidadão.

Entre os estudiosos e profissionais que se dedicam a essa discussão, vale a pena destacar, além dos próprios filósofos, a reflexão empreendida pelos educadores comprometidos com a formação das novas gerações. Esses profissionais buscam pensar a educação para o século XXI considerando a produção ininterrupta de conhecimento e a impossibilidade de sua transmissão atualizada nos padrões tradicionais de escolaridade; portanto, eles advogam a importância da “educação para a vida toda” e a formação ética que contemple os princípios fundamentais e universais da humanidade e que irá se concretizar em um sistema moral definidor do aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender. Edgar Morin é um autor que se preocupa com isso. Em seu livro *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, ele aponta que

ensinar a “ética da compreensão planetária” é uma perspectiva para a educação que conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra [...].¹¹

Atividades complementares

1. “O trem sossegado percorria as belas margens do Elba. O outono frio e distribuído em amarelos completava a harmonia da paisagem. Tudo parecia anunciar o tranquilo encanto de Praga, ponto final da viagem. De repente, no vilarejo de fronteira, gritos quebram a ingenuidade da paz aparente. Uma família de asiáticos estava sendo retirada à força do vagão. Um casal, entre tapas, pontapés e porretes, debatia-se com policiais, enquanto duas crianças apavoradas choravam pedindo o pai e a mãe. “No corredor do trem, três mulheres alemãs observavam a cena, e uma delas, transtornada, gritou: ‘Porco estrangeiro!’. O tom era de

rancor e insensatez. O episódio durou pouco. A viagem continuou. Na cabine, uma afável senhora tcheca, com um tímido sorriso, comentou: ‘Os papéis não estavam em ordem’. Foi tudo. O amigo brasileiro com quem eu viajava olhou-me, calado. Tínhamos visto, de perto, o ódio e a indiferença; a brutalidade que se aproxima da morte e quase faz da palavra um gesto inútil.”

Trecho extraído do artigo “Abominável mundo novo”, do livro *A ética e o espelho da cultura*, de Jurandir Freire Costa.

Em grupo, busquem localizar, nas notícias da sua cidade, Estado ou país, situações reais equivalentes a essa relatada pelo autor. Do ponto de vista de cada membro do grupo, quais valores devem ser fomentados na educação das novas gerações para que situações como essa não se perpetuem?

2. Nos endereços eletrônicos dos conselhos ou sindicatos profissionais é possível localizar o seu código profissional. A seguir, há algumas indicações de endereços eletrônicos. Acesse e identifique os aspectos com os quais você concorda, aqueles dos quais você discorda e por quê. Discuta em grupo suas conclusões.
 - <http://www.cfa.org.br/download/cgs0268.pdf> – código dos administradores.
 - <http://www.corecon-ce.org.br/codigo.asp> – código do economista.
 - <http://www.janela.com.br/textos/CodigoDeEtica.html> – código do publicitário.
 - <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res803.htm> – código do contador.
3. Os princípios éticos fundamentais são (deveriam ser!) transmitidos ao longo das gerações. Mas os códigos morais podem variar de geração para geração. Compare os valores morais da geração de seus pais com aqueles de sua geração. Quais são as diferenças e por quê?

Bibliografia comentada

A bibliografia sobre o tema é extensa. Cada uma das correntes filosóficas tem muitas obras de seus fundadores e de seus seguidores, e, atualmente, há uma produção bibliográfica expressiva sobre as questões éticas na contemporaneidade. Portanto, os livros citados são uma referência que pode ser substituída, considerando a produção e a

diversidade bibliográfica.

Para uma leitura introdutória, há o livro *O que é ética*, de Álvaro L. M. Valls, da editora Brasiliense; o livro de Fernando Savater *Ética para meu filho* introduz importantes questões para a reflexão em uma linguagem acessível a todos. O livro *Ética*, de Adolfo Sánchez Vásquez, aborda de modo didático os conteúdos relativos ao tema. Os vários livros de Yves de La Taille fornecem subsídios teóricos, na área da psicologia, para a compreensão da formação moral: *Vergonha – a ferida moral* (Vozes, 2002), *Moral e ética – dimensões intelectuais e afetivas* (editora Artmed, 2006), *Formação ética – do tédio ao respeito de si* (editora Artmed, 2009), entre outros.

Uma leitura mais exigente é o livro *Ética*, de vários autores, organizado por Adauto Novaes e editado pela Companhia das Letras, em 2007. Para uma abordagem das questões do cotidiano, há o excelente livro de Jurandir Freire Costa, *A ética e o espelho da cultura* (editora Rocco), publicado em 2000 (3ª.edição) e ainda atual. Para pensar a formação ética das novas gerações há o livro de Edgar Morin, *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (editora Sextante).

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 1. ed. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores.)

BOFF, Leonardo. *Ethos mundial – um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CORTELLA, M. S.; LA TAILLE, Y. *Nos labirintos da moral*. Campinas: Papirus 7 Mares, 2009.

COSTA, Jurandir F. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FROMM, Erich. *Da desobediência e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

KEHL, Maria Rita. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

LA TAILLE, Yves. *Formação ética – do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. *Moral e ética: dimensões afetivas e intelectuais*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. *Vergonha, a ferida moral*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/Unesco, 2002.

NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. *A revolução sexual*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CAPÍTULO 12

COMUNICAÇÃO HUMANA

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Aqui nosso objetivo é discutir a comunicação humana, fenômeno dos mais importantes, desde o momento que a humanidade criou a linguagem e com ela a sua própria consciência. A linguagem permite a constituição de um repertório simbólico e a base da nossa comunicação. Seja ela a linguagem oral, escrita ou a linguagem de signos.

12.1 Introdução

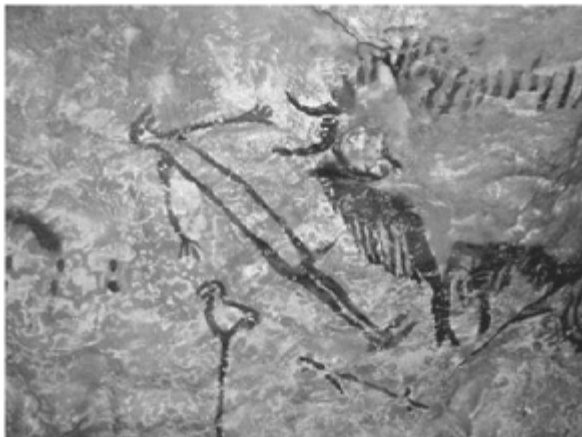
A comunicação é fenômeno fundamental para a vida. É possível dizer que todo ser vivo, de alguma maneira, comunica-se. Espécies vegetais que trocam material genético por meio do vento, pássaros, borboletas dependem desse sistema de comunicação. Trata-se de um sistema pré-determinado inscrito no código genético do vegetal. A maior parte dos pássaros depende do seu canto para o acasalamento e tem um sistema de comunicação mais complexo que o sistema vegetal. Também se trata de sistema pré-determinado, mas aceita maior variabilidade, por meio de ações do próprio animal, como a escolha de território, de parceiro de acasalamento, etc. Animais vertebrados possuem sistemas sofisticados de comunicação, com diferentes sinais que servem de aviso para o acasalamento, para a fuga em situação de perigo, para a luta na disputa do alimento ou da fêmea, e a comunicação ganha contornos de uma linguagem inteligível. Ainda nesses casos o código genético cumpre papel importante, mas a variabilidade aumenta muito e ganha contornos inusitados. Em situação de laboratório foi possível a constatação do uso inteligente de sinais estabelecendo uma linguagem simbólica em chimpanzés.

No Jane Goodall Institute (www.janegoodall.org), instituto americano especializado em primatologia, pesquisadores ensinaram mais de trezentos sinais da Linguagem Americana de Sinais (ASL) a chimpanzés criados em laboratório por mais de quarenta anos. Os pesquisadores observaram que os chimpanzés mais velhos ensinavam aos mais novos essa linguagem. Eles conseguiam se comunicar com os humanos e entre si com essa linguagem, que permitia ordens simples e pedidos como água e comida, discriminando o seu paladar e seu interesse.

Por fim, o ser humano foi o que mais evoluiu no aspecto da comunicação, estabelecendo uma linguagem de signos coerente e transmissível que permite à espécie tanto a comunicação entre pares como a compreensão de si mesmo. A especializada comunicação humana foi o meio para o estabelecimento da consciência e do pensamento, que é o grande diferencial da nossa espécie e que permite a você estar lendo, no momento, este livro.

A conquista da consciência e do pensamento transformou a espécie de ser natural em ser social. Nossa espécie se libertou do estrito controle da evolução e passou a construir de forma racional e planejada os seus meios de existência. Evidentemente, esse controle não é total nem definitivo e as condições evolutivas estão presentes, mas não com a mesma determinação natural que se impõe sobre as outras espécies.

Figura 12.1 • Pintura rupestre datada de 17 mil anos encontrada na caverna de Lascaux, França, que reúne um impressionante acervo muito preservado.



Note os aspectos simbólicos representando a morte do caçador (com cabeça de pássaro) pelo bisão ferido e o símbolo em forma de pássaro ao lado da cena retratada, indicativo de que nessa época o ser humano contava com um amplo repertório simbólico e cultural.

Fonte: <http://www.latinstock.com.br>

Somos seres biológicos (dependemos da natureza), sociais e psicológicos (esse é o nosso diferencial: a compreensão de nossa subjetividade). Não dependemos de território (o ser humano consegue viver em condições adversas), não dependemos de impulsos genéticos: o casamento é realizado por escolha cultural, controlamos nossa agressividade, tomamos decisões altruístas colocando em risco nossa própria vida em prol do semelhante. Nada disso seria possível se não houvesse uma comunicação muito bem estabelecida e a construção de um código muito sofisticado, que permitiu a constituição do repertório da humanidade que é passado de geração a geração a mais de 60 mil anos, época do aparecimento do *Homo sapiens sapiens* e das primeiras manifestações de cultura, com o enterro dos nossos mortos e as inscrições nas cavernas. É dessa comunicação humana que trataremos neste capítulo.

12.2 O que é a comunicação humana

O campo de estudo da comunicação humana é de uma vastidão impressionante. Praticamente todas as disciplinas do conhecimento humano já se debruçaram sobre ele, com maior ou menor intensidade. Podemos falar numa filosofia da comunicação, numa antropologia da comunicação, numa sociologia da comunicação,

numa engenharia da comunicação e assim por diante, numa lista infundável. Evidentemente, o que nos interessa neste momento é uma psicologia da comunicação. Mesmo aqui, muita coisa foi estudada, e, considerando as diferentes linhas de trabalho e pesquisa em psicologia, muitas definições e interpretações podem ser encontradas sobre o tema.

Mesmo assim, é necessário alertar que algumas correntes do pensamento humano se dedicaram e se dedicam ao estudo da comunicação humana e atribuem nomenclatura específica para os estudos que desenvolvem. Um dos mais importantes filósofos da Era Moderna, o alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) era um especialista em filologia, o estudo da interpretação de texto ou dos critérios de interpretação. Outro importante filósofo, o inglês Charles Sanders Peirce (1839-1914), foi o criador da semiótica, que é uma teoria geral dos signos, sejam eles linguísticos ou não. Na mesma época, o francês Ferdinand de Saussure (1857-1913) funda a linguística moderna. São eles, entre muitos outros, exemplos da importância dada ao tema comunicação humana e de como esse tema ganhou espaço na agenda científica a partir do final do século XIX.

Então podemos dizer que a comunicação humana é um fenômeno complexo e multideterminado, estudado por inúmeras disciplinas. Esse fenômeno refere-se à forma como os seres humanos entram em contato uns com os outros e leva em consideração que o ser humano é eminentemente social e que sem a comunicação seria impossível a constituição de sociabilidade e da cultura. A comunicação humana, portanto, é composta pelo conjunto de linguagens verbais (oral e escrita) e não verbais (símbolos, ícones, expressões artísticas, etc.) que servem como instrumento para o contato entre um ser humano e outro. Pode ocorrer diretamente entre um emissor e um receptor da mensagem ou pode utilizar mediações as mais variadas que codifiquem sinais que transmitam mensagem entre interlocutores. É preciso considerar que nenhuma linguagem é neutra e que ela estará sujeita ao contexto cultural em que foi criada e às determinações sociais do momento histórico em que está sendo produzida. Assim, a linguagem poderá se expressar como uma possibilidade real de comunicação ou como linguagem autoritária como expressão de controle de um grupo sobre o outro na forma de ideologia.

12.3 Comunicação humana e a

psicologia social

Na psicologia social, um dos pioneiros nos estudos da comunicação humana foi o americano George Herbert Mead (1863-1931). Mead é considerado o criador do *interacionismo simbólico*, corrente da Psicologia social que busca explicar o comportamento social por meio do campo simbólico da cultura e da maneira como isso influencia os indivíduos no seu cotidiano. O campo simbólico aqui mencionado é o conjunto de construções semânticas realizadas por meio da linguagem.

Figura 12.2 • George Herbert Mead



Fonte: < http://www.umsl.edu/~keelr/3210/3210_lectures/mead.html > Acesso em 28/11/2011.

Para Mead, a condição necessária para a nossa inserção social é a linguagem, ou seja, a comunicação humana. Ele atribui um forte papel socializador ao outro (os pais ou toda pessoa que sirva de referência para a criança), que seria elemento fundamental na introjeção de normas, regras e valores sociais. A criança cria uma estrutura interna que Mead chama de *mim* e que se associa ao *eu*, base da personalidade do sujeito. O *mim* é a instância que, ao representar o outro, representa a cultura. Assim, há uma negociação constante entre uma instância que regula as nossas necessidades e outra que regula a sua realização de acordo com as regras sociais. Essa

introeção do outro, quando concluída (quando já não precisa da referência direta do outro), é chamada de outro generalizado. Nós vamos construindo muitos outros generalizados na vida. O instrumento básico para a realização desse processo é a linguagem.

12.4 Comunicação humana e a Psicanálise

Pensar a estrutura psíquica como dependente da comunicação humana não é um fato raro na psicologia. Para Jacques Lacan (1901-1981), importante psicanalista francês e um dos maiores intérpretes de Sigmund Freud (pai da psicanálise), o nosso próprio inconsciente se estrutura como linguagem. Uma linguagem especial que constrói a sua própria gramática, mas uma gramática que depende da gramática da língua que falamos.

A própria constituição do *eu* ocorreria por meio de um jogo lógico que necessita da linguagem para ocorrer. É o que Lacan chama de fase do espelho, porque, metaforicamente, a criança, para se separar da mãe (ou seja, para se desligar de sua condição narcísica de se conceber como sujeito único, onipresente), procederá como se estivesse se vendo no espelho. Ao se reconhecer (o reflexo no espelho), ela se dá conta de que não é um TODO e que, portanto, é um ser limitado, finito, e ao mesmo tempo reconhece sua existência. Isso acarreta duas consequências: uma é a relação com o outro, que passa a constituir o objeto do desejo (constituído pela mãe), e a outra é a descoberta de sua fragilidade, que será percebida como obstáculo para realizar seus desejos e serve como forma de derrogar o narcisismo primário – condição necessária para a vida social, que é uma vida fundamentalmente compartilhada.

De acordo com Dor:

Por essa divisão subjetiva induzida pela ordem significativa, a linguagem aparece, então, como o que condiciona o inconsciente, fazendo-o advir e mantendo-o num lugar efetivo. E Lacan insiste: “A linguagem é condição do inconsciente [...] O inconsciente é a implicação lógica da linguagem: com efeito, não há inconsciente sem linguagem” (prefácio para Rifflet-Lemaire, 1970).¹

Portanto, o ingresso da criança na vida social se dá pela linguagem (a fase do espelho) e pelo que Lacan atribui a um jogo metafórico. A figura da mãe, que se apresenta segmentada como se fosse um peito

que alimenta a criança, é o objeto de prazer, e ao ser reconfigurada como figura materna, apresenta-se na condição de outro. O pai (ou a figura masculina) passa a ser reconhecido nesse momento como alguém que disputa o objeto do desejo (o desejo da mãe). A impossibilidade de reconhecer na figura materna o objeto do desejo em função de uma ordem simbólica (a interdição da cultura) obriga um movimento que desloca o desejo para o inconsciente e lá ele se perde, aparecendo somente na forma de metáfora do desejo, como se fosse sua expressão, mas sem ligação com a sua origem.

Essa complicada equação pode ser traduzida como nosso ingresso no mundo da cultura, e se dá por meio de uma lei da interdição (a ordem instituída) que Lacan chama de função do falo, numa referência direta ao papel do outro (pai) como elemento que exerce a interdição e representa a ordem familiar (pequeno outro) e a ordem da cultura (o grande outro). Mais uma vez, vemos uma teoria psicológica atribuindo importância fundamental à comunicação humana. Somente por meio da linguagem é possível a constituição do *eu* e a nossa inserção social.

12.5 Comunicação humana e a teoria Histórico-Cultural

Ninguém, no entanto, foi mais incisivo que Lev S. Vigotski (1896-1934), psicólogo russo que elaborou a teoria Histórico-Cultural (veja o capítulo 2) ao demonstrar a relação entre comunicação humana e constituição do psiquismo.

No caso de Vigotski,² a comunicação humana foi uma das condições que nos tornaram humanos, e tal fenômeno se origina com a descoberta do instrumento de trabalho pelos nossos ancestrais. Essa descoberta propiciou o aparecimento da consciência e do pensamento, como já dissemos anteriormente, e, para o autor citado, somente com a mediação da linguagem seria possível estabelecer um campo cognitivo afetivo-volitivo.

Temos duas formas de apresentar nossa inserção no mundo, uma de caráter filogenético e outra de caráter ontogenético. A primeira fornece pistas de como ocorreu o processo de transformação do antropeide em ser humano, e o instrumento de trabalho foi elemento central nesse processo. Utilizar o instrumento como forma de potencializar a exploração da natureza exigia um aparato mental de

conservação do conhecimento adquirido que nos levou à elaboração da consciência. Primeiro, como retenção na memória das possibilidades de uso do instrumento (uma lâmina de pedra para raspar o osso de um animal que serve como alimento), e depois da relação entre um e outro conteúdo de memória. Entretanto, esse conteúdo, para ganhar a função de estruturar uma dinâmica de pensamento, precisa de um instrumento: o signo. Signo é a unidade da linguagem e a forma que temos de representar o mundo. Assim, trabalho, consciência e linguagem foram criados concomitantemente e de forma paulatina, provavelmente no curso de milhares de anos.

O caráter ontogenético é a forma como o ser humano reproduz a sua constituição filogenética no seu desenvolvimento. A criança, no processo de aquisição da linguagem e, ao mesmo tempo, aquisição da cultura, reproduz os passos da passagem filogenética do antropoide para o ser humano. Vigotski diz isso em função do processo singular utilizado pela criança na aquisição da linguagem. Ela se dá pela relação com o outro (adulto próximo e cuidador, que geralmente são os pais) e pela introjeção do gesto com significado.

A criança, antes de adquirir a linguagem, faz ensaios na direção de se apropriar das coisas presentes no mundo vivido com os recursos da percepção (tato, visão, audição, olfato). Assim, aos três meses de idade ela saberá discernir a mãe pelo cheiro do leite, pelo batimento cardíaco (que ela escutou por um bom tempo no útero) e por outros fatores, mas não saberá definir essas sensações. Ela ainda não tem o repertório de significantes que permita a compreensão do que sente, mas está construindo as condições para isso.

No período de aquisição da linguagem, entre o primeiro e o segundo anos de vida, a criança já entende a nossa fala (mesmo antes de falar) e está preparada para o seu ingresso no mundo dos significados e das expressões simbólicas. Percebemos isso quando a criança passa a atribuir significado aos seus gestos. Ela aponta para a mamadeira chamando a atenção da mãe com uma vocalização, e, como a vocalização mais fácil é a palatal (má, bá), ela provavelmente repetirá, por exemplo, o “má” algumas vezes. A mãe, intrigada com o comportamento, vira-se para a criança, se dá conta do que ocorre pelo gesto (mãozinha estendida na direção da mamadeira) e, imediatamente, responde: “Que lindo, o bebê quer o *MAMÁ!*”. Ela acaba de atribuir significado a um gesto fortuito pelo qual a criança tentava alcançar um objeto de seu interesse. O gesto ganha significado e ela entra para o mundo da fala. Em pouco tempo sua

referência para o objeto não será mais o gesto, mas a vocalização com sentido.

Note que a criança busca suprir uma necessidade e estabelece uma relação motivo-necessidade (leite-fome). Ao mesmo tempo, busca o mediador concreto para suprir sua necessidade, que é o instrumento mamadeira, e a maneira de atingi-lo é por meio de outro mediador, o símbolo que representa a mamadeira, que é o signo (o termo da linguagem que designa o objeto). Outra decorrência importante desse processo de aquisição da linguagem é que o pensamento (e a consciência) se produz de fora para dentro. Ele não nasce com a criança, mas é por ela construído por meio do seu contato com a sua cultura.

Para Vigotski:

A aplicação de meios auxiliares e sua passagem para atividade mediadora reconstrói na sua raiz toda a operação psíquica, da mesma maneira que o uso da ferramenta [instrumento de trabalho] modifica a atividade natural dos nossos órgãos e amplia infinitamente o sistema de atividade das funções psíquicas. Tanto uma como a outra, denominamos, no seu conjunto, com o termo *função psíquica superior* ou comportamento superior.³

Assim, Vigotski concebe o desenvolvimento do psiquismo intimamente ligado à forma como atuamos no mundo e como, concomitantemente, reproduzimos esse mundo por meio da linguagem. Essa dinâmica entre o mundo objetivo da atividade humana e o mundo subjetivo da consciência humana tem como instrumento a linguagem e a comunicação humana.

Considerações finais

Vimos que sem a comunicação, que é a forma como nos expressamos com o outro por meio da linguagem (oral, escrita, iconográfica, etc.), não podemos existir como seres humanos. As teorias psicológicas apresentadas têm em comum o fato de que a estruturação do nosso psiquismo depende da linguagem.

Evidentemente, a linguagem não tem a função exclusiva de forjar nosso psiquismo; isso ocorre, na verdade, porque a linguagem é vital para a manutenção de nossa condição social. Somos seres sociais por excelência e nossa sobrevivência depende dessa característica. Somos o que somos, uma espécie que povoou todo o planeta, porque somos

seres sociais. Sem linguagem como base e comunicação como fenômeno de interação humana, isso não seria possível.

Entretanto, como já foi apontado no início do capítulo, a comunicação humana não é neutra. Comunicamo-nos em determinada situação histórica, em determinada época, em determinada circunstância de vida. Na Grécia Antiga, a comunicação entre o cidadão e as mulheres (que não tinham direito à cidadania) ou entre os escravos (também não cidadãos) não era realizada em pé de igualdade. Um subjugava o outro. No período feudal, a comunicação entre o senhor ou seu representante e o servo da gleba também era desigual. Isso nos faz compreender que diferenças sociais definem um lugar social, que é lugar de poder, e estabelecem ordem de poder entre interlocutores.

No sistema capitalista, que é o que vivemos no presente momento, há uma condição central que é a liberdade de ação. O trabalhador vende sua força de trabalho, mas (por definição) pode escolher para quem a venderá. Entretanto, sabemos que essa relação não se dá em pé de igualdade. A diferença que produz desconexão entre o que é regrado pela cultura e o que é realizado na vida real é encoberta por construções linguísticas que procuram encobrir as diferenças de classe. Por exemplo, o termo empregabilidade, comumente utilizado pelas empresas, pelos meios de comunicação, pelas pessoas em geral, esconde uma armadilha. Atribui-se ao trabalhador a responsabilidade de se atualizar para enfrentar o mercado de trabalho, e em época de desemprego diz-se que a pessoa está desempregada porque não se qualificou adequadamente; não tem empregabilidade suficiente. Mas quando a economia cresce e falta mão de obra no mercado, o termo é esquecido e os empresários e meios de comunicação dizem que o governo não mantém boas escolas que formem adequadamente o trabalhador. Conforme o interesse, muda a justificativa. No primeiro caso, o trabalhador que se vire para arrumar emprego, e no segundo o Estado deveria se responsabilizar para garantir mão de obra qualificada.

Um importante analista da sociedade contemporânea, Fredric Jameson,⁴ aponta outro exemplo da forma como o controle das pessoas, a partir da condição de classe social, apresenta-se como uma linguagem autoritária. Ele discute a mudança de foco entre a arquitetura moderna e a pós-moderna. A arquitetura moderna (um exemplo é o projeto da construção de Brasília por Niemeyer) buscava, de algum modo, transformar o ambiente. Seu objetivo era que a

arquitetura fosse utilizada para construir um mundo melhor. A pós-moderna desiste dessa premissa e resolve enfrentar o mundo como ele é, desiludida de qualquer projeto de transformação social. Um exemplo desse tipo de arquitetura dado por Jameson é o *shopping center*, uma construção envidraçada que reflete o mundo desorganizado do lado de fora e constrói um mundo perfeito do lado de dentro. A questão é colocada quando se pergunta: quem frequenta o local? Somente aqueles que têm poder de consumo estão protegidos ali e ficam do lado de fora os pobres, que somente terão acesso na condição de trabalhadores – os que fazem a segurança, a limpeza, a manutenção. A linguagem arquitetônica reflete (através dos vidros espelhados), por meio desse tipo de construção, uma linguagem autoritária e excludente, que coloca o problema do lado de fora, como se ele não existisse.

Assim, a comunicação nos torna cada vez mais humanos e ao mesmo tempo, em determinadas condições históricas, também nos desumaniza. Wilhelm Reich (1897-1957) escreveu na Alemanha, em 1933 – revisto nos anos posteriores –, um importante livro chamado *Psicologia de massas do fascismo*,⁵ lembrando que o Terceiro Reich, designação do período nazista, foi de 1933 a 1945 e que o nosso autor foi exilado a partir de 1933. No livro, Reich faz uma importante análise do uso da comunicação como forma de convencimento das massas, da simbologia utilizada como forma de reprodução das ideias nazistas, da maneira como as famílias aderiam à ideologia racista do regime, aceitando o horror como natural. Ele se preocupa principalmente com as formas sutis de controle da subjetividade, que, evidentemente, eram acompanhadas das formas mais duras de repressão aos inimigos do regime – o Holocausto, uma das formas mais desumanas já aplicadas pela humanidade para a eliminação de um contingente humano, demonstra isso cabalmente. Mas a *Psicologia de massas do fascismo* quer compreender o porquê da adesão de tantos que acreditaram na propaganda nazista.

Veja que aqui o fenômeno da comunicação humana está diretamente vinculado às formas de divulgação e controle, e isso é assunto para outra discussão, os meios de comunicação de massa.

Atividades complementares

1. Muitos animais têm sistemas complexos de comunicação. O

papagaio, por exemplo, fala e algumas vezes parece responder ou conversar com as pessoas. Outros têm sistemas de sinais bastante inteligentes, como os golfinhos, que se comunicam entre si. Como foi apontado neste capítulo, o chimpanzé é capaz de absorver um sistema de linguagem com um repertório de trezentos sinais, e isso não é pouca coisa. Pesquise informações na internet sobre o assunto e discuta como, apesar de tudo isso, a comunicação humana é qualitativamente diferente dessa comunicação animal.

2. O grupo deve discutir o que caracteriza cada uma das teorias psicológicas expostas neste capítulo e encontrar o denominador comum entre elas. Pense do ponto de vista da elaboração da subjetividade pelo ser humano.
3. Compare a linguagem arquitetônica modernista e a pós-moderna do ponto de vista do controle das relações humanas. Um controle do fluxo de pessoas, determinando quem vai aonde, mesmo que pensemos que a decisão é individual e pessoal. Avalie, a partir da experiência do próprio grupo, a forma como cada um ocupa o espaço urbano do lugar onde vive.
4. Além da experiência nazista, de que outras experiências o grupo tem conhecimento que tenham utilizado a psicologia das massas? Por exemplo, aqui no Brasil, O Estado Novo claramente se preocupou com isso e produziu suas formas de controle. Pesquise sobre isso e discuta com o grupo.

Bibliografia comentada

Para se aprofundar sobre as teorias psicológicas, veja: *Vigotski – aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*, de Marta Kohl de Oliveira (editora Scipione), um livro introdutório de muita qualidade, e também o livro de Bock, Gonçalves e Furtado (orgs.), *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*, editora Cortez. Trata-se de uma obra com vários autores discutindo diferentes aspectos da teoria de Vigotski.

O livro de Joel Dor, *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*, Editora Artes Médicas, é uma das boas introduções ao pensamento do psicanalista Jacques Lacan. Não é muito fácil, porque a obra do psicanalista francês é complexa.

Sobre o interacionismo simbólico, seria interessante consultar um autor do campo que discute a nossa forma de inserção no mundo

institucional, muito interessante para quem trabalha (ou irá trabalhar) nessa área. É o livro *A representação do eu na vida cotidiana*, de Erving Goffman, editado pela Vozes. Por fim, livros citados no capítulo que merecem sua consulta são o de Fredric Jameson, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (editora Ática), e o de Wilhelm Reich, *Psicologia de massas do fascismo* (editora Martins Fontes). São livros mais complexos, para um público mais especializado.

Referências

DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

MEAD, George H. *Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Mexico: Paidós, 1993.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, Lev S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores (1933). *Obras Escogidas*. Madrid: Visor, 1995, v. III.

CAPÍTULO 13

O MUNDO DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Vamos aqui discutir o mundo do trabalho do ponto de vista da psicologia. Para tanto vamos saber sobre a importância do trabalho nas nossas vidas e para a própria humanidade. Além disso como o trabalho se transformou no que ele é hoje em dia, trabalho penoso e alienado e como o trabalho atualmente se apresenta como emprego e quais as consequências para os trabalhadores.

13.1 Introdução

O mundo corporativo, nos tempos atuais, domina a nossa vida. Não há praticamente nada que façamos que não esteja de alguma maneira envolvido com o mundo corporativo. A sociedade industrial ganhou proporções planetárias e agora passamos para uma nova fase, que é a incorporação dos serviços. Basta pensarmos em qualquer coisa que faça parte de nosso cotidiano para saber que essa coisa é produzida ou executada por uma empresa especializada. Pequenos serviços que outrora eram realizados por um artesão agora são domínio de uma empresa muito organizada.

Hoje em dia, há muito pouco espaço para a realização de pequenos empreendimentos, que alguns chamam de empresa de uma só pessoa. Tempos atrás era possível encontrar em grandes cidades gente oferecendo serviços de porta em porta com alguma regularidade. O homem do biju anunciava seu produto com o ruído típico da matraca e o amolador de faca, que invertia sua bicicleta para acionar o esmeril, também se fazia anunciar por uma típica “flauta de Pã”. E havia o vendedor de raspadinha, de quebra-queixo, de algodão-doce e

o inevitável homem do periquito da sorte com seu realejo. Todos eles fazem parte das lembranças dos moradores mais velhos e, muito eventualmente (talvez numa pequena cidade), de um morador mais jovem. Não há mais vendedores ambulantes para essas coisas e serviços e alguns já desapareceram de nossas vidas. No limite, um vendedor ambulante no sinal de trânsito, mas mesmo esse muda o seu repertório, vendendo produtos industrializados (carregadores de celular, água ou refrigerante, chocolate, produtos sazonais, etc.).

Essa forma de organização da economia acaba por definir a nossa relação com o mundo do trabalho. Hoje, quando pensamos em trabalho, geralmente pensamos em emprego. E emprego oferecido por uma organização potente que o garanta por um bom tempo.

Por outro lado, ouvimos falar que o mundo do trabalho está mudando, que o emprego fica cada vez mais difícil, que em pouco tempo essa relação que conhecemos desaparecerá, e alguns falam no fim do emprego. Bem, vamos explorar, do ponto de vista da psicologia, esse mundo corporativo e o mundo do trabalho.

13.2 Por que o trabalho é tão importante?

Todos nós sabemos, de uma maneira contraditória, que o trabalho é muito importante em nossas vidas. Isso é contraditório porque em alguns momentos o trabalho é visto como atividade penosa. A primeira coisa que as pessoas afirmam quando perguntamos o que fariam se ganhassem uma grande bolada na Mega-Sena é que iriam parar de trabalhar no dia seguinte. Por outro lado, todos nós consideramos que uma das principais formas de realização pessoal é a realização profissional e que construímos nossas identidades a partir da escolha da profissão. Como essa atividade pode ser tão desprezada e ao mesmo tempo tão valorizada?

Vejamos um pouco de sua história para que possamos compreender a forma como, hoje, vemos e nos relacionamos com o trabalho.

O trabalho é uma atividade tipicamente humana. Fomos nós que inventamos o trabalho e somente seres humanos trabalham. Trabalhar é exercer uma atividade de transformação de um material *in natura* em um artefato manufaturado, e foi assim que criamos o trabalho. Claro que hoje em dia a transformação desse material *in natura* passa por tantos e complicados processos que muitos deles

estão muito distantes do produto final e não podemos chamá-los de produtos manufaturados. É o caso do sistema de distribuição que utiliza técnicas de marketing, sistema de vendas, propaganda e outras atividades que são essencialmente intelectuais e realizadas por sistemas terceirizados que mantêm muita distância do produto que será distribuído/vendido.

Então por que insistimos nesse caráter manufaturado do produto? Porque essa é a origem do trabalho. Há 1,5 milhão de anos a nossa espécie (*Homo sapiens*) descobriu que utilizando instrumentos seria possível potencializar a vida. Primeiro descobriram que era possível arrancar pedaços de carne de uma presa abatida com um pedaço de osso ou de pedra cortante. Algum tempo depois (isso pode ter levado centenas de anos), descobriram que lapidando a pedra poderiam obter um instrumento mais preciso, como pontas de flecha, lâminas de machado, base para moer sementes etc. Entre o uso eventual de uma pedra ou um osso e a construção deliberada de um artefato cortante com uma considerável sofisticação na sua elaboração, ocorreu a separação da nossa espécie dos demais animais que utilizam instrumentos, como os castores, que constroem diques, chimpanzés, que utilizam varinhas para retirar formigas de um formigueiro ou utilizam pedras para quebrar nozes, e tantos outros animais que utilizam artefatos de maneira surpreendente. Mas nenhum deles é capaz de manufaturar um instrumento destinado a uma ação específica.

Figura 13.1 • Ponta de flecha. Reprodução do Catálogo da Mostra do Redescobrimento Brasil + 500.



Isso envolve um recurso mental muito importante: a capacidade de antecipar o acontecimento e planejar uma ação antes de sua realização. Pois foi o desenvolvimento dessa habilidade que criou (um potencial) uma capacidade cerebral que originou a consciência humana. Sem ela não seria possível planejar e antecipar um resultado, e, ao mesmo tempo, ao produzir um reflexo mental que garantiu o reconhecimento do instrumento, nossa espécie criou o instrumento de trabalho e, claro, também ao mesmo tempo criou o próprio trabalho. Assim, somos humanos porque criamos o trabalho e trabalhamos porque somos humanos!

O trabalho no período primitivo era o de subsistência e vivíamos da coleta de frutos, raízes, da caça e da pesca, conforme as condições naturais permitissem um tipo (ou todos) de atividade. O nomadismo era a forma típica de vida, já que o deslocamento era vital para a busca de alimento. Por volta de 10 mil anos atrás, já com a presença do *Homo sapiens sapiens* (a nossa espécie, que tem por volta de 130 mil anos), criamos a agricultura, e essa nova etapa exigiu o sedentarismo como nova forma de ocupação do território. É a partir disso que surge a propriedade privada e a noção de família. Essa nova etapa da evolução histórica da espécie humana produziu a sociedade dividida em classes, e no período antigo, na Grécia, o trabalho, que até então era compartilhado e exercido pelos membros adultos das tribos, passou a ser dividido conforme a classe social. Assim, os proprietários de terra passaram a trabalhar menos ou a não trabalhar e a empregar mão de obra escrava. Os escravos (não cidadãos) eram os estrangeiros que haviam sido capturados em batalhas ou que tinham migrado para a cidade-Estado buscando formas de sobreviver.

Nesse caso o trabalho, que se circunscrevia ao trabalho na terra (além de algum artesanato e de trabalhos domésticos), passou a ser considerado atividade penosa e de baixa qualidade. Tanto que, de acordo com o historiador Perry Anderson,¹ os escravos eram chamados de *instrumentum vocale* e considerados um pouco superiores ao *instrumentum semi-vocale*, que era o gado, e mais ainda que um arado, que era o *instrumentum mutum*. As artes e a filosofia, o cuidado com a coisa pública, o debate, a reunião dos cidadãos eram as atividades valorizadas. Evidentemente, eram poucos os cidadãos (e claro que eram somente homens) e muitos os trabalhadores. O que caracterizava o cidadão é que este era originário da cidade-Estado em questão, proprietário de terra ou protegido por ele e acumulava

riquezas. Os demais, mulheres, estrangeiros, escravos, artesãos, compunham as classes dominadas e não tinham os mesmos direitos do cidadão. Estamos falando de um período que vai, aproximadamente, de 700 a.C. a 200 ou 300 d.C.

A chegada de um novo modo de produção, o feudalismo, não mudou muito essa história. Reorganizou as relações de trabalho, acabou com a escravidão, mas o poder continuou baseado na posse do território. O senhor do feudo ocupou o lugar do cidadão e o servo da gleba o lugar do trabalhador escravo. Continuamos com um grupo que trabalha na terra e é subjugado pelo senhor do feudo e outro que não precisa trabalhar (pois vive do trabalho do outro) e garante a segurança de quem vive sob sua proteção.

Somente com a chegada do capitalismo e a exigência de um trabalhador livre (em função da sua forma de exploração do trabalho) é que a humanidade irá experienciar uma nova relação com o trabalho. É preciso considerar que, pela primeira vez na história das sociedades de classe, uma classe dominante (a burguesia) irá trabalhar. Não exatamente como os demais trabalhadores, mas irá administrar a produção dos bens de consumo. Também é preciso considerar que a produção deixou de ser elementarmente a produção de alimentos para se transformar numa produção de artefatos industriais. Agora, além da produção de alimentos – que, por algum tempo, ficou na mão do camponês que foi libertado do feudo – a produção será centrada em bens de consumo. No início foi o produto têxtil, mas, logo em seguida, todo tipo de manufatura. Como a produção era quase artesanal, o termo manufatura era bem empregado e passou a designar todo produto industrializado.

13.3 As revoluções industriais

A primeira revolução industrial (final do século XVIII, na Inglaterra), com a invenção do tear mecânico movido a vapor, foi um dos elementos que revolucionaram e incrementaram a produção, levando a uma nova relação de trabalho com o aparecimento das fábricas. O trabalho deixa de ter o seu caráter artesanal, com um trabalhador envolvido somente com um produto, para concentrar um grande número de trabalhadores em um mesmo espaço (a fábrica). Os trabalhadores estarão envolvidos todos com a mesma tarefa (como a de cuidar do tear mecânico).

Figura 13.2 • Imagem de tear mecânico na indústria têxtil de 1844, na Inglaterra.



Fonte: <http://www.latinstock.com.br>.

O que mudou profundamente com o advento do capitalismo foi a base de crenças e valores que envolvem e justificam socialmente o processo de produção. Primeiro, o trabalhador precisa se considerar livre para poder vender a sua força de trabalho. Segundo, é preciso que o trabalho passe a ser muito valorizado como atividade humana (e por isso a nova classe dominante dá o exemplo: trabalhando). Essa mudança não ocorre de uma hora para outra, depende de séculos de construção desses novos valores, entre eles, a desmistificação do lucro pelo protestantismo.

Um grande pensador do início do século XX, o alemão Max Weber, escreveu a principal análise sobre esse fenômeno e discutiu a importância do fator religioso na produção dos novos valores que legitimam o capitalismo do ponto de vista ético (*A ética protestante e o espírito do capitalismo*).

Esse processo tem início antes do aparecimento da primeira fábrica e antes mesmo da revolução burguesa (queda da Bastilha na França, revolução americana e a revolução industrial na Inglaterra) e

continua, depois, com a produção de um estatuto jurídico (leis de proteção ao trabalhador) que regulamenta as novas relações de trabalho.

Assim, o trabalho ganha um novo estatuto e, a despeito de continuar sendo uma atividade penosa, passa também a ser considerado como atividade que valoriza o ser humano. Sim, porque se o trabalhador passa a ser detentor de uma mercadoria chamada força de trabalho, será preciso que tal mercadoria seja muito valorizada, do ponto de vista moral mais que do ponto de vista pecuniário, para que todos os trabalhadores se disponham a trabalhar onde a vaga é oferecida. No início desse processo, o trabalho realizado não diferenciava muito do trabalho penoso do escravo da Grécia ou Roma Antiga, ou dos feudos da Idade Média, mas aos poucos os trabalhadores foram descobrindo a sua força, organizando seus sindicatos e suas formas de protesto e conquistando uma condição mais humana de jornada de trabalho. A conquista das oito horas de jornada foi um marco na relação capital-trabalho.

Temos agora uma nova realidade, que inclui o trabalho livre, a grande concentração de trabalhadores no local de trabalho, a mecanização da produção, as novas formas de comercialização dos produtos, o aparecimento de um mercado consumidor. O crescimento dessa nova forma de produção foi exponencial e exigiu novas formas de administração e gerenciamento e, ao mesmo tempo, novas soluções tecnológicas. A partir de 1850 temos o advento da segunda revolução industrial, com a descoberta e uso da eletricidade e da produção em série (o fordismo) e a criação do moderno modo de administração (Frederick Winslow Taylor, 1856-1915). O crescimento da industrialização foi impressionante e o mundo mudou radicalmente.

O mundo também mudou politicamente, e tudo muito rápido. No final do século XIX até 1930, predominava o modelo clássico liberal de economia, que evitava a regulação do Estado e era um regime de livre concorrência. Quem mandava na economia eram as empresas, os empresários que administravam seus lucros. O problema era quem administraria as perdas, e nessas horas ganhava o mais forte. O cartel, o *dumping* (vender por preço menor para prejudicar a concorrência), a absorção do concorrente passaram a ser expedientes comuns. Além disso, adveio a grande crise de 1929, que paralisou a economia americana e em seguida a de todo o mundo. Foi um colapso geral que exigiu novas formas de gestão econômica, e o modelo monopolista-

industrial (keynesiano) foi a saída que produziu os grandes conglomerados como a General Motors, a General Electric, a Ford, que são empresas de grande porte ainda hoje. Tal modelo trocava o liberalismo clássico pela mediação do Estado como regulador da economia e instituiu a sociedade anônima e o mercado de ações como forma de capitalização das empresas. Regras de convivência comercial que impediam cartéis e *dumping* e que penalizavam empresários que não cumpriam as determinações passam a ser função do Estado moderno.

A partir dessa nova forma de apresentação do trabalho, tudo se tornou muito complexo. A quantidade enorme de trabalhadores no chão de fábrica passou a exigir um contingente semelhante na organização do sistema. Trabalhadores para gerir o complexo, para vender os produtos, para organizar a vida de outros trabalhadores.

Surgem os colarinhos brancos (*white collars*) – os trabalhadores do escritório; aparece a classe média, a exigência de qualidade de vida, os executivos como trabalhadores contratados para ocupar o lugar do dono dos complexos de produção.

Agora esses complexos são muito mais que um grande galpão com enormes máquinas tocado por uma espécie de capataz e controlado a certa distância pelo próprio dono. Tais complexos se transformam em sociedades anônimas, com muitos donos investidores; a especialização da produção exige a terceirização, os trabalhadores já não moram nos arredores das fábricas, as fábricas vão deixando de ser o núcleo central desse conglomerado. Nesse momento, surge o termo *organização* para denominar essa nova “organização” do processo produtivo capitalista.



Amitai Etzioni, a partir de seu livro *Organizações modernas*,² foi um dos principais divulgadores e analistas desse novo campo de conhecimento que é a teoria das organizações. Ele próprio é o

grande divulgador do termo que passa a denominar esses conglomerados industriais-administrativos.

Fonte: <http://www.latinstock.com.br>

13.4 Trabalho em tempos de reestruturação produtiva

A mudança seguinte ocorre durante a década de 1970 e é representada por dois fenômenos importantes. O primeiro é a informatização do processo produtivo, com a produção dos componentes eletrônicos miniaturizados, evoluindo, no final do século XX, para as máquinas automatizadas e a robotização da produção. O segundo é a revolução na administração do processo produtivo, com a introdução do modelo toyotista de produção. Esse modelo prevê a maior participação dos trabalhadores no processo produtivo com as células de produção, a flexibilização das tarefas, a substituição do sistema *just in case* (sistema de estocagem) pelo sistema *just in time* (produção a partir da encomenda). Foi uma mudança tão importante que ficou conhecida como a terceira revolução industrial.

Mais uma vez o trabalho muda de qualidade. Do ponto de vista do futuro das relações de trabalho, podemos projetar fábricas completamente automatizadas e controladas a distância pelos técnicos. Hoje mesmo, já encontramos a indústria de ponta com essas características.

Figura 13.3 • Exemplo de linha de produção automobilística automatizada.



Fonte: <http://www.latinstock.com.br>

Alguns estudiosos do assunto, como Claus Offe,³ apontam para o fim do emprego como o conhecemos hoje. Se o trabalhador no chão de fábrica for substituído por robôs, os empregos irão desaparecer nesses lugares. Na verdade, uma quantidade considerável de postos de trabalho já desapareceu com a reestruturação produtiva, a partir do final do século XX. Os trabalhadores migram para outras áreas que ainda oferecem empregos, mas tais áreas, como é o caso do setor bancário, também passam pelo mesmo fenômeno de reestruturação e automação e diminuem fortemente o número de pessoas trabalhando. Onde iremos trabalhar?

Por outro lado, há um incremento dos postos de trabalho no setor de serviços e num tipo de produção em que a máquina ainda não consegue desempenho semelhante ao dos humanos: o campo que exige conhecimento e criatividade. Cresce o emprego na produção de *softwares*. O filme *A rede social*, que faz a biografia do criador do Facebook, nos dá uma mostra dessa nova forma de trabalho.

Fica patente que muita coisa mudou no mundo do trabalho e das organizações. Aumentou a autonomia do trabalhador, aumentou a dependência da capacidade intelectual dos trabalhadores, aumentou o controle na situação de trabalho, tanto para o empregador como para o trabalhador, aumentou o desgaste, surgiram novas formas de trabalho, como o trabalho baseado na casa do trabalhador (*home work*). Muito dessa mudança foi para melhor e muito foi também para pior.

13.5 Trabalho e dimensão subjetiva

O trabalho, em qualquer circunstância, sempre produz algum desgaste. O melhor trabalho na melhor circunstância produz desgaste. Pense no trabalho de um artista plástico bem-sucedido, como é o caso do brasileiro Vik Muniz. O artista define seu horário de trabalho, o ritmo, o prazo de execução, enfim, controla todo o processo e é muito bem remunerado pelo que faz quando vende suas obras. No entanto, mesmo nessa feliz situação, o trabalho cansa! É possível imaginar o artista, depois de concluída a obra, dizendo para amigos que aquele dia foi muito, muito cansativo. Cansativo, mas gratificante. O artista plástico com esse perfil vê a realização plena de sua atividade laboral na execução de sua obra. Ele cria, projeta, executa e conhece todo o processo de produção de sua obra e controla o processo de trabalho.

Não é, infelizmente, o que ocorre com a maioria absoluta dos trabalhadores que vivem dos seus empregos. Isso porque os trabalhadores não controlam o processo produtivo e, muitas vezes, nem mesmo têm pleno conhecimento do que produzem. Assumem tarefas mecânicas ou parceladas de parte do processo. Empresas terceirizadas fabricam parte de produtos mais complexos para diferentes clientes que utilizarão o “pedaço” fabricado na montagem do produto final. Uma gaxeta de borracha poderá ser utilizada em um automóvel, num macaco hidráulico ou numa máquina de lavar roupa. São peças miúdas fabricadas em grande escala, e o operário não irá ficar pensando no destino das centenas de gaxetas que saem da máquina que ele está operando.

Considerando que, como já foi apontado, a reestruturação produtiva automatizou a produção, muitos desses operários, além de estarem desconectados daquilo que produzem, são dominados pelo ritmo da máquina que operam. Svartman,⁴ analisando esse ritmo entre trabalhadores do ABC paulista, identificou o que ele chamou de desenraizamento, que vem a ser a desconexão entre o mundo do trabalho e a vida do trabalhador. É tão violenta a maneira como o trabalhador é submetido a uma ordem que exige plena atenção a uma atividade mecânica, que isso acaba embrutecendo a pessoa. O embrutecimento é causado pela ausência de um pensamento criativo, seja ele vinculado ao que se está produzindo, seja ele o mero devaneio de quem pensa na vida enquanto trabalha.

Nesses casos, pouco se avançou na relação do trabalhador com o processo produtivo. Ocorreu reestruturação produtiva, mas ela serviu

somente ao plano técnico e nada ao trabalhador, que teve sua situação piorada com o aumento da exigência produtiva. Não precisamos ir muito longe para concluir que esse processo aumenta o desgaste físico e mental desse trabalhador e a chance de adoecimento. Não é por acaso que nos últimos tempos aumentaram, consideravelmente, as notificações de sofrimento mental na situação de trabalho e a depressão aparece como uma das causas mais notificadas.

Outro fator importante é o aumento de lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). O aumento do ritmo de trabalho causado pelos equipamentos automatizados e informatizados, o uso de computadores que facilitam a digitação, exigindo maior rapidez do digitador, novas posturas exigidas por uma linha de produção mais rápida estão produzindo uma epidemia desse tipo de lesão e distúrbio. Estudos vêm demonstrando que não é somente um desgaste físico que os produz, mas também um desgaste mental. Tais problemas com a saúde do trabalhador podem inviabilizar a sua continuidade naquela determinada função e, algumas vezes, o inutilizam para o trabalho.

Esses problemas com a saúde do trabalhador representam um sintoma de que algo não anda bem no mundo do trabalho. Aumenta o ritmo produtivo, diminuem os postos de trabalho, desaparecem funções que até o momento eram inquestionáveis, aparecem funções de que o trabalhador nunca ouviu falar, exige-se maior flexibilização de suas funções, maior qualificação e certificação escolar. As células produtivas cobram uma participação efetiva dos trabalhadores na resolução de problemas da produção de sua ilha produtiva, que antes era função dos chefes de seção ou dos engenheiros de produção. Agora o trabalhador, além do corpo, deve envolver a sua subjetividade no processo produtivo. E isso serve para o chão de fábrica, para o escritório, para a área de serviços e de comércio. O resultado disso é o aumento considerável da tensão no ambiente de trabalho.

Parte dessa tensão é transformada em desgaste subjetivo. Um clima de trabalho que potencializa relações subjetivas engendra novas formas de relação. Antes, os chefes e controladores da produção exigiam, objetivamente, aumento da produção. Agora, eles querem maior envolvimento, maior comprometimento, mais atitude pró-ativa. Na situação anterior, o trabalhador que não atendesse a demanda de

maior produção poderia ser demitido ou advertido. Mas ele saberia o motivo. Agora ele é pressionado e cobrado de uma coisa que ele não sabe, exatamente, o que é, e essa pressão pode se transformar facilmente em pressão indevida, o conhecido *assédio moral*.

Assim, podemos dizer que há uma nova dimensão subjetiva do trabalho em curso, no presente momento. As condições materiais foram significativamente alteradas com a mudança das relações de trabalho, e isso produziu uma transformação das relações subjetivas das pessoas envolvidas com os diferentes processos produtivos e seus derivados. A exigência genérica de maior qualificação leva o trabalhador a uma busca desenfreada por formação. Como a exigência por um trabalhador flexível também é real, não ficamos sabendo qual o tipo de qualificação exigida. Flexibilidade é um termo ambíguo e se transforma numa arma na mão do empregador. Os dirigentes, executivos, diretores desse processo, sofrem com a maior concorrência, fruto da rapidez do mercado. Eles também não sabem exatamente o que devem exigir de seus funcionários. A flexibilização os atinge de outro modo. Não há mais um perfil perfeitamente definido do profissional disponível no mercado. Resta a possibilidade de formação desse trabalhador na situação de trabalho. A demanda é por um profissional autônomo, qualificado, pronto para assumir múltiplas tarefas, criativo e capaz. É o que o mercado está chamando, não mais de trabalhador, funcionário, operário, mas de colaborador. O termo sintetiza a exigência. Entretanto, sem ambiente de trabalho, sem salário compatível, sem conhecimento das (múltiplas) tarefas, o “colaborador” padece e enfrenta os dissabores de uma época em que trabalhar deixou de ser uma forma de ganhar o suficiente para reproduzir a vida. Trabalhar, hoje, é enfrentar os dissabores de um admirável, trágico, desgastante mundo novo.

Atividades complementares

1. Todos nós temos relação direta ou indireta com o mundo do trabalho. Relate sua experiência (ou de seus pais, de amigos, de parentes) e avalie como o mundo corporativo influencia a sua vida. Discuta com o grupo as diferentes experiências.
2. Qual a experiência do grupo com a tecnologia da informação? Como essa tecnologia está impactando sua relação de trabalho (ou de pessoas conhecidas)?

3. Qual a solução para que as corporações possam melhorar as relações de trabalho, considerando as circunstâncias atuais? Veja o filme *The Corporation* (*A Corporação*), documentário canadense dirigido e produzido por Mark Achbar e Jennifer Abbott, baseado em roteiro adaptado por Joel Bakan de seu livro *The Corporation: the pathological pursuit of profit and power*, com versão em português: *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*. O filme descreve o surgimento das grandes corporações e discute, do ponto de vista psicológico, que tipo de pessoa elas produzem (http://pt.wikipedia.org/wiki/The_Corporation).
4. Pessoas que começam a trabalhar pela primeira vez precisam passar por um período de adaptação a essa nova realidade. O mundo do trabalho tem suas regras e exigências. Discuta em seu grupo os relatos de experiências acumuladas pelos seus membros ou de pessoas conhecidas e avaliem as estratégias de convivência e de sociabilidade que cada um desenvolveu no período de ingresso.

Bibliografia comentada

São vários os livros que tratam do mundo do trabalho. Um livro excelente é o de Ricardo Antunes, professor na Unicamp, sobre a passagem do fordismo para o toyotismo, chamado *O fim do emprego?*, da editora Cortez. Para quem quiser se aprofundar, um livro mais exigente e complexo do mesmo autor: *Os sentidos do trabalho*, editora Boitempo.

O livro de Amitai Etzioni citado neste capítulo é um clássico e ainda atual: *Organizações modernas*, editora Pioneira.

Sobre gestão de pessoas e psicologia organizacional, há uma publicação brasileira que reúne os principais nomes dessa área: J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade e A. V. B. Bastos – *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre, Artmed, 2004.

Sobre assédio moral, para uma importante discussão sobre o desgaste nas relações de trabalho e a humilhação sofrida pelos trabalhadores veja *Assédio moral no trabalho*. Maria Ester de Freitas, Roberto Heloani e Margarida Barreto, editora Cengage, 2008 (Coleção Debates em Administração). Um importante pesquisador das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores é Christophe Dejours, e aqui no Brasil podemos encontrar várias de suas publicações. Vale a pena conferir o trabalho de uma professora da

UnB que trabalha com essa referência: Ana Magnólia Mendes, *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo, editora Casa do Psicólogo.

Sobre o aparecimento do homem moderno (*Homo sapiens sapiens*), veja o excelente site da Unesp de Assis, muito bem ilustrado e construído: <http://www.assis.unesp.br/darwinnobrasil/humanev2b.htm>

Referências

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1984.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SVARTMAN, Bernardo P. *Trabalho e desenraizamento operário: um estudo de depoimentos sobre a experiência de vida na fábrica*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PARTE 3

LEITURAS DO COTIDIANO A PARTIR DA PSICOLOGIA

CAPÍTULO 14

FAMÍLIA E SUAS MUTAÇÕES

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

A família é mais um tema ao qual se dedicam estudiosos e pesquisadores de várias áreas do saber e também a psicologia. Portanto, necessariamente, a abordagem psicológica deste capítulo deverá levar em conta subsídios de outras especialidades – a história, a antropologia, a sociologia – para uma compreensão que situe esse grupo social e suas funções, em transformação, na contemporaneidade; ou seja, na relação de interdependência com outros fenômenos atuais e seus efeitos na subjetividade.

14.1 Introdução

A família é o grupo humano em que as mudanças aceleradas da sociedade contemporânea, nas últimas décadas, repercutem e são bastante visíveis. Será ainda a *célula mater* da sociedade? Ou “o refúgio de um mundo sem compaixão”?¹ Ou um grupo social definido pelo fato de todos os seus membros terem a chave da mesma casa?

Quais são essas mudanças? A que se devem? Quais os seus efeitos na formação das novas gerações?

Duas cenas que podem nos acompanhar nesta reflexão sobre família:

- Em uma propaganda de televisão de uma marca de carros, veiculada em 2011, uma mulher chega do trabalho, encontra o marido de avental servindo o jantar aos filhos e lhe dá de presente as chaves do carro novo.
- Em uma cena de novela de difusão nacional, em 25 de fevereiro de 2011 (TV Globo), o jovem diz à sua mãe que “a mulher é o repouso do guerreiro”. A mãe fica perplexa diante da fala do

filho, o qual reclama de sua pretendente, que está se dedicando à vida profissional e não exclusivamente a ele. O jovem tenta convencer a mãe de sua posição usando a relação dela com o pai como exemplo. E ela afirma: “Sou de outra geração”.

14.2 Aspectos da história da família

O modelo de família *pai-mãe-prole* sempre existiu?

Temos a impressão de que *sim* porque é a referência usada para avaliar as demais; é difundida, pelos meios de comunicação, por exemplo, por meio da “família Doriana” ou pelas religiões, e um exemplo são os discursos do papa sobre procriação – como modelo a ser seguido. A ausência desse modelo é usada, com frequência, pelo senso comum – e, infelizmente, por alguns técnicos que trabalham na área de família – para explicar o porquê de condutas difíceis ou problemáticas de crianças e adolescentes. Nesse caso, alguns arranjos familiares, diferentes do padrão tradicional e hegemônico, são considerados problemáticos – o termo usado, com frequência, em relatórios e pareceres é *família desestruturada* – e com consequências consideradas prejudiciais para os membros da família, particularmente para os filhos.

Aqui cabe um parêntese: a ideia de família nuclear harmônica, muito valorizada e difundida na sociedade, alimenta a representação social de que é um padrão *natural* (inquestionável) e se constitui em uma fantasia de família ideal que todos pretendem ter; e, quando a família real – de qualquer um de nós – não atende essa expectativa, há certa frustração e um sentimento de fracasso, e continuamos a cultivar a ideia-ilusão de que seríamos mais felizes se nossa família fosse “daquele jeito”.

Contudo, a antropologia nos ensina que esse modelo de família não é a-histórico, nem sempre existiu e não existe em alguns grupos humanos da atualidade. Na história da humanidade, antes de existir essa família conjugal ou nuclear (pai-mãe-prole) que se caracteriza pelo casamento de duas pessoas com obrigação de habitação conjunta, fidelidade e garantia de descendência pela consanguinidade, houve muitas outras formas de organização para os seres humanos darem conta da reprodução e manutenção da espécie humana, do ponto de vista biológico e cultural.

Em uma sequência, desde o estado selvagem, o antropólogo L. H.

Morgan identifica: a **família consanguínea** – casamento entre irmãos e irmãs no interior de um grupo; a **família punaluaana** – um grupo de homens casava-se com um grupo de mulheres e cada uma das mulheres podia se casar com os maridos das irmãs e o mesmo ocorria com os homens; a **família sindiásmica** – o casamento de um homem e uma mulher sem a obrigação de morar juntos, e esse casamento existia enquanto ambos o desejassem; a **família patriarcal** – o casamento de um só homem com várias mulheres (isso ainda ocorre em algumas regiões do mundo); e, finalmente, a **família monogâmica** (nuclear ou conjugal).

A família monogâmica ou conjugal, portanto, é um modo de organização social produto de uma época em que o valor da propriedade privada se instituiu e era necessário garantir que o patrimônio permanecesse, por meio de herança, no interior da família; isso só seria possível se a consanguinidade estivesse garantida, por meio do controle do homem sobre a esposa e os filhos. Engels,² em um trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan, defende a posição de que o surgimento histórico da propriedade privada é o fator relevante para a constituição da família tal como a conhecemos hoje.

Esse modo de conceber a família e o lugar de cada um de seus membros está no código de leis de diferentes países, é legislado (o direito de família) e era dessa maneira que as questões envolvendo família, em nosso país, eram consideradas, até a Constituição Federal, de 1988. A nova constituição instituiu duas profundas alterações em relação à anterior: a ruptura com a chefia conjugal masculina e, portanto, homens e mulheres passam a compartilhar direitos e deveres na sociedade conjugal; e o fim da diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. Outro exemplo é o artigo 226, parágrafo quarto, em que a família monoparental é reconhecida como “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”; ou seja, esse modo de organização da família não é considerado “desvio”, desestruturação ou desorganização familiar.

A essas funções sociais da família tradicional – procriação, manutenção da espécie, garantia de propriedade – se somaram outras, sendo a mais relevante delas considerar que a família é a instituição social que prepara os indivíduos para a participação em sua coletividade. Ou seja, é nesse grupo – desde o nascimento – que a criança é preparada para “entrar” no mundo social por meio da aquisição de hábitos, padrões de conduta e, principalmente, da

linguagem. Portanto, a família é uma agência socializadora das novas gerações; é nela que se transmitem os valores da cultura que são dominantes em determinado momento histórico. Desse modo, ela é considerada como um grupo importante para a manutenção do *status quo*.

No livro *História social da criança e da família*,³ Philippe Ariès analisa um fator importante para a constituição dessa família tradicional que passa a se responsabilizar pela sua prole: no século XV, com o advento das escolas, as crianças não são mais afastadas de suas famílias para empreender seu aprendizado junto a outros adultos, como ocorria até então. Portanto, além do aspecto social e moral, a família passa a ser também um lugar “sentimental”, pois a permanência das crianças no grupo propiciava o desenvolvimento de laços afetivos com os adultos progenitores.

Desde o final do século XIX, mas principalmente no século XX, “o patriarcado tem sofrido uma larga e permanente destruição”.⁴ Os autores acrescentam: “[...] tem sido, fundamentalmente, a modificação do lugar da mulher na sociedade a causa maior dessa derrubada da família patriarcal e, portanto, do patriarcado”.⁵

14.3 A revolução social do século XX e seus efeitos sobre a família

O que produziu as mudanças que observamos atualmente, ao nosso redor, no tamanho, na estrutura e na dinâmica desse grupo social?

Em meados do século XX ocorreu importante revolução social com repercussões no mundo todo, particularmente no Ocidente – a revolução do papel da mulher.⁶ Ela adquire direitos, muda seu lugar na sociedade: tem mais autonomia quanto à procriação (descoberta e difusão de métodos anticoncepcionais como a pílula), aumenta seu grau de escolaridade, se insere no mercado de trabalho, passa a ter projetos pessoais e profissionais, o trabalho doméstico é facilitado com os novos equipamentos elétricos/eletrônicos. A mulher, que até ali vivia exclusivamente para a manutenção e o bem-estar da família, passa a se ocupar também de seu próprio projeto pessoal e tem outras funções e responsabilidades fora do mundo doméstico.⁷

Entre as mudanças que ocorreram a partir de uma série de transformações que o século XX proporcionou e este início de século XXI acentua, vale destacar: as mudanças tecnológicas, que interferem

de maneira decisiva no trabalho e em suas formas de organização – tais mudanças tecnológicas (micro-ondas, geladeira, máquina de lavar roupa, etc.), incorporadas ao cotidiano doméstico, “facilitam a vida”, a produção dos cuidados e a autonomia de seus membros; a inclusão das mulheres, em larga escala, na produção industrial e da riqueza produzidas pelas duas grandes Guerras Mundiais do século XX (1918 e 1945), particularmente na Europa e nos Estados Unidos, e, a partir daí, sua permanência e ampliação de participação no mercado de trabalho; as descobertas da indústria farmacológica e os conhecimentos e técnicas de controle da reprodução dão maior poder às mulheres sobre o seu corpo, e a dominação ancestral do masculino sobre o feminino fica abalada com o controle da fecundação pelas mulheres; há, ainda, a rede de serviços públicos e privados disponíveis para o compartilhamento da função de educar os filhos e cuidar deles – creches, pré-escolas, centros de educação infantil, atividades de educação complementar, de lazer e cultura, além de profissionais da saúde mental, da psicopedagogia com os quais os pais compartilham a responsabilidade na formação das novas gerações.

Esse conjunto de transformações atingiu as relações de gênero, as funções e o papel das mulheres e o papel do homem na sociedade; portanto, muda também o lugar da mulher na família e o desempenho de seu papel nesse grupo social. Como em todo processo de mudança social, essas também produziram e ainda produzem resistências, contradições que precisam ser consideradas se quisermos compreender, por exemplo, a permanência (ou aumento?) do fenômeno da violência intrafamiliar e, em especial, contra as mulheres nesse grupo considerado protetor de seus membros.

14.4 A família na contemporaneidade

A mudança do papel da mulher na família tem importantes repercussões:

- Na relação entre gêneros, busca-se a parceria superando a relação de submissão que constituía, até então, a relação homem-mulher, e isso se expressa na divisão de tarefas, em responsabilidades compartilhadas quanto à manutenção econômica da família, educação dos filhos, em novos contratos sociais que regulam o casamento (separação de bens, opção de usar ou não o sobrenome do marido).

- Na relação entre gerações no interior da família. É possível constatar uma alteração importante no desempenho das funções parentais. Os cuidados (dos adultos para com crianças e adolescentes) passam a ser compartilhados no interior do grupo e, também, com novos serviços e equipamentos: a escola de educação infantil, o berçário, a creche.
- Na vida pública. As mulheres passam a reivindicar políticas públicas e serviços (a creche) que as liberem para o mercado de trabalho. Um exemplo ilustrativo é o movimento por creche na cidade de São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980: uma reivindicação de mulheres trabalhadoras para que pudessem se inserir no mercado de trabalho. A exigência de um lugar protegido para deixar os filhos pequenos era uma reivindicação da mulher trabalhadora e só passa a se constituir como direito da criança de 0 a 6 anos à educação infantil a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990.

Um aspecto importante e peculiar nessa nova dinâmica familiar é a educação das crianças para a autonomia. A criança e o adolescente tornam-se menos dependentes dos cuidados maternos e paternos. A creche e a escola são vistas como parceiras importantes nessa empreitada, o que se revela na discussão intensa do papel da escola quanto a dividir com a família as responsabilidades pela formação das novas gerações. E, sintomaticamente, há também uma discussão intensa na sociedade sobre o papel e a responsabilidade dos meios de comunicação de massa (inicialmente, a TV e, posteriormente, os demais meios de comunicação eletrônica) como agências socializadoras das novas gerações. Então, a formação das crianças pequenas, considerada, desde o século XVIII,⁸ competência e responsabilidade exclusiva da família, passa a ser dividida com outras agências socializadoras: a escola e os meios de comunicação de massa.

No final do século XX, e cada vez mais, é possível também constatar que a família utiliza e/ou delega para profissionais da área da educação e da saúde mental muitas das suas funções de cuidado e apoio às crianças e adolescentes, e esses técnicos passam a dividir com a família suas funções parentais de cuidado, apoio e orientação.

Outro aspecto importante assinalado por Gilles Lipovetsky,⁹ observável desde o final da década de 1970 na Europa e nos Estados

Unidos e, um pouco depois, em nosso país, com efeitos importantes na organização e dinâmica das famílias, refere-se à *tecnologização dos lares*: muitos televisores, celulares, máquinas fotográficas, aparelhos de som, computadores. Essa multiplicação de objetos pessoais interfere no ordenamento da família – as rotinas comuns deixam de existir e, portanto, a autoridade dos pais ou de algum adulto responsável que auxilie ou determine a organização e uso comum dos objetos não é mais necessária. Cada um pode organizar sua própria vida, suas rotinas, mesmo as crianças, sem se importar ou depender do outro. Esse é mais um fator que contribui para a individualização dos ritmos de vida, ou seja, as atividades domésticas da família são dessincronizadas, o uso do espaço, do tempo e dos objetos é personalizado, independente da idade. Alguns aparelhos em especial, como o celular, o micro-ondas, o congelador, permitem que cada um, inclusive a criança, construa de modo autônomo suas rotinas, seu uso do espaço-tempo, e “todos têm a chave da mesma casa”.

Pelo ângulo de sua estrutura e organização, a família comporta inúmeros arranjos. Vejamos: há a **família nuclear ou família conjugal** – pai, mãe e prole; a **família extensa**, composta pela família nuclear mais os agregados ou parentes ascendentes, colaterais ou descendentes; a **família monoparental**, chefiada por um adulto responsável – e nesse modelo se destaca a família chefiada por mulheres, que atravessa todas as classes sociais; a **família homossexual** ou homoparental – inclusive com o poder de participar do processo de filiação por meio da inseminação artificial e sua diversidade de técnicas reprodutivas; a **família gerada artificialmente**, em que os bancos de sêmen desempenham papel importante; a **família adolescente**, um fenômeno determinado tanto pela gravidez precoce nas diferentes classes sociais como pelas guerras africanas, em que os adultos de aldeias inteiras são exterminados; a **família substituta ou acolhedora**, que cumpre durante certo período as funções parentais para uma criança ou adolescente; e muitos outros modelos de estrutura e organização, em função, por exemplo, da convivência de filhos de uniões anteriores de um ou de ambos os adultos do casal.

14.5 Dois modos de organização da família: homoparental e

monoparental

Vale a pena focar os padrões de família homo e monoparental para compreender suas características e contradições nestes tempos de mudanças.

14.5.1 A família homoparental

Os homossexuais sempre foram considerados como aqueles que repelem a instituição do casamento e da procriação/filiação o que foi/é compreendido como um risco ou perigo para a instituição família. Contudo, nas últimas décadas, solicitam como exercício pleno da cidadania o direito ao casamento, à adoção ou à procriação medicamente assistida, ou seja, reivindicam o direito à constituição de uma família. Roudinesco, em seu livro *A família em desordem*,¹⁰ pergunta logo no prefácio, referindo-se a esse novo fenômeno: “Por que esse desejo de família?”.

Os conservadores afirmam que esse desejo de normatividade (constituição de uma família) pelos casais homossexuais, considerados minoria, é o “[...] sinal de uma decadência de valores tradicionais da família, da escola, nação, pátria e, sobretudo, da paternidade, do pai, da lei do pai e da autoridade sob todas as formas”.¹¹

Paradoxalmente, eles, que sempre foram discriminados por serem considerados renegadores da família (baseada na diferença entre os sexos e na procriação), agora incomodam pelo desejo de se submeter ao modelo de família; incomodam porque a reivindicação aponta para o fato de que as diferenças seriam finalmente abolidas ou se tornariam invisíveis. Portanto, para a mentalidade conservadora e/ou intolerante, a homossexualidade torna-se perigosa porque, ao significar o fim da autoridade paterna e/ou a assunção do poder materno, se produz a perda da identidade do homem, abalando a ordem paterna. Nessa concepção, o fator estruturante da família – a diferenciação de sexos – estaria abolido e a ausência da ordem paterna, sob a qual se instituiu a família monogâmica, a torna mutilada e ela deixa de ser a *célula mater* da sociedade, o grupo privilegiado de transmissão e manutenção dos valores hegemônicos da sociedade. Nessa leitura, ocorreria, então, o início da decomposição da civilização ocidental.

14.5.2 A família monoparental

Outro fenômeno cada vez mais visível na sociedade é a existência da família monoparental, ou seja, aquela que conta com a presença de um só adulto responsável, de qualquer um dos sexos. Na Constituição Federal, no artigo 226, parágrafo quarto, ela é definida como “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Esse modo de organização pode ser decorrente da morte de um dos cônjuges, da separação do casal – divórcio ou abandono – ou da vontade de assumir a paternidade ou maternidade sem a participação do outro genitor (a “produção independente”). Essa definição inclui, também, aquele pai ou mãe que vive com o filho adotivo.

Esse padrão de família, segundo pesquisas demográficas realizadas na década de 1980, refletia, naquele período, as consequências dos divórcios, substituindo o fator morte de um dos cônjuges, constatado até essa década. Atualmente, podemos acrescentar outros fatores: as separações não legalizadas (abandono do lar) e, também, a opção de um adulto de viver só sem abrir mão da maternidade ou da paternidade.

Esse modelo está presente em vários países do mundo e em todas as classes sociais. A constatação dos estudos demográficos é de que a maioria dessas famílias é chefiada por mulheres. Ao mesmo tempo, é importante considerar que as famílias monoparentais, quando situadas na linha da pobreza, se caracterizam pela condição de vulnerabilidade, o que implica ações de políticas públicas que as auxiliem a realizar sua função de cuidado e proteção de seus membros.

14.6 Violência doméstica – um segredo na família

A família, cuja função é de proteção e cuidado de seus membros, pode ser, em muitos casos, o grupo no qual as crianças e adolescentes vivem suas primeiras experiências de violência. A violência intrafamiliar ou doméstica é um fenômeno universal, existe em países ricos e pobres e, em cada sociedade, está presente em todas as classes sociais.

O relatório do Unicef *Um cenário em (des)construção – violência*

doméstica contra crianças e adolescentes, de 2010, realizado por alguns especialistas na área,¹² define a violência doméstica contra crianças e adolescentes como

atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.¹³

Os tipos de violência caracterizados são: **violência física** – “toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal”; **violência sexual** – “configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa”;¹⁴ **violência fatal** – “atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação à criança e/ou adolescente que, sendo capazes de causar-lhes dano físico, sexual e/ou psicológico, podem ser considerados condicionantes (únicos ou não) de sua morte” (relatório Unicef).

A **negligência** também se caracteriza como um tipo de violência intrafamiliar e “representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente” (relatório Unicef). A negligência pode se apresentar como moderada ou severa e se revela nas falhas ou na ausência de alimentação e de vestuário adequado, higiene precária, ausência de matrícula escolar, crianças que são, muitas vezes, deixadas sozinhas por diversos dias. É importantíssimo considerar que tal falha não é o resultado de condições de vida econômica (pobreza) da família.

A **violência psicológica** também é uma condição que produz graves prejuízos às crianças e adolescentes. Refere-se a situações de humilhação, constrangimento, ameaças, pressão excessiva e desproporcional ao desenvolvimento da criança e do adolescente, exposição a situações frequentes e/ou intensas de violência e crueldade com terceiros. É a forma de violência de mais difícil diagnóstico, permanecendo, com frequência, oculta e não identificada, embora seus efeitos sejam conhecidos: baixa autoestima, menor capacidade de enfrentar as dificuldades “naturais” que a vida

impõe.

A pesquisadora Viviane Nogueira de Azevedo informa, no relatório citado, que estudos internacionais demonstram que, na população infantil tratada com mais violência, destacam-se as portadoras de deficiência física ou mental. Os adultos que foram vítimas de violência doméstica na infância afirmam que as suas dificuldades de mobilidade ou a inabilidade motora contribuíram para que o quadro de violência se instalasse e se mantivesse.

Algumas características da violência doméstica são: o segredo familiar – o consentimento ou cumplicidade, por inúmeras razões (ameaças, medo, vergonha), dos demais membros com o(s) episódio(s) de violência; o fato de ser um fenômeno transgeracional – se repete e se reproduz ao longo de gerações.

Estudos nacionais e internacionais demonstram que um número bastante significativo de crianças e adolescentes vítimas de violência na infância poderão se tornar agressores, quando adultos, caso não sejam tratados. Há um movimento na sociedade para instituir e fazer valer uma legislação cada vez mais rigorosa com vistas à erradicação desse fenômeno. Em nosso país, a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente são instrumentos legais importantes para a defesa dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes, buscando erradicar a mentalidade patriarcal, hegemônica em nossa sociedade, em que se funda a concepção de propriedade sobre a mulher e os filhos que justifica essa prática de violência.

Considerações finais

O propósito do capítulo é fornecer subsídios para “poder compreender como a família patriarcal e autoritária passou a ser uma estrutura horizontal, entregue ao poder materno, à ciência e aos desejos individuais”, como afirma Roudinesco¹⁵ na apresentação de seu livro, e elencar aspectos que continuam a produzir, ininterruptamente, novos modos de estrutura e organização desse grupo social, a família, e seus efeitos na formação dos sujeitos que a compõem.

Suas várias possibilidades de organização e as novas alternativas a serem construídas em função dos avanços na reprodução assistida e pesquisas quanto a novas possibilidades de reprodução da espécie humana (clonada, gerada artificialmente) apontam, definitivamente,

para a superação das concepções reducionistas e moralistas quanto à função social desse grupo, bem como do uso de expressões como “família desestruturada”, “família desorganizada”, que não permitem compreender os novos arranjos que as novas gerações realizam para dar conta de suas necessidades afetivas e de procriação, como aspecto da subjetividade e menos determinadas pelas expectativas e convenções sociais.

Atividades complementares

1. Pesquise a lei Maria da Penha e alguma estatística sobre violência intrafamiliar, particularmente a violência contra a mulher, em *sites* como o do Ministério da Justiça ou da Secretaria de Direitos Humanos. Discuta em grupo um caso que você conhece ou de repercussão na imprensa.
2. Há muitos filmes que retratam a vida em família, seus conflitos e modos peculiares de convivência. Escolha um deles e observe como o(s) adulto(s) cumpre(m) as funções de cuidado, apoio e proteção em relação às crianças e adolescentes. Sugestões de filmes: *Minhas mães e meu pai* (2010) – os filhos adolescentes de uma família homossexual resolvem procurar o pai; *Ratatouille* (2007) – na hora da escolha da profissão, há uma resistência da família em aceitar a escolha de Remy, um rato que sonha em ser chefe de cozinha; *Central do Brasil* (1998) – Dora escreve cartas para analfabetos e nessa empreitada encontra Josué, menino de 9 anos que sonha encontrar o pai. Com ele, Dora inicia uma viagem pelo interior do país.
3. Maria Helena Palma Oliveira, no livro *Lembranças do passado: a infância e a adolescência na vida de escritores brasileiros* (Edusf, 2001), identificou que entre 536 escritores, ao longo dos quinhentos anos de nossa história, 47 deixaram autobiografias. Desses, 43 enfocaram a própria infância, e desse grupo, por sua vez, 14 narraram episódios de espancamento. Os episódios de punição corporal relatados permaneceram vivos em suas lembranças, demonstrando que as marcas foram profundas. Graciliano Ramos, no conto “Um cinturão”, relata que suas experiências “[...] foram dolorosas e deixaram impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos...”. Leia o conto de Graciliano Ramos e discuta a importância de alguma ação/intervenção dos demais

adultos com quem a criança convive no sentido de interromper a situação de violência da qual a criança ou adolescente é vítima. Pesquise endereços de instituições e serviços que podem receber denúncias e têm uma prática criteriosa quanto às providências no sentido de encaminhamento de situações dessa natureza.

Bibliografia comentada

Dois livros são referência para uma retrospectiva histórica no estudo sobre família: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, cuja primeira edição é de 1884, e o livro de Philippe Ariès, *História social da criança e da família*. O livro *Família brasileira, a base de tudo*, organizado por Silvio Kaloustian, tem textos de várias áreas do conhecimento que buscam a compreensão de aspectos específicos da sociedade brasileira. Um dos capítulos é de autoria de Cenise Monte Vicente e discute os aspectos psicológicos que constituem a dinâmica familiar, particularmente quanto aos vínculos afetivos que se estabelecem aí. Para uma abordagem das mudanças e novos fenômenos vividos nesse grupo, o livro de Elisabeth Roudinesco – *A família em desordem* – é de leitura mais exigente.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. *Mania de bater – a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

FERRARI, Dalka C. A.; VECCINA, Tereza C. C. (orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar – teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

GIL, D.; NUNEZ, S. *¿Por qué me has abandonado? El psicoanálisis y el fin de la sociedad patriarcal*. Montevideo: Trilce, 2002.

KALOUSTIAN, Silvio M. (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 2005.

LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal* – ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Maria Helena Palma. *Lembranças do passado*: a infância e a adolescência na vida de escritores brasileiros. São Paulo: Edusf, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WEBER, Lidia. (org.). *Família e desenvolvimento*: visões interdisciplinares. Curitiba: Juruá, 2008.

WEISSMANN, Lisette. *Famílias monoparentais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

CAPÍTULO 15

MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

O objetivo deste capítulo é falar da importância que os meios de comunicação de massas ganharam na atualidade e como sua transformação, com a presença de novas mídias e do acesso democratizado transformam o conceito de comunicação e sua extensão. Podemos dizer que hoje todos somos comunicadores e receptores da comunicação. Vamos ver as consequências desse fenômeno.

15.1 Introdução

Não é necessário acentuar a importância dos meios de comunicação de massa (as mídias), e todos sabemos, pela presença desse fenômeno em nosso cotidiano, como ele é fundamental hoje em dia.

O termo “mídia” vem do inglês *mass media* e de *mass communication*, e é conhecido em português como meio de comunicação de massa. A pronúncia do termo *media* no inglês levou ao anglicismo “mídia” no português. Curiosamente, o termo veio do latim *medium* (“meio”, em português), cuja flexão para o plural gera o termo *media*.

Nossa comunicação é completamente dependente desses meios e cada vez mais será assim. A necessidade de comunicação a distância é muito antiga, e o ser humano buscou formas e tecnologia para

solucionar esse problema. Durante muito tempo o contato entre povos foi feito exclusivamente por meio dos viajantes e dos mensageiros. Na Grécia e na Roma Antigas havia um deus, Hermes para os gregos e Mercúrio para os romanos, que cumpria exatamente esta função: era o mensageiro. Alguém porta a mensagem e serve de meio entre um agente e seu receptor.

O mundo evoluiu e com ele veio o avanço tecnológico. A primeira novidade no campo das comunicações foi o advento do telégrafo com fio, no século XVIII. Ele transmitia mensagens em um código criado por Samuel Morse – o código Morse – e, mais tarde, associado à rede elétrica, alcançava distâncias formidáveis. Com ele foi possível garantir comunicação quase instantânea para todos os territórios nacionais e, também, a comunicação internacional. Só perdeu importância com a invenção do telefone e, mesmo assim, muitos anos depois. Essas duas tecnologias conviveram por muitos anos.

Quem vive com tantas possibilidades de comunicação a distância de considerável sofisticação, tem dificuldade para imaginar um mundo em que a carta e o correio eram uma forma corriqueira e demorada de comunicação entre as pessoas. No Brasil, o telefone só se generalizou, garantindo cobertura nacional, no final dos anos de 1980.

O fenômeno das comunicações de massa se tornou algo tão importante e impactante que passou a ser discutido por muitos setores da ciência e também pela psicologia. Ele é tão intenso que transforma nossa subjetividade. Com o advento dos modernos meios de comunicação, podemos dizer, sem chance de erro, que não somos mais os mesmos e que nossa subjetividade se transforma o tempo todo, influenciada também por esse fenômeno.

15.2 Por que nos comunicamos?

A comunicação é base da própria constituição humana (vimos isso com mais cuidado no Capítulo 12 – Comunicação Humana). A vida de organismos vivos em geral e dos mais inteligentes em particular (o caso dos vertebrados) depende de um bom sistema de comunicação com a natureza e com os seus semelhantes. O exemplo da aranha é bem interessante: a aranha tece sua teia em um lugar com incidência de insetos, seu alimento. Quando um pequeno inseto cai preso na teia e se debate, a aranha nota a vibração e corre em direção ao ponto

vibrante. Entretanto, se colocarmos um diapasão vibrando na teia, ela apresentará o mesmo comportamento e irá envolver com sua teia um ponto imaginário. Temos duas decorrências desse episódio: uma é que a aranha depende de um sistema de comunicação para sobreviver, e outra é que ela não utiliza formas de compreensão da realidade (consciência) para decodificar a mensagem.

Outros animais, como o chimpanzé, utilizam maneiras de comunicação bastante sofisticadas, mas ainda assim como forma de sinalização e não como símbolos: expressam afetos, medo, sinal de perigo, de fome, de preparação para a luta ou para o acasalamento. São sinais que garantem a sobrevivência da espécie e são extremamente importantes para a segurança do bando. É importante saber que a vida em bando, portanto, em grupo, é um elemento central no desenvolvimento das formas de comunicação entre chimpanzés.

Os seres humanos partiram dessa forma de comunicação e avançaram para o desenvolvimento do campo simbólico com a aquisição da linguagem consciente, com a formação da consciência e do pensamento. Isso dá ao ser humano a capacidade de entender o meio em que vive (controlar a natureza) e conhecer a si mesmo. Esse é o grande diferencial em termos de comunicação. Nós, seres humanos, usamos a comunicação não apenas como sinalização de nossa relação imediata com a natureza, mas temos o potencial de criar conteúdos que não existem na natureza. Descolamo-nos da condição de mera sobrevivência, e a comunicação inteligível, um sistema de códigos inteligente, foi o nosso trunfo e nos diferenciou dos outros animais. O instrumento, o meio para a constituição dessa forma de comunicação, foi a linguagem.

Essa capacidade nos diferencia profundamente dos demais animais e produz o psiquismo humano. Isso significa que passamos a ter um componente muito importante que é a subjetividade, ou melhor, passamos a utilizar e a compreender nossa realidade como parte de nossas vidas. E a comunicação é processo inerente, na medida em que sem ela não seria possível esse processo. Como parte inerente, nosso papel no desenvolvimento histórico da espécie foi incrementar, potencializar as formas de comunicação mediante os meios de comunicação. Assim como ocorreu com a ferramenta, o instrumento de trabalho, que serviu como mediador entre o ser humano e a natureza, os meios de comunicação serão os mediadores entre a produção simbólica e a sua divulgação, posto que permitem que o

emissor de uma informação possa atingir muitos receptores por meio do conteúdo emitido.

15.3 Comunicação de massa

Estamos falando, portanto, de um fenômeno específico que é a comunicação de massa. O crescimento das cidades e a consequente concentração de pessoas no espaço urbano, fenômeno contemporâneo, passou a exigir estratégias e equipamentos de comunicação cada vez mais sofisticados. São meios de comunicação desde o aparelho de rádio instalado em um carro, a TV de casa, até as vias de acesso como estradas de rodagem, ferrovias, hidrovias e rotas aéreas. Conforme aumenta a exigência de contato entre um ser humano e outro e conforme são desenvolvidas soluções tecnológicas, temos mais alternativas e mais sofisticados equipamentos de comunicação.

Para Katz, Doria e Costa Lima, que publicaram um bom dicionário de comunicação, a comunicação de massa está ligada a outro fenômeno que lhe serve como base, que é a cultura de massa. Para esses autores, comunicação de massa “significa o conjunto de produtos culturais, industrialmente realizados, que visam ao consumo dos mais diversos segmentos sociais”.¹ Assim, não se trata de um fenômeno puro de necessidade de comunicação, mas de um tipo de comunicação que ocorre em uma situação especial. Como já vimos, a comunicação é processo básico entre seres humanos e a linguagem é o meio inaugural desse processo. Mas, quando se trata da comunicação nos dias de hoje, que significa dizer a comunicação dominada pelo processo da cultura de massas (fenômeno moderno do modo de produção capitalista que institui um mercado global), a comunicação estará intimamente vinculada à cultura de massas e ao mercado por ela produzido.

O meio de comunicação (emissora de rádio ou TV, internet, telefonia, etc.), o aparelho utilizado na comunicação, o produto cultural divulgado, as pessoas que trabalham com cultura de massa, todo o processo estará vinculado à perspectiva de mercado, ao *show business*, ao mundo dos negócios. Nesse sentido, é decisiva a análise feita por Walter Benjamin, importante autor da conhecida Escola de Frankfurt, grupo de intelectuais alemães que construíram a Teoria Crítica e discutiram profundamente a indústria cultural. No texto “A

obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”,² publicado em 1936, Benjamin discute o papel da tecnologia como meio de reproduzir infinitamente a obra de arte e dá como exemplo a fotografia e o cinema. Apesar de escrito há tanto tempo, o texto captura uma tendência importante que somente se confirmou e se incrementou a partir dessa época.

A capacidade reprodutiva mudou o conceito de arte, de algo genuíno e único (irreproduzível) para um objeto *prêt-à-porter*. A obra deixa de ser expressão singular de um artista para se transformar numa mercadoria. Uma mercadoria especial, mas não deixa de ser uma mercadoria. A lógica que subjaz a esse movimento é a de transformar a obra de arte em um produto de massa que poderá ser consumido infinitamente. O cinema cumpriu esse papel; basta observar o seu percurso mercadológico desde sua criação. Num primeiro momento ele representou uma opção de lazer e cultura, semelhante ao teatro, exibida em casas de espetáculos e a esse fim destinadas. Em seguida, as películas passaram a ser copiadas e distribuídas em várias cidades de um mesmo país e depois em vários países. Isso fez de Hollywood o centro produtor de cinema para o mundo, e essa maneira de produzir cinema foi copiada por muitos outros.

Logo a seguir, os filmes passaram a ser reproduzidos pelos canais de TV, e isso aumentou o acesso e a popularização. Como decorrência, tivemos a diminuição das salas de espetáculo. Depois, o filme foi transformado em VHS e a distribuição passou a ser doméstica, com o aparecimento de um novo negócio, a videolocadora. Hoje os filmes são produzidos como nunca e novas mídias passaram a compor as formas de distribuição de produto cultural. As salas de cinema ainda existem (resistem), mas não é a principal forma de exibição das películas. A internet, a locadora de DVD ou *Blu-ray*, a TV a cabo com seus inúmeros canais transmissores só de filmes, a possibilidade de baixar direto o filme em sua TV (*pay-per-view*), a chance de gravar no aparelho digital da TV o filme do seu interesse, enfim, uma infinidade de alternativas permite que você veja um filme em pré-lançamento ou o filme antigo do tempo do cinema mudo.

Até as artes plásticas sofreram o mesmo processo de mercantilização e se transformaram em mercadoria de consumo. Artistas como o brasileiro Vik Muniz perceberam a tendência inexorável da reprodutibilidade do objeto de arte e aprenderam a

trabalhar com isso. Vik Muniz trabalha com material perecível (como o chocolate), fotografa a obra e comercializa a foto com pequenas tiragens. A resposta dada por artistas plásticos que buscam fugir da tendência avassaladora da mercantilização da obra de arte foi dedicar-se cada vez mais às instalações e à *performance*. Entretanto, a indústria cultural tende a capturar tais tendências com o objetivo de transformar cada vez mais essas iniciativas em um negócio. Trata-se de um jogo, o jogo do mercado.

Assim, a comunicação de massa deixa de ser um fenômeno referente à necessidade exclusiva de comunicação do ser humano para se transformar em um importante negócio. Não é por acaso que o homem mais rico do mundo, o senhor Carlos Slim, é proprietário de um complexo de meios de comunicação no México e em muitos outros países (como o Brasil). Não é possível entender a comunicação de massa e a indústria cultural sem discutir esses aspectos.

15.4 Os meios de comunicação

Feitas essas considerações sobre a comunicação de massa, fica mais fácil entender esses meios de comunicação e o resultado da produção cultural neles veiculado. O meio de comunicação é representado por tecnologias e aparatos de suporte dessa tecnologia. A TV é uma forma de transmissão de sinais codificados que estão disponíveis para captação por um aparelho. Os sinais podem ser transmitidos pelo ar (TV aberta) ou por cabo (TV por assinatura). Um jornal é impresso, e para ter acesso ao seu conteúdo nós o compramos ou recebemos gratuitamente, mas é preciso considerar que, para recebê-lo, muita coisa aconteceu antes, desde o corpo de jornalistas contratados para escrever a matéria jornalística até a impressão do jornal propriamente dito. O mesmo ocorre com *sites* de notícias divulgados pela internet: precisa-se de toda a infraestrutura para compor a matéria, de jornalistas, profissionais de *web design*, de técnicos que mantenham o *site* no ar. Todos os meios de comunicação dependem de uma tecnologia e de inúmeros aparatos para o seu funcionamento.

Vemos pela TV um filme, que exigiu uma produção cara e sofisticada, e uma programação que envolve apresentadores, convidados, atores, espaço cênico. Ouvimos pelo rádio uma transmissão sobre o trânsito em que o repórter utiliza um helicóptero para olhar a cidade de cima identificando os melhores caminhos na

hora do congestionamento.

Meios de comunicação de massa são importantíssimos para a configuração da opinião pública, já que a divulgação não é neutra. Os programas de TV e rádio, a divulgação de notícias e análises de fatos (políticos, econômicos, esportivos, do cotidiano, artísticos, etc.) seguem uma linha editorial, e poderemos notar a tendência mais ou menos conservadora dessa linha editorial. Evidentemente, há uma dimensão ética que deve ser observada pelos proprietários dos jornais, emissoras de rádio, canais de TV, *sites* informativos na internet, que é construída mediante um acordo coletivo. Algumas vezes, dependendo do país, de sua cultura ou do seu quadro político, esse acordo é mais explícito, definido em lei, ou menos explícito e controlado pelos valores coletivos, e, em alguns casos, não há acordo e vale o controle da informação pelo poder político ou pelo poder econômico.

Curiosamente, os próprios meios de comunicação discutem essa dimensão ética do seu funcionamento e de sua capacidade de influenciar e manipular as pessoas. O cinema trabalhou a temática em várias ocasiões – um filme, considerado por muitos críticos um dos dez melhores de todos os tempos, *Cidadão Kane*, dirigido pelo americano Orson Welles em 1941, retrata a trajetória de vida de um magnata do jornalismo (principal meio de comunicação de massa dessa época). O fato é que esses meios, quando atingem grande quantidade de pessoas, são mesmo poderosos e capazes de forte influência na formação de opinião.

É muito conhecido o caso da Escola de Base, uma escola infantil que existia num bairro da cidade de São Paulo. Uma criança de 4 anos relata para os pais algo que os levou a suspeitar de um possível abuso sexual e os pais levam o caso à polícia. O delegado, convencido da situação do crime, busca investigar o que estaria ocorrendo na escola, se haveria outras vítimas entre os demais alunos e quais seriam os responsáveis pelo abuso. Como ele estava de fato convencido de sua investigação, deixou a informação vazar para os meios de comunicação. A notícia bombástica comoveu a população, culminando com a depredação da escola por populares, e os donos e demais acusados sofreram perseguições e agressões. Logo em seguida, porém, foi descoberto que o relato da criança era, na realidade, uma fantasia infantil (relativamente comum) e não um fato real. O estrago estava feito! A escola fechada, prejuízo moral e financeiro para os proprietários, para o responsável pelo transporte das crianças, para as

crianças, que tiveram de mudar de escola e enfrentar o estigma de terem sido transferidas da Escola de Base, dos pais, que passaram por grande apreensão, e, finalmente, da criança que foi objeto dessa história. O caso foi julgado e jornais e TV foram condenados a pagar indenização pelo que foi divulgado e o delegado foi punido pela sua falta de cuidado.

Esse caso foi muito importante para fomentar a discussão sobre os limites éticos do que pode ou não ser divulgado e tangencia um tema dos mais importantes: a liberdade de expressão. O fato é que há pessoas ou grupos que têm em suas mãos as condições (os meios) de divulgar o que acontece no bairro, na cidade e no mundo. A maioria absoluta dos cidadãos, que são aqueles que moram nos bairros, nas cidades, no mundo, não tem acesso à notícia a não ser através de um meio sobre o qual eles não têm o mínimo controle, somente a possibilidade de acessá-lo ou não – não comprar o jornal, a revista, mudar o canal na TV, desligar o rádio. Mas se trata mais de uma questão mercadológica que de uma escolha de fato. Precisamos do acesso à informação e temos somente o que nos é oferecido. O que é oferecido depende de um complexo (os meios de comunicação) que tem um custo astronômico e somente pode ser mantido por poderosos grupos econômicos.

Evidentemente, existem saídas, e algumas são praticadas em várias épocas (a imprensa é muito antiga) e de várias formas. As chamadas rádios livres ou comunitárias se transformaram em um importante movimento de questionamento do poder concentrado nas mãos de poucos grupos econômicos. No Brasil, por exemplo, nove famílias controlam 85% dos meios de comunicação. Uma emissão de rádio, de pequeno alcance, é uma ação relativamente simples, e os integrantes do movimento Rádio Livre incentivaram pessoas a fazerem emissões de curto alcance para o público que ficava num raio de poucos quilômetros do ponto de emissão. Algumas chegaram a fazer sucesso e conquistaram um público fiel. Como essas emissões são consideradas ilegais, elas foram combatidas e impedidas de continuar suas transmissões, mas abriram caminho para a rádio comunitária, que utiliza o mesmo princípio (pequeno raio de ação) e transmite programação para um público específico. É o caso de emissoras situadas em favelas com centros comunitários bem organizados, cujas rádios prestam serviço de informação aos moradores, ou de rádios comunitárias de igrejas católicas e evangélicas que fazem transmissão do seu interesse para os fiéis que moram no raio de alcance da

transmissão.

Mas, desse ponto de vista, o maior sucesso ocorre com as redes sociais na internet: Orkut, Facebook, Twitter e muitas outras. No Brasil, a rede Orkut foi um sucesso imediato e num prazo muito curto atingiu um número formidável de internautas. Isso até a chegada do Facebook, que passou a ser a rede preferida dos internautas brasileiros e suplantou o Orkut. A rapidez desse movimento é tão grande que, certamente, quando este livro, que consolida palavras, estiver sendo publicado poderemos ter outras redes no ar e o Facebook poderá ter passado (ou crescido). O importante dessa história não é a rede que estamos utilizando, mas o fato de existirem redes que não passam pelo controle de um grupo econômico forte. Os próprios componentes da rede, os usuários, são os informantes e os receptores da notícia.

O fenômeno da rede social se tornou tão importante que é a ele reputada a organização que no ano de 2011 derrubou o governo do Egito. Hosni Mubarak governou o país com mão de ferro por trinta anos. Insatisfeitos com o governo, jovens passaram a convocar manifestações espontâneas na praça Tahrir (centro do Cairo) por meio das redes sociais. O movimento prosperou e se transformou em revolta popular que derrubou o governo. Essa mobilização se espalhou por todo o mundo árabe num movimento reivindicativo de reformas e liberdades democráticas.

Ainda não atingimos o ponto de ter redes autônomas, já que as redes atuais têm seus proprietários e estes enriqueceram de maneira impressionante (veja o filme *A rede social*). Portanto, o interesse econômico continua predominando, mas nessas redes a forma de comunicação é aberta (não há controle do que o usuário publica) e todos se transformam em emissores e receptores ao mesmo tempo. Isso muda, consideravelmente, o comportamento dos usuários, que deixam de ser passivos e se comprometem com o conteúdo veiculado. Comentamos, apoiamos, recusamos, difundimos aquilo que achamos importante, interessante, divertido, triste, aconselhável, estimulante, agressivo, enfim, aquilo que nos passar pela cabeça, e somos controlados pelos demais participantes da rede. Isso muda consideravelmente nossa relação com o meio de comunicação e com a própria comunicação, e essa mudança também nos transforma, porque transforma nossa subjetividade.

15.5 Linguagem da sedução

Chegamos ao ponto que exige a pergunta: como os meios de comunicação de massa, seus conteúdos, sua participação na vida da coletividade, interferem na subjetividade humana? Essa pergunta tem importância na medida em que as informações transmitidas e controladas por tais meios nos atingem a todos. Uma das formas é pela maneira como influenciam a constituição da dimensão subjetiva da realidade.

A dimensão subjetiva da realidade é o conjunto de ideias e valores que imprimem sentido ao nosso fazer cotidiano. Essa noção não é nova e já foi discutida por muitos autores, como Marx, Weber, Simmel, Gramsci, Lukács, Durkheim, Bourdieu, entre muitos outros. Mas trazemos essa concepção como pode ser compreendida na psicologia social. Um autor brasileiro, Jessé de Souza, do campo das ciências sociais, a partir da ideia do espírito do capitalismo enunciada por Max Weber, diz o seguinte:

Esse “espírito” – um conjunto de ideias e valores que permite conferir “sentido” a uma atividade econômica vivida como processo abstrato de acumulação infinita – é tão mais eficiente quanto mais inarticulada e implícita for sua mensagem “moral” [...] O processo de acumulação de capital não se justifica em si mesmo, e perceber seu núcleo simbólico em cada contexto histórico implica reconstruir suas formas de legitimação tornadas invisíveis.³

Isso significa dizer que vivemos uma realidade econômica (modo de produção capitalista) que é abstrata e que necessita de um aparato simbólico que a justifique. Os meios de comunicação de massa (a mensagem que eles transmitem) compõem esse campo de justificativas de forma sutil e velada. É a difusão de justificativas, de crenças e valores, de opinião que consolida o modo de vida típico das pessoas no seu cotidiano.

Ciro Marcondes Filho, professor na Escola de Comunicações e Artes da USP, organizou um livro chamado *A linguagem da sedução*⁴ – termo que emprestamos para designar esta seção – no qual ele e outros autores discutem o caráter sedutor utilizado nas comunicações. Ele pergunta ao leitor de onde vem a atração, o magnetismo que faz com que os receptores se vejam presos, amarrados à comunicação de massas. Uma das respostas, segundo o autor, está no cotidiano de rotina e trabalho que vive a maior parte das pessoas. Ir para o trabalho todos os dias, enfrentar o trânsito das grandes cidades, uma

maçante repetição em todos os sentidos, nos leva a projetar na quebra imaginária desse cotidiano uma saída possível para a vida maçante. Ela é imaginária e fugaz, porque dura o tempo de um filme, de uma entrevista, de uma reportagem, o tempo que levamos para ler a matéria da revista que mostra o modo de vida dos ricos.

Esse é o mecanismo de captura e, capturados, somos presas fáceis para a avalanche de valores e crenças associados a modos de vida que em última instância pretendem manter a máquina produtiva funcionando.

Muniz Sodré, em seu livro *A máquina de Narciso*,⁵ fala sobre o funcionamento do mecanismo subjetivo de captura. O foco de sua análise é a TV, mas poderia ser ampliado para a internet e redes sociais virtuais. Para esse autor, na modernidade (período que vivemos atualmente) a tradição coletiva do período anterior é substituída pela experiência individual, e o eu conquista sua autonomia psicológica, filosófica, econômica. Assim, o

indivíduo aprende agora a se ver como sujeito de uma ordem abstrata, tipificada pela razão e pela moral [...] O indivíduo moderno pode ser panopticamente controlado – isto é, à distância, sem a imediatez concreta da força física – porque ele próprio se controla graças à interiorização (em regime de repressão) de normas e valores, que constituem a moral e a vida psicológica individual.⁶

Para Sodré, é o efeito de simulacro que permite aos meios de comunicação de massa uma duplicação do real apresentado por meio de uma inversão. A programação televisiva (que ainda hoje é o meio que mais atinge a população) busca conexão com o público ao apresentar-lhe detalhes da realidade vivida a que as pessoas não têm acesso. Mas inverte a relação quando o meio passa a ser o critério de verdade. O REAL passa a ser o que é transmitido e não o que é vivido. É como se o acontecimento só pudesse existir ao ser transmitido. A programação busca ser o DUPLO do REAL, como um espelho, mas quem parece estar do outro lado do espelho somos nós. O meio de comunicação nos virtualiza! O autor conclui:

Sem a necessidade de uma realidade externa para validar a si mesmo enquanto imagem, o simulacro é ao mesmo tempo imaginário e real, ou melhor, é o apagamento da diferença entre real e imaginário (entre o “verdadeiro” e o “falso”). De fato, um certo imaginário, tecnologicamente produzido, impõe o seu próprio real (o da sociedade industrial), que implica um projeto de escamoteação de outras formas de experiência do real.⁷

A TV duplica a realidade colocando o mundo na frente de nossos olhos. O olhar é o signo absoluto, e a tela, o *écran*, nos captura (por isso Sodré a chama de máquina de Narciso – o que ficou preso à sua própria imagem). Note o que ocorre quando há uma TV funcionando no restaurante e como isso prende nossa atenção, ou como somos instados a ver o jogo ou o show pelo telão, a despeito de a realidade se apresentar sem mediação na nossa frente. E se o signo da TV é o olhar, o das relações mediadas pela internet é o tempo. A captura do instantâneo que permite dupla apreensão: a comunicação imediata e a protagonização do espetáculo. Agora sou eu o personagem que se apresenta como uma nova inversão do Narciso, que, nesse caso, dá vida a sua virtualidade. Quem fala é o reflexo do espelho (água, no caso da lenda). Sodré cita uma bela frase do poeta francês Paul Valéry (1871-1945) em que Narciso se refere à sua imagem: “Você não é mais que luz, minha adorável metade!”. Na TV ficamos presos a uma emissão de luz, como se somente ela fosse capaz de nos dizer o que é a realidade. Na internet ficamos presos a nós mesmos, encantados com a nossa própria virtualidade.

Tanto a TV quanto a internet trabalham numa lógica diferente do teatro, do livro, que ativam nossa imaginação. No caso da TV e da internet, o imaginário não é estimulado, ele é controlado como se o meio (sua transmissão) ocupasse o seu lugar e, nesse caso, o meio passa a ser a referência de mundo e temos que nos preparar para viver o mundo anunciado. Anunciado na novela das nove, anunciado no telejornal, anunciado na propaganda.

Considerações finais

Vimos que os meios de comunicação de massa são ao mesmo tempo inevitáveis e importantes para o ser humano. Dependemos deles para enfrentar um mundo no qual a informação é vital e circula de forma cada vez mais rápida e intensa. Qualquer coisa que aconteça no planeta chega quase instantaneamente em nossas mãos. Sabemos que os meios não são neutros, mas funcionam de acordo com os interesses sociais de manutenção do *status quo* e são fortes instrumentos de controle social. Além disso, atuam na construção de referência de mundo que modifica nossa subjetividade, contribuindo para a constituição do autocontrole.

Essas características, de certo modo, independem do próprio meio

de comunicação e são fruto das condições históricas que vivemos no presente momento. Tais condições são as matrizes do que é possível fazer em uma determinada época, e os meios de comunicação de massa não são o bicho-papão do capitalismo. Apenas são reprodutores de relações sociais, como outros mecanismos institucionais como a escola, a igreja, as corporações em que trabalhamos, o clube que frequentamos. Entretanto, é preciso considerar que esse mesmo momento histórico é responsável pela maior individualização do ser humano e, ao mesmo tempo, do seu controle sobre si mesmo. Esse fenômeno é ambíguo e permite um maior poder de crítica e, contraditoriamente, de controle. Assim, somos todos capazes de perceber como os interesses econômicos invadem nossas vidas e como os instrumentos de reprodução social são utilizados para isso. Ao mesmo tempo, somos presas fáceis do que chamamos anteriormente de linguagem da sedução, nos deixamos levar gostosamente para um mundo de promessas fáceis e frágeis e nos contentamos com muito pouco (sempre querendo mais!).

É importante notar essa contradição porque é comum uma teoria da conspiração que imagina terem os meios de comunicação de massa total (ou quase) controle das nossas vidas. Não têm. O seu poder deriva do poder econômico que garante poucos e poderosos canais de expressão, representados pela ausência de uma real democratização dos meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo, damos apoio à programação de emissoras de rádio, de TV, via internet, à publicação de revistas, jornais, aos inúmeros meios de expressão publicitária, porque gostamos do que é transmitido. Nós escolhemos a programação, e a decisão de manter ou não uma programação é mercadológica. Uma programação de baixa qualidade se mantém em função do público que a acessa. A programação das TVs públicas no Brasil retransmite pelo menos um evento com música erudita semanalmente. Nunca houve afluência de público que transformasse essa programação em fenômeno de audiência, enquanto os escândalos dos *reality shows* não precisam de muito esforço para garantir audiência astronômica.

O fato é que um maior poder de crítica dependerá de outras circunstâncias, como um padrão educacional de maior qualidade, um trabalho menos exaustivo, enfim, uma qualidade de vida melhor.

Atividades complementares

Há muita produção cinematográfica, que é um meio de comunicação de massa, analisando o fenômeno de vários pontos de vista. Assim, podemos propor boas atividades utilizando esse meio. Boa parte do material está disponível na internet e é possível baixá-lo.

1. Não podemos deixar de ver o filme *Cidadão Kane* (1941), de Orson Welles (citado neste capítulo), que trata da construção de um império por um *publisher* nos Estados Unidos na época áurea da imprensa. Apesar de antigo, continua sendo considerado um dos melhores filmes de todos os tempos. Discuta com os colegas quais aspectos éticos são observados ou negligenciados na trajetória desse magnata das comunicações.
2. Depois de *Cidadão Kane*, a melhor opção é o filme *A rede social*, dirigido por David Fincher, que retrata a vida de Mark Zuckerberg, fundador do Facebook. Atualiza a discussão do filme anterior, porque mostra o mesmo processo, mas desta vez por meio de um novo fenômeno: internet e construção de redes sociais. Também discute aspectos éticos, e vale a pena comparar as duas épocas e perceber o que mudou e o que permaneceu.
3. Para fechar o ciclo, veja *Além do Cidadão Kane*, documentário realizado pela BBC sobre a Rede Globo de Televisão. A divulgação desse documentário foi proibida pela justiça brasileira, mas a internet disponibiliza o material e ele pode ser encontrado com facilidade. Discute o poder da Rede Globo e de seu fundador, o maior *publisher* brasileiro.
4. Outro filme que discute os limites éticos dos meios de comunicação é *O quarto poder* (*Mad City*, 1997), dirigido pelo grande cineasta grego Costa-Gravas e estrelado por Dustin Hoffman e John Travolta. Mostra o jogo de poder e sedução e de interesses das redes de TV e dos bastidores do jornalismo televisivo.

Bibliografia comentada

Um livro bem interessante que serve para iniciantes e para os que já entendem sobre o assunto é *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?*, de Ciro Marcondes Filho, editado pela Paulus (São Paulo) em 2004. Traça um bom panorama do campo das comunicações e trava uma boa discussão sobre o assunto. O livro *Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa* trata de um assunto muito importante, sobre os caminhos da comunicação no

Brasil do ponto de vista da política de difusão, da ética e do controle (ou falta de controle) da programação dos meios de comunicação. São vários autores e o livro é organizado por Paulo Emílio Matos Martins, Enrique Saraiva e Octavio Penna Pieranti – editora FGV (Rio de Janeiro), 2008.

Um autor que citamos aqui, Muniz Sodré, tem um belo livro chamado *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*, editado pela editora Vozes (Petrópolis, RJ) em 2006. Trata-se de uma leitura mais complexa que exige um pouco mais do leitor.

Um pouco mais antigo, mas ainda muito atual, é o livro de Maria Thereza Fraga Rocco, *Linguagem autoritária: televisão e persuasão*, editado pela Brasiliense. A primeira edição é de 1989. Livros que tratam de assunto correlato, mas muito importante, são *Consumidores e cidadãos*, de Néstor Garcia Canclini, e *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*, de Beatriz Sarlo. Os dois editados pela editora UFRJ (2010 e 2006, respectivamente).

Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KATZ, S.; DORIA, F. A.; LIMA, L. C. *Dicionário básico de comunicação*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1975.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A linguagem da sedução*. 2. ed. revista. São Paulo: Perspectiva, 1988.

SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1990.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CAPÍTULO 16

FELICIDADE É...

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Este capítulo propõe esse tema abordando as diferentes formas com que as pessoas, hoje, buscam dar sentido às suas vidas. E, se possível, estabelecer algumas referências para discriminar felicidade, satisfação, prazer e bem-estar.

16.1 Introdução

Você é feliz no trabalho? E no seu relacionamento amoroso? Você está feliz em sua família? Ficou feliz com a compra do tênis novo? E quando se olha no espelho? E com o seu curso universitário? E com o seu lazer? E...

Você tem todas as suas necessidades satisfeitas? Existem produtos, serviços que atendam a todas as suas necessidades? É possível adquiri-los todos? Sua vida sexual é satisfatória? Você conseguiu obter *aquele* objeto do “seu desejo”? Está satisfeito com o seu desempenho profissional, esportivo, escolar?

Quanto tempo dura a sua sensação de bem-estar?

E o prazer? É uma experiência/sensação diferente de todas as anteriores?

Os poetas, filósofos, cronistas buscam, *desde sempre*, compreender a felicidade. As definições poéticas são inúmeras. Uma tentativa de capturar um sentimento, um estado, uma sensação, uma ilusão. O que é? Algo que todos nós perseguimos, difícil de apreender e, ao mesmo tempo, com muitos modos de compreender.

Na sociedade narcísica, em que é cultivada a satisfação plena de cada um dos seus membros, a felicidade é uma obsessão. Está associada particularmente com a capacidade de consumir objetos,

produtos, serviços. Nesse sentido, produz modos de os sujeitos se organizarem em sua vida pessoal (objetivos, projetos de vida) e na sua relação com os outros e com o mundo que interessa à psicologia refletir.

16.2 É possível diferenciar bem-estar, prazer, satisfação e felicidade?

Sigmund Freud, o fundador da psicanálise, em sua obra *O mal-estar na civilização*¹ se propõe a pensar a finalidade da vida que as pessoas expressam em suas condutas, o que esperam alcançar em suas existências. Considera, inicialmente, que não há resposta satisfatória, que o sentido da vida é dado pelas artes, pela religião ou pela ciência – produções humanas *superiores* –, e responde que em suas condutas as pessoas revelam aspirar à **felicidade**: evitar a dor e experimentar o prazer.

Essa dualidade de objetivos – evitar a dor, experimentar o prazer – leva a pessoa, dependendo de sua escolha, para caminhos diferentes em seu percurso existencial. A felicidade, em sentido estrito, refere-se à busca de prazer, e esse objetivo vital é estabelecido pelo princípio do prazer, um princípio regulador do aparelho psíquico que, contudo, ao se defrontar com o mundo objetivo (princípio da realidade), sofre restrições e não é possível realizá-lo (completamente). Então, a felicidade se caracteriza por ser episódica e por contraste – necessidades acumuladas que alcançam um nível de tensão e são abruptamente satisfeitas; o prolongamento da sensação associado a essa satisfação produz **bem-estar**.

Freud lembra que a nossa própria constituição não nos permite gozar (ter prazer) ininterruptamente, porque o gozo existe pelo contraste entre tensão (necessidade acumulada) e relaxamento; portanto, diz ele, a possibilidade de ser feliz está restringida pela nossa própria constituição biológica. E a isso se acrescem as restrições do mundo social, da cultura, com suas leis e normas. Nas palavras do autor: “Aquilo a que chamamos ‘felicidade’, no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas e, por sua natureza, é possível apenas como fenômeno episódico”.²

Em contrapartida, a possibilidade de sofrimento, de experimentar a infelicidade, é permanente, e por isso, com frequência, as pessoas escolhem o outro caminho – evitar o sofrimento. São três as fontes de

sofrimento indicadas por Freud: a degeneração do próprio corpo, algo inexorável que produz angústia; as forças destrutivas de fenômenos da natureza sobre os quais o homem não tem controle; as relações humanas (toda relação humana é relação amorosa) – e esse último fator é a fonte dos maiores sofrimentos.

Diante dessas adversidades, as pessoas rebaixam suas pretensões de felicidade e a finalidade de evitar o sofrimento substitui a busca de prazer. Os métodos para evitar o sofrimento são vários. Pode depender da fonte de desprazer: o isolamento voluntário quando o sofrimento é provocado pelos outros, a busca de domínio da natureza pela ciência, as drogas lícitas e ilícitas para minimizar os estímulos ou sensações desagradáveis do corpo. Freud assinala também que o controle dos impulsos pelas instâncias psíquicas superiores (o pensamento) produz menos sofrimento porque, quanto menor a intensidade do impulso, menor é o desprazer ou sofrimento com sua não satisfação (postergação ou frustração), e exemplifica com o depoimento dos praticantes de ioga. Outra estratégia para evitar o sofrimento é a sublimação, porque reorienta os impulsos no sentido de substituir o “objeto” que produz o prazer. Nesse sentido, Freud dá como exemplos o trabalho intelectual e o trabalho artístico, embora ressalte que nenhum deles oferece proteção completa contra o sofrimento, particularmente quando a fonte está no próprio corpo. Na busca de satisfação nos processos psíquicos internos, a imaginação e a ilusão são fontes de gozo. A fruição da beleza também é um “poderoso lenitivo”, segundo as palavras do fundador da psicanálise.

W. Reich, discípulo de Freud, em sua obra *A função do orgasmo* afirma que o *prazer* é um estado instantâneo representado pelo orgasmo, quando após um período de tensão (inclusive muscular) que atinge um ponto máximo (clímax), há o relaxamento. Ele afirma que a condição de existência do prazer é a tensão que o antecede seguida do relaxamento (bem-estar) posterior que produz, e não é possível viver ininterruptamente esse ciclo (tensão-clímax-relaxamento) porque nossa constituição biológica não suporta.

Ou seja, a experiência do prazer ocorre por contraste. Reich afirma que as três grandes fontes de prazer que deveriam regular a vida são: o sexo, o conhecimento e o trabalho. Em sua extensa obra, analisa os fatores sociais, políticos e culturais que furtam a todos e, particularmente, à juventude (lembrando que ele escreveu sua obra na primeira metade do século XX) a experiência do prazer em função da repressão sexual.

Giddens, analisando a obra de Reich, esclarece que para uma expressão adequada da sexualidade – fonte de felicidade – é necessária, além de reformas políticas, a reforma do caráter de massa, considerando que “o caráter é uma formação defensiva, uma ‘armadura’ protetora desenvolvida para resistir às vicissitudes da vida [...] para se proteger contra os perigos externos e internos, embora a um alto custo psíquico”.³ Para Reich, a reforma política sem liberação sexual é impossível, porque liberdade e saúde sexual são a mesma coisa; portanto, ele deu particular importância aos direitos sexuais das crianças e dos adolescentes, considerando que práticas educativas menos repressivas poderiam transformá-los em agentes de mudança social.

Em uma perspectiva bastante diferente, surge um movimento na década de 1990, nos Estados Unidos, nomeado de Psicologia Positiva, que faz uma crítica à psicologia produzida (inclusive aos autores anteriormente citados) pela ênfase na compreensão de problemas e nas práticas curativas, e postula que a psicologia deve se preocupar com o desenvolvimento das potencialidades humanas. A proposta da Psicologia Positiva é partir do estudo da saúde mental e do bem-estar para identificar por que e sob quais condições é possível promover o desenvolvimento de emoções positivas nas pessoas, pois a finalidade da psicologia deve ser criar uma “ciência das qualidades humanas”. Nesse sentido, o conhecimento e as práticas produzidas devem “compreender tanto os aspectos que levam ao sofrimento e ao desajuste emocional, mas também enfocar os aspectos que podem produzir a **felicidade**[...] aumentem a felicidade e o bem-estar da pessoa”.⁴ As emoções positivas são indicadores de um estado de bem-estar, produzindo, quase sempre, efeitos positivos. O conceito de **bem-estar** subjetivo “se refere ao que as pessoas pensam e sentem sobre suas vidas e as conclusões cognitivas e afetivas alcançadas a partir da avaliação da sua existência”.⁵

Uma área da psicologia que utiliza essa abordagem é a psicologia do esporte, ao enfatizar a vivência do prazer e da diversão na prática esportiva. Esses aspectos são considerados importantes pelos psicólogos que a utilizam para incrementar, por exemplo, a aderência de esportistas de alto rendimento; ou seja, a possibilidade de o atleta encontrar sensações de prazer, de diversão, satisfação, autorrealização aumenta a probabilidade de utilizar o máximo de seu potencial e alcançar o nível mais elevado de seu rendimento.

16.3 Novas feições do fenômeno

Gilles Lipovetsky, em seu livro *A felicidade paradoxal*,⁶ discute as várias possibilidades em que a felicidade está colocada hoje, de modo ilusório ou não, e que regulam a conduta da pessoa.

O autor, na apresentação de seu livro, afirma que a sociedade, a partir da segunda metade do século XX, com o desenvolvimento do capitalismo – que se sustenta, atualmente, na capacidade de consumo e não de produção –, levou à multiplicação indefinida (e infinita) das necessidades. Portanto, esse novo homem/mulher, centrado na satisfação de seus desejos-necessidades, é invenção/produto da sociedade de consumo de massa. Lipovetsky afirma, ainda, que houve uma “revolução na revolução do consumo” que se iniciou na década de 1950, cujo resultado é o hiperconsumismo.

O imperativo da sociedade de hiperconsumo é

mercantilizar todas as experiências em todo lugar, a toda hora e em qualquer idade, diversificar a oferta adaptando-se às expectativas dos compradores, reduzir o ciclo de vida dos produtos pela rapidez das inovações, segmentar os mercados, favorecer o crédito ao consumo, fidelizar o cliente por práticas comerciais diferenciadas.⁷

Nessa ordem econômica em que a satisfação, o “desejo” do consumidor é soberano, há uma profunda mudança do comportamento e do imaginário de consumo e aparece um novo personagem/sujeito: o hiperconsumidor, liberto da cultura de classes – os produtos são visíveis, “oferecidos” para todos na sociedade, e a única (!) restrição é a capacidade de consumo determinada pela renda. Esse sujeito é imprevisível em suas preferências, quer experiências emocionais de maior bem-estar, de saúde, de qualidade de vida... E a máquina produzida para realizar isso trabalha em moto contínuo e nenhuma categoria de idade escapa das investidas de marketing.

Nesse cenário, cada um pode construir sua pauta pessoal de como usar o tempo, como remodelar sua aparência física ou seu estilo de vida. Claro que para obter isso continua valendo sua capacidade de consumo (financeira), mas aí as necessidades-desejo já se instalaram no sujeito!

No contexto da sociedade do hiperconsumo, o consumidor se vê como “livre” ao consultar catálogos, portais, com a diversidade de escolhas, ao estabelecer a melhor relação qualidade-preço; e, ao

mesmo tempo, os modos de vida, os prazeres e gostos mostram-se cada vez mais sob a dependência das estratégias mercadológicas e planejamentos de marcas e produtos. O que cada um vai consumir é planejado em outro lugar do mundo, independente do lugar em que ele (o consumidor) esteja. Ou, dizendo de outra forma: os ícones do consumo, os objetos desejados (e a serem desejados) atravessam o mundo nas redes televisivas internacionais, na comunicação virtual. Os lançamentos das novas quinquilharias eletrônicas ocorrem simultaneamente em vários cantos do mundo, as filas se repetem e a satisfação do consumo se atualiza em várias línguas... até o próximo lançamento. Em síntese, quanto mais o consumidor detém poder, mais o mercado estende suas “garras”: um paradoxo.

O consumo de produtos e mercadorias como obtenção de satisfação, bem-estar, felicidade leva a ponderar que o aumento da renda das pessoas poderá torná-las mais satisfeitas e felizes. Bauman⁸ reflete que o crescimento econômico – revelado pelo Produto Interno Bruto (PIB) – de cada país não apresenta uma correlação com a taxa de felicidade das pessoas; ele utiliza dados transnacionais para afirmar:

Os índices de satisfação com a vida declarados crescem amplamente em paralelo com o nível do PNB [...] até o ponto em que carência e pobreza dão lugar à satisfação das necessidades essenciais, “de sobrevivência” – e param de subir, ou tendem a decrescer drasticamente, com novos incrementos em termos de riqueza [...] a estratégia de tornar as pessoas mais felizes aumentando suas rendas aparentemente não funciona.⁹

Aqui cabe reiterar que o autor se refere a uma situação em que os cidadãos de um país já têm garantidas as condições de vida digna e não vivem situações de privação material dos insumos necessários que colocam em risco sua saúde física, mental e sua participação social; ou seja, têm a garantia de condições dignas de moradia, alimentação, vestuário, transporte, saúde, educação e participação política.

Uma ilustração bastante interessante sobre a desconstrução do equívoco sobre a correlação entre crescimento econômico e maior felicidade ou bem-estar subjetivo que Zygmunt Bauman cita, e vale a pena reproduzir, é o discurso de Robert Kennedy, em 18 de março de 1968, durante sua campanha à presidência dos Estados Unidos:

Nosso PNB considera em seus cálculos a poluição do ar, a publicidade do fumo e as ambulâncias que rodam para coletar os feridos em nossas rodovias. Ele registra os custos dos sistemas de

segurança que instalamos para proteger nossos lares e as prisões [...] leva em conta a destruição de nossas florestas de sequoias e sua substituição por uma urbanização descontrolada e caótica. Ele inclui a produção de napalm, armas nucleares e dos veículos armados usados pela polícia para reprimir a desordem urbana. Ele registra [...] programas de televisão que glorificam a violência para vender brinquedos a crianças. Por outro lado, o PNB não observa a saúde de nossos filhos, a qualidade de nossa educação ou a alegria de nossos jogos. Não mede a beleza de nossa poesia e a solidez de nossos matrimônios. Não se preocupa em avaliar a qualidade de nossos debates políticos e a integridade de nossos representantes. Não considera nossa coragem, sabedoria e cultura. Nada diz sobre nossa compaixão e dedicação a nosso país. Em resumo, o PNB mede tudo, menos o que faz a vida valer a pena.¹⁰

Então, a pergunta permanece: “O que faz a vida valer a pena”?

Na análise de Lipovetsky¹¹ há um aspecto bastante relevante a ser considerado: a sociedade de consumo de bens materiais começa a ser superada pela sociedade do bem-estar. As necessidades já não se referem, exclusivamente, aos objetos, mas deseja-se consumir bens imateriais, espirituais, intangíveis, conforto psíquico. É nesse contexto que ocorre o florescimento das academias de ginástica, dos livros de autoajuda, das “sabedorias orientais”, as “farmácias da felicidade” onde se encontram em suas prateleiras as pílulas do bem-estar, da potência, da tranquilidade. Lipovetsky chama isso de “mercado da alma... da autoestima...”. E acrescenta: será essa uma garantia maior de se estar no caminho da felicidade?

16.4 A insatisfação permanente: os paradoxos

A felicidade – o que quer que isso signifique para cada um – passou a ser um valor cultural, um valor de consumo.

Ao tomar como referência uma pesquisa na capital francesa, Lipovetsky constatou que nove entre 10 franceses se diziam felizes (!). E o autor pergunta: o que significa isso se o estresse, a depressão dominam os consultórios médicos e psicológicos; se os pais se esforçam de modo irracional – além de suas possibilidades – para satisfazer as necessidades e desejos (de consumo) dos filhos; se o número de desempregados aumenta em todas as partes do mundo; se não conseguimos saber tudo o que se produz de informação e

conhecimento; se a pobreza persiste e o dinheiro não é suficiente? E, no caso dos franceses, é importante também contrapor os dados da pesquisa com as imagens dos jovens franceses em manifestações reivindicando inclusão no mercado de trabalho, protestando contra a violência da polícia ou criticando o sistema de ensino ou as reações xenófobas aos imigrantes argelinos e tunisianos (ex-colônias francesas na África).

É possível reconhecer algum aspecto positivo na sociedade de consumo?, indaga Lipovetsky.

O consumo não garante a felicidade... mas “é a garantia de satisfações reais”.¹² O autor assinala que felicidade e satisfação são diferentes. E esclarece que há, ao mesmo tempo, uma garantia de satisfação – o objeto de satisfação está à disposição no mercado – mas há, também, uma insatisfação permanente pela impossibilidade do consumo de todos os bens oferecidos... quer seja pela própria incapacidade de consumir bulinicamente, quer seja pelo ideal de justiça social que exclui da cidadania os não consumidores. E aí, outro paradoxo: precisamos de **menos consumo** ou de um consumo menos voraz, de comportamentos menos magnetizados pelas satisfações por meio do consumo e, ao mesmo tempo, precisamos de **mais consumo**: para os pobres, para garantir uma qualidade de vida.

Freud afirmava que a felicidade é episódica e, agora, Lipovetsky afirma que a satisfação também é episódica. Mas acrescenta, em uma reflexão alentadora:

É menos a aquisição das coisas que a relação consigo e com os outros que condiciona nossas maiores felicidades e nossos maiores infortúnios. São os outros, muito mais que as coisas, que despertam as paixões mais imoderadas, as alegrias, mas também as dores, mais vivas... o desejo das coisas está longe de ter colonizado inteiramente os ideais e os objetivos da existência.¹³

Considerações finais

As considerações ao longo do texto vão demonstrando que esse é um tema que suscita muitas ilações. E o leitor deste capítulo também tem suas posições, seus pontos de vista a respeito dos vários aspectos do tema tratado aqui, a partir de suas vivências pessoais ou daquilo que pretende para sua trajetória existencial. Portanto, nestas palavras finais, em vez de concluir, pôr um ponto final no capítulo, vamos deixar algumas das muitas questões que permanecem.

Atualmente, há, particularmente em setores da juventude, uma crença de que o caminho para obter a felicidade é um percurso “para dentro”, em busca da própria verdade interior (autoconhecimento). E imediatamente surge uma mercantilização de ofertas de caminhos: as drogas (*ayauhasca*, por exemplo), pedras da sorte, amuletos, mantras, mestres e guias, banhos de purificação. Há aqueles que acreditam que é possível, no “mercado das almas”, comprar essa sabedoria, e outros que buscam a origem disso nos ritos, na tradição em conexão com as novas descobertas da ciência (a física quântica, por exemplo) e novos modos de acessar e produzir conhecimento. Nessa segunda alternativa, o caminho da busca interior leva, segundo relatos de jovens, a uma sintonia com os princípios da natureza, com a beleza e à boa convivência com os próximos. Será esse um caminho?

Quais as novas funções e potencialidades humanas que ainda desconhecemos e que poderão nos garantir bem-estar e satisfação?

É possível não confundir bem-estar material e felicidade?

Havia uma promessa no século XX: o desenvolvimento da ciência propiciaria maior bem-estar a toda a humanidade. No final do século houve uma desilusão: a ciência não cumpriu sua promessa – por exemplo, o controle de fenômenos da natureza – e, naqueles aspectos em que ocorreu grande desenvolvimento, seus benefícios foram distribuídos desigualmente para a população do planeta ou para a população de um mesmo país, como no caso das ciências da saúde (o controle da aids, a cura do câncer, as vacinas). É possível depositar na ciência a esperança de uma vida com menos temores? Ou na religião, com suas promessas de “outros reinos”, de virgens à espera de mártires?

Freud e muitos autores, como Zygmunt Bauman, Eric Hobsbawm, William Golding,¹⁴ afirmam que os homens (e mulheres) construíram um mundo – instituições, regulamentos – muito difícil para viver, para ser feliz. Ou seja, construímos um mundo social que depende de restrições às singularidades e às satisfações de cada um de seus membros para continuar a existir. E concluem: a felicidade continua sendo algo que todos perseguem e impossível de realizar. Você concorda?

Nós, os autores, concordamos que entre mergulhar no labirinto de um pessimismo insuperável ou acreditar nos novos tempos tal como eles se apresentam, há outros percursos possíveis em direção a um futuro humano e desejável para todos. Mas, para isso, precisamos realinhar nossas prioridades de vida – onde investir nossa razão,

nossos pensamentos e sentimentos – quer como indivíduos, quer como uma comunidade de destino, “no sentido de recompor um mundo que, em muitos aspectos, se descaracterizou para nós como humano e desejável”.¹⁵

Atividades complementares

1. Faça um levantamento entre seus amigos, familiares ou colegas de trabalho sobre o significado de felicidade para cada um deles. Em grupo, apresente os dados e discuta os fatores que determinam as diferenças.
2. Discuta em sala de aula os seguintes tópicos:
 - Por que tantos livros de autoajuda?
 - Qual o sentido da pílula da felicidade (o Prozac, por exemplo) se o efeito é artificial?
 - Qual o lugar que as drogas (ilícitas) ocupam nessa busca de felicidade?
 - A busca da felicidade justifica qualquer conduta, mesmo aquelas consideradas amorais ou imorais?
 - Por que o sofrimento do outro é intolerável e sempre o aconselhamos a procurar um técnico: o psicólogo ou o psiquiatra?
 - A felicidade está associada às condições econômicas?
 - A propaganda destinada às crianças deve sofrer alguma restrição?
 - Como educar as novas gerações para que sejam consumidores menos vorazes?

Bibliografia comentada

O livro *O mal-estar na civilização* é um clássico da psicanálise para esta discussão. Apesar de seu tom cético quanto às possibilidades de o ser humano ser feliz por conta do modo como construiu este mundo para viver, a obra nos faz pensar sobre muitas possibilidades de dar sentido à vida.

O livro de Lipovetsky – *A felicidade paradoxal* – traz uma leitura crítica mas não pessimista da sociedade de consumo, com suas infundáveis alternativas para se obter satisfação, bem-estar e os estilos de vida. Um livro extenso, mas que pode ser lido fora da sequência,

porque os capítulos e tópicos são, ao estilo da vida contemporânea, curtos, enxutos, e cada um deles tem “começo, meio e fim”.

Entre os inúmeros livros de Zygmunt Bauman que são bastante inspiradores para refletir sobre essa temática, *A arte da vida* (utilizado neste capítulo) tem como objetivo a reflexão sobre a felicidade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade* – a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CORTELLA, Mario Sergio. *Qual é a tua obra?* 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade* – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos* – o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELUCCI, Alberto. *O jogo do eu* – a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SANCHES, S. M. *Prática esportiva e resiliência*. 2009. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SIGMUND, Freud. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. *Psicologia positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOARES, Jorge Coelho. Mal-estar na modernidade tardia globalizada. *Revista Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 22, 1998.

CAPÍTULO 17

FENÔMENOS DA CONTEMPORANEIDADE E NOVAS SUBJETIVIDADES

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

O objetivo deste capítulo é a reflexão sobre a produção de novos fenômenos sociais, tecnológicos e a produção de novos arranjos e trajetórias existenciais em um mundo em transformação. A compreensão mais exaustiva desses dois temas conexos implica a transdisciplinariedade – um conhecimento a ser construído. Nas circunstâncias atuais, a psicologia e outras áreas do saber se esforçam em uma abordagem interdisciplinar na qual muitos aspectos só ficam assinalados, indicados.

17.1 Introdução

Na psicologia, fala-se bastante de **novas** subjetividades – novos modos de ser e estar no mundo que se revelam em uma diversidade de padrões de conduta, linguagem, tipos de convivência e relação com o mundo físico e social. Essas novas e diversas possibilidades de existência estão absolutamente articuladas com os novos fenômenos da contemporaneidade. Muitas áreas de conhecimentos como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a economia têm se dedicado a compreendê-los, e a psicologia precisa buscar entendê-los como produção humana e como, simultaneamente, afetam a vida das pessoas, criando outras alternativas existenciais. Esses fenômenos são inúmeros e não foi sobre todos que a psicologia conseguiu, até aqui, produzir uma compreensão esclarecedora, mas precisa empreender esse caminho. Este capítulo irá abordar alguns desses fenômenos.

Para um melhor aproveitamento do capítulo, é importante que você considere os conteúdos abordados nos capítulos anteriores, particularmente o capítulo cujo tema é a conectividade sujeito-coletividade.

17.2 A mudança de cenário

O século XX e o início do século XXI assistiram a mudanças profundas quanto às inovações tecnológicas, na produção de riqueza e conforto para muitos, na ampliação da comunicação e na multiplicação de seus meios; enfim, muitas possibilidades de transitar pelo mundo e viver. Qualquer pessoa, mesmo jovem, pode olhar em torno e acompanhar mudanças que ocorreram ao longo de sua vida: os telefones, a televisão, as diversas máquinas que possuímos em casa e que facilitam o trabalho doméstico, as máquinas nas indústrias que automatizam o trabalho, os fármacos e aparelhos médicos que revolucionam o tratamento das doenças, as roupas e calçados, os móveis da casa, os materiais de construção, novas fontes de energia (energia limpa), os alimentos, os produtos de higiene pessoal e os cosméticos, tudo à nossa volta foi revolucionado. A capacidade de conforto e o bem-estar produzido são inacreditáveis. O papel da mulher, as novas formas de relacionamento amoroso, as possibilidades de reprodução, as capacidades e habilidades de nossas crianças e jovens, tudo mudou.

Temos efetivamente um “novo mundo”, mas que não atingiu a todos. Muitos países, como o Brasil, produzem muita riqueza e ainda permanecem desiguais na forma de distribuição dessa riqueza entre seus cidadãos. Parte da África, da Ásia e da América Latina sofre (analfabetismo, doenças) com a prevalência da pobreza e da miséria, portanto, a revolução do conforto e do bem-estar, os benefícios da ciência e da tecnologia não atingiram a todos os cidadãos do planeta. São as contradições de nosso tempo: avanços e riqueza convivem com a miséria e condições de vida em situações críticas. Mas, sem dúvida, o cenário mudou e se produzem mudanças na subjetividade dos homens e mulheres que produziram e continuam a produzir, ininterruptamente, essas mudanças e novas formas de existir.

17.3 A redefinição das etapas da vida

Ao longo do século XX, as teorias psicológicas lidaram com o desenvolvimento humano a partir de etapas bem definidas: infância, adolescência, idade adulta e velhice.¹ Para cada etapa correspondiam expectativas quanto a habilidades, capacidades e modos de participação nos grupos sociais próximos e na sociedade. Ao mesmo tempo em que as faixas etárias se constituíram em referências importantes para nortear as expectativas sociais, também se considerou que elas poderiam variar significativamente entre grupos sociais ou culturas diferentes, em função de condições objetivas de vida – maior ou menor usufruto dos bens materiais e culturais da sociedade, maior ou menor exposição a situações de risco. Mas, mesmo considerando essas variações próprias dos diferentes grupos humanos, também se construíram alguns consensos entre os diferentes povos e culturas – signatários de tratados internacionais – quanto ao que é direito das crianças, por exemplo, considerando que suas capacidades e habilidades estão em desenvolvimento e é obrigação da comunidade à qual pertencem salvaguardar o direito à infância. Nesse contexto, as crianças-soldados nas guerras ou no trabalho precoce são consideradas como situações sociais críticas, por conta do prejuízo ao seu desenvolvimento humano.

Essa demarcação de etapas no desenvolvimento humano, no geral, evidenciava os lugares sociais dos membros de cada uma dessas categorias etárias, ou seja, na relação adulto-criança, por exemplo, estavam estabelecidas as responsabilidades do adulto quanto aos cuidados, apoio e orientação das novas gerações e o reconhecimento dessa autoridade por parte das crianças. O término da primeira infância (por volta dos 7 anos) era ritualizado pelo início do processo de alfabetização. Com o adolescente, caracterizava-se uma relação assimétrica com o adulto, que continuava a ser reconhecido em sua experiência e histórias para contar, embora objeto da rebeldia adolescente. A idade adulta se marcava pela entrada no mundo do trabalho e pela constituição de uma nova família. E a passagem para a velhice se caracterizava pela aposentadoria, pela “improdutividade” e pela responsabilidade das gerações mais novas para com o seu bem-estar.

Neste momento da História, é possível observar uma alteração importante nessas etapas, e já nos atrapalhamos com aquilo que podemos ou devemos esperar da conduta da criança, do adolescente e mesmo dos adultos e dos “idosos”. Nós nos surpreendemos com a produtividade daqueles que, até outro dia (!), eram considerados

aposentados, ou com o padrão de conduta sexual dos adultos, que assumem comportamentos atribuídos aos jovens. Enfim, o que está acontecendo? Vamos por partes.

A criança, do comercial e da casa do vizinho, decide sozinha o que vai comer ou vestir. Os aniversários são festejados no salão de estética ou no *spa*. Aquilo que era da ordem da fantasia (“brincar” com o sapato de salto alto da mãe, com seu batom, se vestir com o paletó e a gravata do pai) e da imitação dos adultos se transforma em realidade e em comportamentos praticados, aceitos no cotidiano – e, com frequência, incentivados pelos adultos próximos e... pela propaganda, com seus inúmeros produtos destinados às crianças, novos e potentes consumidores.

Esse fenômeno, no final do século passado, foi nomeado *adultização precoce*. Inicialmente, o conceito foi produzido para identificar um fenômeno bem diferente. Rinaldo Arruda, em sua pesquisa com crianças e adolescentes pobres e autores de ato infracional, na década de 1980, conceituou a adultização precoce como se referindo às “crianças que assumiam lugares sociais destinados aos adultos – postos de trabalho na economia formal e informal – e se tornavam provedores da renda familiar”. Portanto, ao comporem a renda familiar e garantir a própria sobrevivência e a dos familiares, essas crianças (e adolescentes), em vez de serem consumidoras da renda familiar, eram provedoras, e, portanto, ocupavam o lugar destinado aos adultos em nossa sociedade. Contudo, como nenhum fenômeno social se institui a partir de uma única variável ou fator, é importante lembrar que, em meados da segunda metade do século XX, há também um movimento, com apelos éticos, contra a propaganda cujo alvo era a criança, em função dos prejuízos (então desconhecidos) que o estabelecimento de necessidades artificiais em idade precoce poderia ocasionar. O resultado é o que constatamos atualmente: as crianças são “pequenos adultos” em seus hábitos, linguagem, autonomia, e os adultos, que permanecem com responsabilidade legal pelas crianças, estão bastante confusos quanto ao exercício de suas funções parentais de cuidado e proteção e com pouca ou nenhuma autoridade sobre as escolhas de seus filhos.

Outro aspecto importante desse fenômeno que envolve a infância é o da erotização precoce. O livro *O cabaré das crianças*² demonstra como alguns programas infantis veiculados pela televisão contribuem para isso. Neste início de século, podemos constatar ícones como

músicas e um tipo de vestimenta que reitera esse fenômeno. Nas creches e centros de educação infantil é possível escutar as músicas de axé e *funk* e verificar o sucesso do *hip-hop* entre as crianças, e não mais as músicas infantis em que se atirava “o pau no gato” ou se lamentava que “o cravo brigou com a rosa”. Uma mudança que o adulto introduz porque deixa deslizar para o universo infantil suas preferências (sexualizadas), sem ponderar sobre os efeitos disso na criança, que na primeira infância aprende por imitação, e o adulto é seu modelo de aprendizagem.

Na etapa correspondente à adolescência as mudanças observáveis são mais radicais. O exemplo mais evidente e que confunde a todos quanto ao modo de lidar é o da sexualidade. A iniciação sexual se antecipa para os 15 anos e depois para os 13, e agora já se fala de prática sexual aos 10, 11 anos. Aqui o fenômeno não se refere à pedofilia, nem à prostituição de crianças e adolescentes, mas à antecipação de uma conduta esperada para a juventude ou idade adulta – a prática sexual –, em que não só o desenvolvimento biológico está completo, mas os aspectos psicológicos julgados importantes para a vida sexual – autocuidado e cuidado com o outro, capacidade de estabelecer vínculos afetivos duradouros – estão ou podem estar desenvolvidos. E, nessa precocidade de vida sexual, os padrões de conduta também são outros: as meninas e os meninos “ficam”, e ficam com vários parceiros em uma mesma festa, e ficam indiscriminadamente com meninos ou meninas, sem que isso tenha uma conotação de homossexualidade quando o(a) parceiro(a) que “beija na boca” é do mesmo gênero.

Outro aspecto relevante que marca esse novo modo de ser adolescente é o questionamento radical da autoridade do adulto. O conflito de gerações é um fenômeno antigo, em função da necessidade de as novas gerações instituírem sua identidade, sua marca no mundo e não repetirem as gerações anteriores, e isso se exemplifica com a característica da rebeldia atribuída à adolescência/juventude. Contudo, aqui estamos falando de outro fenômeno. Aquilo que, segundo Eric Hobsbawm, é o fenômeno mais relevante e enigmático do final do século XX: a negação da autoridade do adulto, a ruptura com os valores da tradição e da história, o fato de “os pais terem pouco a ensinar a seus filhos”. Ao qual se acresce o fato de os adolescentes serem considerados agentes sociais autônomos, livres da tutela do adulto e alvos do mercado de consumo, que se dirige diretamente a eles sem a intermediação dos adultos. São bons

consumidores!

Ao usarmos a referência de saída da casa dos pais como elemento que marca a passagem para a idade adulta, com o exercício da autonomia quanto à realização de um projeto de vida próprio – entrada no mercado de trabalho e a possibilidade de constituição de nova família –, constata-se uma contradição ou algo que ainda não compreendemos. Esse adolescente autônomo prolonga, cada vez mais, sua permanência na casa dos pais. Por quê? As hipóteses para compreender esse novo fenômeno são inúmeras: as exigências de maior especialização e aprimoramento para a entrada no mercado de trabalho e, portanto, o jovem usufrui dos rendimentos dos pais para garantir sua sobrevivência material; a acomodação propiciada pela sua vida autônoma aliada ao grau de conforto da casa dos pais; as novas possibilidades de relacionamento amoroso, que não implicam a coabitação, convivência marital, etc. A resposta ou as respostas para esse novo fenômeno estão por ser construídas.

Nessa redefinição das etapas da vida, há um aspecto bastante relevante que interfere na passagem da adolescência/juventude para a idade adulta: o fenômeno da idealização da juventude. Esse momento da vida sempre foi idealizado pelos aspectos que o constituem: beleza, força física, “o futuro pela frente”. Atualmente, além da idealização há uma tendência de prolongar esse estado.

Para isso foi criado um conceito – adultescência –, quando os adultos têm um padrão de conduta relativo a vestuário, alimentação, lazer e comportamento sexual equivalente ao dos adolescentes. Nesse cenário cultural inédito, o que prepondera são os modelos adolescentes, da juventude; isso não significa regressão psicológica, mas a consagração da juventude como ideal de existência para todos. Se a juventude e o hedonismo funcionam como referências de conduta, não há constrangimento em exibir os gostos, hábitos e estilo de vida de outra idade.

Ao se superar as estritas compartimentalizações de comportamentos relativos a cada fase da vida, e como não há mais a impaciência dos jovens em tornar-se adultos e nenhum pudor do adulto em vestir a criança à sua semelhança e ele se vestir com a camiseta da Barbie ou usar a minissaia da filha adolescente, tornou-se legítimo e compreensível que as pessoas não queiram envelhecer, permanecendo como crianças grandes ou adolescentes.³

E, ao envelhecer – um aspecto inexorável, embora bastante retardado do ponto de vista biológico e psicológico, atualmente –,

vejamos o que ocorre...

O aspecto a ser ressaltado quando se aborda a velhice é a discussão infundável, em várias partes do mundo, sobre a referência etária que marca o seu “início”. Essa discussão está relacionada com a longevidade, ou seja, enquanto a média de vida estava nos 50 anos, a idade de referência para considerar uma pessoa “idosa” era bastante diferente do que quando a média de anos de vida é de 73 anos, na cidade de São Paulo, por exemplo. Esse aspecto demonstra uma variação significativa, ao longo do tempo, em função das condições objetivas de vida e dos avanços da medicina e da farmacologia, que garantem uma longevidade maior. Outro aspecto que contribui para essa polêmica, em nível internacional, é que com o aumento do tempo de vida, o número de aposentados que vivem às expensas da previdência social aumenta significativamente; isso tem um custo financeiro e, portanto, há uma tendência a postergar a idade em que as pessoas passam a ter esse benefício, sendo mantidas por mais tempo no mercado de trabalho. E, finalmente, como considerar velhas (como sinônimo de improdutivas) pessoas que permanecem trabalhando, são produtivas e produzem riquezas? Ou seja, a discussão sobre a idade em que se inicia a velhice ou quando alguém é considerado velho, além de aspectos culturais de cada país ou povo, traz também um aspecto econômico importante e revela, contraditoriamente, que o ideal da juventude coexiste com a valorização dessa faixa etária, particularmente nos aspectos relativos à contribuição social desse grupo. E esse fenômeno coexiste contraditoriamente com a negação dos valores da experiência.

Neil Postman,⁴ especialista norte-americano em educação e mídia, ao discutir o desaparecimento da infância afirma que estamos no limiar de um tempo – que já é visível! – em que as diferenças marcantes entre as idades só existirão nos dois extremos: a *primeira infância* (até os 7 anos) e a *senectude* (a velhice), e lamenta que esse processo seja inexorável.

17.4 A mistificação do corpo: corpolatria

Até a modernidade houve um longo processo de disciplinamento e auto-observação dos corpos, afirma o sociólogo alemão Norbert Elias,⁵ a partir de sua investigação sobre a origem do que é hoje, o

corpo, para nós: o corpo civilizado. O engajamento na vida social, a participação nas diferentes esferas da vida pública (em oposição à vida privada, a família) implica a autodisciplina afetiva e corporal.

Esse aprendizado de um conjunto de controles sobre o corpo ocorre desde o início do processo de socialização das crianças (o controle dos esfínteres, por exemplo). Um aspecto importante dessa aprendizagem é o cuidado de si, que se inicia já na primeira infância e implica a aquisição de habilidades, posturas que são estimuladas como signos da civilidade – a limpeza, a higiene –, e há um estímulo à autonomia quanto a, por exemplo, o uso correto do banheiro, o banho, a escovação dos dentes. Espera-se nessa aprendizagem social que a pessoa – ainda criança – adquira esses bons hábitos e os pratique vida afora.

Na idade adulta, ou mesmo antes, o cuidado de si inclui outros rituais e hábitos. Nos escritos para os adolescentes, por exemplo, há uma insistência em cuidados específicos de higiene no período da menstruação. E o trabalhador encontrado na academia ou correndo pelo parque ou fazendo ginástica no pátio da fábrica poderá justificar essa atividade dizendo que sua vida é muito sedentária, que é preciso manter o corpo em forma, garantir a saúde...

Esse hábito saudável de cuidar do próprio corpo se tornou uma obsessão. Aquilo que é/era uma forma de bem-estar físico e de recuperar a vitalidade tornou-se excesso: a idolatria do corpo. Explicando melhor...

Andar, correr, nadar, tomar sol, sentar-se na postura correta, utilizar móveis ergonômicos, deixar de fumar, comer hortaliças para garantir a saúde e mais do que isso: descobrir que o corpo é o caminho para obtenção do prazer, de mais prazer, e cuidar bem dele – esse é o caminho para “amar a si mesmo sobre todas as coisas”.

A marca mais evidente da corpolatria é o narcisismo. O amor que tem como objeto o próprio EU. Na época da construção desse conceito pela psicanálise, o investimento amoroso excessivo (em alto grau) em si tinha um caráter patológico que, nos tempos atuais, não possui mais. Nesse sentido, o narcisismo se caracteriza pelo individualismo na obtenção do prazer. A satisfação reside no próprio corpo.

Para a corpolatria, além de narcisismo e individualismo, é necessária a liberdade das sensações, dos sentimentos. O corpo, *o meu corpo*, está no centro do universo, em um antagonismo com a

economia, a política, a civilização, que restringem, obstaculizam a obtenção de mais prazer.⁶ E é na tecnologia da saúde, na alimentação, nas próteses químicas e mecânicas – produtos do progresso científico – que se locupleta a política do corpo.

Esse corpo que se oferece ao olhar crítico do outro necessita de muita disciplina, muitas formas de controle. Essa aparente cultura hedonista implica um esforço disciplinar, porque a autoestima das pessoas depende não só da sua aparência física satisfatória, mas de sua taxa de visibilidade na vitrine das imagens, e aí é necessário ter muito tudo: bíceps, nádegas, peitos, cabelos (menos gordura). E as intervenções sobre o corpo se sucedem – silicone, Botox, *lifting*, cirurgia plástica – como forma de garantir o seu lugar na exposição competitiva dos corpos.⁷ Aqui cabe um parêntese: a psicanalista Maria Rita Kehl afirma que com frequência esquecemos que as práticas culturais sobre o corpo são ritos e costumes antigos – as escaras como equivalentes das tatuagens, os costumes indígenas que atravessam partes do corpo com sementes, madeira e ossos como equivalentes ao *piercing* e ao Botox, etc. Mas a autora lembra que a diferença entre essas práticas ancestrais e as atuais “é o poder da tecnologia em intervir na estrutura dos corpos e o poder do marketing que torna essas intervenções quase imprescindíveis”.⁸ A moda (ou os modismos) “pede” aquele corpo escultural. Como obtê-lo? Com esforço, com disciplina, com dietas e com dispêndio excessivo de uma energia voltada exclusivamente para si.

A anorexia é o contraponto cruel do apelo ao corpo perfeito. Cybelle Weinberg, em seu artigo “Vítimas da fome”,⁹ informa que 80% dos casos de anorexia nervosa se iniciam com uma dieta para emagrecer. O medo de engordar vira doença. Com uma imagem de si distorcida, sempre precisam perder mais peso e continuam precisando comer menos, não comer. Então, uma menina (ou menino, também) que “começou a emagrecer com o propósito de ficar magra e bonita termina num estado de feiura estarecedora”.¹⁰ E a moda não pode ser considerada a “única responsável pelo aumento da incidência de transtornos alimentares (anorexia e bulimia), mas é interessante notar como ela pode se tornar um dos fatores desencadeadores do processo”, afirma a autora. Esses distúrbios, que têm sua prevalência entre os 15 e 18 anos, cuja taxa de mortalidade é assustadora (15% a 20%), caracterizam-se por extremo sofrimento, exigem diagnóstico precoce e tratamento longo e difícil.

Muitos comportamentos mostram que no presente o corpo é

considerado como uma matéria a ser corrigida ou transformada, como um objeto entregue à livre disposição do sujeito e do mercado de serviços e produtos. A cirurgia estética, as procriações *in vitro*, o consumo de psicotrópicos para gestão dos problemas existenciais ilustram a relação com o corpo. Os sujeitos – homens e mulheres – querem escolher seu humor, seus seios, a cor do cabelo, controlar suas experiências de vida cotidiana, ter controle sobre suas emoções, e para isso confiam sua sorte à ação de substâncias químicas que modificam sua estrutura física e seus estados psicológicos “de fora”, sem nenhum trabalho subjetivo (e com muito trabalho muscular), pois o que importa é a eliminação **imediate** dos desconfortos. A imediateidade é uma exigência. O uso dos psicofármacos, por exemplo, revela, ao mesmo tempo, um desejo de controle sobre o corpo, os afetos, e denuncia certa impotência subjetiva para tolerar e lidar com dificuldades e a renúncia do sujeito a qualquer esforço para um trabalho subjetivo. Portanto, a solução dos males está depositada na tecnologia, que pode caracterizar um estado de sujeição para esse indivíduo tão autônomo e cioso do “pleno poder” sobre sua vida.

O oposto disso, como afirma Ortega,¹¹ é o indivíduo como possuidor da capacidade de efetuar determinadas operações sobre si para se transformar e constituir para si uma forma desejada de existência.

17.5 O medo social

Um dos principais vetores do medo é a violência. Em todas as suas expressões: a guerra, a intolerância, a criminalidade; e, também, aquelas violências invisíveis que ocorrem nos lugares considerados protegidos (a família, a escola) ou as violências naturalizadas porque fazem parte do cotidiano (o “pedágio” para chegar em casa, o transporte precário e moroso, a humilhação dos pobres ou de determinadas ocupações). A violência é um ingrediente permanente da cultura, ao longo da história da humanidade, e se constitui em uma importante questão social porque vive-se, atualmente, a exacerbação (intensificação) de suas várias expressões e novos efeitos na vida das pessoas.

Mesmo quando ela ocorre longe de nós – as guerras entre tribos, povos em disputas religiosas, políticas, de hegemonia territorial na África ou no Oriente Médio – somos atingidos pelas imagens

chocantes e trágicas que entram em nossas casas e passam a fazer parte de nosso cotidiano. Como lidar com aquilo que sabemos e com que nos sentimos impotentes?

Perto de nós, em nossa comunidade de convivência, há inúmeras outras expressões da violência. As mais descaradas são a criminalidade e os episódios de intolerância.

Jurandir Freire Costa afirma que “ao expor as pessoas a constantes ataques à sua integridade física e moral, a violência começa a gerar expectativas, a fornecer padrões de respostas”.¹² Ou seja, a violência passa a compor uma visão de mundo que é transmitida e vai criando uma convicção de que o crime e a brutalidade são inevitáveis. Luís Cláudio Figueiredo, nessa perspectiva, afirma que se cria um padrão de sociabilidade para as novas gerações e a violência “se torna invisível para os que ali nascem, crescem e se desenvolvem”.¹³

Quando a violência passa a fazer parte do cotidiano, as leis perdem o seu caráter normativo e o poder de estabelecer/restabelecer a ordem, a segurança; indivíduos e grupos sociais passam a arbitrar o que é justo e injusto dissociado de princípios éticos válidos para todos. O crime é relativizado e a imoralidade da cultura da violência consiste na disseminação de sistemas morais particularizados e irredutíveis a ideais comuns. E, nessas circunstâncias, qualquer atitude criminosa pode ser justificada e legitimada. Ou, olhando o fenômeno de outra perspectiva, instala-se a impunidade, o estabelecimento de territórios onde não se pode circular ou em que a circulação deve ser autorizada. O espaço público é privatizado pelos agentes do crime, e as organizações criminosas oferecem trabalho e salário que cooptam os jovens cada vez mais jovens, particularmente no tráfico de drogas.

Esse cenário real estabelece um ambiente de insegurança coletiva, de medo social, no qual floresce a indústria da segurança particular e, ao mesmo tempo, todos nos recolhemos às nossas pequenas e frágeis fortalezas com grades nas janelas e blindagem nos carros. Nesse ambiente, o sentimento de insegurança social mobiliza sentimentos de vingança e preconceito (em que há alvos preferenciais como os pobres, os moradores de determinado bairro, os adolescentes, etc.), ou seja, o outro, próximo ou anônimo, é visto como inimigo, particularmente quando sua imagem está associada à daqueles que são mostrados ininterruptamente pelos meios de comunicação. Nesse sentido, os meios de comunicação podem contribuir para a intensificação do sentimento de insegurança com seus programas de

dramatização da criminalidade.

Um dos efeitos desse ambiente social de medo e insegurança é a perda de noção do que é risco real e potencial. “A expectativa do perigo iminente faz com que as vítimas potenciais aceitem facilmente a sugestão ou a prática da punição ou do extermínio preventivo dos supostos agressores potenciais [...] e os agressores se tornam mais audazes e ferozes [...] e os agredidos concedem carta branca ou são coniventes com práticas de extermínio”¹⁴ ou fazem a defesa da pena de morte, da redução da idade penal como estratégias de erradicação da criminalidade. E aí valeria a pena perguntar: para todos os crimes? Para o desvio do dinheiro público destinado à merenda escolar? Para o assassinato de adolescentes pelas forças policiais? Para os donos do tráfico internacional de armas, de seres humanos e de drogas?

É necessário, para sair desse estado catatônico de vulnerabilidade e reassumir nossa potência como cidadãos de um futuro a ser desenhado, que possamos discriminar os diferentes tipos de violência, compreender suas determinações históricas e circunstanciais e participar, na dimensão política do exercício da cidadania, de propostas e soluções que garantam a paz pública.

Considerações finais

“No cenário contemporâneo [...] da vida política à experiência subjetiva privada, toda a nossa existência parece requerer um esforço na direção de rediscutir as bases sobre as quais construímos horizontes de significação.”¹⁵ Esse é um exercício a ser realizado coletivamente e também na esfera individual, a partir da singularidade de cada leitor. Reflete um modo de viver e como os acontecimentos do mundo o tocam, o fazem vibrar, e auxilia a descobrir um sentido único para a própria trajetória de vida em meio aos bilhões de seres humanos. E, sem dúvida, muitos outros temas tão ou mais relevantes que os abordados neste capítulo merecem reflexão, e o leitor poderá empreender esse percurso em sua formação pessoal e profissional, em que a formação universitária é uma etapa.

Não são poucos os autores que têm problematizado essas questões. A necessidade de uma reflexão crítica se torna urgente, como afirma Mancebo:¹⁶

No momento crítico que vivemos, em que o ideário neoliberal avança com êxito, no sentido de impor seus argumentos em prol do

individualismo, da concorrência, da competição entre os homens e da indiferença ao social, apresentados como verdades inquestionáveis, impõe-se trazer às nossas memórias a emergência histórica desses conceitos, bem como da própria Psicologia enquanto disciplina do homem por excelência. Trata-se de desconstruir os discursos apresentados como únicos e naturais, contrapondo alternativas de reflexão sobre o homem e os saberes que este desenvolveu ao longo da História.

Nessa perspectiva, do ponto de vista dos autores deste livro, alguns outros temas/fenômenos são particularmente relevantes, como: a sociedade do conhecimento – a produção ininterrupta de informações e seu processamento, considerando a obsolescência ininterrupta da última informação obtida. É um tema relevante porque coloca um desafio para a educação dos jovens no século XXI e a exigência de pensar alternativas – a serem inventadas – de formação permanente para uma atualização contínua. O relatório para a Unesco (órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação) da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI afirma, em suas primeiras linhas, que “ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social”¹⁷, ou seja, informa que “a educação é uma utopia necessária”. Está aí um tema sobre o qual o leitor poderá empreender uma pesquisa particular e útil.

Assim como esse, outros temas poderiam ser assinalados, mas é necessário concluir: “O homem contemporâneo acha-se em geral tomado por uma emoção que é ao mesmo tempo maravilhamento, espanto e medo diante desse panorama de incertezas e imprecisões...”,¹⁸ e a certeza dos autores deste livro é que a ética é uma bússola que pode nos guiar no presente e em direção ao futuro, que será uma construção humana.

Atividades complementares

1. Outros temas importantes e desafiadores que revelam fenômenos complexos são, por exemplo:
 - a realidade virtual e seus efeitos nas crianças;
 - a medicalização da existência ou a medicalização do sofrimento;
 - inteligência artificial;

- a produção e o tráfico internacional de drogas sintéticas;
 - os aspectos éticos da reprodução artificial;
 - a tecnologia da guerra;
 - a tecnologia de controle de desastres da natureza e seus efeitos na humanidade. Escolha um desses fenômenos e faça uma pesquisa buscando encontrar pelo menos dois autores de especialidades diferentes que abordem o tema. Discuta em grupo.
2. A partir dos fenômenos/temas abordados no capítulo e/ou outras referências de leitura, escolha um deles para discussão, em grupo. Analise as possíveis repercussões para a sua profissão, no futuro: abertura de campo de trabalho, exigência de novos saberes e instrumental teórico, etc.
 3. Investigue junto às gerações mais velhas (pais, professores) as diferenças que percebem entre sua própria infância, juventude e preparação para a vida adulta (ingresso no mercado de trabalho) e o que observam atualmente. Busque discriminar os fatos da apreciação (julgamento) sobre eles.

Bibliografia comentada

A bibliografia sobre o tema é vasta e de produção contínua. Uma indicação para leitura introdutória em vários temas atuais é a coleção *Primeiros Passos*, da editora Brasiliense (São Paulo). Para um dos temas tratados no capítulo – a redefinição de faixas etárias no desenvolvimento humano –, o livro de Neil Postman, *O desaparecimento da infância*, é bastante interessante, porque ao buscar defender sua tese ele aborda vários aspectos articulados ao fenômeno, ou seja, tangencia outros fenômenos da atualidade.

Um livro bastante consistente sobre o tema violência (com esse título) é o de Maria Laurinda R. de Souza, psicanalista, que aborda o tema em sua complexidade, portanto, utiliza uma abordagem interdisciplinar.

O livro *Educação – um tesouro a descobrir*, de Jacques Delors e outros, no qual consta o relatório para a Unesco sobre a educação no século XXI, também assinala temas conexos de modo interessante, porque há artigos (os relatórios parciais) de representantes de várias partes do mundo que compuseram a comissão internacional.

O livro de Benilton Bezerra Jr. e Carlos Alberto Plastino, *Corpo, afeto, linguagem – a questão do sentido hoje*, é uma leitura bastante

exigente que produz muitas reflexões.

Referências

- BEZERRA Jr., Benilton; PLASTINO, Carlos Alberto (orgs.). *Corpo, afeto e linguagem* – a questão do sentido hoje. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. *O que é corpo(latria)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. O medo social. *Veja – 25 anos. Reflexões para o futuro*. São Paulo: Abril/Organização Odebrecht, 1993.
- DELORS, Jacques et al. *Educação* – um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ESPINHEIRA, Gey (org.). *Sociedade do medo*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. Adolescência e violência: considerações sobre o caso brasileiro. In: LEVISKY, David L. (org.). *Adolescência* – pelos caminhos da violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- KEHL, Maria Rita. *A fratria órfã* – conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho d'Água, 2008.
- MANCEBO, Deise. Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimentos atuais. In: MANCEBO, D.; JACÓ-VILELA, A. M. (orgs.). *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- MASCARO, Sonia de A. *O que é velhice*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ORTEGA, Francisco. Michel Foucault: os sentidos da subjetividade. In: BEZERRA Jr., Benilton; PLASTINO, Carlos Alberto (orgs.). *Corpo, afeto e linguagem* – a questão do sentido hoje. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- PIAGET, Jean. *Seis estudos em psicologia*. EDITORA
- POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- RAMOS, Fernando. O uróboro. In: BEZERRA Jr., Benilton; PLASTINO, Carlos Alberto (orgs.). *Corpo, afeto e linguagem* – a questão do sentido hoje. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

SOUZA, Maria Laurinda R. *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *O cabaré das crianças*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.

WEINBERG, Cybelle (org.). *Geração delivery* – adolescer no mundo atual. São Paulo: Sá, 2001.

- ¹ Disponível em: <<http://www.pt.wikipedia.org>>. Acesso em: ago. de 2010.
- ² GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, Ana M. B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (orgs.) *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 120.
- ³ Gustav Theodor Fechner (1801-1887), filósofo alemão, foi um dos pioneiros da psicologia, e sua publicação *Elementos de psicofísica*, de 1860, é importante referência do que se reconhece como o início da psicologia.
- ⁴ Ernest Heinrich Weber (1795-1878), médico alemão que, em parceria com Fechner, criou a lei que levou o nome de ambos. É também considerado um dos fundadores da psicologia.
- ⁵ Wilhelm Wundt (1832-1920), alemão, foi médico, filósofo e psicólogo, considerado um dos fundadores da psicologia, ao lado de Fechner e Weber. Em informe da própria Universidade de Leipzig sobre a história de Wundt, está relatado que ele próprio considerava Weber o pai da psicologia. Disponível em: <<http://www.uni-leipzig.de/~psycho/hist.html>>. Acesso em: 22 de ago. de 2010.
- ⁶ BOCK, Ana M. B. et al. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 22.

- ¹ HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 12.
- ² ARNHEIM, Rudolf. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Pioneira, 1980.
- ³ O toyotismo é o modelo de gestão organizacional, principalmente na linha de montagem de uma fábrica, que substitui o tradicional modelo fordista-taylorista. Um dos princípios desse novo modelo é o incentivo à participação dos trabalhadores, opinando sobre o que está sendo produzido por meio de células de produção (grupos formados por ilhas de produção chamados *team work*).
- ⁴ A psicologia no Brasil é uma profissão autorizada por lei federal (Lei n. 4.119, de agosto de 1962). Essa lei torna o uso de métodos e técnicas da psicologia exclusivo dos profissionais autorizados pelo Conselho Federal de Psicologia (também por lei federal de 1971). Mais detalhes podem ser obtidos em: < <http://www.pol.org.br> > .

- ¹ SZASZ, Thomas S. *A fabricação da loucura* – um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ² FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ³ SILVA, Marcus V. de O. *Saúde mental (com cidadania) e sistemas locais de saúde: um encontro no campo das utopias*. Disponível em: <<http://www.compromissosocial.org.br/>>. Acesso em: set. de 2011.
- ⁴ FREITAS, M. E.; HELOANI, J. R.; BARRETO, M. *Assédio moral e trabalho*. São Paulo: Cengage, 2008. (Coleção Debates em Administração.)
- ⁵ CODO, Wanderley (coord.). *Educação: carinho e trabalho* – Burnout, a síndrome da desistência do educador que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes; Brasília: Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação, Universidade de Brasília, 1999.
- ⁶ REIS, E.; BORGES, J. F. Docência e exaustão emocional. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, abr. de 2006.

- ¹ ORTEGA Y GASSET, J. *Meditações do Quixote*. São Paulo: Iberoamericana, 1967. p. 52.
- ² LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 45.

- ¹ LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004. p. 285.
- ² LEONTIEV, 2004, p. 290.
- ³ PAULUS, 1989 *apud* RODRIGUES, A. et al. *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 371.
- ⁴ RODRIGUES et al., 1999, p. 376.
- ⁵ RODRIGUES et al., 1999, p. 378.
- ⁶ RODRIGUES et al., 1999, p. 380.
- ⁷ LANE, Sílvia T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 79.
- ⁸ LANE, 1984, p. 79.
- ⁹ LANE, 1984, p. 97.
- ¹⁰ RODRIGUES, H. B. C. Sobre as histórias das práticas grupais: explorações quanto a um intrincado problema. In: JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. (orgs.) *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 162.
- ¹¹ LANE, 1984, p. 81.
- ¹² Gustavo Andrada Bandeira.
- ¹³ MAUSS, Marcel. *Sociology and psychology: essays*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979. p. 149.
- ¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. São Paulo: Forense Universitária, 2006. p. 43.
- ¹⁵ FOUCAULT, 2006, p. 43.

- ¹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 17.
- ² O primeiro capítulo do livro *A sociedade dos indivíduos*. Os demais capítulos foram escritos, respectivamente, nos anos de 1940-1950 e 1987.
- ³ ELIAS, 1994, p. 7.
- ⁴ GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, A. M. B. Indivíduo-sociedade: uma relação importante na psicologia social. In: BOCK, A. M. B. *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 47.
- ⁵ ELIAS, 1994, p.13.
- ⁶ ELIAS, 1994.
- ⁷ LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004. p. 285.
- ⁸ OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. C. Vigotski e as complexas relações entre cognição e afeto. In: ARANTES, V. A. (org.) *Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 2003. p. 50.
- ⁹ MOLON, S. I. Subjetividade e constituição do sujeito em Vigotski. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 116.
- ¹⁰ CHARLOT, B. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, p. 17-34, jul./dez. de 2002. Número especial.
- ¹¹ GONZÁLEZ Rey, F. L. O emocional na constituição da subjetividade. In: LANE, S. T. M.; ARAÚJO, Y. (orgs.) *Arqueologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 175.
- ¹² BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- ¹³ BAUMAN, 2003.
- ¹⁴ ELIAS, 1994. p. 129.

- ¹ CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- ² CHAUI, 1995.
- ³ CHAUI, 1995, p. 58.
- ⁴ CHAUI, 1995, p. 71.
- ⁵ CHAUI, 1995, p. 80.
- ⁶ PONTES, R. N. *Mediação e serviço social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 41.
- ⁷ CHAUI, 1995, p. 83.
- ⁸ Sérgio Magrão e Luís Carlos Sá. Caçador de mim. In: NASCIMENTO, Milton. *Caçador de mim*. LP. Diadema: Ariola, 201632, 1981. Outro lado. F. 1.
- ⁹ Alvin L. e Vinicius Massena. Casa e Jardim. Intérprete: Marina Lima.
- ¹⁰ Pixinguinha. Carinhoso. In: *Pixinguinha*. LP. São Paulo: RCA-Abril Cultural, 1970 (MPB 2) L. 1. F. 2.
- ¹¹ Max Bulhões e Milton de Oliveira. Não tenho lágrimas. In: *Carnaval, confete e serpentina*. Rio de Janeiro: Coopim, 1985.
- ¹² DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 175.
- ¹³ *O Estado de S. Paulo*, seção Vida, 24/3/2011, p. A25.
- ¹⁴ GONDIM, S. Emoções e trabalho: estudo sobre a influência do *status* e do sexo na atribuição de afetos. In: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 241-258, 2010.
- ¹⁵ DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ¹⁶ TOMAZ, C.; GIUGLIANO, L. G. A razão das emoções: um ensaio sobre “O erro de Descartes”. In: *Estudos de Psicologia Resenha*, v. 2, n. 2, p. 407-411, 1997.
- ¹⁷ DAMÁSIO, 1996, p. 12.
- ¹⁸ DAMÁSIO, 1996, p. 12.

- ¹ PUENTE, F. R. *O tempo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção Filosofias: o Prazer do Pensar). p. 13.
- ² ELIAS, N. *Sobre o tempo*. São Paulo: Jorge Zahar, 1998. p. 8.
- ³ ELIAS, 1998, p. 9.
- ⁴ PUENTES, 2010, p. 35.
- ⁵ ELIAS, 1998, p. 7.
- ⁶ ELIAS, 1998, p. 17.
- ⁷ ELIAS, 1998, p. 40.
- ⁸ ELIAS, 1998, p. 22.
- ⁹ TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. *Violentamente pacíficos – desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia). p. 53.
- ¹⁰ FREZZA, M.; GRISCI, C. L. I.; KESSLER, C. K. Tempo e espaço na contemporaneidade: uma análise a partir de uma revista popular de negócios. *Revista RAC*, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 8, p. 487-503, jul./ago. de 2009.
- ¹¹ FREZZA, GRISCI, KESSLER, 2009, p. 501.
- ¹² VERGARA, S. C.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. *Revista RAC*, n. 2, p. 103-119, abr./jun. de 2005.
- ¹³ ELIAS, 1998, p. 80.
- ¹⁴ SANTOS, M. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- ¹⁵ SANTOS, 2006, p. 38.
- ¹⁶ ELIAS, 1998, p. 81.
- ¹⁷ JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 24, n. 2, p. 195-200, 2008.
- ¹⁸ VARGAS, J. H. C. Apartheid brasileiro – raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, jan./jun. de 2005.
- ¹⁹ WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- ²⁰ WACQUANT, L. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ²¹ NICOLACI-DA-COSTA, A. M. O cotidiano nos múltiplos espaços contemporâneos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 365-373, set./dez. de 2005.
- ²² NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 372.
- ²³ NICOLACI-DA-COSTA, 2005.

- ¹ BASSANI, Marlise A.; ALVES, Maria C. L. *A psicologia ambiental como área de investigação*.
- ² FERREIRA, Marcos R. Produção e conhecimento sobre degradação ambiental: uma incursão na Psicologia Ambiental. 1997. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.
- ³ CIDADE, Lúcia C. F. Qualidade ambiental, imagens de cidade e práticas socioespaciais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto C. *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Ed. UnB, 2003. p. 161.
- ⁴ CALDERONI, Eric. O sofrimento e a luta do trabalhador contaminado: os caminhos da consciência política e ambiental após a contaminação por substâncias tóxicas no ambiente de trabalho. 2008. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.
- ⁵ CALDERONI, 2008, p. 28.
- ⁶ Martínez Alier *apud* Calderoni, 2008.
- ⁷ TASSARA, Eda T. O. Ambientalismo e participação na contemporaneidade: reflexões sobre o Ciclo de Seminários (posfácio). In: SORRENTINO, Marcos. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001. p. 210.
- ⁸ TASSARA, 2001, p. 215.
- ⁹ SAWAIA, Bader B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001. p. 123.

- ¹ BERGAMINI, Cecília. Motivação: mitos, crenças e mal-entendidos. *Revista de Administração Contemporânea – RAC* – p. 23-24 abr./jun. de 1990. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901990000200003.pdf> . Acesso: 29/10/2011.
- ² HANDY *apud* BERGAMINI, 1990, p. 29.
- ³ LEVY-LEBOYER *apud* BERGAMINI, 1990, p. 33.
- ⁴ BATISTA, A. A. V.; VIEIRA, M. J.; CARDOSO, N. C. S.; CARVALHO, G. R. P. Fatores de motivação e insatisfação no trabalho do enfermeiro. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 39, n. 1, p. 85-91, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reesusp/v39n1/a11v39n1.pdf>> . Acesso: 29 out. 2011.

- ¹ VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- ² Narcisismo significa que o indivíduo investe toda a sua libido (energia) em si mesmo; ou seja, o sujeito é objeto do amor de si mesmo (vocábulo de psicanálise, verbete: narcisismo primário, narcisismo secundário).
- ³ VÁSQUEZ, 2008, p. 21.
- ⁴ RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 19.
- ⁵ LA TAILLE, Yves. *Formação ética – do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ⁶ CORTELLA, M. S.; LA TAILLE, Y. *Nos labirintos da moral*. Campinas: Papirus 7 Mares, 2009.
- ⁷ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ⁸ LA TAILLE, 2002.
- ⁹ BOFF, Leonardo. *Ethos mundial – um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- ¹⁰ BOFF, 2003.
- ¹¹ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/Unesco, 2002. p. 61.

- ¹ DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 103.
- ² VIGOTSKI, Lev S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores (1933). *Obras Escogidas*. Madrid: Visor, 1995, v. III.
- ³ VIGOTSKI, Lev S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores (1933). *Obras Escogidas*. Madrid: Visor, 1995, v. III. p. 95.
- ⁴ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- ⁵ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- ¹ ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ² ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1984.
- ³ OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ⁴ SVARTMAN, Bernardo P. *Trabalho e desenraizamento operário: um estudo de depoimentos sobre a experiência de vida na fábrica*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

- ¹ LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- ² ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- ³ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ⁴ GIL, D.; NUNEZ, S. *¿Por qué me has abandonado?* El psicoanálisis y el fin de la sociedad patriarcal. Montevideo: Trilce, 2002.
- ⁵ GIL; NUNEZ, 2002, p. 37.
- ⁶ Outra revolução importante ocorrida em meados do século XX é a Revolução da Juventude, segundo Eric Hobsbawm em *Era dos extremos – o breve século XX*.
- ⁷ Elisabeth Roudinesco, no livro *A família em desordem*, assinala que já no século XVIII havia um movimento em prol da emancipação das mulheres.
- ⁸ Philippe Ariès em *História social da criança e da família*.
- ⁹ LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal* – ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 104.
- ¹⁰ ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- ¹¹ ROUDINESCO, 2003, p. 10.
- ¹² Maria Amélia Azevedo, coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (Lacri/Ipusp), e Viviane N. de Azevedo Guerra, pesquisadora do Lacri/Ipusp, com a colaboração de Cristiano da Silveira Longo, bolsista CNPq junto ao Lacri, Simone Gonçalves de Assis, do Claves, Antonio Augusto Pinto Jr., do Cria/Unisal, e Dalka Ferrari, do CNRVV, do Instituto Sedes Sapientiae.
- ¹³ Essa definição e a conceituação dos diferentes tipos de violência utilizada pelo relatório do Unicef foram retiradas de AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *A violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe, 1995.
- ¹⁴ Nessas ocorrências, a criança e o adolescente são sempre vítimas e não poderão ser transformados em réus.
- ¹⁵ ROUDINESCO, 2003.

- ¹ KATZ, S.; DORIA, F. A.; LIMA, L. C. *Dicionário básico de comunicação*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1975, p. 127.
- ² BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ³ SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 29.
- ⁴ MARCONDES FILHO, Ciro. *A linguagem da sedução*. 2. ed. revista. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ⁵ SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1990.
- ⁶ SODRÉ, 1990, p. 23 e 24.
- ⁷ SODRÉ, 1990, p. 29.

- ¹ SIGMUND, Freud. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ² FREUD, 1930, cap. 2.
- ³ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993. p. 177.
- ⁴ SELIGMAN *apud* SANCHES, S. M. *Prática esportiva e resiliência*. 2009. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ⁵ CUADRA; FLORENZANO *apud* SANCHES, 2009.
- ⁶ LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ⁷ LIPOVETSKY, 2007.
- ⁸ BAUMAN, Zygmunt. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- ⁹ BAUMAN, 2009, p. 8.
- ¹⁰ BAUMAN, 2009.
- ¹¹ LIPOVETSKY, 2007.
- ¹² LIPOVETSKY, 2007. p. 17.
- ¹³ LIPOVETSKY, 2007, p. 187.
- ¹⁴ Prêmio Nobel de literatura.
- ¹⁵ SOARES, Jorge Coelho. Mal-estar na modernidade tardia globalizada. *Revista Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 22. 1998.

- 1 Jean Piaget propôs, na teoria do desenvolvimento humano que construiu, as seguintes etapas: período sensório-motor, de 0 aos 2 anos; período pré-operatório, dos 2 aos 7 anos; período das operações concretas, dos 7 aos 11 ou 12 anos; e período lógico-formal, dos 11 ou 12 em diante. Essas faixas etárias não são rígidas, pois dependem de insumos culturais e educacionais, embora tenham se tornado referência bastante importante para a psicologia e para a educação na segunda metade do século XX e até hoje.
- 2 VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *O cabaré das crianças*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.
- 3 O antropólogo Lévi-Strauss, em 1946, afirmou que o consumo fazia dos americanos uma espécie de crianças sempre à espreita de novidades. Lipovetsky (p. 71), ao observar os adultos em parques de lazer e os produtos em forma de brinquedos, escreve que tudo leva a pensar que a hipótese do antropólogo pode ser confirmada. O mercado, que exige do indivíduo que se responsabilize por si (ele toma suas decisões), ao mesmo tempo, infantiliza o sujeito. Adultos compram para si ursinhos, mochilas do Mickey, brincam no parque lembrando suas brincadeiras infantis, e as diferenças de idade se dissipam. É necessário considerar se de fato há uma regressão ou apenas a expansão das características humanas de brincar, divertir-se, distrair-se, mudar de aparência, opor-se à seriedade da vida adulta como se houvesse uma suspensão do princípio da realidade para em seguida voltar a ela.
- 4 POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- 5 No livro *O processo civilizador*.
- 6 CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. *O que é corpo(latria)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 25.
- 7 KEHL, Maria Rita. *A fratria órfã – conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho d'Água, 2008.
- 8 KEHL, 2008, p. 17.
- 9 WEINBERG, Cybelle (org.). *Geração delivery – adolecer no mundo atual*. São Paulo: Sá, 2001.
- 10 WEINBERG, 2001, p. 52.
- 11 ORTEGA, Francisco. Michel Foucault: os sentidos da subjetividade. In: BEZERRA Jr., Benilton; PLASTINO, Carlos Alberto (orgs.). *Corpo, afeto e linguagem – a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. p. 157.
- 12 COSTA, Jurandir Freire. O medo social. *Veja – 25 anos. Reflexões para o futuro*. São Paulo: Abril/Organização Odebrecht, 1993. p. 83.
- 13 FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. Adolescência e violência: considerações sobre o caso brasileiro. In: LEVISKY, David L. (org.). *Adolescência – pelos caminhos da violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 54.
- 14 COSTA, 1993, p. 85.
- 15 BEZERRA Jr., Benilton; PLASTINO, Carlos Alberto (orgs.). *Corpo, afeto e linguagem – a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- 16 MANCEBO, D.; JACÓ-VILELA, A. M. (orgs.). *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 44.
- 17 DELORS, Jacques et al. *Educação – um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11.
- 18 RAMOS, Fernando. O uróboro. In: BEZERRA Jr., Benilton; PLASTINO, Carlos Alberto (orgs.). *Corpo, afeto e linguagem – a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Rios

